PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

AFONSO CAMPOS BREGALDA

Ousar lutar, ousar vencer: Carlos Lamarca – da caserna à luta armada (1960-1971)

SÃO PAULO

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

AFONSO CAMPOS BREGALDA

Ousar lutar, ousar vencer: Carlos Lamarca – da caserna à luta armada (1960-1971)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Dias.

SÃO PAULO

2018

Banca Examinadora

Aos que ousaram lutar, sem saber que iriam vencer.

A quem, de algum modo, vivenciou essa experiência.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho acadêmico requer bastante foco e comprometimento, porém, requer também gratidão com quem nos apoiou.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento do projeto, através do qual pude transforma-lo em dissertação de mestrado. Sem este fomento à pesquisa, o caminho seria muito custoso e seria quase inviável de torna-lo realidade.

Espero contribuir com a sociedade, dando-lhe o retorno investido em mim, através deste trabalho acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Antônio Dias, meu orientador, pelas suas brilhantes e pertinentes intervenções na pesquisa. Foi essencial para que o trabalho atingisse seu total potencial. Sem sua presença não seria possível termina-lo de forma satisfatória. Agradeço todos os minutos despendidos comigo. Foi uma honra tê-lo como professor e uma honra muito maior tê-lo como orientador. A ele, os louros da vitória.

Agradeço a todas e todos profissionais da educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em especial, agradeço àqueles que foram meus professores e minhas professoras. Pude aprender História através de cada um(a) de vocês. Ressalto o Prof. Dr. Antônio Rago Filho pelas boas indicações de leitura e pela maestria com que ministrou suas aulas; a Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vieira pela didática e paciência em me ensinar novas abordagens históricas; bem como a Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário da Cunha Peixoto pela dedicação que teve em explanar sobre a memória.

Agradeço aos meus pais, Damião Bregalda e Lícia Layse Campos Bregalda, pela inestimável motivação e amor incondicional com que me tratam. Sem a presença fundamental deles, eu não teria dado o primeiro passo para chegar até onde cheguei e nem teria conquistado o que conquistei. Cada vitória minha é uma vitória deles também. Sabendo dessa verdade, eu serei eternamente grato aos dois.

Agradeço a minha noiva, Marrielle de Oliveira Sbruzzi, pela paciência e compreensão quando precisei trocar as nossas noites juntos para me dedicar à pesquisa deste trabalho. Agradeço todo o amor que ela tem por mim e agradeço também a vocação de acertar nas atitudes de carinho para me confortar, sempre que foi preciso. Agradeço imensamente seu companheirismo, que foi impressionante ao longo desses anos.

Agradeço a todos os familiares. Em especial: ao meu irmão, Felipe Andrey de Campos Bregalda, pela companhia; aos primos, Daniel de Vargas Bregalda, Tiago de Vargas Bregalda e André Luis Menezes, pelas preciosas conversas e conselhos que me fizeram movimentar em busca da realização do mestrado acadêmico.

Agradeço ao doutor Marco Antônio Mello pelo seu apoio no compartilhamento das agruras e das glórias ocorridas durante a caminhada do atual trabalho. Sua ajuda foi inestimável.

Agradeço ao Joab Santos da Conceição, que me ajudou através de seu conhecimento sobre história e, principalmente, sobre a vida. Agradeço pelos sábios conselhos e pela injeção de ânimo que me fez continuar na estrada acadêmica.

Agradeço aos meus amigos pela parceria e pelos momentos de descontração que foram necessários para refrescar a mente e me fazer seguir firme na concretização do trabalho.

Agradeço a Pedrina das Graças, diretora do Arquivo do Instituto Zequinha, em Osasco, pela colaboração e pela ajuda com as documentações. Foi de extrema importância para a pesquisa.

Agradeço aos funcionários e as funcionárias do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que me orientaram na descoberta e no recolhimento de alguns importantes documentos.

Agradeço a todos que, de um modo ou de outro, vivenciaram essa experiência comigo.

RESUMO

Carlos Lamarca foi militar do Exército brasileiro entre 1960 e 1969, que desertou das Forças Armadas em janeiro de 1969, para formatar e liderar o grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cuja finalidade era derrubar a ditadura militar para implantar a revolução socialista no Brasil via luta armada. O presente estudo analisa os documentos escritos por Lamarca enquanto líder da organização clandestina, bem como documentos oficiais que compõem o arcabouço da sua história e sua memória.

Trata-se da compreensão da sua memória histórica, buscando apreender na lógica dos textos documentais seus objetivos e seus significados históricos. Sendo que se revelou complexa a atuação de Lamarca nos anos de clandestinidade (1969 e 1971), bem como a participação do Exército em sua captura e extermínio.

A pesquisa aborda a relação que ele fez de si mesmo (a partir dos documentos de sua própria autoria) com a perspectiva oficial militar (a partir de documentos produzidos pelos órgãos oficiais), no que culminou para a construção de uma personagem histórica complexa. A figura emblemática de Carlos Lamarca permeia a memória histórica referente ao período da luta armada brasileira contra o autoritarismo da ditadura militar. O enfoque centrou-se na caracterização da memória da personagem, onde a mesma é tratada de diversos modos distintos, a depender de onde se analisa o processo de sua atuação.

Palavras-chave: Carlos Lamarca; Luta Armada; Memória Histórica; Ditadura Militar.

ABSTRACT

Carlos Lamarca was a Brazilian Army soldier between 1960 and 1969, who defected from the Armed Forces in January 1969 to shape and lead the guerrilla group Vanguarda Popular Revolucionaria (VPR), whose aim was to overthrow the military dictatorship and implement the socialist revolution in Brazil via armed struggle. The present study analyzes the documents written by Lamarca as leader of the clandestine organization, as well as official documents that compose the framework of its history and its memory.

It's an study on the understanding of its historical memory, trying to apprehend through the logic of documentary texts its objectives and their historical meanings. Being that the operation of Lamarca in the years of clandestine between 1969 and 1971 was revealed complex, as well as the participation of the Army in his capture and assassination.

The research dealt with the relation he made of himself (from the documents of his own authorship) with the official military perspective (from documents produced by the official bodies), culminating in the construction of a complex historical character. The emblematic figure of Carlos Lamarca permeates the historical memory regarding the period of the Brazilian armed struggle against the authoritarianism of the military dictatorship.

The focus was on the characterization of the character's memory, where it is treated in several different ways, depending on where the process of its action is analyzed.

Keywords: Carlos Lamarca; Armed struggle; Historical Memory; Military dictatorship.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – UMA VOLTA A LAMARCA: CAPITÃO E COMANDANTE	18
1. 1. História e Memória	18
1. 2. Biografia, História e Lamarca	33
1. 2. 1. A reconstrução nacional	41
1. 3. Visões acossadas: início de uma nova ordem	57
1. 3. 1. A Vanguarda Popular Revolucionária	64
1. 3. 2. Lamarca: à luta armada	68
Capítulo II – OUTRA VOLTA A LAMARCA: “TERRORISTA E SUBVERSIVO”	93
2. 1. Crítica ao documento oficial	93
2. 2. Vale do Ribeira/Operação Registro	109
Capítulo III – MAIS UMA VOLTA A LAMARCA: PERSEGUIDO E PERSISTENTE	149
3. 1. MR-8 e Sertão Baiano	149
3. 2. A Operação Pajussara	168
3. 2.1. O atrevido tubarão: morte e fim no sertão	172
Considerações finais	183
Fontes Documentais	186
Referências bibliográficas	187

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como preocupação central a compreensão do resgate histórico das memórias produzidas por Carlos Lamarca e a respeito dele, que se agrupam no recorte histórico de 1960 até 1971, tendo como a fase principal de produção de documentos os anos que vão de 1969 a 1971.

Em Setembro de 1971, mais precisamente no dia 17, homens de fardas exibem suas armas, atiram uma rajada de munições para o alto, dançam em torno de algo e comemoram uma situação que deveria significar algo importante. Ao redor dos homens de fardas estavam os humildes moradores da pacata cidadela de Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, distante 600 quilômetros da capital Salvador. Meio atônitos, os moradores foram chegando cada vez mais perto daquela roda onde os fardados exibiam suas armas. Acanhados, os moradores foram estendendo o pescoço como se procurassem alguma coisa entre aqueles que comemoravam algo e pareciam estar satisfeitos. Num determinado momento, os moradores perceberam que havia dois corpos mortos sendo expostos ao relento. Ao se aproximarem, mas mantendo uma distância segura perante as armas dos homens de fardas, os moradores daquela cidadela começaram, aos poucos, a entender a cena que se passava ali. Aqueles corpos mortos, que agora pertenciam aos fardados, outrora pertenceram aos “procurados” – como os cartazes avisavam e como outros homens fardados e armados bradavam pelas ruas. Tratava-se de Zequinha e Lamarca.

José Campos Barreto, nascido numa fazenda da zona rural de Brotas de Macaúbas, era popularmente chamado de “Zequinha”, foi rapidamente reconhecido pela população autóctone. Ao seu lado estava outro homem, este, por sua vez, causa perplexidade em alguns moradores. Alguns acreditavam que Lamarca, ali conhecido como Cirilo, já não estaria mais naquela região, pois nenhum homem de farda o teria achado nas matas. A presença de seu corpo morto na pista do pequenino aeroporto da cidadela causava certa estranheza.

Para quem não conhece essa parte da história recente do Brasil convém a seguinte pergunta: o que um carioca, morador de Osasco, fazia ali em Brotas de Macaúbas? Para responder a esta pergunta o presente trabalho de pesquisa acadêmica analisa a memória histórica do ex-capitão do Exército brasileiro e líder guerrilheiro, Carlos Lamarca, que compreende os anos de 1960 até 1971 – ano de sua morte.

Aqui analisamos sua trajetória que se inicia após a formatura na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1960, e a percorre até o momento final da sua

resistência – causada pelo encontro das munições das armas dos homens de fardas com o seu corpo. Perpassa, ainda, pelo caminho que ele trilhou quando saiu da caserna e adentrou a luta armada guerrilheira contra a ditadura militar.

Destarte, promove-se aqui um trabalho de resgate da memória do ex-capitão que abandonou sua corporação militar para tentar derrubar a autoritária administração golpista dos homens de fardas, adentrando e liderando o universo da guerrilha rural nacional.

Segundo constam nos documentos, Carlos Lamarca nasceu no dia 23 de Outubro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de pai sapateiro, seu Antônio Lamarca, e de mãe dona de casa, dona Gertrudes, Carlos Lamarca era eficiente nos estudos, dava sinais de disciplina desde jovem, quando engomava suas roupas para ir à escola, onde era considerado um dos melhores alunos da sala. Mostrou aptidão para vencer logo cedo: venceu a tuberculose – doença que lhe rendeu o físico esguio. Durante os anos de estudante gostava de ler e praticar esportes; dessa maneira desenvolvia o corpo e a mente. Das leituras, ele se aproximou dos clássicos e da vertente contestadora; do esporte, ele pegou o gosto pela competição e pela disciplina que exigia cada segmento.

A destreza e a disciplina foram lhe encaminhando para os estudos na instituição militar, que via com bons olhos. Ali esperava ajudar aqueles que mais necessitavam. Queria exercer a “mão amiga” daquele “braço forte” do Estado. Queria ser mais atuante para a população. Queria servir a algum propósito. Queria ajudar.

Ao adentrar ao Exército brasileiro, Carlos Lamarca levava consigo a veia questionadora que o fez participar de campanhas pelo “Petróleo é Nosso”, ainda na fase adolescente. Quando ingressou na escola militar ele foi se aproximando das pessoas que possuía alguma afinidade ideológica. Ali dentro da instituição militar propagava veladamente jornais de cunho operário (e contestador) e já observava colegas que liam aqueles panfletos – para, no futuro, ter mais intimidade com aqueles que se assemelhavam com ele.

Depois de duas tentativas, Lamarca conseguiu ingressar na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, 1954. No ano de 1957, ele foi relocado para o alojamento da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro. Ali permaneceu até o ano de 1960, no qual se formou oficial-aspirante. De Resende, Lamarca foi transferido para Osasco e de lá foi servir como segundo-tenente nas tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1962, no Canal de Suez.

Uma vez estando lá, começou a perceber que a conjuntura daquela região não favorecia aos mais carentes e mais humildes. Segundo Emiliano José e Oldack de Miranda em *Lamarca: o capitão da guerrilha* (2004), Lamarca teria exclamado a respeito das condições de vida dos árabes: “sofriam muito, assim como os brasileiros, e se fosse para combater, para ser justo, teria de passar para o lado deles. [...] Foi ali que tomei maior consciência da pobreza.” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 36).

As marcas da infância permaneceram com ele até o fim de seus dias. Foi pensando na conjuntura sócio-política e econômica do país que Lamarca se movimentava em prol de algo, normalmente tentava propor uma mudança daquele cenário que não lhe agradava. Aprendeu a lutar para conseguir o que queria; nada foi fácil em sua vida. Acreditava que viver o cotidiano significava uma nova luta a cada dia e isto o fazia bem. Ousava lutar por aquilo que acreditava, pois gostaria de ajudar os seus semelhantes – ainda que nem tudo saísse como o planejado, ele arriscava ousar e não desistia de tentar realizar as mudanças que considerava importante.

Dentro do exército, Lamarca venceu alguns campeonatos e disputas de tiro; lá era reconhecido como um exímio atirador. Convivia bem com os seus subalternos, os quais preferia passar a maior parte do seu tempo de serviço, chegando até mesmo a dar-lhes dinheiro: “se um soldado tem problema precisamos ajuda-lo, senão vai preferir desertar.” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 41).

Entretanto também era bem querido pelos seus superiores, os quais gostavam da sua disciplina e rigidez de comando – aspectos fundamentais para a instituição. Como relatam os autores, ao ser informado da traição de Lamarca por outros dois capitães do 4º Regimento de Infantaria, o coronel do Batalhão dele em Osasco, Antônio Lepiane, teria exclamado: “Lamarca subversivo? Que nada, é de confiança, quase que um filho e com excelentes qualidades militares.” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 45). Ou seja, ele passava confiança tanto para os militares de baixa patente com também para os oficiais de patente mais alta. Versava bem dentro do exército.

Apesar disto, não estava acima de quaisquer suspeitas; existiam aqueles que o observava de perto, pois dentro da própria instituição havia vertentes ideológicas opostas, tais como: os nacionalistas/legalistas e os conservadores representantes da Escola Superior de Guerra (ESG); militares de esquerda e militares de direita.

Dentro do contexto da frase do coronel Lepiane, os conversadores da ESG já havia ganhado a “batalha” dentro do Clube Militar, local de discussões políticas entre os militares a respeito do Brasil. Em 1969, quando o coronel Lepiane expressou surpresa

ao receber dos dois capitães a notícia da traição e do roubo das armas do Batalhão feito por Lamarca, a diretriz defendida pela ESG dentro das Forças Armadas já estava bem clara: o inimigo é interno e o comunismo deve ser exterminado, assim como toda e qualquer subversão da ordem – estabelecida pela “Revolução de 1964”.

Para adentrarmos mais profundamente no trabalho acadêmico foi preciso a utilização da vertente memória histórica como ferramenta de análise das fontes e documentações históricas. Destarte, o primeiro capítulo começa com a necessidade de explicar aos leitores o motivo da utilização dessa vertente historiográfica, pois será ela quem norteará a produção textual da dissertação uma vez que o trabalho de investigação dos vestígios históricos nos leva para tal caminho.

Carlos Lamarca se tornou líder guerrilheiro num momento onde o país passava pelo fechamento das instituições democráticas e onde ser opositor do governo não era um direito respeitado pelos governantes. Não orientado pelas diretrizes da ESG e do Comando Maior do Exército, Lamarca tinha outra ideia, outro pensamento para o Brasil, diferentemente daquele que os governantes impuseram para a sociedade.

Por questão de discordância ideológica foi que ele começou a se mostrar descontente perante seus superiores e perante subalternos; não estava de acordo com o caminho pelo qual seguia a administração militar. Não estava de acordo com o modo como os militares tinham chegado ao poder. Queria fazer algo significativo para romper com este trilho da política, o qual os generais-presidentes estavam conduzindo o Brasil.

Lamarca acreditava que lutar era saudável ao ser humano, não suportava ficar inerte perante o que considerava uma injustiça. Acreditava que deveria ousar era realizar algo que promovesse a mudança de status de uma determinada situação. Ele colocou isso em prática quando ingressou nas fileiras do exército; também colocou em prática quando decidiu desertar para assumir o comando do grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Foi nesse período, entre 1969 até 1971, que Lamarca produziu a maior parte da documentação que serve de base para este trabalho acadêmico. Para a formatação do primeiro capítulo foram recolhidos alguns documentos da VPR, escritos a mão pelo próprio; alguns panfletos de propaganda do grupo guerrilheiro; algumas cartas de ex-combatentes que serviram junto a ele; suas cartas-diário cuja destinatária seria sua amante, Iara Iavelberg.

Como nesta dissertação pretendemos analisar a memória e algumas ideias de Carlos Lamarca a respeito da sua participação na luta contra a ditadura militar, o

objetivo foi discutir e evidenciar a forma de pensar e de agir daquela personagem que foi tratado como inimigo número um da repressão nacional.

Pretendemos, então, lançar luz sobre as lembranças e as condutas que Lamarca teve como meio de compreender alguns processos históricos referentes ao momento da luta guerrilheira armada contra o governo autocrático dos militares.

Destarte, a atual dissertação contém três capítulos, onde o primeiro atende pelo nome de: “uma volta a Lamarca: capitão e comandante”. Já o segundo atende por: “outra volta a Lamarca: terrorista e subversivo”. O terceiro tem como título: “mais uma volta a Lamarca: perseguido e persistente”.

No capítulo um, o enfoque foi utilizar as fontes primárias que Carlos Lamarca escreveu enquanto era líder do grupo guerrilheiro VPR. Elas tratam de variados assuntos, desde ordens, diretrizes, pensamentos, relatos de operação, reflexões sobre a sociedade, ideias que precisavam ser concretizadas, planejamento das ações e resultado e análise das práticas revolucionárias.

Esses documentos foram produzidos durante o período de líder guerrilheiro, então, de 1969 até 1971. Percorrendo a conjuntura de mudança de aparelhos, de cirurgia facial, de problematização da ideia revolucionária de guerrilha rural, foi que Lamarca produziu o conteúdo que hoje fomenta a base da discussão teórica a respeito daquele passado e dos fatos históricos que moldaram parte da nossa história enquanto sociedade.

Constantemente Lamarca escrevia algo para a VPR, pois, além de gostar de escrever, propunha temas e reflexões para outros comandantes do grupo. Considerava a arte da escrita como fundamental para o aperfeiçoamento da teoria (apesar de que ele não era um exímio intelectual ilustrado quanto era atirador); para ele, a teoria significava o momento anterior ao da execução da ação; gostava de expor suas ideias aos companheiros antes de tomar decisão e fazia isto através da escrita também. Quando a repressão diminuiu a área de atuação das organizações clandestinas, ele teve que reduzir o número de material que produzia, pois, por motivos óbvios, caso algum mensageiro – militante que ficava encarregado de transportar mensagens e documentos entre os líderes – caísse perante a repressão ela não iria capturar um vasto material referente ao planejamento revolucionário.

Como fontes secundárias, trabalhamos com a entrevista de Lamarca concedida ao periódico chileno Punto Final, em Julho de 1970, período no qual ele estava na clandestinidade, mas conseguiu externar suas respostas e seus anseios através de um

questionário que foi enviado para fora do país pelos seus companheiros em trânsito de exílio.

No segundo capítulo, consideramos como fonte alguns documentos primários provenientes dos órgãos oficiais. São relatórios e autos policiais a respeito de Carlos Lamarca. Também compõe este capítulo os registros da VPR e de seus companheiros de luta.

Alguns documentos primários que foram utilizados no primeiro capítulo também figuraram como peça importante da engrenagem do segundo capítulo. Assim sendo, novos pontos foram observados e novas partes de um mesmo documento foram analisadas para fazer o elo da ligação entre a visão/versão que acoitava os guerrilheiros (vinda da repressão) com a visão/versão que foi acoitada pelos militares (vinda dos revolucionários de esquerda). São peças do mesmo tabuleiro político que integraram este capítulo da dissertação.

Faz parte das análises deste capítulo documentos tais como: relatórios do DEOPS/SP (coletânea de relatórios policiais elaborados em procedimentos instaurados pelas delegacias especializadas em ordem política e social referente ao VPR de junho de 1969 a julho de 1971, datado e publicado em 1973); editais de convocação militar para a integração do contingente das forças-tarefas contrárias aos guerrilheiros; trechos do relatório da Operação Militar denominada “Registro”, de Maio/1970; dentre outros oriundos do governo.

Todavia, convém salientar que o supracitado relatório da Operação Registro não foi encontrado em toda sua totalidade, sendo que o contato possível com o mesmo se deu, na prática, de forma fragmentada.

Tal condição se estabeleceu devido a singularidade do documento que, mesmo tendo se tornado público ao exaurir a data da categoria “secreto”, permanece pouquíssimo divulgado para o grande público interessado sobre o assunto. Tentei algumas vezes ir ao II Exército, localizado na cidade de São Paulo, mas saí de lá sem obter sucesso na empreitada de localizar o documento em sua totalidade. Não me informaram claramente o local onde pudesse ter contato com o relatório.

Já no terceiro capítulo, “mais uma volta a Lamarca: perseguido e persistente”, foi utilizado o relatório oficial do Exército brasileiro da Operação Pajussara, operação militar realizada em conjunto com demais contingente das outras esferas militares, como: aeronáutica, marinha e polícia federal, além dos policiais militares da região.

Os relatos mais significantes estão ali e serviram como base para as análises feita sobre as visões que acossaram Lamarca. As informações contidas ali foram confrontadas com documentações primárias escritas por Lamarca no período em que ele estava no sertão da Bahia e estava sendo perseguido e procurado pela repressão nacional. Neste momento, ambo os lados opostos produziram seus escritos e seus registros, confronta-los foi uma maneira que vislumbramos para realizar análises mais pertinentes e verossímeis.

Também foram usados outros tipos de documentação primária oficial, como: relatório de viagem de agente da repressão; autos de qualificação da polícia militar; relatórios dos departamentos de segurança, dentre outros. Como já dito, também foram usados documentos provenientes do grupo guerrilheiro VPR, pois essa amálgama entre as fontes foi entendida como satisfatória para a compreensão do resgate da memória daquele cenário. Ainda foram utilizadas as cartas-diário de Lamarca, que deveriam ser entregues a Iara Iavelberg, mas estas foram interceptadas pela repressão e acabaram não chegando ao seu destino final. Elas, no entanto, serviram como base para o exército tentar achar Lamarca no sertão baiano, uma vez que a inteligência militar deveria decifrar a região onde ele se encontrava através dos indícios que escreveu nas cartas.

Destarte, começamos explanando a respeito da documentação oficial e sobre como ela era produzida – em tempos de autoritarismo estatal. Alegamos que os documentos oficiais são portadores da ideologia dominante, pois eles representam parte do pensamento da elite política e governamental, pois seus anseios estão implícitos – às vezes, até explícitos – naquele tipo de documento, logo, eles são permeados de argumentos favoráveis aos “donos do poder” que precisam ser problematizados por quem tem contato com os mesmos a fim de criar condições para análises mais ímpares da história, colocando em contraponto aquelas informações oficiais que são dadas como verdadeiras, unilaterais, lineares e conclusivas por si próprias. Isto foi tentado ao decorrer da produção textual tanto do segundo capítulo quanto do terceiro.

Capítulo I – UMA VOLTA A LAMARCA: CAPITÃO E COMANDANTE

“Tudo o que vocês escreverem, esquecerão.” Suposta maldição proferida pelo Deus Tot do Egito

1.1 – História e Memória

Este primeiro item da dissertação tem como objetivo levar ao debate a questão da vertente “História e Memória”, tendo como núcleo a personagem de Carlos Lamarca, ex-capitão do exército e líder do grupo guerrilheiro VPR. Para iniciarmos nosso objetivo foi necessário o estudo sobre a memória histórica, a qual se mostrou bastante adequada como abordagem do “fazer historiográfico”.

Começamos a produção textual pela parte teórica daquela abordagem que se mostrou mais adequada para/com o tratamento das fontes e vestígios históricos coletados. Colocamo-la em evidencia após verificarmos as análises que foram produzidas e a partir disso pudemos observar que a vertente historiográfica adotada construiu importantes pontes para o raciocínio a respeito do tema.

Diante de tal cenário, procuramos dialogar, criticar, mostrar e concordar com alguns autores consagrados que já produziram trabalhos que tangem o mesmo assunto da nossa proposta acadêmica.

Inicialmente foi preciso elaborar elucidações sobre a teoria e pesquisar a bibliografia produzida sobre o assunto. Perante alguns autores, concordamos que a memória é parte constitutiva da história, e esta se encontra em constante movimento através dos processos humanos de aperfeiçoamento – que nem sempre atingem seus objetivos. Entendemos, também, a memória como local de construção histórica e por este motivo ela é deveras importante para os diversos grupos sociais que lutam entre si para alcançar lugar de destaque nesta querela. O lugar de onde se fala na memória é demasiadamente imprescindível para sabermos adentrar a discussão que acirrou a respeito dela, feita pelas diversas correntes historiográficas. Portanto, nos posicionamos no tocante a ela.

A memória não é somente a lembrança do passado, ela é inerente ao estudo de história e exerce influência na construção de pontes entre significados dos acontecimentos históricos de outras temporalidades, pois acreditamos que a significação e a reificação dos acontecimentos podem ser modificadas de acordo com a tendência

política que se adota. Acreditamos, portanto, ser importante para a sociedade o estudo de sua memória, tornando presente os processos históricos ocorridos, de forma a evitar a velha máxima: “um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”.

A partir disso foi concebido o texto que disponibilizamos aqui.

Nem sempre é fácil e pertinente rememorar aquele passado aqui no presente. Para algumas pessoas, o lugar do passado é realmente “lá atrás”, no passado. Parece pouco clara esta colocação, porém, há quem pense desta determinada maneira. Digo “pouco clara”, pois nem sempre é assim que devemos ou podemos enxergar os fatos e os processos históricos que ocorreram a algum tempo anterior ao que vivemos hoje.

O exercício de rememorar acontecimentos da História é, sobretudo, um exercício do tempo presente. É através do tempo de agora que podemos revisitar aquilo que ocorreu num determinado tempo histórico. O rememorar o passado é característico do “contemporâneo” (sendo entendido aqui como o tempo e espaço que vivemos atualmente). Rememorar o passado é necessário quando questões sobre ele são levantadas no presente. É neste âmbito de interesse que pretendo inserir meu trabalho de pesquisa.

Se recordar é viver, o trabalho do pesquisador da memória é sempre um trabalho vivo e, portanto, do cotidiano, do tempo presente. A rememoração pode ser uma ação de lançar luz a uma memória que oscila entre estar em evidência e cair no esquecimento. “Compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente” é assim que Marc Bloch (*Apologia da História*, 1943) traz uma dupla e complexa relação entre estas perspectivas de construção histórica. A memória seria este movimento. Ela e a história se confundem, pois a memória é constitutiva da história e não algo separado dela – que apenas se relaciona quando é utilizada pelo autor.

Nesta mesma toada, o mesmo historiador amplia o conceito de história formulando uma de suas máximas: “a história é a ciência do homem no tempo”. Ou seja, o objeto de estudo do historiador é a ação humana inserida no espaço e tempo. Nas suas mais variadas temporalidades o homem permeou o mundo com suas intervenções e estudá-las a fim de compreender os processos sociais históricos é um ofício do historiador.

Analisando a máxima de Bloch, este “tempo” pode englobar tanto o passado como também o presente e através dele é que a movimentação dos homens se manifesta. Assim sendo, “o que faria um historiador um historiador seria o fato de que ele estuda

os homens imersos na temporalidade, vivendo o tempo, percebendo o tempo, produzindo o tempo” (BARROS, 2012, p. 183).

Para permanecer na Escola dos Annales, Fernand Braudel também escreveu algumas ideias e teorias sobre a transitoriedade da história entre o passado e o presente. Desta maneira, “a história é, ao mesmo tempo, conhecimento do passado e do presente, do ‘tornado’ e do ‘tornar-se’” (BRAUDEL, 1974, p. 235-236).

O estudo das temporalidades feito pela Escola dos Annales não é objeto de profunda análise aqui, mas cabe utilizá-lo no que diz respeito à construção de uma ponte entre os fatos – ocorridos e que estão ocorrendo –, pois “o passado e o presente [...] ligam-se entre si através do problema. Este (o ‘problema’) é sempre formulado a partir do presente” (BARROS, 2012, p. 187).

Outra historiadora do tema que podemos citar aqui como alguém de relevância nessa seara é Lucília de Almeida Neves Delgado. No que se refere a temporalidades e interpretações ela expressa parte de seu conhecimento da seguinte maneira:

o tempo é uma categoria da história plena de múltiplos significados. Sendo abstrato é paradoxalmente concreto, [...] as diferentes formas de manifestação do tempo, em sua extrema complexidade, são inerentes aos processos históricos. Portanto, longos ou curtos, simultâneos ou sucessivos, passados ou futuros os tempos são substratos da dinâmica histórica. Trazem consigo a história como realização concretas das ações humanas, e também a história-conhecimento. (DELGADO, 2004, p. 16).

Quando se fala de passado na história é comum alguém pensar que aquilo que está registrado foi de fato o que ocorreu. Ou seja, para ter noção do que realmente houve naquele determinado momento, bastaria alguém ler ou lembrar o que já se foi escrito sobre aquilo. Porém, não é somente isto. A reconstrução histórica não busca contar apenas uma versão, e sim mais de uma. Ela não busca encontrar respostas eficientes e que convencem, mas busca interpretar qual parte do presente há (ou houve) naquele passado (e vice-versa). A escritora argentina, Beatriz Sarlo, traz uma valiosa interpretação a respeito do tempo “passado”, do tempo “presente” e da “memória”:

não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato de vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente. (SARLO, 2007, p. 9).

A respeito do que foi transcrito e escrito sobre essa vertente até aqui, temos um problema: Por que rememorar Carlos Lamarca? A qual propósito atende rememorar as

ações, lembranças e textos de um homem que lutou a favor de seus ideais contra um determinado governo autocrático? Por que devemos nos debruçar sobre o que ele escreveu? Qual a importância de sua obra (e a de suas ações) para a história?

Questões como estas são desafiadoras para o atual trabalho de pesquisa que começa a ser descrito na perspectiva da memória histórica de sua personagem central cujo estímulo é elaborar uma profícua discussão sobre a memória e acrescentar uma nova interpretação a respeito da memória de Carlos Lamarca.

A origem do nome “memória” remete seu significado à simbolização da deusa grega “*mnemosine*”. Ou também remete ao “*mnenon*”, que na mitologia seria um servidor de um herói que o acompanha incessantemente para lembrar-lhe de uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Ou ainda, o verbo “*monere*” do latim significa “fazer recordar”.

Neste sentido, podemos levar em consideração os amplos estudos que Jacques Le Goff (*História e Memória*, 2013) fez sobre os trabalhos de autores que trataram do tema memória. Neles, observamos a conclusão de Le Goff sobre os gregos: “a filosofia grega, nos seus maiores pensadores, não reconciliou a memória e a história”. Ou seja, a memória se distanciou da história (ação concreta dos homens), e a colaboração dos autores gregos antigos ficou devendo esta reaproximação para que não fosse uma coisa separada da outra, na visão de Le Goff.

Como concordamos que a memória é constitutiva da história, concordamos também com o historiador francês. E aqui procuramos descrever parte da história de Carlos Lamarca através de suas memórias – aproximando uma da outra.

A história é formada também pela disputa de memórias, onde se escolhe o que vai ser lembrado e o que vai ser esquecido; se escolhe também o que permanece em voga e o que será apagado. E a memória é um campo de disputa importante para as forças sociais que buscam o poder. Como escreveu Le Goff (2013, p. 402):

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

E ainda, do seu pensamento, podemos concordar que ‘a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens’ (LE GOFF, *Memórias: História e Memória*, 1994, p. 477).

A libertação que Le Goff se refere é aquela que está mais envolvida com o processo de conhecimento e construção histórica das sociedades. Ou seja, a memória deve ser acessada sempre que possível e sempre que for necessária, pois ela conduzirá parte da história de um povo no caminho do aprendizado a respeito dos fatos (dos acertos e dos erros) anteriores; logo, a servidão do desconhecimento sobre o passado não poderá mais ser mantida, uma vez que a memória e a história possibilitarão novas abordagens (e interpretações) sobre aquilo, quebrando as amarras que a sustentavam.

Todavia, tomemos como lição o pensamento de George Orwell, onde reside a seguinte ideia: “quem domina o passado domina o futuro. Quem domina o presente domina o passado” (ORWELL, 2005, p. 236).

Destarte, podemos observar que a memória (e sua produção) é objeto de desejo dos grupos situados no poder, pois eles podem reinterpretar a história conforme seus objetivos políticos, sociais, econômicos, religiosos e culturais. Já para aqueles grupos que não estão no poder, mas o desejam, a memória é importante pelo mesmo motivo, além servir/contribuir para a construção de um imaginário social e de um modo específico de agir.

Ou seja, constrói-se a memória a partir de um “lugar social”. Dentro desta “esfera de poder” algo ou alguém pode privilegiar a formação de um imaginário que se almeja obter. Assim sendo, um grupo inserido no poder pode forjar uma sociedade que deseja, através da utilização da memória, eliminando aquilo que não lhe seria conveniente conviver.

Ao engendrar um possível imaginário – resgatando a memória que lhe é bem quista e escolhendo esquecer a que não lhe convém – o próximo passo de dominação seria introduzir um modo específico de se viver (e de agir no cotidiano), uma doutrinação.

Podemos citar o *modus operandi* da repressão em torno das pessoas que se dispuseram a lutar contra um Estado autoritário e opressor nas décadas de 1960 e 1970. Ao engendrar uma prática como a tortura, por exemplo, pode-se supor que os agentes da repressão fizeram isto com algum objetivo. Um deles seria doutrinar/moldar o modo de convivência de uma sociedade pautada pelos ditames do grande capital aliado, tendo como foco a ojeriza por qualquer alternativa de conduta social ou sistema econômico diferente daquele implantado, difundido e conservado pelos militares que chegaram ao poder em 1964.

Ao implantar um regime atroz através de um golpe de Estado, o governo dos militares (1964-1985) defendia ferozmente o binômio “segurança nacional e desenvolvimento econômico”, para tal era preciso garantir o lema positivista da nossa bandeira: “ordem e progresso” (leia-se: ordem para o povo e progresso para a burguesia) – idealizado aqui no Brasil por Benjamin Constant, ainda no século XIX.

Contrário a este modelo de doutrinação, contrário a sujeição da sociedade imposta pelos militares e apoiada pela elite, contrário ao que se tornou costumeiro no Brasil governado pelos militares – por exemplo, a perpetuação das mazelas sociais e a concentração de renda – foi que Carlos Lamarca insurgiu como uma personagem da história nacional¹.

Não é objetivo traçar toda a trajetória de Lamarca, nem de fazer uma biografia do mesmo. Porém, vez ou outra, teremos de introduzir aspectos que fundamentaram sua vida. Destarte, convém salientar que tanto a memória quanto o documento são portadores de “herança de uma versão” sobre a qual procuraremos tratar com o máximo de isenção baseando-nos em metodologias de análises pertinentes.

Longe de ser uma unanimidade entre as vertentes ideológicas interpretativas tanto da esquerda quanto da direita, Lamarca deixou para posteridade uma vida de luta e significados diversos que se fazem presentes nos seus escritos e publicações sobre ele – em determinados momentos estes serviram para criar uma imagem depreciativa (de alcunha pejorativa) e em outros momentos uma imagem superlativa dele.

Através dos seus escritos – e escritos sobre ele – trago para este estudo as análises a respeito da perspectiva da história e memória dessa personagem, fazendo um resgate peculiar das suas lembranças do período que compreende, principalmente, os anos de 1960 ao ano de 1971, bem como lembranças sobre ele.

A questão da memória sempre estará associada a personagem desta dissertação. Assim, em variados momentos, poderemos perceber que os documentos produzidos em diferentes temporalidades trazem Lamarca para o centro do debate sobre questões nacionais das quais ele fez parte. Até mesmo depois de sua morte, a peleja por maiores

¹ Ter se tornado uma personagem da história nacional não era objetivo pessoal de Carlos Lamarca. Seu intuito, pelo que mostram os documentos coletados e pelo teor do que ele escreveu, não era alcançar tal ponto e tal repercussão. Não era um homem que precisava ter preenchido o seu ego com os “holofotes da história”. Se hoje se rememora sua trajetória é por que as condições propostas para as análises presentes aqui neste trabalho foram favoráveis e presta-se ao interesse público o incremento do debate sobre a história e a memória do país, onde ainda é necessário estudar e aprofundar o que de fato ocorreu na nossa sociedade naqueles anos em que ele viveu, assim como é necessário entender o processo pelo qual ele passou para chegar ao ponto de tomar as decisões que tomou.

esclarecimentos sobre suas atuações continua e também continua a batalha em torno da sua memória (que construiu e constrói uma figura).

Todavia, Carlos Lamarca nos deixou algo significativo a respeito de suas ideias e seus posicionamentos políticos podendo assim ser base constituidora de um estudo sobre memória a histórica de sua pessoa, de sua trajetória política, de suas ações e também de seu envolvimento – bem como o de seu grupo guerrilheiro, a Vanguarda Popular Revolucionária – com a luta armada no Brasil.

Estudar a memória é para o historiador uma janela aberta – uma seara de atuação – onde o mesmo pode transitar seu olhar perscrutador “para dentro e para fora” do tempo presente (e também do tempo passado).

A construção da memória de um Lamarca guerrilheiro não se deu de um dia para o outro. Houve episódios importantes e marcantes para que ele chegasse aonde chegou (de comandante disciplinado e exemplar a inimigo número um da repressão) e percorresse o caminho que percorreu (da caserna aos aparelhos rurais utilizados pelos guerrilheiros da luta armada).

Rememorar o passado é mais do que meramente relembrar os principais fatos daquele determinado período, é colocar em discussão algumas omissões feitas por parte daqueles que praticaram o “terrorismo de Estado”, é tentar contribuir para o esclarecimento de algumas questões que refletem até os dias atuais. No Chile, a questão da memória permanece mais viva e mais desenvolvida do que no Brasil, e podemos observar isto na própria historiografia que diz respeito a este tema.

Ainda sobre a memória, num cenário de debates e discussões do pós-ditadura, Beatriz Sarlo nos deixa o testemunho de suas análises muito bem estruturadas sobre a questão do “campo de conflito” que é este tema. Podemos perceber algumas particularidades tanto aqui no Brasil quanto em outros países da América Latina. E no tocante a isto ela discorreu:

é evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso de nossa história. Mas também é um campo de conflito para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e que o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola. É um campo de conflitos também para os que sustentam que o “nunca mais” não é uma conclusão que deixa para trás o passado, mas uma decisão de evitar, relembrando-as, as repetições. (SARLO, 2007, p. 20).

Dessa maneira, podemos extrair dali que a memória tem mais de uma serventia. Ela possui variadas funções: algumas vertentes estimulam a volta àquele passado, outros preferem esquecer que ele existiu; outros preferem rememorar com finalidade pedagógica, onde não se devem esquecer os horrores que foram cometidos naquele período – evidenciando que eles não devem voltar a acontecer (sobre quaisquer outras circunstâncias).

É notório que parte da sociedade não está disposta a discutir fatos e versões que aconteceram no passado e que se tornaram predominantes na montagem de uma vertente (oficial) de nossa história. Opta-se pelo silêncio “ao passado” não porque se esquecera do ocorrido, mas porque, na tentativa de não vasculhá-lo, imprime-se a ideia de que “o que aconteceu, aconteceu” e não tem mais jeito de reescrevê-lo. Leva-se a cabo a ideia de que não é preciso mexer no “vespeiro”.

Porém, para este tipo de pensamento e postura, para estas pessoas que refletem posicionamentos desta natureza, a história já mostrou – e continua a se mostrar – que é reinterpretada a todo o momento. E que é de suma importância saber identificar o que está sendo “apagado pelo tempo” na reconstrução dos fatos históricos.

Portanto, através das fontes coletadas, atrevo-me a adentrar nessa seara, pela qual cultivo apreço, sabendo que dela posso extrair mais um entendimento sobre o processo histórico que diz respeito à memória histórica de Carlos Lamarca, no que tange suas atuações e pensamentos políticos.

Como bem estudou o tema do “esquecimento/silêncio”, a historiadora Janaína Martins Cordeiro nos traz complementos para entendermos parte desta “seleção” do passado que será discutido aqui. Ao publicar o resultado parcial de sua tese de pós-doutoramento, que se transformou em artigo publicado e capítulo de livro, a historiadora aponta alguns motivos para o silêncio, por exemplo, do ex-general-presidente Emílio G. Médici.

No entender de Cordeiro, não era a toa que o general Médici teria permanecido no “silêncio” depois de findada a ditadura militar. Segundo ela (através de relatos do próprio ex-presidente):

a grande maioria da sociedade não queria lembrar [do tempo em que o Brasil foi presidido por ele, que passou para a história como “os anos de chumbo”, em detrimento dos “anos dourados”]. Assim, [...], optou-se pelo silêncio sobre o passado. Não o “esquecimento” puro e simples, mas o “silêncio”, a escolha coletiva por não falar dos “anos dourados” que o governo Médici

representou para parcelas expressivas da sociedade. (CORDEIRO, 2014, p. 187).

No caso, o “silêncio” a respeito da “herança” do Governo Médici que ele gostaria que fosse lembrado (os ditos “anos dourados”) foi suplantado por outro contexto, aquele que ele não gostaria que estivesse em evidência (os “anos de chumbo”). Ou seja, escolheram uma “herança” para designar o seu governo e silenciaram, deliberadamente, outra parte dele – sem que ele participasse desse enredo da memória. Nesse sentido, ele não pôde defender seu legado – e entrou para a história sendo a personificação da “ditadura”.

Ela ainda relata que o general ficou ressentido com a pouca abertura que lhe deram após sair da presidência. Ele teria alegado que ficou personificado como “o ditador”. E dessa maneira não seria interessante para a continuação do regime militar deixar ele falar o que pensava e relatar suas experiências. Caracterizado como tal, ele exclamou posteriormente: “Não, eu não posso falar nada. Tenho que ficar calado. Eu sou o arbítrio, eu sou a ditadura. A ditadura não fala” (MÉDICI Apud CORDEIRO, 2014, p. 187).

Esse é um típico caso do “varrer o assunto para debaixo do tapete”, cuja finalidade é que ninguém mais o veja e ninguém mais comente sobre ele, até que um dia todos se esqueçam (ou não se lembrem) que ele existiu. Então, cai em esquecimento aquilo que não se fala. E isso serve tanto para a omissão dos crimes da repressão – cometidos pelo terrorismo de Estado – como serve para ilustrar o ressentimento do general – que queria defender seu legado e não obteve o espaço que imaginava dispor para fazê-lo. Ou seja, caiu em “esquecimento” aquilo que ficou em “silêncio” por muito tempo. Através da atual pesquisa, pretendemos fazer o caminho oposto: lançar luz sobre questões “silenciadas” para que elas não caiam no “esquecimento” das futuras discussões sobre este respectivo período histórico abordado.

Ainda sobre o “esquecimento”, é importante salientar o debate que corre no Congresso Nacional a respeito deste tema em forma de lei. Embora tenha sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, em 2016, o “direito ao esquecimento” não foi posto em prática em todo território nacional, pois o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal concluíram que tal direito não pode ter efeito de lei por que ferirá outros direitos fundamentais da nossa democracia: o de liberdade de acesso às informações e o de liberdade de expressão. Não obstante, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim como outros, vem concedendo este

direito às famílias de vítimas acometidas por crimes hediondos e/ou de extrema violência.

Assim sendo, se aprovada esta lei (que ganhou a alcunha de “lei do esquecimento”), aos pesquisadores de história, por exemplo, ficará imposto o impedimento de se estudar diversos temas relevantes para a compreensão da história nacional. Ou seja, além da diminuição da área de pesquisa, o profissional que se dedica à história e à memória ficará restringido do seu material.

Entretanto, afora tudo isto, passada a ditadura militar, alguns oficiais do Alto Comando do Exército e alguns oficiais de alta patente resolveram quebrar este silêncio. Em entrevistas conduzidas pelo falecido e premiado jornalista Geneton Moraes Neto, dois generais da ditadura, Newton Cruz e Leônidas Pires Gonçalves, falaram a respeito daqueles anos em que as Forças Armadas comandavam o Brasil. Ali, diante das câmeras, eles soltaram tudo aquilo que estava entalado na garganta e que tinha ficado confinado às suas cabeças, ou seja, expuseram os seus pontos de vista, as suas verdades não ditas. O documentário “*Dossiê GloboNews*”(2010), onde constam ambas as entrevistas, serve de exemplo para ilustrar que a memória é um campo de disputa sem prazo de validade. E a todo o momento a memória pode ser recontada (às vezes com diferentes enfoques) a partir de novos atores – no caso das entrevistas a partir de velhos atores – e de novas perspectivas históricas, bem como a partir de novas fontes e novos vestígios – como também é o caso do filme/documentário como fonte histórica (além de entrevistas, testemunhos orais, cartas, recordações gráficas, dentre outros).

Aquilo que se considera solidificado pode caminhar para o esquecimento. Pode ser que caminhe também para a mesmice da repetição. Contudo, é deveras nocivo para a história o esquecimento dos fatos ocorridos, bem como o silenciamento das complexidades dos processos construtivos da cotidianidade do fazer histórico.

Num determinado momento, “verdades” e “memórias” foram se reestabelecendo por parte daqueles que comandaram a ditadura militar por dentro. Um número considerável de militares e ex-agentes do governo arregaçaram suas mangas e escreveram suas ideias e experiências vividas ao longo dos vinte e um anos em que estiveram no poder nas páginas de diversos livros. Porém, não somente eles produziram “memórias” a respeito do tema. A historiografia de esquerda, opositora e crítica teve vez e voz no cenário nacional no que tange este assunto. Aliás, essa parte da historiografia brasileira só se debruçou com mais afinco sobre esse assunto quase uma década depois de findada a ditadura. Até porque os documentos foram sendo

descobertos e revelados aos poucos, durante um período que requeria tempo para se conseguir o acesso a eles – e consequentemente os resultados das pesquisas também foram retardados – ganhando maior visibilidade nas décadas posteriores.

Para retratar um caso da “memória militar” e “verdades escolhidas”, tomemos o caso de Olympio Mourão Filho. General que ficou conhecido por ter iniciado a caminhada para o golpe que destituiria João Goulart, Olympio Mourão Filho, depois de algum tempo “afastado do poder” na ditadura, resolveu publicar suas memórias sob um título no mínimo inusitado, no que ficou conhecido como “*Memórias: a verdade de um revolucionário*”, em 1978.

Também foi o caso do ex-ministro Jarbas Passarinho, que publicou a partir da década de 1990 suas memórias e análises referentes ao período em que foi ministro do trabalho, bem como sua vasta vivência na esfera pública e política do Brasil, como “*Um híbrido fértil*” (1997).

E assim como estes dois exemplos, alguns outros tantos também vieram à tona posteriormente com a finalidade de fazer frente ao estofado esquerdista que estava ganhando espaço dentro desta cena historiográfica.

Acreditando ser a memória um “lugar de disputa”, ela se situa sempre no atual discurso alheio. Pelas palavras, alguns grupos parecem almejar ser o dono de uma memória oficial, ou até de instalar uma memória linear e única. Há também setores conservadores e poderosos politicamente (portadores de um pensamento hegemônico) que exaltam a elaboração e a produção seletiva da memória. Felizmente não há unanimidade sobre este assunto. Assim sendo, abrem-se possibilidades de haver o debate de ideias sobre esta querela.

Como bem observou Beatriz Sarlo, algumas destas “memórias” têm uma dupla função: perpetuar sua versão original e consolidar um pensamento (oficial). Através de discursos escritos com o peso de seus nomes e de cargos ocupados dentro da administração militar, alguns ex-militares da ditadura rechaçam a ideia de que houve tortura como *modus operandi*; suavizam a existência de reais brutalidades como “pequenos excessos individuais”; reafirmam a imponentia das Forças Armadas (como princípio salvador da moral, dos bons costumes, da anticorrupção e da soberania nacional – como um feito a ser aplaudido de pé pelos espectadores); enobrecem a importância dos militares na tomada de decisões a respeito daquilo que seria supostamente necessário e urgente fazer para “melhorar” o país. Destarte, Sarlo (2007, p. 15) salienta que:

as modalidades não acadêmicas de textos encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função das necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. Muito do que foi escrito na década de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo. Suas versões se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem sistema de hipóteses, mas certezas.

Portanto, medidas revisionistas foram e estão sendo adotadas pelos partícipes desta seara chamada: história e memória. Ou seja, não há espaço para “caixas fechadas” e/ou “assuntos encerrados”.

A história é viva assim como a memória também o é. E o que faz ambas serem dessa maneira é a atuação dos pesquisadores que buscam aponta-las para alguma direção que contribua para o esclarecimento da discussão social a respeito da construção da nação.

Num momento mais recente, em 2014, por exemplo, com o advento dos 50 anos do golpe civil-militar e da ditadura militar, muito se escreveu a partir de uma premissa revisionista. Neste contexto, alguns autores migraram de posição em relação ao que já tinham escrito sobre esta querela. Foram visitar o passado e acabaram mudando de opinião sobre o que eles mesmos tinham feito. O que está por trás das novas interpelações não será objeto de profunda análise aqui. Posturas diferentes serão apenas apontadas/apresentadas/mencionadas.

Num momento mais “distante”, esquerda e direita digladiaram-se para tentar escrever parte da história nacional que trataremos aqui. Ambas as visões sofreram mudanças, uma delas começou a apresentar perspectivas diferentes dentro do que antes era apenas uma corrente. Noutra corrente historiográfica, pluralizaram-se os autores. Seu número cresceu em relação ao passado e ganhou cada vez mais novos adeptos e novos “produtores” e “consumidores”. O debate entre as correntes historiográficas se amplificou, porém ainda não chegou a um estágio maior de esclarecimento satisfatório para a nação. Alguns assuntos permanecem encaixotados, outros tiveram uma visão

deturpada por nomes de calibre nacional, que, entende-se, buscavam maior reverberação de seu (re)conhecimento.

Para discutir a rememoração das esquerdas armadas no Brasil ditatorial, o historiador carioca Daniel Aarão Reis Filho produziu alguns estudos juntamente com outros colegas a fim de retornar ao tema por “comemoração da efeméride” de 40 e 50 anos do golpe civil-militar e da instalação da ditadura – este último objeto de confronto para Carlos Lamarca.

Na efeméride de 40 anos de 1964, Daniel Aarão Reis Filho, Rodrigo Patto Sá Mota, Marcelo Ridenti, dentre outros, organizaram um denso livro sobre palestras, artigos e textos a respeito da amostragem de estudos e pesquisas que estavam sendo produzidas aqui no Brasil no que tangenciava o tema do golpe e da ditadura.

Neste livro, podemos observar que há alguns pontos divergentes nas concepções propostas pelos autores (nada mais natural isso ocorrer, pois são diversos intelectuais que escreveram – cada um com sua análise) e para o debate acadêmico isto pode ter significado positivo de pluralidade, uma vez que se mantiveram com determinação e rigor as metodologias aplicadas.

No conteúdo do livro podemos encontrar análises substanciais que se fazem pertinentes quando o assunto abordado é

a origem do golpe civil-militar, a gênese e consolidação da ditadura militar, as lutas que se travaram contra ela, principalmente a luta armada, e o processo lento, gradual e seguro através do qual os militares abandonaram o proscênio da cena política. (REIS FILHO, 2004, p. 30).

Vale destacar que o que mais nos interessou nele foram as “lutas” que se travaram, em especial a luta armada.

Já no ano em que a ditadura completou 50 anos, Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta organizaram outro livro em que se discute “*A ditadura que mudou o Brasil*” (2014). Numa série de artigos produzidos pelos organizadores e por outros autores convidados, eles debateram diversos pontos de vistas no que tange “onde” a ditadura militar mais influenciou a sociedade brasileira da época (e para além daqueles tempos também).

Ou seja, por exemplo, artigos sobre a memória de uma cidade que viveu durante o auge dos anos do “milagre econômico” e o quê ela se lembra dele recheiam o livro citado. Assim como estão lá também as análises sobre as mudanças instituídas pela ditadura militar no ensino superior público brasileiro e suas consequências. Estão ainda,

recheando o mesmo, as novas interpelações feitas por “novas cabeças pensantes” a respeito das conspirações que auxiliaram a feitura do golpe.

Para não deixar de citar um autor que se notabilizou pela capacidade reducionista e cronológica de sua escrita e sucinta averiguação das fontes e análises dos fatos que marcaram esta história do Brasil, temos o texto do historiador paulista Marco Antônio Villa. Ideias como “dita-branda” e “dita-curta” ficam implícitas na leitura do seu livro “*Ditadura à brasileira: a democracia golpeada à esquerda e à direita (1964-1985)*” (2014).

De viés pretensiosamente neutro (de “centro”), ele não se alinha nem com a historiografia mais crítica e analítica-estrutural (à esquerda) e nem com a historiografia mais conjuntural oficial (com análises baseadas e alicerçadas na mentalidade oficial de direita das Forças Armadas). Todavia, o livro de Villa atende a uma demanda de consumidores não especializados no assunto – sobre os quais ele incutiu sua postura “isenta” perante algumas abordagens daquele período.

Já a respeito das considerações referentes à luta armada no Brasil, a historiadora carioca Denise Rollemberg traz algumas – importantes e controversas – contribuições sobre a participação dos grupos guerrilheiros no combate à ditadura, bem como sua ânsia por derrubá-la. Adotando uma perspectiva revisionista e um tom crítico e polêmico, Rollemberg afirma em diversos momentos que a sociedade brasileira da época não “comprou” nem apoiou o projeto das esquerdas armadas, parte dela por estranhamento com a identificação da proposta (de revolução brasileira via socialismo) e outra parte por medo da coerção e represália (vindas do Estado autoritário).

No que tange aos trabalhos científicos salientamos o mestrado e o doutorado de Wilma Antunes Maciel: *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971)* (2003); e *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)* (2009), respectivamente. Ainda vale salientar o mestrado de Jefferson Gomes Nogueira: *Carlos Lamarca: o militar guerrilheiro (1969-1971)* (2009).

Doravante, devido a alguns chamamentos de certos substratos da sociedade, que clamam o retorno dos militares ao centro da cena política, poderemos colaborar com uma visão sem extremismo cuja finalidade seja a de relacionar os problemas históricos com os novos problemas de hoje e tangenciar o real através de análises para que os problemas antigos não voltem a aparecer.

Estudar a memória e a história através de Carlos Lamarca também têm suas implicações no presente. O que significa fazer um trabalho de memória a respeito de uma personagem controversa do Exército brasileiro quando setores da sociedade bradam pela volta dos militares à política, em uma espécie de “*dejavu*”?

Foi a partir do questionamento a respeito de “como ele era visto pela história” que pensamos em construir este trabalho acadêmico. Ao depararmos com convicções que vão de oficiais das Forças Armadas, que se sentiram traídos por Lamarca, até aos guerrilheiros, que viveram perto dele nos últimos suspiros de sua vida. Sem querer adotar denominações produzidas por terceiros, o atual trabalho procurou respostas nos documentos produzidos pelo próprio Lamarca e pelos órgãos oficiais, onde, através da análise de ambos, pudéssemos construir um entendimento peculiar a respeito de “como ele era visto” naquele momento em que os acontecimentos históricos estavam se concretizando, resgatando-lhe através da memória.

No que tange nosso caso, podemos perceber que o passado de violência perpetrada pelo Estado ainda sangra aqui no presente de nossos dias. Possivelmente ela tenha se perdurado daquele Estado ditatorial até o nosso atual Estado democrático. Logo, realizar este trabalho significa também utilizar a memória de Lamarca como ponte para não nos esquecermos de um dos períodos mais bárbaros da nossa história.

1.2 – Biografia, História e Lamarca

“Lamarca não foi o “assassino frio e sanguinário” mostrado na imprensa por pressão do exército, muito menos um “messias sem Deus” ou joguete da esquerda armada.” (JOSÉ e MIRANDA)

Nascido no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1937, o carioca batizado como Carlos Lamarca, aos 16 anos de idade, já demonstrava interesse pela política e pela “coisa pública”. Participou ainda adolescente de passeatas de cunho político e mobilizações para a campanha de “O Petróleo é Nosso”, em 1954.

Era um jovem astucioso, sagaz e persistente. Pode-se entender que esta personalidade foi se formando após vencer uma tuberculose ainda quando criança. Seu anseio pela vida lhe rendeu amor incondicional pela ação de lutar – sempre pelo melhor – e dava o melhor de si para conseguir alcançar suas metas e objetivos. Seu irmão relata que no evento de sua primeira comunhão foi o orador da turma e também se destacava na sua classe dos estudos primários.

Seus escritos, de modo geral, tem sua principal produção a partir de janeiro de 1969, após o evento do roubo das armas do IV Batalhão de Quitaúna em Osasco. Todavia, ao longo da década de 1960, Lamarca escreveu algumas anotações sobre variados assuntos, atribuindo maior destaque a temática da política nacional.

Estes escritos anteriores ao ano de 1969 já foram trabalhados pelos jornalistas Emiliano José e Oldack de Miranda, cuja produção e conteúdo culminaram com a publicação do livro *“Lamarca, o capitão da guerrilha”* (2004), que é base de algumas informações construtivas desta dissertação. Seu conteúdo, porém, no que diz respeito àqueles escritos “pré-1969” necessita de averiguação pertinente a fim de dialogar com a escrita da mesma.

Como se trata de um livro escrito por jornalistas, não contém rigor acadêmico e nem possui metodologia que endosse as construções que foram feitas pelos autores. Percebe-se que é um livro mais narrativo, factual, que procura contar as mais importantes ações e participações de Lamarca durante sua atuação na política nacional. Ainda é perceptível que não se busca fazer uma análise crítica dos documentos levantados pelos autores e nem se predispõe a avaliar com ação perscrutadora a vida do capitão.

Ao retornamos ao ano de 1960, quando Lamarca se forma na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, podemos observar que sua personalidade foi levada consigo para dentro da instituição Exército. Portanto, já era questionador de alguns assuntos, sobretudo a política, e passou a ser também sobre a função das Forças Armadas. Outra parte foi se desenvolvendo ali dentro da caserna, podendo observar de perto algumas atitudes dos homens de farda. Mostrou-se crítico do Exército antes e após sua ida para a clandestinidade.

Logo no ano de 1962, Lamarca, então segundo-tenente do Exército brasileiro, foi convocado a servir na tropa da Organização das Nações Unidas (ONU) que seria enviada para o Canal de Suez numa missão de paz na região.

Ali se deparou com uma realidade diferente da que pensava, porém, não inédita. Identificou que os árabes viviam e conviviam com e na pobreza, assim como alguns brasileiros. Percebeu que a realidade daquele povo era muito mais cruel. Decididamente tomou posição a favor dos oprimidos e “se fosse para combater, para ser justo, teria de passar para o lado deles. E passaria se houvesse combate.” Neste cenário tomou maior consciência do significado real da pobreza.

Seu apego pela vida conseguiu superar a doença na infância e fez com que ele se apegasse ainda mais à ideia de que os seres humanos deveriam ter condições de vida que fossem dignas para o satisfatório convívio social. Assim, não admitia presenciar calado uma injustiça. Bradava contra quando tinha oportunidade. Prezava-a (a vida) como um bem maior em relação a todas as outras coisas e acreditava que as pessoas deveriam lutar por ela.

Utópica ou não, a memória de Lamarca (aquela que ele produziu) e a memória a respeito dele (aquela que foi produzida por terceiros) se mostrou presente nos debates, nos textos e nos livros que tratam sobre as ações armadas e sobre os tempos de luta contra a ditadura militar no Brasil.

Questões atuais proporcionam uma instigante visita ao passado desta época. Visita-lo é ter contato com as lembranças pessoais dele (escritas em suas cartas para Iara Iavelberg, bem como em ordens da VPR) e também ter contato com o que se propalou a respeito de sua pessoa. Visita-lo significa rememorar o que ocorria no país de então mediante a sua visão (que não necessariamente estava correta), e quais ações ele pensava com a finalidade de achar soluções para as crises humanitárias que aconteciam em território nacional (nem sempre as suas ações e soluções foram as mais corretas).

Analisá-las-emos, bem como as condições possíveis para sua atuação, no decorrer da dissertação.

Voltando da Campanha em Suez, após o contato com a realidade árabe, Lamarca intensificou suas leituras sobre escritores mais voltados para a resolução de problemas sociais. Não por acaso, já em solo brasileiro, retomou leituras de jornais como o “*A Voz Operária*”. Foi dado mais espaço às literaturas marxistas, sobretudo os clássicos.

De 1963 a 1965, depois de passar uma temporada de treze meses no Canal de Suez, Lamarca é alocado em Porto Alegre, sendo incorporado à 6ª Companhia de Polícia do Exército.

É pertinente salientar que suas convicções políticas se formaram antes da instauração da ditadura militar. Entretanto, foram nos anos iniciais dela que mais floresceu seu lado politizado, questionador e revolucionário.

Foram em governos democráticos que ele começou a se interessar pela política, pela justiça social, pela igualdade, pelo combate à pobreza, pelo combate ao capitalismo (que influenciava a economia nacional daquela época e queria ser dominante aqui).

Suas posições foram se moldando através dos processos históricos que ocorreram aqui no país de então. À medida que a política do país ia caminhando para um modelo administrativo mais voltando para o mercado à direita, Lamarca ia se sensibilizando cada vez mais com a questão social e com as agruras deixadas pelo capital.

À medida que a política caminhava mais perto de um modelo de esquerda trabalhista, Lamarca ia cobrando das autoridades em questão o saneamento daquelas mazelas que ele via na sociedade. Era um ser político tal qual Aristóteles teorizou na Antiguidade Clássica.

Em se tratando do então presidente da República, João Goulart, Lamarca foi enfático no que diz respeito à sua postura diante do golpe de Estado. Vociferado pelo Brasil afora, o golpe propalado pelos militares golpistas surtiu efeito negativo em Lamarca, que tinha um posicionamento bastante reto com o que entendera ser a função do Exército.

Lamarca teria exclamado que o presidente “Jango foi um covarde” no momento em que o golpe foi deflagrado, pois não se utilizou do dispositivo militar que continha para deter a marcha e a ação golpista. Poderia ter usado seus aliados para barrar o movimento golpista e resistir contra eles, mantendo, assim, seu governo. Porém, como

sabemos, não foi dessa maneira – desejada por Lamarca – que o desenvolvimento dos fatos e atos se sucedeu. Jango não se utilizou da força que dispunha.

No momento do golpe, Lamarca estava sediado em Porto Alegre e viu de perto a resistência que se formou ali contra o movimento golpista. Percebeu que seria possível lutar contra os militares conversadores proponentes da chamada “revolução”² e seus apoiadores orgânicos da elite civil e concomitantemente lutar em prol dos seus ideais sociais (diminuição da desigualdade, a diminuição da pobreza, diminuição da influência/dependência do capital externo, por exemplo).

Ali, naquele cenário de resistência, Lamarca passava a considerar Leonel Brizola como um autêntico líder popular. Este seria símbolo da resistência político-civil. Resistência esta que ele considerava de suma importância para a sobrevivência do governo democrático de Jango. Portanto, neste contexto, o triunfo dos militares insurgentes foi um duro golpe no centro de seu pensamento político.

Não obstante, Lamarca viu ali no sul do país a formação de um grupo de militares que se opuseram a bombardear o Palácio Piratini, onde estava sitiado o então governador (e cunhado do presidente João Goulart) Leonel Brizola. Após desacatar ordens de seus superiores conspiradores, este grupo de militares “legalistas” não somente não atacaram a residência oficial do governador, como fizeram também a sua segurança a fim de evitar que outros grupos pudessem executar a missão que o Comando Militar do Sul, da Terceira Região Militar (3ª RM), ordenou-os a realizar.

Desta maneira, Lamarca ficaria impressionado com o ímpeto observado naqueles homens fardados que descumpriram a ordem por julgarem-na inconveniente, impertinente, imprudente, injusta e desonesta. A atitude dos “legalistas” chamou a atenção de Lamarca, que percebeu que poderia fazer algo em prol dos seus valores, poderia descumprir uma ordem desde que o motivo fosse nobre (em seu julgamento). Como já havia tido contato com alguns esquerdistas subversivos clandestinos, imaginou poder ajuda-los em algum momento de sua trajetória. E o fez. Concedeu ajuda aos companheiros de guerrilha num momento oportuno de sua vida.

² “Revolução e Revolucionários”: os termos encontram-se entre aspas, pois, partindo do ponto de vista posto pelos agentes que articularam o golpe de 1964, no qual eles mesmos se declararam feitores de uma “revolução” com a finalidade de salvaguardar a democracia brasileira e expurgar o perigo vermelho do comunismo no Brasil, devemos esclarecer que esta perspectiva não condiz com a nossa, na qual escrevemos esta dissertação sob a noção de eles deram um golpe conforme seus interesses escusos. Destarte, adotamos a perspectiva de Florestan Fernandes e Caio Navarro de Toledo, que apoiam suas teorias no “caráter preventivo da intervenção” civil-militar. Ver também: HOBBSAWN, Eric. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, pp. 193-196.

Quando o espaço dos parlamentares civis foi tomado pelos militares “revolucionários”, (a introdução dos militares no centro da política nacional, como atores principais da cena), Lamarca passou a lamentar esta conjuntura, pois não estava de acordo com aquele pensamento dominante das Forças Armadas, já que acredita mais no lema da “mão amiga” em ajudar ao próximo e servir ao povo do que na “canetada” que culminou com o posicionamento autoritário do regime ditatorial militar (que estava em conluio com o pensamento conversador das elites do país).

Lamarca considerava o Exército brasileiro uma “extensão da população”, que tinha a função de ajudar o povo brasileiro a superar suas adversidades. Porém, naquele momento, o Exército começou a prestar um desserviço aos cidadãos do país – segundo seu olhar. Foram punidos os indivíduos que tinham opinião contrária àquelas que o governo autoritário dos militares bradava. Foram presas pessoas que não comungavam do discurso dos militares que comandavam a política. Assim sendo, o incômodo de Lamarca ia aumentando a cada novo exemplo de abuso de autoridade vindo do grupo que dominava o país e a respeito disto vociferou contrário ao que estava presenciando dentro dos quartéis.

Em 1964, logo no início da ditadura militar, Carlos Lamarca, que servia no sul do país, deixou fugir um preso político que estava sob sua responsabilidade na cadeia do Batalhão onde cumpria serviço. Este ato de rebeldia foi considerado inapropriado e lhe custou a abertura de inquérito para averiguação do ocorrido. Acabou sem punição, mas o clima ficou insuportável para com seus superiores³.

Como podemos notar, em 1966 Lamarca já exclamava seu descontentamento com a instituição da qual fazia parte. Registrou que:

eu vim servir ao Exército pensando que o Exército estava servindo ao povo, mas quando o povo grita por seus direitos é reprimido. Aqui, o Exército defende os monopólios, os latifundiários, a burguesia. O povo é sempre reprimido. O Exército é podre e eu não aguento mais. (LAMARCA apud JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 34).

Seria mais uma incompatibilidade entre o capitão (seu pensamento e seu posicionamento) e a instituição militar (sua mentalidade, seus métodos e suas ações).

³ Conforme relato dos autores já supracitados, em dezembro de 1964, Lamarca deixou escapar da cela da prisão da Polícia do Exército um capitão da aeronáutica, Alfredo Ribeiro Dandt, que foi preso por atividades subversivas e após isto recebeu uma advertência que fez o ambiente de trabalho ficar insustentável a ponto de Lamarca pedir transferência para Quitauína, em Osasco, no ano de 1965.

Seria mais um capítulo da história de Lamarca contra as atitudes nefastas coordenadas pela ditadura.

Inquieto perante o horror que estava se disseminando na prática cotidiana da ditadura militar, Lamarca entendia como nefastas as atitudes de prender preventivamente pessoas com ideias opostas, diferentes e divergentes aos ideais da administração política do país. Sem preservar os direitos básicos do povo, a administração da ditadura militar construiu uma ampla rede de contenção à ideia alternativa de governabilidade. Assim, em nome da segurança nacional, a liberdade foi repreendida. Contra as limitações impostas pelo *modus operandi* e contra os abusos da administração militar foi que Lamarca se organizou e se preparou para lutar.

Segundo relatos, desde que voltou da campanha do Canal de Suez, em 1962, Lamarca intensificou os estudos sobre a tão propalada “revolução brasileira”. Diferentemente da ideia de “revolução” dos militares golpistas, rondava no ar a ideia de que era necessário fazer algumas reformas no cenário político, social, econômico e estrutural do país para que houvesse uma verdadeira mudança na vida das pessoas. Se as reformas não fossem feitas, uma revolução deveria estar pronta para dar cabo destas questões populares, já que elas iriam beneficiar a população e o país. Contudo, não houve tal ato naquele ano.

Lamarca, como sempre, foi afeito às reformas que privilegiassem o povo, dedicou-se a estudar o marxismo, bem como as estratégias de atuação no que dizia respeito ao conceito de “revolução brasileira”. Para ele, o socialismo seria o caminho para vencer o capitalismo, a fim de tornar a sociedade um lugar mais justo. A fim de derrubar a ditadura, Lamarca preconizava sobre as ações via armas; ele enxergava que a formação de um partido operário seria muito burocrática e lenta, logo, precisaria arrumar uma alternativa mais eficiente, rápida e enérgica – ainda que na sua proposta houvesse vacilações e erros a serem dirimidos no desenrolar dos fatos. Em certo momento relatou em seus escritos: “Em 1962 também iniciei o estudo da guerrilha e fiz parte de um grupo para desencadeá-la a longo prazo [com uma puta visão militarista]. Posição nossa sobre o movimento de massas da época: ‘vai dar cocô’” (LAMARCA, 1969, p. 1).

Como já havia tentado se filiar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e não obteve sucesso – foi convencido por um conselheiro do partido que alguém lá de dentro poderia delatá-lo devido ao seu modo “militarizado” de agir –, Lamarca se aproximou das teorias de grandes personalidades que admirava. Ele tinha em mente que o

folclórico barbudo Ernesto Guevara, o “Che”, era modelo a ser seguido em toda a América Latina. Pensava que o revolucionário argentino estava no caminho certo para construir a revolução latino-americana e, em especial, tomou gosto pelas concepções da “guerra de guerrilha” para serem aplicadas aqui no Brasil mediante ajustes feitos à realidade nacional – onde, nesse caso, se julgava como um dos homens capazes de o concretizar.

Aqui temos uma questão: seria ele mesmo capaz de ajudar a concretizar a revolução via guerrilha no Brasil? Em seus documentos ele planeja e confabula com companheiros, mas em momentos finais de sua vida ele se depara com outro cenário – mais desolador –, pois percebe que o movimento da guerrilha estava em retração perante a repressão dilatada pelo governo Médici.

Mais jovem e, talvez, mais utópico ele pensou na ideia de ser o condutor da guerrilha, porém, com o passar dos anos e com mais experiências negativas, começou a ponderar sua importância diante da conjuntura que estava a sua frente.

Desde o início da ditadura passou a ensaiar críticas aos indivíduos que acreditavam na tomada do poder pela via legal (que usava o código de leis como base) ou quem acreditava na tradição democrática das instituições militares brasileiras (que nesse momento, sua ampla maioria estava inclinada para a continuidade do recrudescimento do regime autoritário).

Com seus subordinados, o sargento Darcy Rodrigues, o cabo José Mariane e o soldado Carlos Zanirato, formou o “clube dos amigos”, cujo propósito era reunião de cabeças pensantes para elaborar e estruturar um foco guerrilheiro.

Para Carlos Lamarca, o cerco estava se fechando e tempo estava passando. A oportunidade talvez não fosse esperar mais. Ele tinha de trabalhar em duas frentes: a legal (dentro da lei), como capitão; e a clandestina (fora da lei), como articulador de planos e ações contra a ditadura militar. Tinha uma jornada dentro e fora do Exército. Entretanto, nunca deixara de cumprir com suas obrigações oficiais, nunca deixou ser firme quando tinha de ser. Também nunca se afastou dos círculos clandestinos que pensavam em derrubar a ditadura para vencer o imperialismo que solapava o Brasil.

Quanto mais o tempo passava, mais Lamarca ia se debandando para a clandestinidade. Tomou conhecimento mais profundo sobre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando, em 1968, o grupo guerrilheiro fez uma ação armada com a finalidade de recolher “armas para a revolução”. Ao tomar conhecimento dos fatos, Lamarca teria exclamado: “esse pessoal é sério, não é só blábláblá”. Ali, ele achou o

grupo certo para ser adepto. Aquilo significava que poderia dar um passo adiante, avançar da teoria à prática.

O tal passo foi dado em 24 de janeiro de 1969. Roubando as armas do batalhão do qual era comandante, em Quitaúna, Osasco, Lamarca sai do Exército para entrar de vez na clandestinidade com 63 fuzis FAL e muitas munições. Este seria seu passaporte para a luta armada brasileira. Com as armas em mãos ele não poderia voltar para o seu posto de comando dentro do Exército. Agora ele deveria assumir a função de capitão da guerrilha.

Derrubar a ditadura era seu objetivo, bem como ajudar o povo brasileiro a se libertar das amarras do capitalismo imperialista que tomava conta das unidades militares, que, por sua vez, tomou conta do Brasil desde abril de 1964.

Considerando as opiniões de Lamarca, e sabendo que ele assume um “lugar” de onde fala, podemos observar que ele foi um opositor contumaz da ditadura militar e, por meio dos seus escritos, crescem a oportunidade de se fazer análise referente a esse período histórico, trazendo a sua memória (bem como a análise feita sobre ela) como expoente do pensamento da luta armada brasileira com o intuito de lançar luz sobre o ponto de vista de quem participou ativamente do processo sócio histórico do país. Lamarca não foi o único que se propôs a isso, mas aqui ele assume o papel central dessa querela e se torna protagonista dentro dessa abordagem.

Para entendermos a luta de Lamarca temos que saber quais eram os principais pontos que ele estava lutando contra. Assim, uma pista surge no decorrer dos documentos analisados: o modelo de Brasil que a ditadura desejava. Todavia, explicar um pouco do contexto se faz pertinente.

1.2.1 – A reconstrução nacional

“Reconstrução nacional” parecia ser uma ideia-chave para os militares que se desprenderam dos quartéis (e desprenderam o movimento golpista) para avançar até o comando da política nacional. Ao final do discurso oficial proferido ali na capital federal, no dia 09/04/1964, os atores do golpe assinaram o Ato Institucional número Um (AI-1), onde buscavam a formatação de um novo Brasil, agora aos moldes de um Quartel General. Pensavam eles que o país poderia funcionar tal qual um quartel funcionaria, contendo toda a hierarquia, rigidez de comando, disciplina e subserviência aos ditames como era costumeiro dentro daquela “organização-modelo”. Seria uma “democracia limitada à brasileira”, aos moldes da nossa “tradição”, seria uma medida fixada em resposta à tão propalada ideia de “Republica sindicalista” – que estaria crescendo gradualmente no governo do “fraco” João Goulart, e sob sua tutela.

O Brasil deveria passar por mudanças drásticas, sobretudo no seu plano de desenvolvimento econômico e na sua segurança. O binômio “desenvolvimento e segurança” nortearam as medidas que foram adotadas pelos governantes da ditadura militar. Assim sendo, o constructo ideal – advindo do medo do comunismo mundial bipolarizado pela Guerra Fria – fez com que aqueles comandantes se preocupassem em organizar o país através da proteção máxima a qualquer ameaça – interna ou externa – que visasse prejudicar a recuperação econômica e social do Brasil – Brasil este que as classes dominantes queriam para si (tanto os capitalistas daqui como também os de fora; soma-se a eles o seu braço armado – os militares de direita).

Através de ações antagônicas em referência ao governo anterior, novas condições econômicas foram criadas para que não voltasse aquele cenário brasileiro de reivindicações populares, impedindo, assim, as disputas sociais que ocorreram no governo de Jango – agora elas não seriam toleradas na administração autocrática dos militares.

Alguns elementos que pautaram o governo dos militares ficam nítidos quando analisamos o preambulo do primeiro discurso oficial pós-golpe:

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de Março de 1964 teve, [...], fundamentos e propósitos que visavam dar ao país um regime que, [...], assegurasse autentica ordem democrática, baseada na liberdade e no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, [...], buscando, deste modo, ‘os meios indispensáveis’ para à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os

graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestígio internacional nossa Pátria. (Discurso oficial, 02 de Abril de 1964).

Destarte, fica bem claro que, para os atores do golpe, o Brasil tinha uma ideologia e uma tradição que jamais poderia ser quebrada e/ou abandonada. Não é difícil perceber que, no julgamento dos militares golpistas, o governo de João Goulart estava quebrando esta tal “tradição” e/ou permitindo que grupos ideologicamente “antagônicos” ao Brasil quebrassem-na. Logo, seria tarefa das Forças Armadas proteger a Pátria de qualquer problema. Então, alguma medida deveria ser feita em prol dela para coibir e exterminar qualquer “coisa” que a afrontasse. Eles, os militares “revolucionários” (leia-se: golpistas), estavam dispostos a realizar tal missão em nome da “verdade” (qual?), em nome do povo (qual?) e em nome da moral do Brasil. Ou seja, foi levado a cabo o pensamento do século XIX, no qual se dizia que as Forças Armadas seriam a força suprema da Pátria e seriam superiores àqueles interesses políticos⁴ que não fossem condizentes com a real motivação de progresso da nação – constituindo-se, assim, numa “força suprapartidária”.

Ou seja, aquilo que a classe civil-política não conseguiu fazer, seria tratado como missão para as Forças Armadas, a fim de realizar o que dela se esperava e o que necessário para o país.

Analisando também o preâmbulo do Ato Institucional número 1, que deu sustentação jurídica ao golpe civil-militar, podemos perceber o conteúdo da “democracia limitada à brasileira” ou da “falsa” revolução promovida pelos militares. O AI-1 afirmava peremptoriamente que:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e radical do Poder Constituinte. Assim a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. (Ato Institucional número 1, 09 de Abril de 1964).

⁴ Para maiores esclarecimentos a respeito da temática, consultar: TREVISAN, Leonardo. **Instituição militar e Estado brasileiro**. São Paulo: Global, 1987. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

Ou seja, apenas aquilo que fosse proveniente das Forças Armadas, especialmente do Comando Supremo da Revolução, é que deveria ser seguido, pois foi ela quem garantiu ao Brasil a “autentica” ordem democrática, atendida nas exigências de um sistema jurídico político baseado na verdade, na liberdade, no respeito à pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”. Aquilo que começou como “revolução”, acabou como ditadura. Ela tinha como finalidade, bem clara, reconstruir o Brasil de acordo com os interesses da alta burguesia nacional aliada aos donos do capitalismo internacional. Então, diante de tal “revolução”, Lamarca estava disposto a pegar em armas e defender os direitos do povo brasileiro (bem como a libertação nacional).

Ele não julgava justa esta expropriação da democracia, que audaciosamente se disse ter sido feita em nome da Pátria e que visava o melhor para ela. No entender dos militares revolucionários seria não permitir que o Brasil se tornasse uma nova Cuba ou uma república sindicalista aos moldes soviéticos.

Em entrevista concedida ao periódico chileno “Punto Final”, em abril de 1970, podemos observar que sua intenção de pertencimento e altruísmo para com a recuperação brasileira fora desfeita quando se deparou com a institucionalização da ditadura

Sou um dos poucos oficiais brasileiros de origem operária. Estudei com sacrifício de meus pais e escolhi a carreira por entender que as Forças Armadas teriam condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu País. Logo me desiludi. (LAMARCA, 1970, p. 1).

Ou seja, Lamarca entendia que o Exército possuía uma função social: zelar e trabalhar em prol do bem estar de todos os brasileiros. Destarte, sob a área de atuação das Forças Armadas deveria conter a ideia de que toda a população que precisasse de ajuda encontraria a “mão amiga” do Exército para ajuda-los. Porém o que ele estava percebendo é que elementos fundamentais de uma verdadeira democracia estavam sendo alijados e defenestrados por aqueles que juraram defendê-la.

Ao passo que uma parte da sociedade estava festejando a vitória da revolução, outra parte estava preocupada com a construção da sua metodologia de atuação. Se as novas medidas iriam beneficiar alguém, este alguém não seria o povo brasileiro – que era produto preponderante nas análises, ideias e intenções de Lamarca.

Neste cenário de promoção de um novo Brasil, a ditadura militar adotaria medidas que iriam sustentar seus apoiadores, pois eles, os comandantes em exercício do

país, precisariam também ser sustentados no poder. Era uma troca de favores, uma espoliação da política e da República brasileira. Por isto, não foi à toa a escolha do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco dentre tantos nomes do Exército brasileiro.

A reconstrução nacional passava estritamente pelo bom funcionamento da economia e do desenvolvimento industrial. Assim, pensava a equipe econômica, o crescimento iria gerar o desenvolvimento da qualidade de vida da população e o Brasil voltaria a andar pelos trilhos certos. Para isto, os novos comandantes não mediriam esforços.

Aqui convém dialogar com a historiadora Maria Helena Moreira Alves, que trouxe ao debate a atuação do Estado (autoritário) no Brasil da década de 1960 em um brilhante estudo, cujo tema de sua tese se tornou um livro indispensável para entendermos melhor esta questão. Em “*Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*” (1987), a autora afirma que o medo do comunismo foi uma desculpa para salvaguardar o domínio do capital na América Latina, cujo cenário fazia parte do contexto da Guerra Fria. A bipolarização do mundo estava num estágio latente e conservar os liames do capitalismo era imprescindível para garantir a própria sobrevivência:

com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia de segurança nacional na América Latina. A forma específica de por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna” em face da ameaça de ‘ação indireta’ do comunismo. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses, já envolvidos na guerra da Argélia, concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latinos americanos, preocupados com os movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente na sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. (ALVES, 1987, p. 33).

Desse modo os capitalistas do Brasil, os imperialistas do EUA e do mundo afora fariam o possível para viabilizar sua permanência. E fizeram. Apoiaram as Forças Armadas a darem um golpe de Estado na democracia brasileira. Apoiaram uma reformulação do pensamento militar nacional, cuja reestrutura culminou com a

formulação da Doutrina de Segurança Nacional – que tinha como princípio que a segurança geraria o desenvolvimento.

Como o Brasil deveria passar por mudanças drásticas, sobretudo no seu plano de desenvolvimento econômico, as equipes que foram montadas após a introdução dos militares na política nortearam suas ações em benefício de uma pequena burguesia que insurgiu contra Jango e que vinha participando de outras ações no cenário da política nacional, sempre com a finalidade de defender seus lucros, seus privilégios, sua seara de atuação e seus interesses particulares.

A “autocracia burguesa”⁵ surge nesse contexto onde uma parte do grupo hegemônico toma para si o poder, fazendo um governo “de si para si”, e deixando de lado a outra parte que, como ela, aspira ao desenvolvimento/enriquecimento. Assim sendo, a autocracia burguesa não abarca toda a burguesia nacional de um país, portanto, não locupleta a totalidade, e sim apenas uma fatia dela (aquela que está no comando – no caso brasileiro, seria aquela que golpeou a democracia e instituiu a ditadura).

Normalmente, a autocracia associada ao grande capital externo é quem mais se beneficia das políticas públicas e desta maneira a pequena e a média burguesia tendem a diminuir ou até mesmo a serem extintas do mercado, pois participam de uma “concorrência desleal”. Foi assim no Brasil governado pelos generais-presidentes.

Parece ser característico da autocracia burguesa se perpetuar no poder em detrimento do progresso geral de uma nação. No Brasil, durante os anos da ditadura militar, o grupo que esteve no poder permaneceu lá apoiado fortemente nos EUA, bem como nas ordenações que o FMI, representante do capital externo, propunha para o desenvolvimento da economia brasileira.

As equipes econômicas daquele período estavam dispostas a salvar o “capitalismo brasileiro”, mas por caminhos econômicos diferentes (na teoria). Planos de metas foram estabelecidos conjuntamente entre os ministérios do Planejamento e da Fazenda a fim de racionalizar as contas públicas e também fomentar o capitalismo nacional (atrelando-o ao estrangeiro).

Para eles serem preservados no posto de “salvadores da pátria”, “demiurgos da nova democracia”, a autocracia burguesa nacional jogou o jogo do capital externo, adentrando cada vez mais num cenário de autoritarismo e perpetuação da “própria espécie” ou de reprodução do sistema capitalista estrangeiro em terras tupiniquim.

⁵ Para maior aprofundamento teórico sobre a “autocracia burguesa”, ver: **Verinotio** revista on-line – n.10, Ano V, out./2009, issn 1981-061X.

De um lado, o capital dava sustentação econômica aos militares, do outro o poder político dos militares dava as condições necessárias para a reprodução (e expansão) do capital externo. Um influenciava o outro. E no meio dessa amálgama encontrava-se a pequena e a média burguesia nacional, bem como a população menos favorecida economicamente, que não era “convidada” para a negociata.

Assim, o primeiro governante militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, foi escolhido para ser o homem a representar e formalizar esta mudança que os grupos hegemônicos julgavam ser necessárias. A partir dele, homem forte dentro do Exército e representante do pensamento da “ESG”, é que as condições para um novo Brasil seriam postas em prática.

Diante de seu posicionamento, Castelo Branco, vinculado a setores do grande capital externo e aliado da alta burguesia nacional, propôs aos economistas Roberto Campos e Octávio Bulhões a formação de um plano para salvar o capitalismo brasileiro e fazer multiplicar os lucros dos investidores internacionais.

Então, de 1964 a 1967, a equipe econômica brasileira pretendia fomentar o desenvolvimento do capitalismo nacional e estimular o conceito de “livre mercado” para que o mesmo fosse implantado no país. Eles julgavam que o Brasil nunca tinha experimentado o conceito da concorrência, uma vez que o empresariado brasileiro sempre se imiscuía no Estado para levar adiante qualquer projeto que beneficiasse a sua industrialização, o seu comércio e a sua economia de modo geral.

Os “castelistas” tiveram melhor desempenho no âmbito econômico do que tiveram no âmbito político. Depois de “perderem” dois grandes e importantes apoiadores após as eleições estaduais – Carlos Lacerda e Magalhães Pinto – em 1965, a política de Castelo Branco se viu preocupada com o nascimento de uma oposição moderada e prontamente decidiu impor sobre a sociedade o Ato Institucional número Dois (AI-2).

Em 27 de outubro de 1965, mais um Ato Institucional foi infligido aos brasileiros, pois, pensavam os membros do governo, seria necessário adequar alguns dispositivos da Constituição Federal de 1946 aos novos parâmetros advindos da “revolução democrática brasileira” de 1964.

Balizando-se pelos 33 novos artigos (dentre eles: o bipartidarismo, eleições indiretas, intervenção no Poder Judiciário, extremo combate aos subversivos, decretação do Estado de Sítio, fechamento do Congresso Nacional sem aviso prévio e/ou permissão, fortalecimento da Doutrina de Segurança Nacional baseado em Decretos-

Lei), os ministros Campos e Bulhões puderam aplicar políticas monetaristas mais ortodoxas sem medo das consequências políticas, haja vista que este novo dispositivo jurídico-político ampliava os poderes do Executivo em relação aos outros dois Poderes.

Assim, na esfera econômica, os “castelistas” tiveram algum sucesso (efêmero). Mas logo se depararam com uma realidade estranhada. Com a adoção do modelo econômico, que ganhou a alcunha de “entreguista” ou de “integração pela entrega” (ao capital externo e às trustes), a equipe destinada a fins econômicos acabou decretando a falência de algumas empresas nacionais, sobretudo as pequenas, que passaram a concorrer com empresas estrangeiras mais estruturadas financeiramente após a abertura do mercado brasileiro para investidores de fora.

Destarte, aquilo que se esperava (o melhoramento dos produtos nacionais e o desenvolvimento econômico das pessoas) não ocorreu. Muito pelo contrário, aqueles pequenos empresários não conseguiram competir com os empresários externos no mesmo patamar e tiveram que fechar suas portas e demitir seus funcionários. Deste modo, o mercado brasileiro perdeu parte de sua população economicamente ativa, pois as medidas do governo Castelo Branco tiveram como resultado uma massa de desempregados e, como consequência, a diminuição do poder de compra das camadas da classe média e baixa.

Houve um avanço das empresas estrangeiras sobre as empresas nacionais. Isto ocorreu porque a mentalidade do empresariado brasileiro estava ainda muito enraizada na prática de conseguir facilidades econômicas através de políticas de empréstimos com o governo federal. Assim, ao diminuir a participação do Estado no auxílio às empresas, as firmas estrangeiras se tornaram transnacionais, pois, com o aporte de dinheiro vindo de sedes no exterior, elas puderam comprar aquelas empresas que mais sofreram com a mudança de postura adotada pelos “castelistas”⁶.

No que tangenciava a segurança, a questão também se modificou. Ganhou novos contornos, porém, contornos com ares menos democráticos. Cada vez mais ficava difícil de sustentar o caráter “democrático” da “revolução” de 1964. A ditadura já apresentava dificuldades para se esconder atrás do véu institucional/legal e já deixava aparecer seu rosto horrendo de crueldade inconstitucional em alguns aspectos.

⁶ A contrapartida ao setor privado, que fez duras críticas à equipe econômica de Castelo Branco devida a expansão de empresas estrangeiras aqui, foi o crescimento e florescimento do setor público. A ironia era que o governo que depôs Jango, por entender que ele dava preferência ao setor público enquanto sufocava o setor privado, agora fazia o mesmo. Conforme esboça: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 127-136.

Através de ações antagônicas com o passado de lutas e reivindicações populares, a equipe do comandante militar Castelo Branco formalizou um conjunto de leis e decretos que visavam impedir o surgimento de novas intempéries dentro da sociedade brasileira. O AI-2 deu plenos poderes ao “chefe-em-exercício”, uma prévia do que viria a acontecer no cenário político brasileiro do final dos anos 1960.

Diante deste aspecto conservador, em nome da Segurança Nacional, Castelo Branco, antes de sair da presidência, conseguiu deixar um legado político para seu sucessor, onde, através de mecanismos como o citado acima, o próximo comandante da nação iria usufruir de variadas possibilidades de atuação, sendo respaldado pela maioria dos altos oficiais das Forças Armadas e respondendo somente aos interesses escusos de seus parceiros.

Evidentemente estas atuações de oposição não passariam incólumes. Cada vez mais que a ditadura ia mostrando sua verdadeira face autoritária e autocrática, mais Carlos Lamarca ia se indignando com os excessos de prejuízos que aconteciam à sua volta. Foi neste período que ele relatou ter se desiludido com o Exército. Todavia, concomitantemente à sua constatada desilusão, ele se preparava, estudando, para implantar a guerra de guerrilhas no país e se preparava para adentrar de vez na vida ilegal/clandestina, uma vez que não enxergava mais futuro na sua vida legal/institucional.

Tinha como ideal armar focos de guerrilhas espalhados por todo território brasileiro, assim, seria impossível barrar o ímpeto e o anseio do povo camponês aliado às estratégias e os desejos dos verdadeiros revolucionários. A somatória de forças iria derrubar a ditadura militar, porém, seria preciso montar as bases deste levante popular. E Lamarca, no que tange o assunto guerrilha rural, estava aprendendo coisas sobre as idiosincrasias brasileiras e não estava apto a criticar seus parceiros de VPR que estavam a mais tempo se dedicando a esta questão.

Foi por este motivo que não interpelou Onofre Pinto, brilhante sargento e exímio estrategista militar, que logo se rebelou contra os ditames da ditadura ainda no começo dela. Onofre era também um dos líderes da VPR, e desejava ter Lamarca ao seu lado. Para conseguir o que queria, entre uma conversa e outra, Onofre convenceu o capitão de que já era hora de viver a teoria, deixando de ser apenas um estudioso e passando a ser um efetivo militante da revolução – esta, de caráter socialista.

Entretanto, como o poder dos militares era grande, as reações deles perante a sociedade foram se tornando cada vez mais duras e cruéis. Muitos opositores acabaram

torturados, sofreram com as prisões incessantes e com o abuso de autoridade que feria a própria convenção militar (nos seus termos mais estritos).

Porém, as arbitrariedades não pararam por aí, pelo contrário, elas começaram a crescer à medida que o governo Castelo Branco ia se “despedindo” do poder. Antes de passar o posto para outro militar, Castelo Branco preparou algumas situações que pudessem beneficiar seu sucessor. Deixou um legado para o próximo presidente. E, de quebra, deixou um recado àqueles que pensavam de forma distinta ao pensamento oficial.

Seu legado econômico para a reconstrução nacional foi de controle da inflação, estímulo ao comércio exterior (dali viriam os investimentos e tecnologias necessária para o Brasil), flexibilização para pagamento da dívida externa (que, por sinal, só crescia devido aos empréstimos tomados pelo presidente junto aos EUA), estímulo para a tentativa de mudança de perfil da mentalidade empresarial (que não obteve o sucesso desejado). Como contrapartida, faltou para a equipe econômica de Castelo Branco a percepção do modelo de industrialização que o país tinha (desde Juscelino Kubistchek a prioridade eram os bens de consumo duráveis) e proporcionar modificações significativas neste setor. Todavia, o próximo governo, de Costa e Silva, teria meios para modificar o que quisessem.

No tocante ao recado dado à sociedade, o legado político de Castelo Branco foi o fortalecimento do Poder Executivo em relação aos demais. Aumentava a proteção contra ataques de opositores e ampliava a sua base de atuação. Poderia fechar o Congresso sem aviso prévio, poderia cassar mandatos, demitir funcionários públicos e aposentar quem eles bem desejassem.

O aparato jurídico construído por Castelo Branco seria largamente utilizado por Costa e Silva. Assim, se a oposição era moderada naquelas circunstâncias, com Costa e Silva a oposição seria talhada quando não rezasse pela cartilha da linha-dura que administrava o país.

Porém, Castelo Branco, antes de deixar a presidência, apavorou o Congresso Nacional (que ele vivia fechando e reabrindo de acordo com seus interesses) quando apresentou um novo texto constitucional. Dentro do período que compreendia os dias 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, aproximadamente 43 dias corridos, em meio às festividades de final de ano, ele pediu que os congressistas – amordaçados pelos Atos Institucionais, até o momento tinham sido quatro – apreciassem a formatação de uma nova Constituição Federal. Sem saída, os congressistas se reuniram para fazer

aquilo que o presidente tinha ordenado. O resultado foi a criação da quarta (4ª) Carta Magna brasileira do período republicano⁷.

Como já havia feito novas medidas administrativas no país por meio dos Atos Institucionais, Castelo Branco resolveu consolidar seu legado/recado perante a sociedade deixando o instrumento jurídico mais importante da nação como símbolo de sua grande obra. Ele modificaria a essência da democracia brasileira: a Constituição de 1967 era a primeira que abolia o sufrágio universal (no âmbito da República), impedindo, assim, aos cidadãos de votarem diretamente no candidato à presidência. A eleição tinha sido tornada indireta. A partir de então, os parlamentares eram quem escolhiam o representante máximo do país. Todavia, eles estavam sob vigilância (e intervenção) do Poder Executivo.

Por entendermos que a Constituição de 1967 foi um passo dado para diminuir mais a seara de atuação dos opositores do governo autoritário e autocrático dos militares, uma vez que ainda estava em vigor a Constituição de 1946, além de entendermos que foi o último passo dado até se chegar ao Ato Institucional número Cinco (AI-5), vale trazer à discussão algumas considerações sobre ela.

Para além das convicções do governo de Castelo Branco (outros grupos também pensavam algo a respeito), ele e os discípulos da “Sorbonne” deliberavam sobre a criação de um método que servisse para solucionar problemas de abrangência nacional. Estas deliberações concluíram que qualquer método que fosse criado teria menos (e menor) influência na política do que a ampliação das funções do Executivo. Surge, então, a partir deste grupo, a ideia de que seria possível fazer novas leis e aplicar nova constituição. Acreditando nisso foi que seu governo outorgou a Constituição Federal de 1967.

Alguns pontos importantes provenientes da Constituição militar de 1967 merecem referência:

1. Eleição indireta para Presidente;
2. Maior concentração de poder para o Executivo, podendo controlar exclusivamente os gastos do país, bem como, tendo em suas mãos, a “oportunidade” de gerir o orçamento nacional;
3. Apuração de infrações penais contra a Segurança Nacional;

⁷ Conforme se percebe na ideia descrita no livro de VILLA, Marco Antonio. *A história das Constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.

4. Intervenção no Poder Judiciário, onde o presidente ampliou o número de juízes no Supremo Tribunal Federal a fim de ser beneficiado pelos novos nomeados; criou o Supremo Tribunal Militar, que tinha força parecida (ou até maior) ao STF.

Após pronta e aprovada, a nova Carta Magna da nação só entrou em vigor a partir da posse do segundo general-presidente, o marechal Arthur da Costa e Silva, em 15 de março de 1967. Assim, quem a idealizou não usufruiu dela. Podemos entender que ela foi o “presente” dado a Costa e Silva pela vitória de sua escolha como novo presidente do Brasil.

Para formalizar o plano de reconstrução nacional, a Constituição militar veio em boa hora, pois ela iria ditar o ritmo dos novos acontecimentos do país. Baseando-se nos próprios preceitos, os militares institucionalizaram na sociedade sua mentalidade e sua intencionalidade à revelia do clamor popular.

Através do Decreto-Lei – Fev/1967 o Poder Executivo seguiria a disciplina e hierarquia militar, onde na ponta da estrutura executiva estava o presidente-general. Sendo municiado com informações, relatórios e diagnósticos, logo abaixo dele (Executivo) estavam os principais órgãos da administração militar: Alto Comando do Exército, Estado-Maior e Sistema Nacional de Informações (órgão criado por Geisel e Golbery do Couto e Silva, que ganhou tamanha proporção a ponto de poder se instalar em todos os ministérios que quisessem, produzindo valiosas informações e até fiscalização interna – emitindo parecer a respeito de nomeação, promoções e ações políticas).

Castelo ficou marcado como “moderado”, pois entre 1966 e 1967 deixou de exercer alguns Decretos-Lei sobre assuntos importantes para a continuidade de seu governo. Por exemplo, modificou a lei que tangenciava a imprensa, flexibilizando-a em alguns aspectos ao invés de manter seu texto original (via proposta oficial inicial, onde poderia fazer valer o seu Decreto-Lei). Era uma maquiagem para tentar institucionalizar a ditadura que seu governo iniciara em 1964.

A Doutrina de Segurança Nacional, aplicada dentro do Exército através da Escola Superior de Guerra, foi transformada em lei, em 1967, por Castelo Branco, via Decreto. Assim, antes de deixar o governo, Castelo e o pessoal da “Sorbonne” programaram e implantaram a Lei de Segurança Nacional, onde cada cidadão seria responsável por salvar o Brasil e impedir que ameaças internas e externas fossem empregadas em todo território nacional. Assim sendo, todos os cidadãos deveriam zelar

pela segurança nacional e a partir de então passariam a ser um correligionário (em potencial) da mentalidade e da estrutura das Forças Armadas.

A partir de 1967, o país caminhou para o fechamento repressivo da política nacional, pois, nas mãos de um governo mais adepto ao autoritarismo, a LSN e a Constituição Federal serviriam para limpar da área qualquer um que fosse contrário aos novos rumos que o Brasil precisava trilhar para suplantar a “crise” que o governo anterior (João Goulart) deixou se instalar no país.

Diante desta conjuntura Lamarca caminhava para a clandestinidade a passos consideráveis. Foi neste momento que, por exemplo, em 1967, Lamarca sobe de patente no Exército e se torna capitão. No mesmo ano, reforça seus laços com os militantes da VPR, mantém contatos com Joaquim Câmara Ferreira e prepara sua cabeça para tomar a decisão mais importante de sua vida: “quando seria o momento certo de ir para o lado dos guerrilheiros para lutar em prol da libertação do povo?”.

Quando uma antiga personagem ressurgir à cena, situações antigas retornam com um potencial maior para acontecer. Assim foi Costa e Silva na presidência. Lá atrás, no primeiro Ato Institucional, o Comando Supremo da Revolução era composto por homens que representavam as três forças nacionais: o vice-almirante da Marinha, Augusto Rademaker; o tenente-Brigadeiro, Francisco de Assis Correia de Melo; e o general, ministro do Exército naquela época, Arthur da Costa e Silva. Assim, de acordo com o que eles assinaram na capital federal – o “segundo passo” da movimentação golpista, porém “primeiro passo” da ditadura militar – o país ficaria subserviente aos ditames das Forças Armadas, ficaria sob a tutela das ordens militares, ou seja, um mau presságio do que viria a ser o Brasil governado por ele (que desejava o poder desde o início).

Assim, Costa e Silva, sucessor de Castelo Branco na presidência da República, era caracterizado com um caudilho sul-americano. Apesar de sua vasta experiência militar, seus gostos particulares – como corridas de cavalo, por exemplo – o identificavam mais com o modelo brasileiro do caudilhismo latino-americano que era recorrente aqui no hemisfério sul do continente do que Castelo Branco, que era mais adepto/identificado com a “*intelligentsia*” do Exército.

A sua visão “ufanista” do Exército e do país passou a ter na lei forte argumento/aliado para acabar com qualquer ponto de vista diferente daquele que o governo militar propunha como “salvação nacional” para o Brasil. Em virtude do

afastamento de Castelo Branco, o governo de Costa e Silva se apropriou do Brasil como um general se apropria de um Quartel General.

Ali, ele e seu grupo de conselheiros e ministros colocaram suas ideias acima do que a população brasileira almejava, queria e pretendia para melhorar a conjuntura sócio-política e econômica do Brasil, alijando um projeto político-administrativo mais democrático e mais participativo em nome de um projeto autoritário que continham seus ideais provenientes da mentalidade autocrática, burguesa e militarista.

A Constituição militar teve seus dias contados. Todavia o plano de reconstrução nacional se matinha, agora por caminhos mais obscuros para a democracia. Em pouco mais de 20 meses de seu início, o país a abandonaria para entrar de cabeça numa das mais cruéis fases de autoritarismo de sua história. O dia era sexta-feira, a data era 13 de dezembro de 1968. O número era cinco. O “Ato” consistia em jogar o país num calabouço. O terror tinha dado mais um passo.

O ano de 1968 foi “explosivo”. De fato, durante os meses aconteceram várias manifestações a respeito de aspirações populares e clamores oriundos do povo. Inspirados no Maio Francês – onde a rebeldia juvenil e a crítica ao governo autoritário de Charles de Gaulle se fizeram presentes e influenciaram as ruas de Paris a se movimentarem contrariamente aos “donos do poder” – nossos jovens brasileiros também saíram às ruas para demonstrar suas insatisfações contra aquela ditadura que caminhava para o quinto ano de sua existência (sem ter previsão de acabar tão logo) e que punia quem discordasse da administração militar/mentalidade oficial. Clamando por menos repressão, o povo brasileiro foi agraciado com mais repressão.

Os movimentos que foram às ruas em 1968 tiveram como motes e objeções reclamar a falta de democracia instaurada aqui no país desde 1964 e também reclamar as ausências de decoro político e humanitário, umas vez que o Brasil da ditadura descumpria os acordos internacionais de direitos humanos, pois aqui se praticava tortura⁸ como “arma de combate” e/ou “tática de interrogatório” para se conseguir informação sobre a subversão e sobre os comunistas (declarados como inimigos públicos da nação).

Não somente isto. Os operários se movimentaram para reclamar contra os arrochos salariais que foram impostos pelas equipes econômicas, sobretudo aquela

⁸ Para maiores esclarecimentos a respeito das torturas praticadas aqui no Brasil desde a tomada do poder pelos militares golpistas de 1964, ver: ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

chefiada por Antônio Delfim Neto, expoente aluno da Escola de Economia da Universidade de São Paulo. Se a dupla Campos e Bulhões foram “entreguistas”, Delfim Neto foi nacionalista. Todavia, isto não significou melhoria da conjuntura econômica para os trabalhadores. Os empregados das fábricas também reclamavam da intervenção que os sindicatos sofriam por causa da LSN, que tinha pretensão de coibir o avanço comunista nos mais variados meios. A classe trabalhadora do Brasil foi mutilada por ter na presidência de vários sindicatos os pelegos que estavam de comum acordo com os ditames da ditadura. Toda votação em período de eleição sindical era fiscalizada por homens das Forças Armadas e das polícias, e eles tinham a função de impedir qualquer eventual baderna que ocorresse, mas, no âmago da questão, eles estavam ali para garantir a vitória da chapa irmanada ao governo da situação. As chapas de oposição eram boicotadas (não tinham cédulas para votar, não constavam na lista de presentes, não tinham espaço nas assembleias, etc.) e muitas vezes perseguidas, chegando a situações de membros desaparecerem por dias, o que significava que eles não poderiam dar seus votos por que não estavam ali (eles eram encaminhados pela polícia para prestarem esclarecimentos e não podiam sair das delegacias até acabarem as eleições nos sindicatos).

Os estudantes pleiteavam mais vagas nas universidades, pleiteavam mais autonomia, menos interferência do imperialismo, menos o método USAID e mais Paulo Freire, menos delações de espiões infiltrados nos cursos para saber quem eram os mais comunistas, subversivos e agitadores. Pleiteavam ampliação dos cursos de pós-graduação, maior abrangência do ensino público nacional, melhor qualidade na educação brasileira, pleiteavam mais liberdade.

Juntamente com outros cem mil concidadãos, os artistas foram às ruas, principalmente do Rio de Janeiro, para protestar contra os abusos que presenciavam na sociedade advindos dos governantes (e das forças governamentais). A classe artística que buscava maior liberdade de expressão encontrou-se com parte da classe média e com os estudantes para se fazer ouvir em prol da livre criação, da livre manifestação de seus desejos, do amor-livre e das liberdades individuais que foram suprimidas por conta da moral que as Forças Armadas brasileiras diziam defender.

O país estava se movimentando realmente, mas, internamente, o governo de Costa e Silva não estava gostando disto. Algumas situações deixaram clara a impressão que o governo queria transmitir: a tolerância estava acabando. No velório do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, a população que estava na rua já se sentia

incomodada com a atitude agressiva, cruel e repressiva das polícias. Porém no sétimo dia, toda massa que estava ali em praça pública se manifestou contrariamente ao regime autoritário vigente desde 1964. Ao deixarem a igreja, os policiais mais os agentes da repressão agrediram violentamente aqueles cidadãos que estavam rezando pelo corpo do jovem.

Ainda em 1968, a VPR (ainda sem ter Lamarca como líder) preparou e executou uma ação contra um hospital militar com a finalidade de capturar armas para a revolução. Acharam que por ter menos segurança ostensiva, o hospital seria um lugar fácil de agir e obterem sucesso sem tanta violência. Após roubarem as armas de alguns soldados e guardas, os militantes armados foram confrontados por um comandante militar que os desafiou a roubar armas de seu quartel. O “desafio” foi aceito pelos membros da VPR, que lançaram uma camionete carregada de explosivos contra o muro do quartel. Resultado: morte do soldado Mario Kozel Filho e um motivo a mais (agora evidenciado e mais claro) para a repressão agir impune e firmemente contra as organizações clandestinas⁹.

Carlos Lamarca estava presenciando tudo isto à sua volta. Dentro do Exército percebia a predisposição de alguns comandantes para arrebatam de vez os grupos guerrilheiros, perto dos grupos de ação armada percebia que a luta não deveria ter fim até o próprio fim da vida ou a derrubada da ditadura.

Nas palavras dos autores do livro sobre *Lamarca, o capitão da guerrilha* (2004):

o capitão Lamarca absorveu a tragédia de seu tempo e viveu o drama, todo, de um período em que a tortura e o assassinato político eram métodos considerados normais pelo Estado Brasileiro. Duro é sacar o lance do oficial do Exército brasileiro, carreira brilhante à frente, que, inconformado, rasga sua farda e aposta noutro futuro: sonha com a humanidade livre, mete o peito resoluto em busca da liberdade e leva às últimas consequências o que julgava acertado. (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 16).

Assim, através dessa colaboração, podemos entender que não era nada fácil para Lamarca perceber toda aquela conjuntura formada ao seu redor e ter que ficar inerte perante ambos os lados. Contudo, alguns passos consideráveis ele já experimentara dar em sentido de uma nova vida, dentro de uma organização armada que lutasse pela liberdade e autonomia do povo (desta feita ao lado dos guerrilheiros subversivos, uma vez que o Exército tinha optado por legalizar a ilegalidade de seus atos).

⁹ A ideia desse confronto entre a organização clandestina e a repressão militar pode ser conferida também em: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Não nos parece fácil entender este momento da história, devido às ebulições que ocorreram naqueles instantes. Porém convém trazer à discussão outra participação da historiadora Denise Rollemberg. Ao produzir um estudo sobre os dois “Carlos” – o Marighella e o Lamarca – ela teoriza sobre uma vertente: a de que a classe média e a sociedade como um todo não apoiaram a luta armada, pois não acreditavam em seu propósito e devido ao medo da repressão. Para chegar até isto, ela desenvolve uma ideia a respeito de Lamarca

Sem lugar no Exército, deu o salto, encontraria na organização o seu lugar. Mas também não estava à vontade ali. Aquela realidade lhe era estranha como se tornara a do Exército. Ali, também estava isolado. Talvez nenhum outro personagem – sua vida e sua morte – sintetize tão bem o isolamento da luta armada. Lamarca foi a encarnação da solidão. A busca de um outro rosto para ocultar-se, para se encontrar. A vida de aparelho para aparelho, acuado, caçado pela gana dos militares. Da VPR para o MR8, da cidade para o campo, em busca da guerrilha no sertão baiano, escondido, aprisionado naquela situação, naquele lugar onde tudo começaria, onde tudo terminou. Lamarca em Buriti Cristalino, a imagem do isolamento da luta armada. Em lugar nenhum, escrevendo cartas para Cuba, para Iara, para si mesmo. A solidão de Lamarca nas respostas que jamais chegariam de Cuba, de Iara, dos camponeses. O diálogo impossível com aquele país. O amor interrompido por uma bala no peito de Iara. Lamarca, a humanização da solidão, Lamarca, humanizado na solidão. (ROLLEMBERG, 2007, p. 9).

Em sua visão, Carlos Lamarca estava desconfortável dentro do Exército brasileiro, assim como estava desconfortável também dentro do constructo da luta armada. Destarte, ele personificava a ideia de homem que absorveu o seu tempo e que foi moldado e se moldou a partir dele. Percebeu-se nestas condições.

Em 24 de janeiro de 1969, Carlos Lamarca, em um único movimento, partiu para o fim e para o início: fim de sua carreira como capitão do Exército, início de sua trajetória como comandante guerrilheiro. Foi da caserna à luta armada.

1.3 – Visões acoissadas: início de uma nova ordem

“Historicamente vitoriosos, avançamos até que a morte nos alcance”. (Lamarca)

Aqui, neste item, começamos pelos textos escritos por Carlos Lamarca enquanto líder do grupo guerrilheiro VPR. Ao desertar em janeiro de 1969, Lamarca foi alçado ao posto de chefe tático do grupo para fins das ações armadas. Seria ele o coordenador das práticas militarizadas da organização. Ficaria sob sua responsabilidade a adoção das ações revolucionárias armadas, tendo que calcular os prós e contras a respeito do funcionamento daquelas práticas.

Todavia, sob o cenário da Doutrina de Segurança Nacional, que a esta altura já tinha se tornado lei federal, qualquer plano ou ação vinda dos grupos guerrilheiros seriam perseguidos pelo aparato burocrático-repressor da administração militar. Nessas circunstâncias foi que Lamarca produziu a documentação que tangencia a sua adesão ao grupo guerrilheiro VPR.

Neste item, temos como objetivo trazer como agiam e como pensavam aquele grupo liderado por Lamarca. Assim, sua constituição foi descrita ao longo do corpo do texto, bem como a participação de Lamarca dentre seus companheiros.

Tendo em vista que ele foi constantemente perseguido por expor seu pensamento num cenário obscuro para a divergência ideológica e, concomitantemente, também expor sua admiração pelo socialismo/comunismo, suas visões sobre a política nacional foram sempre alvos de ações persecutórias, onde um dos objetivos era erradicar a influência socialista que permeava seu grupo guerrilheiro. Tão logo começaram as influências de Lamarca, a repressão intensificou sua fórmula de extinguir as diferenças existentes na sociedade, que era através do fechamento político e censura social.

Sob o véu da segurança nacional e em nome do desenvolvimento do país, qualquer ação contra o capitalismo instalado em solo brasileiro e contra quem o administrava, a repressão deveria utilizar todos os meios que estivesse em seu alcance para salvaguardar a sua ordem e imprimir sobre a sociedade a sua verdade e a sua moral, que deveriam ser entendidas/recebidas como dogmas.

Neste contexto, sem espaço para o contraditório, uma vez que faltava abertura política e sobrava prática que acoissava, as ações dos opositores se convertiam em algo a ser expurgado da civilização brasileira. Como uma maneira de frear o autoritarismo

militar, Lamarca produziu atos revolucionários e foi dentro desse contexto que ele ajudou a formatar os planejamentos de ataque aos exploradores do povo e do país.

Assim que o governo de Castelo Branco assumiu o poder usurpando-o do povo, a oposição se fez presente (ainda que de modo pouco efetivo e pouco barulhento) na luta contra aquela nova ordem que se instalaria como vigente ao longo de vinte e um anos. Dentro da oposição podemos mencionar dois claros caminhos que se seguiram distintos: a oposição legal/institucional e moderada, a oposição ilegal/clandestina e mais extremista.

Neste contexto de duas vertentes diferentes entre si, porém alinhadas pelo “inimigo em comum” a ser vencido, podemos salientar a análise feita pelo sociólogo Marcelo Ridenti (2014, p. 33):

Instalada a ditadura, o eixo da política de esquerda estabeleceu-se em torno dela, a ser “derrubada” ou “derrotada”: havia grupos que pretendiam derrubá-la pela luta armada e os que procuravam outros meios para vencê-la politicamente. Todos propunham a necessidade de opor-se à ditadura, independentemente dos projetos políticos diferenciados que davam base a cada grupo político ou movimento, desde os projetos revolucionários nacionalistas, como o comandado por Leonel Brizola, passando pela proposta do PCB de revolução pacífica, nacional e democrática, até os que propunham uma revolução socialista. [...] A esquerda converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas. Elas divergiam quanto ao caráter da ‘revolução brasileira’ (nacional-democrática ou socialista), sobre as formas que a luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada; se armada, guerrilheira ou insurrecional; centrada no campo ou na cidade). [...] Entretanto, havia em comum a proposta de fazer frente à ditadura. (RIDENTI, 2014, p. 33).

Derrubando-a ou derrotando-a houve, neste momento da história recente do país, uma busca pela iniciativa de lutar, de levar a cabo as ideias, de dar corpo físico àquelas teorias lidas. Seja na forma legal/institucional, seja na forma ilegal/clandestina, a oposição à ditadura estava crescendo em números vistos. De um lado a oposição institucional, através do voto, venceu as eleições estaduais em onze estados brasileiros, realizadas em 1965 – ganhou nos dois mais importantes: Guanabara e Minas Gerais, cujos perdedores foram apoiadores do golpe, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente. Por outro lado, a oposição clandestina se multiplicava por todo território brasileiro, grupos armados foram formados a partir de concepções ideológicas diferentes – então um pequeno segmento de uma organização discordava das ordens e

diretrizes propostas pela liderança resolvia sair e formava uma nova organização de esquerda. A teia de contatos aumentava em números, porém se tornava vulnerável em outras questões.

Oposição clandestina foi um meio para Lamarca se manifestar. Não tinha tino para a política partidária, não era aderente à ideia de formar um partido de massas para promover a derrota do governo. Preferia muito mais a ação, o contato com o povo sem muita teoria para elaborar. Era um homem de missão a cumprir e deveria fazer isto via armas, via revolução socialista, via contato direto com os camponeses.

No contexto de maior repressão política e social do período da ditadura, os conhecidos anos de chumbo, mais especificamente entre 1969 e 1971, Carlos Lamarca atuou como protagonista de diversas ações armadas que buscavam enfraquecer o governo autocrático dos militares. Diante de um cenário pouco otimista em relação aos conceitos de “liberdade” e “democracia”, Lamarca encontra-se diante do amplo funcionamento da “máquina repressora” que se tornou a ditadura, sobretudo com seu acirramento a respeito de “segurança” e combate à subversão.

Em prol de lutar pelos seus ideais, Lamarca resolveu partir da teoria à prática, abdicando de seu prestígio e de sua patente no Exército brasileiro para adentrar no comando de uma das mais ativas organizações da esquerda armada brasileira.

Ao julgar que lhes faltavam condições para implantar a democracia sem violência, uma vez que a ditadura tinha feito e aplicado o Ato Institucional número Cinco (AI-5), Lamarca e três subalternos do seu batalhão resolvem colocar as mangas de fora e executar o plano que lhe renderia qualificações e que seria seu “passaporte” ao mundo clandestino.

Com o advento do AI-5, o Brasil como um todo ficou sem escapatória política viável para destronar os usurpadores do poder. Sem ter o Congresso Nacional aberto e funcionando em plenas condições de suas atividades, os brasileiros foram jogados para debaixo de uma estrutura militar, cujo sentido era doutrinar e disciplinar a sociedade aos moldes do que ocorria dentro das Forças Armadas.

Porém, isto não fora feito repentinamente. Foram necessários alguns motivos para que tal ato ocorresse. A gota d’água foi o discurso do então deputado federal opositor Márcio Moreira Alves, que pedia para as mulheres dos homens de fardas se recusarem a deitar-se com seus parceiros, fazendo, assim, greve afetiva e sexual a fim de lhes mostrar o quanto eles estavam fazendo mal ao país com suas ações violentas e vilipendiosas à nação.

Os militares no comando não suportaram ver negado o seu pedido de punição para o então deputado. Como existia o foro privilegiado e a imunidade parlamentar, os demais deputados, bem como o Supremo Tribunal Federal (STF), não acataram as ordens vinda do governo. Apesar de alguns protestarem na tribuna contra Moreira Alves, isto soou como insignificante para os “donos do poder”, que, por sua vez, ficaram possessos com tal atuação do Congresso Nacional. Este ato foi entendido como “insubordinação”, desmoralizando o Poder Executivo e seria preciso medidas mais enérgicas para conter a disseminação de possíveis discursos como aquele (ou atos de “rebeldia”). E algo foi feito neste sentido.

Como foi aludido anteriormente, esta foi apenas a gota d’água para que o “caldo” repressivo entornasse perante e sobre a sociedade.

Já descontente com a tentativa de institucionalizar o governo dos militares desde o mandato de Castelo Branco, o Marechal Arthur da Costa e Silva, representante da linha-dura, se reuniu com seus conselheiros, ministros e assessores para discutir a adoção de medidas mais enérgicas e efetivas no que tangia a contenção de atuação dos opositores, bem como os grupos de esquerda (tanto revolucionários quanto reformistas, tanto os opositores legais quanto os opositores clandestinos) e da pressão popular vinda dos mais variados segmentos (estudantes, operários, imprensa, intelectuais, pequenos comerciantes e artistas).

Se o governo Castelo Branco tentou adotar uma postura “moderada” em relação à oposição e manifestação contrária à Revolução dos militares, bem como seu governo – ainda que de forma velada assumisse seu compromisso com a extinção dela (oposição) – certamente Costa e Silva iria modificar esta postura de “permissão tácita” para grupos opositores a eles.

O *modus operandi* do governo de Costa e Silva foi baseado no binômio “coerção e convencimento”. Era mais uma construção estratégica do Serviço Nacional de Informações (SNI) para extinguir os seus “indesejáveis”. Diante da crescente onda de manifestações que o país viveu em 1968, os órgãos de repressão se sentiram a vontade para agir livremente contra os seus opositores assim que o AI-5 entrou em vigor.

Em 1969, o AI-5 foi peça-chave para o desmantelamento de toda oposição que havia no país. Sem mais e nem por que, os últimos mecanismos e instrumentos democráticos que sobraram no Brasil, a partir de janeiro de 1969, foram colocados sob domínio do Poder Executivo. Sem pudor, agora a ditadura iria utilizar deste novo utensílio jurídico irrevogável para fazer abertamente a “caça às bruxas”.

Como coerção podemos pensar que o Estado brasileiro começou a praticar seu terrorismo contra a população – até mesmo contra aqueles que não eram comunistas e nem subversivos. Era o uso da força desmedida para impor sua maneira de ser e agir a partir de parâmetros definidos por eles mesmos, e para conter atos que seriam legítimos em qualquer democracia. Era o abuso de autoridade covardemente utilizado sobre o cotidiano das pessoas que procuravam o caminho democrático para solucionar a crise (humanitária, social, econômica e política) instalada no país. Era o monstro saindo da sua caverna para jogar na escuridão aquele que se colocasse no seu caminho. Era o Estado brasileiro batendo nos brasileiros.

Como convencimento podemos pensar que a *intelligentsia* do Exército apoiava a ampla utilização da força para reprimir os atos que eles consideravam impróprios, impuros, imorais, corruptíveis, subversivos, comunistas, desagregadores, degradantes, mal-intencionados, perigosos, abomináveis e inapropriados. Se se precisava de um “falso convencimento” a mais para se adotar uma postura extremista no período de Castelo Branco – até como meio de demonstrar às classes que apoiaram o golpe e apoiavam a ditadura de que estavam tomando medidas necessárias para defender os interesses do país contra o comunismo e contra a subversão – agora, sob a batuta de Costa e Silva e a vigência do AI-5, o pudor foi-se embora e a força brutal e cruel dos agentes oficiais veio com tudo.

O “convencimento” era supostamente maior no período anterior ao AI-5, entretanto no período que se segue ele não deixou de existir, apenas caiu em desuso por motivos lógicos: não seria mais necessário prestar conta. Era primordial eliminar o problema do comunismo, sem que para isto precisasse recorrer ao convencimento/consentimento da população ou dos grupos de apoio. Entretanto, como nos lembra Max Weber, “a dominação alcança estabilidade apenas se não se restringir ao uso da força. Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade” (WEBER apud RIDENTI, 2014, p. 30).

O que havia era um “convencimento” interno em alguns setores, pois nem todos eram adeptos da linha-dura e a estes seriam necessários utilizar meios – às vezes nada sutis – para deixar claro que nenhum empecilho seria tolerado no que tangenciasse o cumprimento das metas (abolir as ameaças internas e suas ligações externas). Todavia, os alicerces para uma guinada extremista brutal e cruel já começava a vigorar.

A coerção é a arma do Estado, que detém o monopólio da violência. Mas, neste momento da vida, em janeiro de 1969, Carlos Lamarca deliberadamente tomou uma

postura para tentar equilibrar o jogo da violência. Assumindo a postura de revolucionário, ele saqueia a reserva de armamento do IV batalhão de Infantaria da região de Osasco. E com algumas armas e munições a mais ele propõe a continuação do combate bélico contra os agentes da repressão.

A fim de equiparar as baixas no mundo da clandestinidade causadas pelos homens da repressão, Lamarca reuniu mais de 60 armas e munições para fazer uso delas ao lado dos guerrilheiros. Seriam as “armas da revolução”, armas expropriadas do Exército brasileiro para municiar a revolução latente que estaria por vir mediante ebulição dos “indesejáveis” – leia-se, todo aquele cidadão que, inconformado com a ditadura, decidiu pegar em armas para defender valores como: democracia, liberdade, fim da exploração imperialista e honestidade, por exemplo.

Não somente estes valores nortearam Lamarca e os outros. O fim do capitalismo aqui no Brasil parecia ser uma das bandeiras também, pois os guerrilheiros acreditavam que o país passava por estas condições precárias de sobrevivência pelo fato do sistema econômico adotado pela ditadura ter sido o capitalista e dele não se pode ter esperança de boas coisas, bons frutos – ainda que haja em determinadas análises.

O roubo das armas – entendido como mais uma tentativa de materializar a guerrilha urbana e rural – acabou dando certo e surtiu efeito desejado pelos seus mentores: tivera sucesso tanto na execução do plano quanto na aceitação dos outros integrantes da luta armada, que fariam uso delas futuramente.

Já com contatos dentro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Lamarca é recebido pelos integrantes daquela organização com a chancela/tutela/missão de ser o comandante dali para frente. Necessitavam de uma coordenação forte e firme, uma vez que outros antigos membros tinham caído perante a repressão e sucumbiram diante da tortura.

A VPR ficou caracterizada como uma organização paramilitar, composta e formada por alguns ex-agentes do Exército e das Forças Armadas. Era reconhecida como adepta do militarismo: disciplinadora, hierárquica no seu organograma, ativa, contumaz, bélica, artilosa, estrategista, pugnaz, pujante, eloquente, ofensiva, respeitada como bom estofado, sedutora e “histórica”.

Através de um documento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), setor de Serviço de Informações, intitulado “Dez Anos de Subversão”, datado de 1971, nós podemos analisar como a VPR era vista pelos agentes da repressão. Numa “resenha” feita sobre os “grupos terroristas”, as informações

obtidas ao longo do combate à guerrilha formaram um desenho do que seriam os principais grupos de atuação no Brasil. O documento possui 21 páginas e está dividido em duas partes – a primeira conta sobre a matriz da subversão e a segunda conta sobre os chamados grupos terroristas. Analisando a segunda parte, a qual faz menção ao surgimento dos “grupos terroristas” no país, podemos ler nas entrelinhas quais eram suas bases, quais eram os objetivos e como se desenvolveram.

No que tange a VPR, o documento argumenta que: “era um dos mais perigosos (fisicamente) grupos terroristas”. Segue o documento falando a respeito do seu modo de atuação, que tinha conseguido “se infiltrar no meio sindical de Osasco, organizando várias greves.” Dizia ainda que a VPR “tinha por finalidade nesses movimentos de massa arregimentar quadros entre os operários grevistas”. O documento militar ainda revela que “este grupo foi, juntamente com o Agrupamento Comunista, pioneiro de ações terroristas e tinha filiação orgânica e política com Cuba”. Descrevia que tinha “maior estruturação interna” e que se organizava em “setores e subsetores, contando com quadros especializados em ações bastante violentas”.

Todavia, para não ficarmos somente com a visão das informações provenientes da repressão, trazemos ao texto o estudo do sociólogo Marcelo Ridenti, “*O fantasma da Revolução brasileira*” (2010), sobre a estruturação dos grupos da esquerda armada. No que tange novamente a VPR, ele discorreu da seguinte maneira: “o caso mais significativo foi a fusão de uma parcela do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com a dissidência paulista da Política Operária (POLOP), para fundar, em 1968, a organização [...] VPR.” (RIDENTI, 2010, p. 31).

Discorreremos, então, sobre algumas questões desse grupo guerrilheiro.

1.3.1 – A Vanguarda Popular Revolucionária

A Vanguarda Popular Revolucionária foi um desses casos que ficaram conhecidos como a “antropofagia da esquerda armada” – um conceito baseado mais na sua pulverização interna do que no seu crescimento em números reais.

Com origem vinda do grupo Política Operária (POLOP), antes mesmo do golpe de 1964, com atuação política de militantes de esquerda do sudeste do país ideologicamente descontentes com o PCB, com viés marxista-leninista mais radical, buscavam nova formulação para aprofundar as ações revolucionárias no Brasil, que até então eram guiadas pelas orientações do PCB. O descontentamento com o partido, considerado a maior e mais importante força da esquerda brasileira daquela época, fez com que um grupo de jovens (radicados nas universidades e no meio autônomo) discutisse novas bases de aproximação do cenário político brasileiro com o socialismo, passando a adotar algumas novas posturas em relação às velhas recomendações do partido. Tais como “elaborar um programa socialista para o país; recrutar jovens operários para a militância e para a organização; procurar influir sobre o desenrolar da luta de classes no país”¹⁰.

A POLOP teve como característica marcante sua forte contestação ao modelo de política que se fazia no Brasil, bem como contestava a (falta de) ação do PCB. Como ela é anterior ao golpe e à ditadura, ela passou por alguns diversos cenários políticos sempre levando a bandeira da luta pelo socialismo e pela melhoria da classe trabalhadora no Brasil – leia-se a superação da condição de explorado. Ela passou viva pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart e quando culminou o golpe, ela estava lá para mostrar sua bandeira mais uma vez.

A POLOP tinha adotado, após 1964, a ideia de que a revolução brasileira deveria caminhar para o socialismo, somente desta maneira seria possível o povo brasileiro ficar liberto da influência imperialista que amarrava o capitalismo nacional aos interesses do grande capital externo. Ou seja, na visão da POLOP, o inimigo a ser batido era o capitalismo tanto internacional quanto o nacional, que se escorava e se aliava ao Estado e ao poder do Estado (na forma da repressão ditatorial). Portanto, aqui no Brasil, deveria ser feita a revolução socialista para dar ao povo a liberdade que o capitalismo não assegurava a eles. O caminho para o socialismo seria o combate armado.

¹⁰ Para obter informações mais detalhadas, ver: “Programa socialista para o Brasil”, da POLOP, de dezembro de 1967.

Assim, através deste ímpeto, foi que a POLOP percebeu o potencial de ação que tinha o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e resolveu unir forças com ele em 1966.

O MNR foi um grupo formado por ex-militares que buscavam alternativas no combate à ditadura. Não satisfeitos com o caminho escolhido pelos generais-presidentes e toda sua equipe (ministros, conselheiros, apoiadores, financiadores, etc.) estes militares (de esquerda) revoltosos optaram pelo caminho da luta armada como meio para obter a derrubada dos governantes golpistas. Muitos deles foram expulsos da corporação logo em 1964, outros foram colocados na reserva compulsoriamente e outros tantos tiveram suas vidas reviradas com a finalidade de achar algo que os “incriminasse” como comunistas subversivos.

No final de 1966 e início de 1967, o MNR preparou uma tentativa de guerrilha, em Caparaó, para tentar desbaratar a Ditadura que se introduzia cada vez mais como nova ordem vigente. Na formação da guerrilha, o POLOP decidiu auxiliar o MNR aliando-se a ele com o intuito de promover a práxis: teoria e prática. A fim de aliar os intelectuais socialistas com os soldados subversivos, tanto a POLOP quanto o MNR se propuseram a fazer treinamentos nas matas e viver uma condição até então quase inédita diante daquele cenário de repressão estatal (policial) – Leonel Brizola também já tentara a tática de guerrilha anteriormente, porém não obteve sucesso.

Assim como a tentativa de Brizola, a guerrilha do Caparaó, montada e liderada pela força-conjunta da POLOP e do MNR, também fracassou. Ela foi desmantelada antes mesmo de realizar sua primeira ação revolucionária.

Depois de frustradas as tentativas de ações na Serra do Caparaó, houve o IV Congresso da POLOP, ainda em 1967, onde foi possível debater a respeito dos erros cometidos e das perspectivas de ações futuras. Uma parte do grupo localizado em São Paulo decidiu se unir aos militares remanescentes do MNR para formar um grupo mais sólido e coeso. Destarte, o embrião que nascia ali carecia de um novo nome, uma nova articulação e um novo comando. Quando a constituição do grupo foi firmada entre os guerrilheiros surgiu, então, a Vanguarda Popular Revolucionária.

Entre um líder e outro, após quedas por consequência da atuação da repressão, exemplo de Onofre Pinto, uma divergência floresceu no seio do debate a respeito do processo revolucionário que seria adotado por eles, bem como surgiram divergências a respeito da estratégia a ser seguida e também a respeito do tipo de luta que almejavam.

Dois teóricos levantaram bandeiras distintas: de um lado Ladislau Dowbor (apoiado por Onofre Pinto) e do outro João Quartim de Moraes. Um pregava a continuidade do espectro militarista do MNR, o outro um “recuo tático” e uma aproximação com o espectro revolucionário da POLOP. Um preconizava a respeito da entrada de Carlos Lamarca na organização clandestina de esquerda, o outro achava que ainda não era o momento adequado para sua participação efetiva.

A linha teórica que teve mais adeptos, aquela que a VPR adotou como linha política a ser seguida, foi a de Ladislau Dowbor. Baseado no texto intitulado “Teses de Jamil”, a VPR apresentava ideias do tipo “a revolução na América Latina seria, ao mesmo tempo, de libertação nacional e socialista” e que o “inimigo imediato da revolução seria a burguesia local e o inimigo principal seria o imperialismo”. Estas ideias também se encontravam presentes no pensamento do economista e sociólogo alemão André Gunder Frank, que publicou um livro sobre o aspecto econômico dos países em desenvolvimento na América Latina, onde argumentava que a dependência econômica ao capital externo dos imperialistas seria o principal bloqueio ao verdadeiro desenvolvimento nacional, uma vez que o grande capital não permitiria a ascensão de uma economia marginal. Portanto, a tese jamilista desenhava a ditadura como o braço forte e armado desta aliança nefasta que impedia o Brasil de crescer e de se libertar em relação às amarras do capital imperialista.

Todavia, “a VPR quase não produziu documentos em seus dois primeiros anos de existência, quando se notabilizou por ser um dos grupos armados mais ativos” (RIDENTI, 2010, p. 42).

Traçado o caráter da revolução que almejavam para o Brasil, a socialista, os guerrilheiros deveriam traçar quais vias pretendiam usar para fazer a “revolução”. Dentro da VPR, se instituiu a via armada como a vanguarda dos acontecimentos. Apesar de conter na Tese de Jamil a vertente política da formação de um “partido das massas”, a VPR se notabilizou muito mais pelas suas ações armadas do que pelo seu trabalho de discussões teóricas. Por vanguarda, Ladislau Dowbor (o Jamil) escrevia que “é o grupo que possui dois aspectos importantes: a consciência e a organização; que toma para si os interesses da classe operária, sendo reconhecida por esta”. Entretanto, eles acreditavam que a prática discursiva levaria ao imobilismo político, ou seja, muita burocracia revolucionária, muito debate, muita conversa desconexa da realidade da qual estavam vivenciando naquele momento levaria uma parca produção de ações políticas. Desta maneira, muita discussão (teoria) sobre a revolução inviabilizaria a própria revolução

(prática) – foi através de uma análise feita sobre a ação vacilante do PCB em 1964, no que tangeu o golpe, que os grupos da esquerda surgiram em contraposição à ideia pacifista (e inerte).

A “vanguarda” parecia ser um conceito latente naquele contexto, estava sendo pensada por vários grupos da esquerda armada e muitos discutiam sobre sua forma e sua atuação. A estruturação que levaria a cabo a revolução socialista deveria ser a vanguarda do processo. Em outras palavras:

a visão de que as organizações, independentes da forma pelas quais estariam estruturadas – se através de um partido leninista tradicional ou pela formação de uma organização militarizada como a guerrilha cubana – seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução. (RIDENTI, 2010, p. 43).

Na tentativa de buscar a suplantação da perspectiva de que houve vacilação dos principais dirigentes da vanguarda esquerdista na época do golpe, a defesa de um projeto de ação eficaz proponente ganhou mais terreno e mais adeptos conforme os grupos armados foram se desenvolvendo no final da década de 1960. Através das análises de Ridenti, podemos entender mais claramente a crítica que as esquerdas armadas fizeram em relação à postura dos dirigentes diante do movimento golpista de 1964 e também podemos perceber a metodologia que seria usada por elas:

todo o peso da crítica tomava rumo voluntarista, como se a derrota fosse fruto unicamente da ação de direções traidoras. Se a revolução fracassara por falta de decisão e de capacidade das lideranças, caberia corrigir o vício, organizar grupos a lutar de armas na mão pelas transformações sociais que se faziam objetivamente maduras na sociedade brasileira, esperando apenas o impulso subjetivo de uma vanguarda sem vacilações. Mesmo os grupos que negavam a estruturação em moldes partidários propunham-se a ser, ou a transforma-se, na vanguarda revolucionária. (RIDENTI, 2010, p. 44).

A VPR adotou o caráter vanguardista da guerrilha para estruturar suas ações armadas. Seguiu o modelo cubano de combate. Leram e tentaram reproduzir na prática as teorias do foquismo de Che Guevara e Régis Debray, que consistiam em montar bases em áreas distantes, num primeiro momento, avançar na luta pela libertação dos camponeses até tomar a zona rural, num segundo, para avançar até as cidades de libertar a massa explorada, dando-lhes condições plenas de viverem sem as desigualdades do capitalismo, num terceiro momento.

1.3.2 – Lamarca: à luta armada

Desde que entrou na clandestinidade, Lamarca já demonstrava que estava pronto para sair em ação, participar e comandar os assaltos a bancos, treinar e disciplinar o grupo para fins guerrilheiros, preparar a teoria a partir das ações armadas que planejavam fazer (e fizeram). Porém, ao desertar, Lamarca se deparou com uma realidade diferente da que esperava encontrar: aquilo que lhe foi dito sobre a guerrilha – que lhe soou como algo sedutor, a ponto de acreditar – não estava bem articulada, na verdade. Faltavam alguns pontos importantes para a realização da mesma: o local, a forma de acesso, as rotas de chegada e de fuga, as bases. Neste cenário, ele se viu diante de um impasse: o quê fazer? Não tinha a tão sonhada área de campo do foco guerrilheiro, não tinha as armas¹¹ que expropriara do IV Batalhão. Não tinha como ir e vir, pois, estava sendo perseguido, seu contato estava reduzido por motivos de precaução.

A VPR, de fato, naquele momento, estava vivendo uns de seus piores dias. Houve quedas de militantes, quadros da organização foram desbaratados pela repressão, o comando passou por diversas mãos. Lamarca, quando solicitado, não tinha predileção pelos assuntos que não envolvessem a guerrilha rural. Viveu escondido em apartamentos de militantes (os aparelhos) por, pelo menos, três meses, onde tinha de permanecer em silêncio para não o escutarem, onde tinha de fazer poucos movimentos corporais para que os vizinhos não desconfiassem de algo, convivia com as paredes e com as leituras. Com exercícios, preparava-se fisicamente para agir, assim que fosse possível. Preparava cartas e brinquedos para sua família, que estava em Cuba. Ocupava o aparelho e o seu tempo desta maneira.

Quando pôde sair, após ter alguma segurança garantida, começou de fato sua luta armada contra o inimigo interno: promoveu assalto a bancos para financiar a revolução – bancos eram símbolos do capitalismo que financiava e apoiava a ditadura, que, por sua vez, explorava e maltratava o povo brasileiro.

No tocante aos inimigos, Lamarca deixou evidente quais eram eles através de documento produzido em novembro de 1969 enquanto comandante da VPR. Ali pontuou que “à pátria, foi imposta uma submissão política, econômica e militar aos EUA. O governo apregoa um desenvolvimento que não existe para o povo, não chega

¹¹ As armas ficaram sob vigilância e guarda da Aliança Libertadora Nacional (ALN), chefiada por Carlos Marighella. Sem a posse das armas, Lamarca teve um pequeno entrevejo com Marighella quando este se negou a devolvê-las após um pedido do ex-capitão. Marighella teria dito: “são armas para a revolução”, e isto deixou Lamarca furioso.

até ele. A classe dominante se regozija. Nunca foi tão fácil explorar” (LAMARCA, 1969, p. 2).

Este documento foi distribuído pelos correios, alguns militantes o colocaram nas “caixas” que ficavam nas ruas dos bairros. Alguns deles foram espalhados pelas calçadas da cidade, tudo isto com a finalidade dupla de informar a população do que estava acontecendo no país e intimidar a Ditadura. A intimidação se daria por dois caminhos: os guerrilheiros revolucionários estariam dispostos a expor as atrocidades das Forças Armadas através de boletins semanais e através de ações armadas. Não iriam tolerar mais a violência estatal, não poderiam mais aceitar quietos o terrorismo de Estado. Eles iriam encher as ruas com panfletos e iriam desmoralizar o governo no que dizia respeito às ações militarizadas.

Quando o Exército recebeu este documento via Correios, logo classificou como “propaganda subversiva” oriunda da VPR. E, tão rapidamente, tratou de recolher por toda a cidade o maior número de exemplares que conseguissem. Lamarca, ainda neste mesmo documento, alertava que

a exploração passou a ser oficializadas por novas leis que tiram o direito de defesa legal do explorado. Os trabalhadores passam a ser violentamente reprimidos nas suas justas reivindicações. Os opressores detêm a bandeira da legalidade e massacram seu próprio povo. As atrocidades não são publicadas. A miséria e a fome são “esquecidas” no palavreado dos banquetes oficiais. Eu participei de muitos e sei como são, sei como eles se referem ao povo. (Ibdem).

Entretanto, não apenas denunciava o que percebia de mazelas sociais que uma sociedade dividida pelo capitalismo tem. Denunciava a ditadura como um movimento armado das classes dominantes, onde um dos objetivos era explorar os trabalhadores para gerar grandes lucros aos seus apoiadores milionários do exterior. Denunciava que a massa camponesa vivia na miséria por causa da existência dos latifúndios, que eram grandes propriedades particulares de seus parceiros econômicos. Denunciava que o Brasil fora vendido pelos militares golpistas em troca de dólares e que por consequência desta venda, o país ficara sob domínio dos interesses externos, em detrimento dos assuntos nacionais que precisavam ser resolvidos e solucionados com extrema urgência e muita destreza.

Com base no mesmo documento, revoltado contra a inoperância da ditadura militar para resolver os problemas da sociedade brasileira, Lamarca propunha uma solução para a população: “ao povo oprimido só resta um caminho: o da luta armada

longa e paciente.” E continua: “o momento histórico exige dos que podem se constituir na sua vanguarda, a firme determinação de empunhar uma arma e lutar”. (Ibdem, p. 3).

Como este documento de Lamarca tinha como objetivo final alcançar as massas, mas também os militares, ele imiscuía em seu discurso as ideias socialistas da VPR, bem como a feitura de uma vanguarda armada de cunho popular com a finalidade de obter o apoio e também o reconhecimento da população para a causa que lutava. Sabia da importância de suas ações, até mesmo como propaganda de seu grupo, mas sabia também que necessitava do apoio da população para poder dar seguimento em seus trabalhos revolucionários, pois a repressão não ia deixar barato aquela ofensiva da esquerda em armas. Sem perder de vista que era de extrema necessidade a aceitabilidade da sociedade para com a campanha que deseja infligir aos militares do governo, a VPR com Lamarca partiu ao ataque assim que conseguiu reunir condições mínimas para realizar “atos revolucionários” – eles não tinham a pretensão de formar um partido de massas, achavam burocrático demais e preferiam gastar o tempo planejando ações armadas. Ainda assim, a sociedade como um todo, que na sua visão era explorada, tinha papel fundamental na construção de seu propósito: ela deveria se rebelar contra as cruéis atrocidades, contra as condições precárias de vida, contra a submissão financeira e política aplicadas pelos militares em nome dos interesses do capital. Seria uma força motriz implacável, cuja atuação a ditadura não poderia conter.

Lamarca continua seu chamamento para a sociedade dizendo que

quando ouvirem as frases feitas, pensem na miséria do nosso povo e qual a responsabilidade que cabe a cada um deles. Quando ouvirem falar das atrocidades que dizem existir nos países socialistas, lembrem-se das ignominiosas torturas que praticam nas unidades da PE e no DOPS, onde arrancam unhas, aplicam violentos choques, espancam, queimam com maçarico e matam não respeitando nem mesmo velhos, mulheres e menores. Eu assisti, em 1964, as torturas que praticavam no quartel. Não entendia como era possível um ser humano lançar-se sobre outro indefeso, com tal selvageria. (Ibdem, p. 4).

De alguma maneira era importante a população ter contato com este tipo de documentação, pois, ao perceberem que o autor era um ex-capitão do Exército, alguém ou algumas pessoas poderiam acreditar mais no que tangenciava a questão da tortura e dos maus tratos aos presos indefesos. Lendo as palavras de Lamarca, alguém poderia se convencer do momento terrível pelo qual passavam outros brasileiros que tiveram suas liberdades tolhidas por discordarem da mentalidade militar. Assim, no discurso de

Lamarca podemos perceber elementos de um “saber específico”, que foi escrito e descrito por um homem de dentro do cenário, onde este “saber” se comunica com o interlocutor de forma mais clara e direta. Dessa maneira, a mensagem que Lamarca passou ganharia mais veracidade e poder de convencimento por que um dia ele fora militar e presenciou toda aquela violência descrita ali. Não obstante, Lamarca, ao ter contato com brutal realidade, organizou-se para sair daquela instituição que estruturava seu esquema em cima de torturas como meio de obtenção de informações. Divulgar isto para o população conferiria a Lamarca um discurso coeso com suas ações, assim como faria o documento ter enorme verossimilhança. Podemos analisar o “discurso de poder” que contem o documento, haja vista que Lamarca tinham poderes – tanto como comandante da VPR, como capitão do Exército – e falava daquilo que tinha comparência (ainda que fosse frontalmente contrário a tudo aquilo que se passava dentro da instituição militar, bem como o que se passava no Brasil governado pelos militares).

Ao final do documento, Lamarca emitiu um comunicado aos militares, a quem o documento também era destinado, dizendo que a toda tortura, a toda calúnia, a todos os assassinatos, a toda opressão do povo, “a tudo isto respondemos com a firme determinação de lutar, porque nossa causa é justa, mesmo sabendo que seremos torturados e mortos, se cairmos”. E, assim, concluiu:

torturam-se e matam-se pessoas, ideias não./ Historicamente vitoriosos, avançamos até que a morte nos alcance./ O processo revolucionário continuará sempre, e todos os povos serão livres./ OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER. (Ibdem, p. 5).

Neste contexto, Lamarca estava se mostrando um grande líder atuante, com propósitos claros de ajudar o país a se livrar das garras do imperialismo norte-americano, sobretudo, e a promover o socialismo – que seria a força propulsora para a “independência” do povo brasileiro.

Numa propaganda escrita contra a ditadura, no primeiro semestre de 1969, cujo título era “Por uma independência de verdade”, a VPR, juntamente com a ALN e com o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), declarou que:

a verdadeira independência do Brasil ainda está para se fazer. Primeiro eram os portugueses que mandavam aqui, depois os ingleses. Agora são os americanos que dão ordens. Tiradentes foi morto e esquartejado porque lutou pela independência do Brasil. Hoje as Forças Armadas, instruídas pelos americanos, torturam e matam os que lutam pelo povo e pela verdadeira

independência do Brasil, como o operário Olavo Hansen, o estudante Edson Luis, o padre Henrique Pereira, o sargento Manoel Raimundo Soanos e o patriota Carlos Marighella. A verdadeira independência do Brasil só será feita pelo povo em armas, expulsando os americanos e instaurando um regime que acabe com a fome dos trabalhadores e a exploração dos brasileiros. (VPR, ALN, MRT, 1969, p. 1).

E salientaram, ainda, que “no voto, na conversa ou no grito, não vai”. Através deste documento de informação à população, os grupos guerrilheiros que estavam unidos contra o inimigo em comum, alertavam a todos os brasileiros que o país vivia debaixo da política externa corrupta e nefasta dos militares golpistas com influencia dos norte-americanos, e que também viva de joelhos perante os representantes do imperialismo. Portanto, a ditadura reforçava e mantinha o Brasil num estágio de submissão em relação aos países desenvolvidos. Eles reclamavam que o país nunca, de fato, fora independente e livre das ameaças e das influencias externas, pois, seguidamente, uma potência mundial atrás da outra, tomava o Brasil dos brasileiros para satisfazer os seus interesses comerciais, econômicos e políticos, colocando em detrimento os verdadeiros anseios da nação. Assim sendo, o Brasil foi apenas um objeto passado de mão em mão como uma mercadoria que fica exposta numa feira livre – ao interesse de quem puder comprar.

Eram a questão da soberania e autonomia nacional que a VPR e estes grupos buscavam criticar neste documento. Uma vez que não havia nenhuma coisa e nem outra, a tomada de decisão era sempre a favor dos empresários (aliados do governo) e em prejuízo dos trabalhadores brasileiros, gerando danos longos e permanentes dentro da lógica capitalista. Em combate a isto também foi que os guerrilheiros decidiram expor para a sociedade o seu anseio de fazer justiça com as próprias mãos, pois não podiam confiar na justiça brasileira, que era comprada e corrompida pelos donos do poder (econômico e coercitivo). Por este motivo, bradavam “no voto, na conversa ou no grito, não vai”. Pensavam, talvez, que pelas armas pudessem ir – chegar ao objetivo final que era superar o capitalismo depois de derrubar a ditadura militar.

Era consenso entre os mais variados grupos guerrilheiros – que podiam até divergir no que tange o caráter da revolução, mas todos tinham como um dos principais objetivos o fim da ditadura militar no Brasil – que o inimigo em comum era o mesmo. Assim, alguns documentos que foram produzidos por eles no final da década de 1960 e início de 1970 devem conter quase a mesma menção de chamamento da população e de

exposição e crítica ao governo autocrático. A ideia girava em torno de: a) expor os militares perante a população, deixando clara as barbaridades e atrocidades que eram cometidas pelos mesmos, mas que o grande público não ficava sabendo; b) convocar a população para aderir juntamente com eles (guerrilheiros) as ações armadas em correspondência aos crimes hediondos que o aparato repressivo cometia; c) explicar o contexto que estavam vivenciando naquele momento; d) propor a solução para o período em questão e para os problemas nacionais. Basicamente, o esquema de atuação escrita das organizações era este.

A feitura dos documentos era pensada por diversas cabeças, as quais compunham os grupos guerrilheiros e também faziam parte do “núcleo duro” (denominação para os “revolucionários em tempo integral”) da organização. Para ficar somente com o exemplo da VPR, o núcleo pensante era formado, principalmente, por alguns teóricos como: Pedro Lobo, João Carlos Kfourti Quartim de Moraes, Antônio Roberto Espinosa, Ladislau Dowbor. Sem esquecer, é claro, de Onofre Pinto, um dos fundadores do grupo.

Carlos Lamarca, como podemos perceber pelo que já foi descrito a respeito da sua personalidade no tocante às reuniões da VPR, preferia evitar os longos debates estruturais sobre o capitalismo e sua vertente brasileira e preferia partir das ações mais conjunturais momentâneas, aquelas que necessitavam de atuação no “calor das horas”, para daí fazer uma leitura dos fatos e planejar seus atos, bem como escrever os comunicados para a população. Esta particularidade a seu respeito nos trouxe duas análises: a) este seu modo de demonstrar pouco interesse pela leitura estrutural dos casos fez com que, no final de sua vida, sendo integrante do MR-8, acabasse isolado e personificasse a solidão (e o isolamento) de um guerrilheiro (rural), como apontou Denise Rollemberg em “*Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dos revolucionários*”; b) não era intelectualmente bem desenvolvido no que tangia uma análise profunda da sociedade brasileira e por isto preferia a força (prática) às densas leituras intelectualizadas (teoria), uma vez que fora treinado para ser assim, só tendo aderido aos estudos com mais afinco após ter conhecido Iara Iavelberg, segundo consta a versão descrita em “*Lamarca: o capitão da guerrilha*” (2004), de Emiliano José e Oldack de Miranda.

Após participar de assaltos a bancos (a fim de arrecadar dinheiro para o grupo), Lamarca se viu novamente cercado por paredes, pois teve que se esconder em aparelhos enquanto a repressão tentava – com algum sucesso – prender os “subversivos” da VPR.

À medida que os militantes iam sendo presos, os demais que estavam escondidos foram se rearticulando para formar uma nova frente revolucionária. Foi assim que em de julho de 1969, num aparelho em Mongaguá, foi realizada uma conferência para unir dois grupos guerrilheiros que passavam por um dismantelamento muito parecido. A VPR se encontrou ali com o Comando de Libertação Nacional, COLINA, com o intuito de unirem forças para retomarem as lutas armadas contra a tirania dos militares comandantes do país.

Neste momento da história do Brasil, já não era velado o apoio que o aparato repressor recebia do alto escalão das Forças Armadas. Documentos comprovaram esta ligação entre o Chefe-em-exercício da nação com os subcomandantes das delegacias, órgãos oficiais, DOI-CODI's, com o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), com o chefe do Sistema Nacional de Informações (SISNI), e o chefe da Assessoria de Segurança e informação (ASI). Uma espécie de teia estava construída a partir do mais alto cargo do país (o presidente da República) e do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) para conter o avanço dos “subversivos”, que, neste quesito amplo, muitos brasileiros se encaixariam: tanto os comunistas/socialistas (legais ou ilegais) como os camponeses que requeriam terras, estudantes universitários que almejavam democracia, trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho, de vida e melhores salários, sindicatos que queriam o fim da exploração da classe trabalhadora, e a sociedade em geral que clamava por liberdade.

Dessa maneira, contrariamente às imposições da ditadura militar foi que a VPR e o COLINA se juntaram para formar a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), cujo nome faz menção ao maior quilombo de resistência à escravidão no Brasil. Daquela conferência saiu um grupo forte, porém não tão coeso. O que os uniu fora a ideia de derrubar o inimigo comum e voltar o quanto antes a realizar ações armadas contra a repressão, uma vez que houve baixas nos dois grupos e a ideia da fusão parecia a mais indicada para retomar o caminho da luta. Todavia, houve divergências noutros encontros deste grupo – estas por questões de viés ideológico a ser seguido.

Entretanto, como descreveu no relatório oficial da Secretaria de Segurança Pública, elaborado no departamento estadual de ordem política e social, em 1970, “a nova organização tinha por propósito, fim e desiderato a “sublevação da ordem”, através da prática de atos subversivo-terroristas, trazendo em seu bojo o inequívoco intento de

abalar os alicerces da ordem e da democracia” (Relatório da SSP, 1970, p. 77). Ou seja, a VAR-Palmares iriar dar continuidade ao processo revolucionário guerrilheiro.

Até mesmo os agentes da repressão sabiam que a guerra não iria parar mesmo com as prisões de importantes militantes dos grupos. Pelo contrário, como se percebe através da leitura do relatório feito pelos oficiais (da SSP-SP), os guerrilheiros passariam a ter mais motivos para atacar, haja vista que sofreram duros golpes. Não poderiam demonstrar fraqueza perante o inimigo, muito menos abandonar a luta, uma que vez seus comparsas tinham sido presos e torturados por levarem adiante os mesmos ideais daqueles que não caíram nas garras da violência estatal. Haveria retaliação proveniente desta “nova organização”. E veio. Planejaram e executaram com sucesso o roubo do “cofre de Adhemar”¹².

Não obstante, os agentes da repressão teceram comentários a respeito do método de ataque que propunha a VAR-Palmares, que era inspirado nas teorias sobre a guerra de guerrilha, de Guevara:

además, essa atitude de retirada, de não travar combate frontal tão em consonância com a estratégia geral da guerra de guerrilha, é intrinsecamente condenável, por alimentar-se da traição, da emboscada, da cilada, da covardia, do medo, [...], característicos inerentes àqueles que sofrem de desvio de comportamento, e que lançando-se à prática de atos terroristas nada mais fazem se não prover a mente de ideias delirantes, [...] que os transformam em tabaréus da utopia marxista, esquecendo-se que aos bons brasileiros, apenas interessa a paz e esta se consegue através do trabalho honesto, pois só este constrói a grandeza da pátria e oferece oportunidade a todos melhorarem suas condições socioeconômicas, contribuindo para o atingimento da meta procurada pelo homem, através dos tempos, a construção de uma sociedade feliz. (Ibidem, p. 76).

É curioso perceber o quão hipócrita soam (e soaram) estas considerações. Imersos no contexto da década de 1960, tudo aquilo que os agentes do governo autocrático diziam fazer em benefício da nação, estavam fazendo em benefício do grupo hegemônico que financiava o poder. Quando falam em defender a ordem e a democracia, eles julgam que estavam corretos na sua atuação política, mesmo não estando. Sem fazer autocrítica ou *mea culpa*, os militares impuseram sua visão

¹² No dia 18 de julho de 1969, na mansão de Ana Capriglione, suposta amante – ou pessoa de intimidade – do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, treze militantes da VAR-Palmares retiraram um pesado cofre contendo dois milhões e meio de dólares. O dinheiro serviu para financiar a organização e deu a eles tempo para planejar novas ações. Ver mais informações em: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

incontestável da história e indicaram sobre os defensores dos clamores populares a faceta de “terroristas”, arautos do marxismo, imputando a eles valores semânticos negativos, onde, pelo que consta como reconstrução histórica da memória, os opositores da esquerda armada queriam lutar para devolver ao povo brasileiro aquilo que a ditadura lhes tomou à revelia sob a justificativa de que lhes daria de volta um dia, mas em outras condições: assim que o “perigo vermelho do comunismo” fosse extirpado do país.

Isto implicava no desenvolvimento da sociedade brasileira, que, de um lado, estava atada à exploração capitalista e, de outro, estava sem sua representação legal para conter os desmandos do capital numa tentativa de igualar a correlação de forças (que são antagônicas). Diante desta análise, podemos concluir que o capitalismo triunfou enquanto vigorou a ditadura militar. Já a classe trabalhadora, bem como os “bons brasileiros”, ficaram à mercê dos usurpadores do poder e das desigualdades inerentes ao sistema econômico adotado aqui enquanto a mesma vigorou, não tendo voz nem vez.

Fazendo um paralelo com os dias atuais, podemos perceber que o discurso militar pouco se alterou. Quase nenhum militar (seja do alto escalão, seja das demais patentes) nos mais variados cargos de agentes oficiais que trabalhavam para o governo da época assumiu estar a serviço dos empresários (seja nacionais ou internacionais) e a serviço dos grandes conglomerados externos. A ideia do discurso se mantém a mesma. Hoje, após leitura de alguns relatos dos antigos agentes da repressão, pode-se observar que eles acham que fizeram o que era correto naquele momento e mais: fizeram o que era necessário fazer (inclui-se aqui torturas, prisões abusivas, negar concessões de *habeas corpus*, tolher liberdades fundamentais, defenestrar valores democráticos básicos, por exemplo).

Mesmo passado o tempo, a mentalidade militar continua contendo os mesmos argumentos que prevaleceram e impuseram sobre a sociedade a partir de 1964. Como a memória é constritiva da história, ou seja, ela sempre está sendo (re)feita, os militares continuam a escrevê-la conforme pensavam na década de 1960, no que tange seus atos e suas alegações para realiza-los, justificando-se conforme faziam naquele passado.

A ditadura militar se beneficiou dos lucros que arranjaram para os empresários. Desde a “caixinha para tortura” (quantia em dinheiro para quem torturasse os prisioneiros) até a modernização do Exército brasileiro¹³, passando pelos “novos fuscas”

¹³ Conforme indicam estudos, o país estava entre as dez maiores economias mundiais, mas havia uma gigantesca concentração de renda, internamente, o que pressupõe que o dinheiro para financiar a modernização das Forças Armadas veio de membros da elite, que por sua vez, cobravam da administração

para compor a frota das delegacias, dos departamentos de ordem política e social e dos destacamentos de operações de informação (a Volkswagen doou veículos para estas respectivas agências do terror estatal).

Voltando a Carlos Lamarca, após pouco mais de dois meses de atuação conjunta, os integrantes da VPR decidiram rachar a organização VAR-Palmares por conta da ideologia que os membros do COLINA queriam seguir – buscando um retorno às teses da POLOP.

Como já foi dito, a VPR era essencialmente militarista, mas o COLINA não. Entre uma reunião e outra, a maioria decidiu por um “recoo tático” que atenuasse as ações militarizadas. Diante da negativa de sete membros, liderados pelo ex-capitão, a VAR-Palmares se desmembrou, assumindo, assim, a saída do “grupo de Lamarca”. Com a finalidade de seguir o caminho das armas, a partir do “racha dos 7”, a VPR se reestruturou em torno da controladoria de Lamarca, que agora passaria a ser o seu grande comandante. A VAR-Palmares seguiu o caminho decidido em conferência, como possuíam dólares do assalto ao cofre, eles puderam retomar os propósitos básicos da entidade-matriz.

Assim sendo, em novembro de 1969, a VPR já havia conseguido algumas dezenas de adeptos para a sua luta, pois prometia aos guerrilheiros que haveria intensificação da luta armada.

No extremo oposto da luta armada, os órgãos de repressão também se ampliaram e desenvolveram. Neste mesmo ano, em julho, outra fusão estava acontecendo quase ao mesmo tempo em que a fusão das organizações clandestinas deram origem a VAR-Palmares. Nesta data, em São Paulo, foi formada a Operação Bandeirantes (OBAN) – iniciativa conjunta do II Exército com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, onde estavam reunidos homens das três Armas, chefiados pelo general Canavarro Pereira, com delegados, investigadores e o pessoal burocrático da Secretaria, chefiados por Hely Meireles.

Destarte, se a repressão até então se mostrou eficiente em alguns aspectos, porém vacilantes em outros, com o advento da OBAN, as circunstâncias ficaram mais nocivas aos guerrilheiros e também aos opositores da ditadura. O cerco se fechara mais e os vacilos seriam raros a partir de então. Foi através deste cenário de recrudescimento

militar uma ação efetiva contra aqueles que queriam mudanças no sistema econômico, dentre eles: os trabalhadores (e o povo brasileiro). Para maior aprofundamento nesta questão, averiguar: Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, de 10 de dezembro de 2014, disponível em: www.cnv.gov.br.

do regime autoritário, em novembro de 1969, no dia quatro, que a repressão conseguiu colocar de luto, ao menos por um dia, todo o movimento de esquerda (nacional e até internacional). Tiveram grande vitória na batalha travada contra um de seus maiores rivais. A repressão, na faceta demoníaca do delegado Sérgio Paranhos Fleury, tinha matado Carlos Marighella, líder da ALN, inimigo número um da ditadura.

A emboscada que matou Marighella foi entendida como um duro golpe nas organizações guerrilheiras armadas. Ela foi entendida também como retaliação em resposta ao sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, cuja execução do plano teve a participação do grupo liderado por Marighella. A partir de então, as organizações armadas deveriam ficar mais conectadas com o novo cenário que se plantava no país.

Diante de tal contexto Lamarca pedia a atenção dos grupos, pois calculava que o aparato repressivo usaria todos os meios e todos os métodos para eliminar de vez do país e da história as organizações guerrilheiras de luta armada. Preocupado com o que estava por vir, Lamarca expressou suas análises e seus comentários a respeito das atuações das mesmas, bem como analisou o processo de captação de novos militantes.

Ainda no final do ano 1969, Lamarca escreveu uma pequena carta (ou comunicado) para um companheiro de guerrilha denominado de Carlos. Neste documento, o capitão fez um breve apanhado de perguntas a respeito da posição daquele militante, querendo ter um panorama de como estavam as coisas naquela base que o destinatário se encontrava. Ao relatar que “não aguentava mais a burocracia”, Lamarca propõe uma solução para superar a parte burocrática da esquerda, bem como superar o inimigo incomum. Ali ele já semeava a ideia que levaria consigo até os últimos dias de vida. Naquele momento, escreveu ele, “só vejo uma saída para a esquerda: uma frente revolucionária. E vamos lutar por isso. Não vai ser mole, mas é a única saída e vamos por ela, não na marra, nem diplomaticamente, mas revolucionariamente” (LAMARCA, 1969, p. 2).

Com o passar do tempo, esta análise (de união das forças armadas da esquerda revolucionária) foi ganhando cada vez mais validade e Lamarca não se esquecia disto, salientando, novamente, a necessidade de unidade entre as organizações para que constituíssem uma frente revolucionária forte capaz de derrubar a ditadura e o capitalismo. Repetiu isto várias vezes para seus companheiros e em diversos momentos. Reafirmou quando soube da morte de Marighella.

Alguns documentos da VPR, datados de 1970, estavam guardados na residência de José Raimundo da Costa quando, em 1971, sua casa foi invadida por homens da repressão após Cabo Anselmo tê-lo delatado aos órgãos oficiais do governo. O dono da casa foi preso, juntamente com a documentação. Em seu conteúdo, podemos observar o que Lamarca tinha escrito, no ano anterior, sobre “normas de desligamento” (de militantes). Nesta questão, de suma importância, uma que vez que soldados e policiais se infiltravam nas organizações de esquerda para desmantela-las, Lamarca apontou os pontos mais relevantes para fazer o desligamento ou “convocação” de novos adeptos. Assim ele escreveu naquele momento: “o militante que sai deve necessariamente justificar-se perante a sua unidade e obter o acordo de seus companheiros de base, cabendo à própria base opinar sobre a questão da segurança” (LAMARCA, 1970, p. 3). Ele afirmava que isto deveria ser seguido ao máximo, pois, assim, evitariam problemas futuros de delação, caso a repressão pegasse o membro que foi desligado. Num cenário onde a repressão passou a atuar com o apoio operacional das Forças Armadas (devido ao apoio financeiro do empresariado dado a ambas), a saída de um militante requeria bastante cautela e atenção para que aquela base não fosse descoberta.

A exposição de Lamarca continua no que disse respeito à entrada e o desligamento: “a direção das organizações não podem permitir a entrada e saída de militantes com explicações vagas e inadequadas, um companheiro que entra na organização, depois da compreensão de seu trabalho e de sua responsabilidade pede desligamento é um caso grave” (Ibidem). Erro grave que não deveria acontecer, pois estariam vulneráveis se a repressão prendesse o militante. Continuou a dissertar sobre o desligamento, quando expressou que: “os contatos de outras organizações serão passados junto com uma apreciação do quadro, por parte do comando. Reciprocamente, a organização não aceitará o ingresso de um quadro sem antes ouvir a organização que ele abandonou”. Ao final do documento, Lamarca propõe mais profissionalismo na conduta do grupo:

deve ficar claro que as normas não visam absolutamente cercear a liberdade dos quadros. Ao contrário, trata-se de introduzir nas relações entre a organização e seus militantes, a seriedade que a militância merece. A organização tem atualmente uma gigantesca responsabilidade no processo histórico, e se a maioria dos quadros está disposta a dar a vida para preservar este instrumento de luta ainda tão frágil, nada justifica a leviandade com que se tem tratado o problema da militância e com que certos quadros encaram

seu compromisso para com a organização. (LAMARCA – nota de desligamento, 1970).

Através da orientação contida neste documento, a organização passaria a tomar mais cuidado com seus quadros (militantes) e com suas bases (grupo de militantes) a fim de evitar problemas e transtornos, bem como passaria a se profissionalizar mais, contendo: regras, métodos, setores organizados, subsetores, etc. Lamarca trouxe isto para a VPR, pois aprendeu algumas normas disciplinares e organizatórias enquanto estava engajado na corporação militar, ao longo de sua carreira no Exército. Aplicou sobre a VPR aquilo que o Exército tinha aplicado sobre ele. Utilizou suas experiências como capitão para comandar e disciplinar o grupo, tornando-se metodológico nas suas práticas revolucionárias diárias, encarnando o comandante que era em seu batalhão a fim de promover a VPR a um estágio mais profissional, menos bagunçado e mais assertivo.

No desenrolar do ano de 1970, a VPR, sob comando de Lamarca, praticamente dominou o cenário revolucionário brasileiro com suas atuações. Não deixava para depois, planejavam-se e no mínimo espaço de tempo já executavam as ações armadas.

Foi assim que, em março daquele ano, sequestraram o cônsul japonês Nobuo Okushi. Em troca da soltura do diplomata, a VPR pediu a soltura de cinco presos, cujos nomes faziam parte da própria organização antes de cárem perante a repressão. Participaram da ação armada Carlos Lamarca, Ladislau Dowbor, Eduardo Leite e outros integrantes.

Segundo o relatório da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, proveniente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, datado de 1971, em fevereiro de 1970, o integrante da VPR conhecido como Mario “Japa”, sofreu um “acidente” com seu automóvel na Estrada das Lágrimas. O destacamento policial que tão logo chegou ao local, de imediato percebeu materiais de cunho subversivo e armas dentro do carro, o que ocasionou sua prisão. Após longas sessões de tortura na sede da OBAN, os agentes oficiais conseguiram fazer a ligação entre ele, a VPR e outros militantes. Por este motivo, a polícia foi até a residência da família Lucena para fazer nova prisão, agora do senhor Antônio. Após sua mulher, Damaris, checar quem estava batendo no seu portão, ao saber que eram homens ligados à repressão, Antônio surpreende os policiais com rajadas de metralhadora. Ali na porta da casa começa uma troca de tiros que deixou morto um policial. O casal foi levado para a delegacia para prestar esclarecimento sobre o ocorrido. Posteriormente sessões de tortura foram

aplicadas e o casal foi preso. Ficaram por lá até a ditadura mandar solta-los por consequência do sequestro do cônsul japonês. Juntamente com o casal, outros três militantes também foram libertados e embarcaram para o México como exilados políticos. Os presos libertos foram Antônio e Damaris Lucena, Otávio Ângelo (da ALN), a madre Maurina Borges da Silveira, Diógenes Carvalho de Oliveira e Chizuo Ozava (conhecido como Mario Japa).

Com um espaço curto de tempo para agir, a VPR obteve sucesso na ação que em muito lembrou o sequestro do embaixador norte-americano promovido pelo MR-8 e pela ALN em setembro de 1969. Desta maneira abrupta, a organização comandada por Lamarca iria marcar o ano de 1970. Assim se seguiu agindo e praticando expropriações a bancos e sequestros de embaixadores.

Como era costumeiro após uma ação armada deste porte bem executada, os militantes se escondiam em aparelhos e sítios a fim de planejar já o próximo passo. Para Lamarca, que tinha vivido bastante tempo dentro de aparelhos, chegara a hora de ir ao campo. Propôs o reconhecimento de territórios distantes e afastados dos grandes centros para programarem a tão desejada guerrilha rural. O campo era uma antiga aspiração de Lamarca, tendo saído do Exército para adentrar de vez a guerrilha rural que Onofre Pinto lhe dissera, mas que acabou não acontecendo. Desta vez, após algumas importantes ações na cidade, Lamarca vai rumo ao campo. Ali implantaria uma semente da revolução socialista via guerrilha camponesa para libertar o Brasil da exploração capitalista e da ditadura.

Implantar uma guerrilha camponesa era de suma importância para Lamarca, que se inspirava no modelo cubano e nas teorias do foquismo de Guevara e Debray, contudo, argumentou que já era hora dos guerrilheiros se adaptarem ao próprio terreno nacional, pois seria aqui que a guerrilha deveria se frutificar. Pensou em fazer treinamento em Cuba, mas logo percebeu que deveria treinar em solo brasileiro para melhor conhecer as fraquezas e as necessidades humanas quando colocadas em situações extremas. Foi neste momento que houve a separação entre ele e sua amada Iara Iavelberg, que teve de abandonar o Vale do Ribeira por consequência de um problema respiratório.

Pouco antes de adentrar as matas para formar o centro de treinamento guerrilheiro na zona rural, localizado no Vale do Ribeira, Lamarca escreveu um comunicado aos militantes de seu grupo e para líderes de outras organizações. Escrito a mão, de próprio punho, com letras cuidadosamente bem desenhadas, o comunicado teve

como título “Aos comandantes das unidades de combate”. Já é curioso perceber que Lamarca tratava a ideia de “unidade de combate” como deveras importante para o sucesso das ações armadas, bem como o sucesso final da conquista do Estado brasileiro. Buscava a unidade de combate pensando em ocasionar maiores danos ao governo autoritário dos militares, pois, com uma frente ampla de revolucionários guerrilheiros, a chance de ganhar mais batalhas contra a ditadura aumentava. Além disto, a afronta contra a ordem vigente chamaria a atenção da população, que poderia aderir com mais afinco e em maior número com a finalidade de lutar ao lado dos guerrilheiros em prol de um Brasil livre.

No comunicado datado de janeiro de 1970, Lamarca analisa que “o estágio da luta exige que desponte uma vanguarda”. Ele pensava que o momento de agir mais firmemente e do modo unido não poderia passar em branco, portanto propunha, sem muita burocracia, a formação de uma frente vanguardista revolucionária, cuja execução se daria através da propaganda armada. Indicou que “para ser eficiente deveria conter o interesse das massas”, além de praticar ações que contestem mais violentamente o poder dominante, cuja finalidade era mostrar a existência de outro poder (no caso, eles).

Isto explica um pouco o modo e motivo das ações da VPR terem sido feitas da maneira que foi realizada. Tinha que se fazer uma ação dura, grande, corajosa, incendiária, bem desenvolvida para causar estrago no inimigo. Desta maneira se deu a construção das ações armadas da VPR sob comando de Carlos Lamarca no início da década de 1970. Todas elas teriam que ter forte poder de atuação e de fogo para contestar os abusos que a repressão vinha provocando nos seus porões contra seus opositores. Em 1970, a guerra já estava escancarada.

Lamarca ainda continua o comunicado expondo que “todo esforço deve ser feito para libertar o companheiro”. Uma das atitudes para a ditadura soltar os companheiros de guerrilha era o sequestro de personalidades que estavam em conluio com a administração militar. O primeiro sequestro foi o do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, que operacionalmente foi muito bem sucedido. O primeiro sequestro promovido pela VPR foi em março de 1970, pouco tempo depois de ter escrito o documento que estamos analisando.

Convém salientar a importância desta singela frase escrita por Lamarca, deveriam fazer todo o esforço para libertar o companheiro, principalmente por três motivos: a) segurança (devido às sórdidas sessões de torturas, alguns militantes poderiam não aguenta-las e a fim de minimizar sua dor, poderiam delatar os

companheiros); b) contingente (quanto mais adeptos soltos, mais “soldados” o “exército popular revolucionário” teria e mais fortes ficariam as organizações, como consequência suas ações também ficariam mais estruturadas); c) evitar sofrimentos (compaixão, uma espécie de altruísmo revolucionário tendo em vista as cruéis barbaridades que a repressão promovia contra os presos, seria como se colocar no lugar do outro e quem pudesse libertar um companheiro, deveria fazê-lo com emergência).

Ainda no comunicado aos comandantes combatentes, Lamarca (1970, p. 3) escreveu:

pessoalmente acho que estamos por demais lentos, quando não estamos omissos. Os comandantes devem se compenetrar da importância de atuação. A falta de ação é um fator desagregante que a curto prazo corrói qualquer organização, no plano interno. No nível da propaganda armada, é lógico que uma ação por mês não há propaganda – é necessário uma demanda das ações tal que nossa presença seja sentida no ar.

Neste trecho do documento podemos perceber que Lamarca faz uma autocrítica – ainda que com parcimônia – sobre a atuação das organizações, incluindo a dele, pois notou que as condições históricas não poderiam passar em branco, deveriam aproveitar o processo histórico pelo qual o Brasil estava passando e fazer valer a teoria deles, sem dar margem para mais uma vacilação (assim como – não – fez o PCB no momento do golpe de 1964). Esta visão de Lamarca foi difundida como um chamamento para a mobilização dos grupos e como um alerta para prestarem atenção às condições que estavam postas ali para a feitura da revolução.

Então Lamarca continua o comunicado alegando que

temos que evoluir para a preparação de guerrilhas irregulares – passo fundamental para a mudança de qualidade de luta. Como nas cidades, um só pequeno grupo de guerrilha irregular não vai conseguir fazer propaganda armada no campo. Assim, é preciso que os comandantes não retenham militantes que possuem condições para fazer a guerrilha irregular. Ou damos um novo passo agora para saltar a curto prazo ou nos dissolvemos – é preciso se conscientizar disso já. (Ibidem).

Uma boa explicação dada por Jacob Gorender nos ajuda a entender um pouco melhor esta inclinação de Carlos Lamarca: “a virada geral no sentido da luta armada deu urgência ao compromisso de deslanche da guerrilha rural. Esta era a tarefa *estratégica*, ao passo que as ações urbanas não tinham mais do que função *tática*” (GORENDER, 2014, p. 210). Portanto, Lamarca expressava pensamentos mais astuciosos e

vanguardista a respeito de usar a estratégia para alcançar a meta (libertação do Brasil e superação do capital). Dentro deste contexto, Lamarca percebia a importância das cidades (como sendo a partir delas que nascem os meios para a implantação das guerrilhas irregulares), mas apontava para o campo como um lugar apropriado para materializar os caminhos da revolução.

Ainda dentro do aspecto “da virada geral no sentido da luta armada”, como definiu Gorender, Lamarca se expressou veementemente contrário à permanência de quadros numa área sobre a qual não atuassem e nem produzissem ações, sendo assim, eles deveriam partir para outra região. Disse também que o espaço poderia ser melhor utilizado e que havia muita politicagem no diálogo entre as organizações, fato que levaria ao imobilismo das ações.

Ao final do comunicado, Lamarca parece dar uma bronca tanto nos comandantes quanto nos outros militantes e de forma até brava ele adverte:

não vamos sair do impasse em que nos encontramos se não mudarmos a qualidade da luta; o processo é seletivo, quem não está em condições de suportar a deflagração da luta que saia logo; as escusas da montagem da infraestrutura não mais justificam o imobilismo, pois trégua é traição. (Ibdem).

Por fim, ele manda seu recado: “a palavra de ordem é aguçar a luta, em todos os níveis, em todos os lugares. Ninguém é insubstituível; todos à ação a partir de já”.

Destarte, aos destinatários, a mensagem enviada foi bem clara. Não seria tolerado para a organização obter uma área e não fazer dela um campo de guerrilha irregular. Aquelas organizações que possuíssem uma área inutilizada deveriam ceder o espaço para outra organização que se comprometesse a realizar a luta armada no campo. Somente com o estímulo guerrilheiro camponês é que a propaganda armada ganharia mais adeptos e mais batalhas, pois a zona rural também era um terreno desconhecido das forças repressivas. Assim, quem tomasse aquelas áreas primeiro teria maiores chances de vencer o opositor num confronto bélico. E o primeiro a tomar a zona rural deveriam ser os guerrilheiros, pois era necessário que os camponeses abraçassem a causa da luta para conseguirem ter êxito na caminhada para a libertação do Brasil e derrocada do capitalismo via socialismo. A estratégia era ganhar o campo para depois ganhar a cidade e, por fim, ganhar o país.

A partir deste documento, após sua disseminação no meio clandestino das organizações de esquerda armada, Lamarca reuniu um grupo de militantes da VPR, em

número até reduzido, para formatar um treinamento guerrilheiro no Brasil. Julgava que os custos seriam menores se comparados com os custos de enviar militantes para Cuba, por exemplo. Além do fato de se aproximarem dos camponeses para, aos poucos, ganharem sua confiança. Ele também advertia que os guerrilheiros deveriam saber “em qual terreno estavam pisando”, no sentido de observarem a área como parte da estrutura guerrilheira, tendo em mente as possíveis rotas de fugas, áreas de tocaia, locais para guardar os mantimentos e similares.

Em março de 1970, Lamarca e mais 20 militantes, aproximadamente, chegaram ao Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo, para fazer um treinamento de guerrilha. Seria uma experiência que mudaria os rumos da luta armada, bem como os do capitão.

Interpelando a documentação recolhida sobre este fato histórico, podemos perceber que há uma percepção dúbia da realidade. Há divergências nos documentos apresentados por ambos os lados, onde alguns números referentes à Operação Registro não se coincidem. Para Lamarca, o aparato repressivo tinha destacado quase vinte mil homens para desbaratar sua ação na região rural do Estado. Para o Exército, a força-tarefa destacava pouco mais de três mil homens. A respeito disto, através de outras fontes, diversos autores têm adotado o número de cinco mil homens que foram destacados de suas atividades para compor o contingente da supracitada Operação. É curioso observar que por parte dos dois lados pode haver uma interpretação conveniente que lhe caiba fazer. De um lado pode haver supervalorização de sua ação, a ponto das forças repressivas terem disponibilizado quase vinte mil homens para combater um grupo de 20 militantes guerrilheiros. Por outro, pode haver uma tentativa de minimizar seu fracasso retumbante, tendo em vista que montaram uma enorme força-tarefa para eliminar não mais que duas dezenas de subversivos. Mas, independente do número exato de homens envolvidos na ação, fato é que o bando de Lamarca conseguiu escapar com vida do cerco que lhe fizeram. Como faz parte de uma guerra, entretanto, alguns corpos tiveram de ser enterrados. Nem todos sobreviveram para ver o desenrolar dos acontecimentos.

Outro ponto de divergência entre a versão oficial e a versão de Lamarca foi o conceito utilizado para descrever tal ação armada na zona rural. Através do relatório oficial da Operação Registro, o que os subversivos propunham ali era a guerrilha armada, cuja finalidade do grupo seria instalar as primeiras bases para desenvolvimento da mesma, uma vez que eles tinham o interesse de perturbar a ordem vigente e derrubar

a administração militar para instalar uma ditadura comunista no país. Já na versão de Lamarca, o que eles propunham era um centro de treinamento, cuja finalidade seria realizar atividades dos mais variados tipos para conhecer bem as especificidades da área. Esta fora escolhida entre duas possibilidades por apresentar mais qualidades e maior diversidade no tocante à produção do treinamento guerrilheiro.

Ao começar o documento que conta parte da sua experiência vivida na zona rural da região sul do Estado de São Paulo, intitulado “A experiência do Vale do Ribeira”, de maio 1970, Lamarca anuncia de cara o tratamento imparcial que a imprensa brasileira deu ao noticiar o caso. Tomando como fonte os jornais da época que veicularam notícias e reportagens sobre a campanha do Vale do Ribeira, Lamarca notou que a imprensa fez de tudo para mascarar a real situação que ocorreu naquele espaço de terra. Ele argumentava que os meios de comunicação escrita estavam a favor das forças repressivas, sem explicar o porquê disto. Continuou argumentando que os jornais encobriam a grande derrota – tática e moral – da força-tarefa repressiva imputada pelo grupo comandado por ele. Seguiu argumentando que “a imprensa burguesa queria dar a ideia de que o exército da burguesia é invencível, para que os oprimidos não possam ter qualquer esperança quanto ao futuro da luta armada e do seu destino” (LAMARCA, 1970, p. 2).

Ou seja, o processo histórico dos acontecimentos não foi divulgado pela imprensa, pois isto colocaria em dúvida a capacidade de atuação do sistema repressivo brasileiro, haja vista que os órgãos oficiais tinham mais condições para vencer esta batalha do que os guerrilheiros. Todavia, a imprensa prestava uma grande ajuda ao sistema, pois tinha seus interesses escusos com a ditadura militar e em troca deles garantia o silêncio em determinadas oportunidades. Desta maneira, a esquerda armada, que precisava dar vazão às suas ações para atingir o grande público, em casos como este, no qual o silêncio era comprado e proposital, tinham que gastar os recursos que possuíam para fazer panfletos e comunicados a fim de distribuir e enviá-los ao povo brasileiro.

Segue no tal documento os apontamentos que Lamarca fez no que dizia respeito às condições materiais e bélicas que cada um dos lados antagonistas possuía. O dele seria muitas vezes inferior se comparado ao poder oficial. Salientou Lamarca, usando de ironia, que o “exército glorioso da burguesia” deveria estar pensando em liquidar rapidamente o “foco guerrilheiro” como já tivera feito na tentativa de guerrilha do Caparaó, onde a repressão obtivera algum sucesso. Logo, analisou que se o silêncio foi

mantido pelos jornais, isto significava que as forças repressivas não atingiram seu objetivo. Foi uma observação pertinente.

Dentre as experiências vividas na campanha do Vale do Ribeira, Lamarca salientou a “entrega dos homens da repressão”. Ele percebeu que ali em combate estes homens não estavam “dispostos a morrer a toa”¹⁴, faltava-lhes convicção para adentrar as matas e irem atrás dos guerrilheiros que tinham se embrenhado por lá. Percebeu que as tropas policiais e militares que lá estavam ficaram desorientadas em certos momentos, o que facilitou a escapada de alguns militantes. Após o combate armado entre dois militantes que ficaram para trás – cuja missão era cuidar dos mantimentos e carregar o restante das poucas armas que estavam com o grupo – e os policiais militares, ficou evidente para Lamarca que tanto o Exército quanto os órgãos repressivos, nas figuras de seus agentes, não dominavam as técnicas de combate nas matas. Lamarca se surpreendeu com a parca desenvoltura da repressão perante aquele tipo de ação, ou seja, os policiais e os militares não saberiam agir com destreza se colocados em confronto diante daquela maneira de lutar.

Ele percebeu que muitos daqueles homens da repressão estavam inquietos, nervosos, ansiosos por causa do pavor que lhes tomava conta do corpo e da mente. Relatou uma circunstância em que alguns policiais correram da luta por que, aparentemente, estavam com medo. Alguns deles eram novos e, provavelmente, poderiam estar vivendo uma situação nunca antes experimentada.

Porém, em contrapartida à “pífia” demonstração de luta guerrilheira, os agentes da repressão continuavam a usar suas sórdidas táticas de investigação para com os camponeses. Num relato de Lamarca, no mesmo documento, depois de desconfiarem de policiais infiltrados se passando por camponeses, escreveu: “soube-se que o casal de camponês foi barbaramente assassinado (inclusive a jovem mulher camponesa estava grávida) para servir como exemplo aos que ainda se dispunha a colaborar com os guerrilheiros”. Desta forma, a ditadura continuava a agir livre e impunemente no tocante aos métodos utilizados por eles para obter respostas e informações sobre a guerrilha e os seus representantes atuantes. Se nas matas eles não saberiam agir, fora delas eles saberiam exatamente como fazer para vencer. E sem escrúpulos a fizeram.

Diante de tal experiência, Lamarca concluiu que:

¹⁴ Para mais informações, consultar o documento “A experiência do Vale do Ribeira”, da VPR, São Paulo, 1970.

a experiência vivida pelos revolucionários demonstrou com toda clareza não só a viabilidade da guerrilha rural, como a fraqueza do inimigo nesse tipo de luta. Apesar de tratar-se apenas de um campo de treinamento, as operações desenvolvidas deixaram claro que a montagem de uma infraestrutura mínima no palco de operações tornará a guerrilha praticamente invulnerável aos ataques da repressão. Tudo nos leva a crer que a deflagração simultânea ou espaçada de diversas regiões no campo levará o inimigo ao desespero, obrigando-o a dispersar enormemente suas forças, e gradativamente conquistando primeiro o apoio das massas exploradas de camponeses, e em seguida mobilizará revolucionariamente essas camadas da população. Se a guerrilha urbana tem conseguido sobreviver, apesar do completo isolamento político dos revolucionários, é evidente que na deflagração da guerrilha rural está a saída para o impasse atual. (LAMARCA, 1970, p. 5).

Diante desta conclusão, podemos perceber que Lamarca teria obtido um resultado satisfatório daquela experiência no Vale do Ribeira, ainda que tenha perdido alguns militantes devido a um confronto com a polícia. Todavia, através do seu modo de enxergar aquilo, expresso por meio de suas palavras, o saldo pareceu bom, na medida do possível. Seria uma prévia do que estaria por vir. Treinados em São Paulo, os guerrilheiros colocariam em prática suas experiências em solo baiano, posteriormente. Era justamente o que ele sempre desejara fazer, queria montar uma guerrilha rural desde quando executou o roubo das armas no IV batalhão de Quitaúna, em Osasco. Saiu do Exército acreditando que a VPR já disponibilizava de uma área para implantar a guerrilha no campo. Contudo, esta ainda não possuía.

Como todo documento é portador de uma “versão”, não podemos deixar de criticar os documentos de Lamarca. Os meios sob quais ele produziu os seus revelam um pouco do teor que preenche as páginas manuscritas por ele. Vivendo em pequenos apartamentos devido a opção que fez em lutar contra a ditadura pela libertação do povo explorado e pelo fim do imperialismo no Brasil, utilizando as “mesmas armas” que as Forças Armadas utilizaram contra os brasileiros, ele absorveu a calamidade daqueles tempos nocivos, onde ser brasileiro era escolher entre ficar calado ou se expressar através de ações. Chegou num determinado momento em que não bastavam mais apenas ações pacíficas – para render frutos, as ações deveriam ser mais contundentes e contumazes. Seus escritos mostram que houve mudanças de postura desta natureza. Suas palavras e suas análises foram sendo modificadas com o tempo. Elaborou seu pensamento conforme via sofrer seu povo e quieto não poderia ficar (nem seu corpo, nem sua mente). Ouriçou-se pela guerrilha rural e a partir dela fez o possível para

conseguir a união das esquerdas em armas. O resultado disto, hoje, nós já sabemos, mas naqueles dias de violência, se existisse a chance de um por cento na vitória, ela representaria para ele cem por cento.

Muitos documentos dele tinham como finalidade chegar ao grande público. Outros seriam para circulação interna das organizações armadas, no máximo. Por motivos óbvios, o “mundo clandestino” não era divulgado em nenhum veículo da imprensa nacional, apenas alguns periódicos internacionais davam abertura às entrevistas e às ideias dos militantes da esquerda armada em suas colunas sobre reportagens estrangeiras. Dava voz àqueles que viviam sob censura.

Diversas vezes ele expressou seu apreço pela região rural, elaborando até como deveria ser o tratamento dos guerrilheiros para com os camponeses. Lamarca falou deste assunto numa entrevista concedida a um periódico internacional que foi publicado em junho de 1970.

Logo após evadirem do Vale do Ribeira, no qual as operações guerrilheiras se estenderam entre os dias 21 de abril e 31 de maio, Lamarca respondeu um questionário a respeito de seus feitos e também a respeito de suas ideias para que fossem divulgados no exterior com a finalidade de mostrar a situação tenebrosa do Brasil e tentar angariar não só mais adeptos, como mais visibilidade também. Após o episódio do Vale do Ribeira, que foi um divisor de águas na sua vida, assim como na vida da VPR, Lamarca pensou em esclarecer alguns pontos importantes e o fez através da entrevista – que chegou ao exterior via os quarenta presos políticos que foram levados para outros países e se tornaram banidos no Brasil.

Na referida entrevista, Lamarca explicou algumas situações peculiares que ocorreram ali, tais como a quantidade de presos que fizeram (um total de 18), assim como algumas mortes que aconteceram (um total de 10) e todo este número foi “conseguido” através de três combates contra as forças repressivas. Segue na entrevista a pergunta sobre a repercussão da guerrilha na população local, e a isto Lamarca respondeu: “ficamos satisfeitos ao comprovar a receptividade e a capacidade de entender a nossa comunicação por parte do trabalhador rural” (LAMARCA, 1970, p. 3). Contudo, num cenário de guerra belicosa, muitos inocentes morreram. Foi isto que aconteceu lá e que Lamarca pôde perceber. Segundo o ex-capitão “a repressão percebeu que ganhávamos apoio da população, e a partir daí desencadeou uma ampla operação policial-militar para aterrorizar e intimidar a população”. Ou seja, a violência estatal, naquele período, só tinha adicionado mais um “perfil” à lista de agressão: os opositores

subversivos. Pois ela continuou, de forma inescrupulosa, a agredir os demais: trabalhadores rurais que requeriam terras, operários que requeriam melhorias, periféricos que eram estigmatizados como vagabundos, perigosos e bandidos.

Diante de tal cenário de barbaridades era que Lamarca se dispunha, cada vez mais, a lutar contra os homens da ditadura. Era diante de tal brutalidade contra pessoas indefesas e inocentes (no sentido de “bons samaritanos” também) que Lamarca se propunha a ousar: desejava formar uma escola de guerrilha no Brasil (a partir de sua experiência no Vale do Ribeira). A respeito disto, ponderou a influencia de tal desejo alegando que “através de nossa prática revolucionária, permitimos o salto qualitativo na atuação da esquerda. [...] Não só através do exemplo da luta, mas também por ela, que engajaremos os trabalhadores no processo” (LAMARCA, 1970, p. 3).

Ainda concedendo respostas à imprensa internacional, Lamarca garantiu que havia condições para fazer a guerrilha rural no país e salientou: “não só no Brasil, como em toda a América Latina”. Posteriormente, ele construiu uma singela, porém pertinente, análise a respeito das condições do campo. Assim ele se expressou:

é no campo que a exploração capitalista é mais desumana e ali se encontra o elo mais fraco do sistema, onde a repressão tem sido feroz em todas as lutas travadas com os trabalhadores rurais. Existe todo um passado de lutas e de organização do trabalhador rural, que a classe dominante na nossa história. (Ibdem).

E Lamarca tinha razão. O passado de lutas e de organização da massa camponesa explorada estava sendo apagada aos poucos pelos latifundiários que defendiam e apoiavam a administração autoritária como forma de ter garantidos os seus interesses, bem como ter garantida por lei a sua grande propriedade privada. Foi por lutar contra posturas como estas que o advogado e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, teve seu nome inscrito na lista de cassação do AI-1 (primeiro Ato Institucional que oficializou a ditadura e suspendeu os direitos de centenas de pessoas).

Como citou na entrevista, Lamarca e a VPR pensavam que a revolução socialista começaria a dar seus primeiros passos na zona rural, local onde a exploração do capital em relação ao trabalho era mais alienada. Ali, na zona rural, seriam percebidos fortes traços de desigualdade e de submissão, sem expectativas para a população autóctone, uma vez que a ditadura os defenestravam.

De acordo com a suas respostas, ele pôde deixar para posteridade o conteúdo de suas ideias. Porém, nesta parte da entrevista, ele expressou um dos mais significativos

pensamentos sobre a guerrilha: “a guerrilha deve ser encarada sem romantismo. [...] Plagiando Brecht, que diria ‘triste do país que precisa de heróis’, diríamos nós ‘triste da guerrilha que precisa de heróis’” (LAMARCA, 1970, p. 2). Esta era mais uma mensagem de Lamarca para os demais combatentes a fim de uni-los para um fim maior, como a mensagem era também para os militares no poder, pois estes gostavam muito de adjetivos superlativos (comandante supremo da “revolução”, por exemplo) e de propagandas ufanistas que valorizassem suas ações ao invés de seu povo.

A longa entrevista continua a interpelar o capitão, que descreveu duas importantes análises. Uma a respeito da intervenção norte-americana na guerrilha brasileira, e outra a respeito da necessidade da coordenação latino-americana. No que tange à primeira, Lamarca ressalta que os EUA estavam infiltrados nas Forças Armadas, obtendo maior sucesso em suas tarefas ideológicas dentro da Marinha e da Aeronáutica. Todavia, alerta que dentro do Exército já se começa a perceber fortemente a presença da ideologia anticomunista oriunda dos representantes do imperialismo, assim como percebeu corrupção dentro do alto escalão. Ainda ressalta que os oficiais sofriam lavagem cerebral, pois limitavam as matérias que estimulavam o estágio da “cultura crítica” ao incentivarem o aprendizado de matérias técnico-profissionais. Devido a esta percepção foi que Lamarca se desiluiu com o Exército brasileiro. Preferiu lutar frontalmente contra esta estroenga, passando para o lado de fora dela. Preferiu não mais fazer parte daquele conluio imperialista que alienava as mentes dos subalternos.

No que concerne à necessidade de coordenação latino-americana, Lamarca indicou que era realmente necessário e gostaria que ocorresse, pois, assim, com toda a América Latina unida, os EUA não poderiam abafar as guerrilhas em diversos territórios. Isto geraria um fortalecimento das esquerdas nacionais e internacionais, além de evidenciar o alto nível de conscientização da luta revolucionária, atingindo um grau superlativo de atuação tão forte que poderia bater de frente com os interesses e com os representantes do capitalismo mundial, concretizando, assim, algumas convenções oriundas da Conferência de Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS) – “entidade” nuclear do pensamento esquerdista. Todavia, alguns militantes brasileiros eram relutantes nesta questão.

Após conceder as respostas, Lamarca tinha objetivos com a divulgação, disseminação e pulverização das mesmas. Buscava unir a esquerda para fragmentar a ditadura. Buscava, neste momento, se firmar como grande líder que muitos acreditavam

que ele fosse¹⁵. Buscava ser um combatente justo e honesto, porém, há versões que dizem que ele foi se envaidecendo com o poder ao longo da caminhada revolucionária. Alguns analisaram a situação dizendo que esta “nova” postura dele acelerou sua saída da VPR. Neste caso cabe o seguinte pensamento: ou a personagem morre cedo para se tornar um herói ou vive o bastante para se tornar um vilão.

Veremos adiante como se deu o processo de tornar Lamarca um vilão do país. As suas visões sobre os fatos e sobre o entendimento histórico foram acossadas, destarte, convém evidenciar as versões que o acossaram.

¹⁵ Conforme relata o caso da empresa de pesca, cujo objetivo era Lamarca e seus comparsas formarem uma empresa que navegasse pelo litoral brasileiro, sem despertar a desconfiança das autoridades locais, para fazer o transbordo de peixes da China para o Brasil. Dentro dos containers haveria armas e dinheiro oriundos de Mao-Tse-Tung. Através do documento, fica claro que os chineses só topariam fazer esse tipo de negócio com Lamarca, pois este seria o único com potencial para realizar uma grande tarefa deste porte. Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia Federal, São Paulo, Novembro de 1970.

Capítulo II – OUTRA VOLTA A LAMARCA: TERRORISTA E SUBVERSIVO

“Os historiadores se interessam pelas ideias não porque elas influenciam as sociedades, mas também porque são reveladoras da sociedade que as originaram.” (Christopher Hill).

2.1 – Crítica ao documento oficial

Neste capítulo dois vamos abordar as visões e versões que acoessaram Carlos Lamarca e a VPR. Utilizaremos os documentos oficiais das Forças Armadas, em especial do exército, frente a frente com os documentos de Lamarca, onde constam as principais ideias e ações dele, tendo como intuito o surgimento de análises após o confronto entre os mesmos.

Deste confronto, esperamos absorver informações valiosas para inseri-las no debate que diz respeito ao período histórico e produzir considerações pertinentes sobre a temática.

Tendo em vista que as documentações que compõem este capítulo fazem parte das versões oficiais dos fatos que ocorreram no Brasil durante os anos de ditadura militar – chamado pelos próprios militares de “regime” ou de “governo” –, indicamos que a crítica referente a eles se faz necessária, antes mesmo do uso das mesmas, pois já se sabe que o documento oficial é impregnado por conceitos, vícios e ideologias da classe dominante, uma vez que a produção orgânica do mesmo não é neutra e nele contém elementos que são pertinentes aos grupos que ocupam o poder, compondo um discurso que se impõe como verdadeiro, único e linear a respeito dos processos históricos da sociedade.

Todavia, salientamos que foi necessário o uso deles para fundamentar a base deste trabalho acadêmico, uma vez que elas podem, indiretamente, indicar aspectos da conduta autoritária daquela época que mereceram emergir a luz da memória histórica.

Apesar da reunião de percepções sociais, culturais e econômicas que existem nos documentos oficiais produzidos pela ditadura militar, que corroboram as características deste grupo hegemônico, podemos observar que eles têm algumas funções a serem exploradas através de análises: eles servem/podem dialogar em contraposição com outras fontes; eles exclamam o ideal que os governantes pretendem impor e incutir na sociedade; eles expressam a mentalidade característica de seus próprios interesses e ressaltam suas responsabilidades institucionais para com a população.

Diante disso, trabalhamos com o relatório da Operação Pajussara, oriundo do Ministério do Exército, IV Exército, além de relatórios do DOPS/SP e autos de qualificação da Polícia Militar. Para promover o confronto de ideias, trabalhamos com as cartas-diário de Lamarca para Iara, bem como documentos importantes da VPR que dizem respeito aos percalços que os militantes passaram ao tentar implantar a área de treinamento guerrilheiro – situação que foi descrita pelos militares como “escola de guerrilha”, mas que a VPR nega o conceito.

Sem dúvidas, os extremos quase se complementam quando são abordados frontalmente, pois tratam de um mesmo assunto/situação, porém com pontos de vistas opostos.

Como maneira de evitar que a produção textual caia no caminho da história tradicional positivista, procuramos amarrar a utilização dos documentos primários oficiais ao contexto de sua época, assim como utilizamos “novos” vestígios históricos para compor a narrativa, adicionando elementos que pudessem dar maior abrangência ao texto, abrindo direção para a descrição dos atos revolucionários daquela célula guerrilheira – que figurava como subalterna na escala do poder central – cujo resultado foi a rememoração dos últimos dias da difícil vida de Lamarca no sertão baiano.

O historiador inglês Peter Burke, descreveu sucintamente em seu livro “*A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*” (1997), o surgimento do novo pensamento analítico da história que, por sua vez, criaria novo método para enxergar o processo histórico mundial, afastando-se do “antigo regime” que figuravam os historiadores profissionais, cujo método de trabalho priorizava as grandes guerras, grandes batalhas, grandes reis, grandes guerreiros, grandes nomes e grandes datas. Sem prestar a devida atenção ao que acontecia ao entorno da “história política tradicional”, os antigos historiadores permaneciam fiéis aos moldes de análise que aprenderam a utilizar no processo do “fazer histórico”, até o momento em que um grupo de novos historiadores decidiram mudar a abordagem de se fazer a escrita da história.

Após o exame detalhado feito por Lucien Febvre e Marc Bloch, relatados no livro de Burke, o autor inglês apresenta ao leitor mais um historiador que propôs mudar a base analítica das fontes históricas e cita Michelet como exemplo. Este último, francês, quer era conhecido como o “historiador da revolução”, deixou como legado o embrião da “história das classes subalternas”, que seria “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos” (MICHELET apud BURKE, 1997, p. 19).

Partindo desta perspectiva, podemos adotar pensamento semelhante em relação a Lamarca, entretanto uma considerável diferença deve prevalecer neste contexto: Lamarca conseguiu deixar registro histórico de sua passagem no cenário nacional. As documentações que ele produziu estão inseridas no corpo do texto desta dissertação mediante exame perscrutador. Destarte, como a roda da história gira, Lamarca viveu num período distinto daquele vivido por Michelet e distinto também daqueles a quem o francês se referia na citação. O guerrilheiro brasileiro pôde se perpetuar na história nacional devido aos agentes que trabalharam sua memória e por que conseguiu escrever parte do seu pensamento, haja vista que sua figura é também recuperada através dos escritos que deixou como legado para a posteridade. Ainda salientamos que ele foi objeto de perseguição das forças oficiais e, portanto, também faz parte da construção de sua memória os documentos que dizem respeito a ele, mesmo aqueles que contam com a versão oficial da história.

Então, através destes instrumentos privilegiados de comunicação (que são as cartas, o diário, os documentos pessoais e relatórios policiais) podemos obter conexão com seu passado, bem como com o passado referente à conjuntura que ele desejava modificar – e sobre isso, podemos produzir algum tipo de conhecimento também.

Diante de tal cenário, para contrapor a versão e visão do exército descrita no relatório da Operação Pajussara, foi trabalhado o diário dele, assim como os demais documentos das organizações da qual ele fez parte.

A partir do ponto de vista daqueles que compunham a força-tarefa cuja missão era capturar Carlos Lamarca, analisaremos o que constituiu as “versões oficiais” que foram documentadas sobre ele, bem como a formação das equipes que o buscaram por todo território nacional. Versões que acossaram os militantes à época serão tratadas neste capítulo e dialogarão com outras documentações que correspondem ao mesmo período, todavia são versões de agentes da história que estão situados no lado oposto da administração militar, como o próprio Lamarca.

Através do exposto em documentações, a começar pelo Código Penal militar da época – documento oficial que estabelece punições e sanções a quem fere as normas de conduta dentro das instituições armadas – o Exército brasileiro não poderia sustentar a ideia de que um de seus membros internos pudesse ter se virado contra a estrutura militar dominante daqueles anos.

A deserção de Lamarca foi vista como uma traição, pois perante o Código Penal Militar de 1968, nenhum militar poderia sublevar-se contra as Forças Armadas. Caso isto ocorresse seria tratado como traidor e sofreria as punições devidas para estancar a consequência da ação e a inibição de sua repetição.

O caso de Lamarca se encaixava no artigo nono do Código Penal Militar, Parte Geral, Livro Único, Título I: da aplicação da lei penal militar, onde retratavam os “crimes militares em tempo de paz”, inciso II, itens letras “E” e “F”. Na redação do inciso II, onde “os crimes previstos neste código, embora também o sejam com igual definição na lei comum, quando praticados”, a descrição do tal item “E” enunciava-se da seguinte maneira: “por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar” (CÓDIGO PENAL MILITAR, 1968, p. 12). A descrição do inciso “F”, que posteriormente foi revogado – só em 1996 – enunciava-se assim:

por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, use armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal. (Ibdem).

Ou seja, conforme o Código Penal Militar, Lamarca cometeu crimes militares em tempo de paz, além de ferir outras leis produzidas naquele período, dentre elas a de Segurança Nacional¹⁶. Os itens supracitados do inciso II deixam claro que os militares não tolerariam qualquer quebra de regimento interno (nem mesmo um simples ato de indisciplina dentro de guarnição), logo, não deixariam de inscrever os atos de Lamarca naqueles tópicos (atos que passaram a ser vistos como atentados contra a instituição).

Assim sendo, quando Carlos Lamarca fez o movimento de retirada das armas em Quitauína, saindo do cerne da instituição que comandava o país para adentrar um núcleo subversivo e terrorista – como era chamado na época – a fim comandar uma revolução de caráter socialista, os militares não titubearam em considera-lo traidor, terrorista, subversivo, bandido e homem procurado pelo país, pois o que estava em jogo era a imagem daquela instituição que, um dia, Lamarca representou e que, depois da expropriação das armas, foi “apunhalada” pelas costas por ele.

¹⁶ Para saber de mais “crimes” cometidos por Carlos Lamarca, ver: MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003, 184 p

Ele não somente mudou sua vida, como mudou a vida de pessoas que se relacionaram com ele, direta ou indiretamente. Mudou a vida dos seus ex-comandados dentro do Exército, que, após a deserção, teriam ordens de persegui-lo e não mais obedecer e segui-lo, como era de praxe na fase de capitão institucional. Mudou também a vida de um pequeno grupo que seguiu com ele para a clandestinidade, pois estes sofreriam as consequências de se aliarem ao homem mais procurado do país.

Lamarca foi alçado à categoria de traidor, e portanto, deveria ser caçado por onde quer que fosse, sem trégua, até que o Exército conseguisse dar uma resposta para a sociedade brasileira e, principalmente, para si mesmo – enquanto instituição da qual Lamarca desertou, era questão de honra para o Exército capturá-lo.

Os documentos oficiais foram produzidos a partir dos “crimes” cometidos por Lamarca – fatos e atos que ocorreram, em especial, a partir de 1969. Assim, estes possuem a ideologia dominante e são portadores de determinadas visões (como a de um militar indisciplinado) que formam e completam versões a respeito do homem que os traiu (e passou a ser um dos núcleos da luta armada nacional).

Para cada ato ou ação de Lamarca existia uma ação igual ou mais forte do Exército brasileiro. Era a “terceira lei de Newton”, porém, com algumas modificações à brasileira. Esta era a versão dos fatos que as Forças Armadas contam em seus documentos. Porém, uma crítica inicial que se faz pertinente é questionar esta visão, pois as Forças Armadas já utilizavam seu reportório de brutalidade e autoridade antes mesmo de Lamarca se rebelar.

Como indicam os documentos oficiais, o sistema de defesa interna agia somente para coibir as ações revolucionárias dos subversivos, todavia, não era isso que encontramos escrito nos documentos de Lamarca. Se no documento feito pela ditadura militar o início dos confrontos armados se deu por causa da luta armada clandestina e guerrilheira, na documentação feita pelos integrantes da guerrilha clandestina o início do uso da violência se deu, primeiramente, por parte dos militares golpistas, fato que proporcionou a necessidade de se fazer uso das armas – meio já utilizado pela repressão –, como uma maneira de tentar equilibrar a correlação de forças, na tentativa de resistir através do mesmo método com que eram atacados.

Percebe-se que a administração militar se coloca como alvo das “ações terroristas” e parece esquecer que o pontapé inicial na questão da violência foi dado por eles mesmos, ainda em abril de 1964 – uma das vertentes a respeito do golpe evidencia

esta faceta de que foi necessária a intervenção militar pautada pela força cujo objetivo era impedir a ascensão do comunismo no Brasil e salvaguardar o país.

Assim, adotando um ponto de vista recortado da história, os documentos oficiais simulam que só foi necessário o uso da violência e das armas porque a esquerda se radicalizou e passou a seguir a escola cubana de revolução socialista a partir da guerra de guerrilha. Desta maneira, dando a entender que ela, a ditadura militar, não usaria a coerção contra os brasileiros, a violência encontrada nesse período histórico foi basicamente culpa do extremismo de esquerda que tomou conta da mentalidade dos líderes das organizações clandestinas, que optaram pelo confronto bélico.

Entretanto, os documentos também indicam que, depois de deflagrada a guerra suja contra as organizações de esquerda, os militantes partícipes delas também atuaram de maneira a propor o combate. Pela análise documental, percebe-se que acuados, como se sentiam estar, eles deveriam agir imediatamente, com o máximo de força e de precisão que dispunham, contra os agentes da ditadura.

A crítica segue argumentando que não foi simplesmente uma escolha das organizações clandestinas querer pegar em armas, mas sim uma necessidade, haja visto que os meios tradicionais e legais de fazer oposição política estavam fechados, censurados, amordaçados e pressionados pelo furor opressor da ditadura. Sem saída, porém à procura de uma, alguns líderes políticos, como Marighella, migraram para a ação revolucionária armada.

Mesmo sabendo que a diretriz guerrilheira foi assumida por Marighella em 1967, no encontro da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), sediado em Havana, capital de Cuba, ou seja, quase um ano antes da instalação oficial do AI-5, a deflagração da luta armada em território nacional não ocorreu de imediato. Alguns assuntos, como condições de instalação da guerra de guerrilha, treinamento insurrecional, equipamentos para o confronto, desenvolvimento de táticas e estratégias de batalha foram discutidas antes da eclosão dos embates entre as forças repressivas e as frentes guerrilheiras.

Logo, pode-se entender que para decidir atacar as Forças Armadas via combate bélico houve muita reflexão sobre o momento ideal de coloca-lo em prática, assim como foi extenuante o estudo das condições brasileiras de instalação da luta armada. Marighella enxergava que o caminho legal, constitucional e institucional de costume já não daria mais para seguir fazendo oposição.

Ele fez a crítica ao partido comunista brasileiro desde o momento em que este foi “vacilante” no impedimento do golpe civil militar de 1964. Marighella esperava maior atuação do partido em defesa das questões sociais, achava que a agremiação deveria conchamar as massas para defender as reformas de base propostas pelo então presidente do Brasil legitimamente eleito. Acreditava que o partido tinha perdido uma grande chance de fazer valer a teoria e o trabalho com as massas, acreditava ter perdido a chance de transformação real do país quando deixou de lado o clamor popular que requeria as mudanças estruturais básicas no Brasil e deixou passar o golpe sem resistência – este pensamento também se alinhava com o de Carlos Lamarca, uma vez que o capitão também criticou as esquerdas brasileiras pela vacilação política num momento oportuno para se modificar as bases da sociedade brasileira.

Depois de feita a crítica ao partido, houve a intensificação do regime autoritário da ditadura militar burguesa. A cada ano que se passava, a ditadura ia estruturando mais suas raízes na política nacional e, conseqüentemente, adquiria mais poder centralizador do que devia – às vezes usurpando-o do povo e, outras vezes, ganhando-o através do apoio de parcela da população. O sistema constitucional democrático se extinguiu proporcionalmente à escalada de poder que ganhava a ditadura. Ou seja, quanto mais poder e infiltração na sociedade brasileira a ditadura tinha, mais a democracia ia sumindo do hábito cotidiano nacional e do dicionário político.

Com o cenário formado pela atitude passiva do partido e com recrudescimento da ditadura militar foi que Marighella se movimentou para buscar novas opções de ação política cuja finalidade era confrontar a questão interna das relações políticas e sociais. Desta maneira foi que ele se aproximou dos conceitos cubanos de revolução, de táticas de combate e de administração política. Para ele: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução” (MARIGHELLA, 1967, p. 11).

Entretanto, a ditadura militar já dava indícios de que não queria mais um regime “moderado” como o de Castelo Branco e que queria mais centralização autoritária para governar o país e coloca-lo nos eixos. Para consolidar tal ato, a ditadura precisaria de espaço político sem que houvesse intervenções nas decisões tomadas pelas equipes do governo. Pensando assim, seria necessário que houvesse um mecanismo que criasse dificuldades para os opositores se entrelaçarem aos assuntos de maior importância para a política nacional. Assuntos estratégicos deveriam ser respondidos somente pelo conluio formado entre militares do alto comando, nobres empresários e fisiologistas súditos daquelas ideias.

Quanto mais as ideias de Marighella iam ganhando contornos reais – através de seus discursos e práticas –, mais a administração militar ia traçando uma rota de colisão com ele, pois sabia que poderia usar seu envolvimento com Cuba de maneira a estigmatizá-lo com paladino das ideias “terroristas” de guerrilha, de destruição da nação e de construção e consolidação do comunismo. Desta maneira, tendo um inimigo interno número um para vencer, a ditadura militar poderia se instaurar cada vez mais na sociedade, contando a ela que estaria trabalhando para erradicar tais pensamentos inglórios e que estaria agindo – sem pudor – em nome da soberania nacional em relação às ideias que Marighella gostaria de aplicar no Brasil. Destarte, assim como Marighella, a ditadura deu um passo adiante e rompeu com uma estrutura maior anterior – Marighella com o imobilismo partidário e a ditadura com a democracia.

Como já era de praxe do governo ditatorial usar incorporações autoritárias transfiguradas em emendas jurídicas, foi criado, então, o maior mecanismo de poder estatal e jurídico da história do país: o insólito e despótico AI-5.

De volta aos documentos recolhidos, no tocante a eles, percebe-se que há aí um “diálogo de fontes” que conversam a respeito do mesmo período, porém com perspectivas opostas e diferentes. Os documentos oficiais da administração militar e os documentos de Lamarca e da VPR se contrapõem, se entrelaçam e criam espaços para as análises. Através desta amálgama é que se constrói esta parte da dissertação.

Na tentativa de colocar Lamarca como figura proeminente do terror¹⁷ no Brasil, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, disseminaram que ele seria um dos maiores causadores de mazelas que assolavam o país, pois seria um dos principais responsáveis a propor o fim do Estado militar e propor também o comunismo em território nacional. Fazia isto praticando “atos terroristas” que prejudicavam o bom funcionamento da nova estrutura política brasileira. A fim de empregar suas teses “antipatrióticas” e “subversivas” sobre o processo social do povo brasileiro, que, como sociedade, estaria no caminho para se desenvolver aos moldes das grandes potências capitalistas, Lamarca seria acusado de irradiador da barbárie, de princípios estrangeiros e extrínseco à pátria brasileira, cujo resultado final, se fosse vitorioso, seria colocar o Brasil de joelhos

¹⁷ Nesta época eram veiculados slogans de propaganda nacional cuja temática era a exaltação de um Brasil grande construído pelo capitalismo através da gestão forte e patriótica dos militares. Frases do tipo: “Brasil, o país que mais cresce”/ “Ninguém segura este país”/ “Pra frente, Brasil”/ “Grande nação de mais de noventa milhões” eram vistas por todo território nacional. Logo, quem afrontasse alguma parte da aliança feita entre os capitalistas e os militares seria considerado um terrorista em potencial.

perante uma experiência comunista (que tinha valores externos estranhos e antinacionalistas).

Ou seja, as ações de Lamarca eram vistas como atentados terroristas que faziam parte de uma luta inglória e antipatriótica travada no seio da sociedade, que buscava o afastamento das lutas sociais ocasionadas pelas contradições de classe, mas que desejava a aproximação com o modelo capitalista estrangeiro. Suas ações eram tratadas como retrógradas, como atrasadas socialmente, obsoletas e que representavam o retrocesso perante um governo que tinha se livrado do populismo Janguista e da “onda vermelha” do comunismo, mas que ainda mantinha temor – e o alerta ligado – em relação à volta dos espectros de ambos.

Suas ações eram identificadas como atos terroristas porque colocava em risco a soberania nacional em relação às diretrizes comunistas que guiavam ideologicamente a esquerda brasileira em armas – tendo como grande inspiração e aspiração o modelo político e guerrilheiro cubano. Logo, diante do exposto, os “protetores da Pátria” (as Forças Armadas) tinham como objetivo principal eliminar tal influência comunista nociva de vez da sociedade brasileira e como parte disto classificavam Lamarca como expoente traidor da nação. Seria um novo Domingos Fernandes Calabar¹⁸.

Segundo a perspectiva oficial, as ações dos órgãos de segurança e das forças repressivas só aconteciam após Lamarca e seu bando promoverem “ato terrorista”. Na dialética conturbada da ditadura militar, o primeiro movimento era dado pelos subversivos, que, por estarem à margem da lei, mereceriam as punições cabíveis, ocasionando, assim, o segundo movimento.

Entretanto, parece que o aparato repressivo e seus demais órgãos vitais se recusavam a acreditar que o primeiro movimento desta dialética fora dado por eles mesmos em abril de 1964. Somente por causa do golpe militar e da ditadura foi que

¹⁸ Domingos Fernandes Calabar é considerado um dos maiores traidores da história do Brasil. Brasileiro de nascença, lutou ao lado dos portugueses na guerra contra os holandeses que se instalaram no litoral brasileiro enquanto Portugal e Espanha formavam a União Ibérica, devido a vacância no trono português, no século XVII. A Holanda, inimiga marítima e comercial da Espanha, resolveu atacar sua colônia sul-americana como forma de se impor perante aos espanhóis. Em determinado momento da guerra, Calabar mudou de lado e passou a combater os portugueses, dos quais era aliado anteriormente. As causas da troca de lado na guerra foram estudadas extensivamente por historiadores. Algumas vertentes se consolidaram a respeito deste icônico personagem da história, mas há duas principais correntes na historiografia que dão conta das conclusões que Calabar foi um traidor e outra diz que não foi, pois em sendo brasileiro, teria autonomia de escolher qual lado preferia lutar. Sem entrar na seara desta particularidade histórica, utilizamos aqui a referência a Domingos Fernandes Calabar para modo de comparação com a atitude de Carlos Lamarca, que, ao mudar de lado na “guerra contra a subversão”, deixando o exército brasileiro e passando a integrar as organizações de luta armada contra a ditadura militar brasileira, foi considerado um traidor pelas forças armadas oficiais.

Lamarca se rebelou contra a administração política nacional. Ou seja, o jogo de xadrez já estava rolando no tabuleiro político muito antes de Lamarca ganhar a alcunha de traidor.

Neste cenário, se Lamarca cometia um crime militar (atentar contra o Exército seja desertando ou roubando as armas do batalhão), as Forças Armadas teriam e deveriam agir para coibir sua ação. Se Lamarca cometia uma infração da lei (fazer ações revolucionárias que expropriassem bancos e cofres, por exemplo), o Exército poderia usar o peso da lei para minimizar os danos, evitando que propaganda subversiva ganhasse espaço. Poderia usaria o peso da lei para julgar os inimigos em atos contra o patrimônio público, mas poderia extingui-los a qualquer momento sem direito ao contraditório, caso fosse deveras necessário – assim foi o caso da execução de Lamarca.

Todavia, a força empregada no “contragolpe” oficial era sempre maior. Quase nunca dava para comparar uma ação à outra – se é que foi possível algum dia mensurar o tamanho do terror proporcionado pelas ações do Estado. Quase sempre o Exército e as forças repressivas usavam e abusavam da violência estatal para dirimir as atividades da subversão. A ditadura outorgava as leis, mas, muitas vezes, agia fora delas.

Como neste capítulo buscaremos apontar e analisar alguns documentos que foram confeccionados pelos órgãos de combate aos subversivos, salientamos aqui que eles não evidenciam os excessos da ditadura militar – como os procedimentos de tortura nos interrogatórios e nem tratam como violência estatal a maneira que agiam perante os direitos humanos –, e, sim, evidenciam os excessos do comandante Carlos Lamarca e da VPR, que figuram como o lado “terrorista” desta época – eles criticam o modo como os guerrilheiros promoviam suas ações, que, na visão oficial, colocavam em risco a sociedade e a ordem estabelecida em 1964.

Os excessos da ditadura são retratados pelos documentos confeccionados por Lamarca, a partir daquilo que deixou registrado. Ainda, relatórios de operações e autos de averiguações formam uma unidade de documentos que colocam os guerrilheiros como representantes máximos do terror nacional, cuja meta seria ludibriar a população, destruir o “Brasil dos militares” e edificar o comunismo neste território.

Logo no dia sete de fevereiro de 1969, o Ministério do Exército, II Exército, 2ª Div. de Infantaria, produziu um documento assinado pelo general Aloysio Guedes Pereira, onde pedia a prisão dos membros da VPR acusando-os de “terroristas” – organização clandestina esta que a repressão já conhecia por conta dos ataques que ela promovia, especialmente na capital paulista, e já “observava” parte da sua trajetória

através das informações obtidas ante aos métodos peculiares de investigação. Ao apresentar uma lista de subversivos, o documento expressa uma conclusão, da qual podemos fazer algumas análises:

a VPR está com sua estruturação praticamente levantada. Os interrogatórios e as investigações devem ser orientadas visando os seguintes objetivos, na seguinte ordem de propriedade: 1) ligações paralelas ou subordinação da VPR com outras organizações de cunho subversivo, em São Paulo ou em outros Estados; 2) recuperação do armamento roubado do 4º RI e prisão dos responsáveis por tal ato; 3) identificação e prisão dos quadros da VPR ainda não levantados. (PEREIRA, Quartel General, São Paulo, 07/02/1969)

Diante do trecho retirado do documento oficial, podemos perceber que, naquele momento específico, o II Exército, o Comando da Segunda Região Militar estava orientando seu setor de defesa interna para averiguar até onde estava estruturada a VPR, uma vez que foi a partir dela que houve o roubo das armas do 4º RI, em Osasco. Carlos Lamarca, até então capitão que servia naquele batalhão, era uma peça importante dentro do organograma da organização, muito por conta da sua destreza quanto por causa de sua patente. Era deveras importante ter alguém daquela alçada, com passagem livre para entrar e sair do batalhão, que pudesse figurar entre os subversivos. Logo, a VPR iniciou contatos com ele ainda dentro da instituição militar.

Todavia, a prisão de Lamarca não era fator primordial para a repressão, figurada aqui na estrutura militar do Comando da Segunda Região. A prioridade daquele momento era o desmantelamento da organização que, por sua vez, era composta em grande maioria por ex-militares das três armas que, por causa do golpe de 1964, se rebelaram contra suas antigas instituições de origem para formatar um grupo de combatentes da ditadura.

O objetivo número um era diagnosticar a VPR para dirimir e fazer cessar os ataques que a organização comandava no Estado de São Paulo.

Como o II Exército sabia da periculosidade da organização, era imprescindível recolher o maior número de fontes e informações a respeito de quem a estava apoiando, assim como quem estava compondo seus quadros, em São Paulo.

Lamarca, neste momento, era um subversivo perigoso sobre o qual deveriam prestar bastante atenção, porém, maior e mais importante que ele era a organização da qual ele fazia parte. Diante disto, podemos observar que Lamarca foi “subindo” na

escala de relevância conforme a repressão foi tendo êxito na sua empreitada no combate às organizações clandestinas.

Após ter tido algum sucesso em recuperar parte do armamento roubado e prender parte dos subversivos ligados à VPR, respectivamente as “prioridades” dois e três do documento oficial, a linha de atuação da defesa interna do II Exército mudou sua diretriz, bem como sua prioridade – passando a colocar Lamarca como centro das suas ações de contenção da subversão.

Um novo termo aparece nos documentos que foram produzidos na metade do ano de 1970 – pouco mais de um ano depois das prisões de integrantes da VPR que expropriaram as armas do 4º RI –. Agora não deveriam apenas conseguir efetuar a “prisão” de Lamarca e dos outros que ainda não tinham caído, mas deveriam fazer também sua “captura” – leia-se vivo ou morto. O modus operandi da repressão foi se modificando enquanto Lamarca estava vivendo entre um aparelho e outro, rotina que o acompanhou após fazer ações revolucionárias - umas aqui, outras acolá.

Todavia, quando ele foi ao Vale do Ribeira preparar a área de treinamento de guerrilha, a repressão não queria mais vê-lo preso, queria lhe dar outro destino. Podemos perceber que o teor da cobrança sobre a atuação dos órgãos de segurança no que tange Lamarca tinha mudado. Através do edital de citação da Justiça Militar, 2ª Auditória de Exército, da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, assinado pelo juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, publicado pelo Diário Oficial no dia quatro de agosto (04/08/1970), ano LXXX, nº 143, página 87:

consta dos presentes autos que o Exército, no mês de maio, realizava uma missão militar de captura de um grupo terrorista, com o objetivo de capturá-lo ou destruí-lo, grupo este liderado pelo ex-capitão Lamarca, e que se encontrava na região de Sete Barras, neste Estado.

É comum perceber alguns vícios nos documentos recolhidos, pois eles foram produzidos por autores¹⁹ que adotaram uma posição benevolente com a ditadura militar – uma vez que fizeram parte dela –, onde o principal argumento gira em torno de que a guerra suja só obteve seu início a partir da luta armada, parecendo querer esquecer as arbitrariedades cometidas contra os direitos básicos da democracia no momento de instalação do governo presidido pelos generais.

¹⁹ São vários, dentre os mais destacado estão: juízes militares, capitães e membros de alta patente tanto do Exército como também da Marinha e da Aeronáutica, além de delegados de polícia.

Ou seja, a luta armada – e quem a promovia – foi considerada como o mote primordial para que o Exército e todas as outras forças repressivas se estruturassem em cima da violência estatal, dando indícios de que os atropelamentos dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos foram consequências das atuações dos grupos subversivos – e seriam necessários para conter o avanço dos mesmos.

Trazer estes documentos para análise também atende a função de lembrar aquilo que foi produzido no passado e que ressoa hoje como algo normal, comum e que até deveria acontecer caso os acontecimentos voltassem a se repetir. Ou seja, analisar o material que a ditadura produziu se faz pertinente na perspectiva de memória histórica porque linhas de trabalho, como o revisionismo histórico promovido por autores de direita, e simpatizantes da ditadura, por exemplo, trazem novas interpretações que corroboram o movimento feito pela repressão sobre aqueles que pensavam e agiam de maneira diferente da mentalidade militar do período em questão e assim sendo, atendem ao interesse da classe que não assume os seus atos violentos contra compatriotas – tratando alguns deles como terrorista, como é o caso de Lamarca.

Todavia, o debate se faz necessário quando nos deparamos com memórias seletivas que atingem interesses particulares de grupos que estão na posição de reivindicar para si um pretérito que corrobore suas atitudes no passado e hoje, no presente – como é o caso de muitos militares e simpatizantes, que se sentem no direito e no dever de homenagear a truculência daqueles anos. Ou seja, o passado e a memória dele serviriam de base para fundamentar uma prática ou uma ideia de determinado grupo que visa construir um caminho para trilha-lo até que o leve à exaltação ou ao esquecimento – em ambos os casos a memória seria mera mercadoria que constituiria um meio para um determinado fim.

No âmbito do tema que estamos analisando, alguns grupos pertencentes às classes dominantes tomam para si e introduzem na sociedade uma vertente da história na qual o Estado de exceção que se instalou no Brasil de 1964 até 1985 foi uma condição imposta pela balburdia popular e sindicalista dos anos de governo Jango e que seria acentuada caso não houvesse a intervenção da autocracia burguesa com o apoio do seu braço militar. Assim sendo, essa corrente também produziu conteúdo e memória sobre os acontecimentos que dizem respeito a Lamarca e seu grupo. Faz parte deste tipo de construção da memória produzir aquilo que é mais conveniente lembrar e resgatar da história recente do país. Logo, as visões dos agentes da repressão retratam Lamarca e outros tantos guerrilheiros como inimigos da nação brasileira e por este motivo

deveriam ser reconhecidos como “terroristas” e não como “heróis do povo”, que, segundo esta corrente, é o que se divulga destas personagens históricos.

Assumem-se contornos ideológicos das classes dominantes quando apenas se utilizam documentos oficiais e versões dos discursos oficiais para expor que apenas um dos lados desta guerra de poder estava mais perto da razão, cuja tentativa é de aproxima-lo da racionalização política – ainda que mascarem ter cometido alguns crimes para alcançar tal objetivo.

Produzem-se memórias, por exemplo, que exaltam a força do regime militar (que beneficiou apenas pequena parcela da sociedade), exaltam as medidas de segurança que foram tomadas para impedir que o Brasil pudesse ter se tornado uma grande Cuba, ou uma nação comunista. Produzem-se memórias que exaltam a bravura dos combatentes que lutaram contra a luta armada de esquerda, reverenciando os militares como “os verdadeiros heróis” da nação, uma vez que eles tiveram a missão de extirpar as “células terroristas” que permearam o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo.

Destarte, são composições da memória que, neste sentido, mascaram o que houve na situação política do país. A vertente “história e memória” se faz necessária para dirimir aquelas falsas generalizações sobre o passado histórico do país. Nem tudo realmente foi do jeito que alguns escreveram. E, por conta disto, buscar analisar vestígios históricos deixados para posteridade por partícipes daquele determinado momento da luta armada contra a ditadura militar se torna fundamental para o esclarecimento dos fatos que ocorreram naquela época. Aqui, em especial, os documentos oriundos do comandante Carlos Lamarca se fazem presentes.

Há também uma tentativa de se vencer a batalha pela memória e, com isto, estabelecer uma linha de raciocínio que fabrique posições onde os erros da ditadura sejam mitigados pela posteridade até que sejam esquecidos, relegados ao descaso para que a fratura que houve na sociedade não seja (re)aberta. Baseado neste tipo de ideia, o final do caminho culminaria com a “não reparação” dos danos cometidos naquela época. Ou seja, ao final do processo de (re)construção da memória, o “não reconhecimento” das atrocidades humanas cometidas pelo Estado contra a parte rebelde de sua população culminaria com a formatação da história oficial que, através de um viés que atende aos interesses de quem participou daqueles episódios, pode ser contada como verdadeira e única.

Deixar de abordar o tema da luta armada contra o Estado militarizado pode significar um passo para seu esquecimento, que, às vezes, pode ser benéfico para quem

fez parte do Estado cometendo crimes e praticando violência desmedida contra aqueles que pensavam e agiam de maneira diferente da ordem vigente. Deixar de abordar as causas e as consequências desta luta evidenciaria uma tendência na produção da memória, cujo esquecimento privilegiaria a vertente oficial.

Entretanto, abordar o tema não significa fazer justiça contra aquilo que é mascarado pela história ou divulgado sob intenções escusas, mas sim dar mais elementos ao debate cuja finalidade seria gerar mais visibilidade para que se chegue o mais próximo possível do que realmente aconteceu em nossa sociedade.

Inclusive, trazer o tema Carlos Lamarca ao debate histórico através da análise da memória que aponta para uma conduta diferente no decorrer dos acontecimentos é imprescindível para compor a engrenagem histórica do país, rememorando cada peça do tabuleiro político.

Parece haver uma corrente que caminha para o desfecho da história oficial – e o faz usando a seletividade da memória, que constrói e pavimenta um trajeto. Se há interesses por este lado, há aqui o interesse de mostrar que houve um capitão do exército brasileiro que pensou diferentemente da sua instituição de origem, querendo promover uma mudança no país e uma reflexão sobre outro modo de vida.

Por divergir e agir contrariamente a estrutura da ditadura militar ele foi acusado de ser elemento de alta periculosidade, terrorista, traidor da pátria e desertor como consta no edital do II Exército, de São Paulo, publicado através do jornal Folha de São Paulo, no dia vinte e oito de janeiro de 1969 (28/01/1969), no Primeiro Caderno, página quatorze, logo após o mesmo expropriar as armas do quartel – fato que, para o Exército, configurou roubo. Desta maneira, Lamarca foi assim retratado por parte desta corrente interpretativa:

O Coronel ANTONIO LEPIANE, Comandante do Quarto Regimento de Infantaria, em virtude da lei, faz saber que o presente edital, com prazo de oito dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, fica intimado a comparecer ao Quartel do Quarto Regimento de Infantaria e apresentar-se ao seu Comandante, dentro do prazo de oito dias a contar da publicação deste edital sob pena de passar a desertor o Cap. CARLOS LAMARCA, natural do Estado da Guanabara, casado, filho de ANTONIO LAMARCA e GERTRUDES DA CONCEIÇÃO LAMARCA, com 31 anos de idade, na conformidade do Art. 163 do Código Penal Militar, dado e passado em Quitauna, distrito de Osasco, município do Estado de São Paulo, aos 26 dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove. Eu,

CELSO PACHECO DE AMORIM, ajudante, o escrevi. ANTONIO LEPIANE – Cel. Cmt. do 4º RI de Quitauna. (LEPIANE, 1969, p. 14).

Outro modo de enxergar esse mesmo fato da história é considerar que a ação de Lamarca foi expropriação em nome da revolução socialista que pretendia promover, participando de maneira efetiva da derrubada da ditadura. Para concretizar tal ato e atingir sua meta, Lamarca deveria participar ativamente do confronto que se instaurou mais duramente com AI-5, sendo que a elaboração de planos para captação de recursos para a sua organização era tarefa que ele tinha recebido do alto comando da VPR. Como levava consigo o caráter de militar exemplar, não questionou suas ordens e executou aquilo que foi designado a fazer, realizando, assim, a captura do material bélico – fato que, a partir do prisma militar, lhe renderia a alcunha de traidor, subversivo e “terrorista” que deveria ser abatido pelas forças oficiais.

2.2 – Vale do Ribeira/ Operação Registro

Para este item foi pensado a utilização do relatório da Operação Registro, que foi produzido em 1970 pelo comandante do II Exército, o General José Canavarro Pereira. Entretanto, não houve como isso pudesse acontecer devido ao acesso restrito da documentação. Não foi possível conseguir o relatório por conta das adversidades encontradas ao longo do percurso de desbravamento até o contato com o mesmo. Apesar de ter se tornado público em 2015, o acesso ao relatório continua sendo muito restrito e muito dificultado por partes dos agentes responsáveis pela sua proteção. Somente com bastante influência dentro do Exército é que se consegue algo a respeito do relatório.

Portanto, para falar sobre a Operação Registro tivemos que recorrer a fontes secundárias e também aos documentos da VPR, bem como a carta de Edmauro Gopfert relatando, posteriormente, a visão dele a respeito dos acontecimentos históricos no que tange a escapada dos poucos militantes da organização clandestina ao cerco estratégico feito pelos militares.

A Operação Registro foi a maior ação militar do ano de 1970. Para tal foram disponibilizados aproximadamente três mil homens das Forças Armadas. Os militares ficaram sediados na cidade de Registro, região limítrofe entre São Paulo e Paraná – daí o nome da operação. Ali estavam os homens coordenados pelo exército e também os homens coordenados por Lamarca.

O objetivo da Operação Registro era acabar com a “escola de guerrilha” da VPR comandada por Carlos Lamarca. Tinha como propósito também capturar, vivo ou morto, o líder guerrilheiro. Todavia, aqueles poucos clandestinos estavam mais adaptados a região do que os militares do exército. Desta maneira, as tropas oficiais não tiveram sucesso na sua empreitada, apesar de seu comandante, General Canavarro Pereira, ter visto o conjunto de manobras com bons olhos. A conclusão parece “satisfatória” para ambos os lados, se considerarmos apenas a redação do relatório, assim como a redação da documentação da VPR.

Na versão que apossava, o que se tinha ali na região de Registro, Sete Barras, Cajati, El Dourado Paulista era uma “escola de guerrilha” formatada pela VPR com o intuito de disseminar o socialismo através da derrubada do governo militar via revolução armada camponesa. Na versão apossada, o que se tinha ali era uma área de treinamento, cuja finalidade era aprimorar o tiro-ao-alvo e preparar novas táticas de combates, além de iniciar vínculo com a massa camponesa.

O diálogo entre as fontes fez surgir análises que coincidem com o resultado das ações. Destarte, podemos afirmar que, ao contrário do que exclamou o General Canavarro Pereira, as Forças Armadas tiveram prejuízo ao tentar combater os guerrilheiros em meio às matas daquela região.

A despeito da alegação do General referente ao saldo positivo da Operação – vista com bons olhos a união das três forças armadas –, fica claro que esta operação foi um fracasso do ponto de vista militar, uma vez que foi empregado grande contingente e grandes somas de dinheiro para financiar a captura de Lamarca. Como sabemos através dos documentos da VPR, o líder guerrilheiro conseguiu escapar de seus “inimigos” de modo cinematográfico, passando despercebido por algumas barreiras militares postas nas estradas que ligavam a cidadela à capital paulista.

Segundo consta na reportagem “Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha”, publicada na edição nº 50 de fevereiro de 1980, do jornal *Coojornal* – inserida no livro *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar* (2011), organizado por Rafael Guimaraens, Ayrton Centeno e Elmar Bones – onde parte do relatório da Operação Registro foi divulgado, o General Canavarro Pereira, a respeito disso, listou algumas situações sobre a equipe destacada para conter a influência dos guerrilheiros da VPR nas quais os militares não obtiveram sucesso na empreitada.

Essa reportagem ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo em 1980, pois lançou ao público, dez anos depois do fato acontecido, informações que só a instituição militar sabia – ainda assim não eram todos que tinham conhecimento daquelas. Por causa da repercussão da reportagem, a equipe que teve acesso ao relatório foi condenada a cinco meses de prisão, porém o processo prescreveu no Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme foi salientado, apenas alguns trechos do relatório foram divulgados e não a sua totalidade. Todavia, uma década depois do relatório ter sido concluído, a reportagem jornalística evidenciou mais os aspectos negativos da Operação, pois seria importante notificar o ponto de vista militar sobre aqueles episódios.

Tomando como base o que a reportagem divulgou, o relatório foi dividido em duas fases: (I) do dia 17 de abril até 09 de maio; (II) do dia 10 de maio até o dia 01 de junho de 1970. A primeira fase corresponde ao dia em que chegou o primeiro informe a respeito da existência dos guerrilheiros naquela região até o momento em que os oficiais relatam que as tropas procuravam “infrutiferamente os guerrilheiros”. Já a segunda fase compreende do momento em que foi feita a prisão de um “guerrilheiro que se extraviara

dos companheiros” até um dia depois de Lamarca conseguir fugir do cerco, dirigindo-se de volta para São Paulo.

Com o advento da morte da grande liderança que era Marighella, a repressão passou a ter menos um inimigo com quem deveria se preocupar e acentuou de forma mais incisiva as buscas sobre estes outros dois nomes que comandavam a luta armada no Brasil. Todavia, captura-los não seria tarefa fácil.

Como foi citado anteriormente, a ditadura e seus representantes opressores costumavam agir como se estivessem diante de um golpe comunista perpetrado por brasileiros traidores da nação. Pareciam agir conforme a luta armada se movimentava. Mas, a todo o momento, a repressão estatal (nas suas mais variadas formas) se mostrava presente, pois estavam vivendo sob a Doutrina de Segurança Nacional.

A repressão via as ações de Lamarca como algo deplorável e que jamais deveriam ter acontecido no país, uma verdadeira afronta à moral e aos bons costumes dos cidadãos de bem (que seriam aqueles que apoiavam a ditadura). Todavia, como as ações revolucionárias da VPR já tivera ocorrido, o aparato militar precisava fazer seu movimento no tabuleiro político para que sua ação surpreendesse o seu inimigo.

Uma maneira de entendermos o que foi a Operação Registro é entendermos a “campanha” do Vale do Ribeira.

Após passarem quase dez meses enclausurados em aparelhos sediados em São Paulo, migrando de um lado para outro, entre uma reunião e outra com integrantes da VPR, Lamarca e seus comparsas decidiram que era hora de ir para o campo iniciar a formatação da revolução socialista com base na guerra de guerrilha. Norteando-se pela teoria do foquismo, que consistia em um estado de guerra insurrecional permanente, em contraposição ao modelo revolucionário tradicional que falhara em 1964 ao esperar o movimento da burguesia para depois deflagrar a revolução, Lamarca vivia procurando uma área para materializar a sua concepção de luta contra a ditadura militar.

Escondido em aparelhos espalhados pela cidade de São Paulo, Lamarca pouco poderia ajudar com a parte prática da guerrilha. Diante da sensação de isolamento, ele procurou estudar os clássicos marxistas para aprimorar seu conhecimento e sua parte teórica. Passou meses nesta função ao lado de Iara Iavelberg.

Lançado ao isolamento nas matas do sertão baiano, que a luta armada lhe impôs como parte da conjuntura prática da época, na segunda metade do ano de 1971, Lamarca escreveu seus pensamentos, desejos e memórias a respeito de Iara, do amor que sentia

por ela, do saudosismo de sua vida amorosa, das notícias diárias que ouvia através do rádio que portava, e de reflexões sobre a revolução que sonhara e planejava realizar.

Já num cenário de fim de vida, onde tinha a percepção de que seu sonho de realizar a revolução socialista a partir da derrubada da ditadura demoraria mais do que imaginava para ser alcançado, Lamarca emitiu comentários a respeito dos dias em que viveu com Iara em aparelhos na capital paulista, alegando que aqueles foram momentos agradáveis de sua humilde vida. Se há possibilidade de afirmarmos que ele foi feliz – mesmo diante de toda conjuntura – devemos dizer que ele sentiu isto naqueles dias em que pôde desfrutar do amor de Iara.

Como uma marca em sua memória, Lamarca deixava evidente que a saudade dela era um sentimento nobre, grande e dolorido, porém deveria entender aquela situação como passageira e que era necessária para manter-lhes vivos.

Afastados por quase dois meses, em seu cotidiano de guerrilheiro nas matas, Lamarca produziu reflexões sobre um espaço temporal anterior que remetia aos idos de janeiro de 1970 até perto da separação já no Estado da Bahia, quando a organização da qual faziam parte, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), deliberou a respeito da segurança e atuação de ambos.

Neste cenário de isolamento de seus companheiros, isolado do convívio com os camponeses – base de sua teoria para alavancar a revolução -, longe de Iara – que a esta altura estava em Salvador –, longe do calor do corpo dela e do amor que recebeu, longe de concretizar o levante do campo, longe de uma perspectiva mais otimista para suas ideias foi que Lamarca registrou suas memórias:

estejamos onde estivermos, haverá sempre uma realidade a transformar, agora e sempre, criar as condições para isto é a nossa tarefa como revolucionários; o nosso amor também, é uma realidade que veio sendo transformada – hoje atinge um nível nunca por mim sonhado, mas vamos continuar transformando-o. Sonho com ele numa fazenda coletiva – juro não ser ciumento e lutar contigo pela tua liberdade – vou te amar mais intensamente, isto é possível, sinto que é. Nosso amor não está isolado na realização de nós dois nem nos milhares de filhos que teremos, ele nasceu e estará umbilicalmente ligado à revolução e construção do socialismo. (LAMARCA, 06/07/1971, p. 13).

No início do isolamento de sua vida no sertão baiano Lamarca vivia a potencialidade de que a situação em que se encontrara momentaneamente pudesse dar

certo para ele, para seus companheiros de luta, para Iara e para o reencontro dos dois – que seria a próxima fase, a qual ele vislumbrava com intensidade.

Inicialmente ele tinha uma determinada percepção que lhe fazia nutrir alguma esperança. Do meio para o final da sua estadia ali, ele foi percebendo que a realidade que lhe foi imposta era outra, diferente daquela que pensara. Do meio para o final, estava percebendo as mudanças nas conjunturas de sua vida e foi ficando desgostoso com o que presenciava, ainda que não escrevesse diretamente isto para Iara em suas cartas-diário, pois tinha a intenção de deixá-la esperançosa com o retorno vitorioso dele. Ele faria de tudo para levantar o moral dela.

Na clandestinidade, assumindo um novo modo de viver que consistia em migrar de um aparelho a outro, ter sua rotina esquemática sendo mudada e até mesmo a sua fisionomia – teve que passar por uma cirurgia no rosto para não ser facilmente reconhecido pelos antigos colegas de profissão, bem como pelos agentes da repressão –, Lamarca sempre se colocou a disposição para a feitura da revolução socialista no Brasil e a tinha como ideia (modelo ideal) de enfrentamento ante ao autoritarismo da ditadura militar financiada pelo capital.

Sua entrada no grupo guerrilheiro não se harmonizava com o “cárcere privado” que teve de aguentar enquanto a VPR e a VAR-Palmares passavam por reformulações. Sua entrada na organização clandestina previa um ganho significativo para a guerrilha urbana e, sobretudo, a rural, pois sua experiência com as armas e com as táticas militares seria referência e viria a colaborar com a ideia e com as ações dos grupos guerrilheiros do qual fez parte.

Sua entrada simbolizava um aumento no grau de intensidade das ações, bem como um aumento no grau de perfeccionismo tático para surpreender os inimigos em batalha. Lamarca foi “escolhido” para ser líder, para ser o “princípio ativo” do grupo, aquele que proporcionaria a ofensiva de forma eficiente, que geraria danos aos inimigos na pretensão de diminuir o desequilíbrio na correlação das forças antagônicas. Logo, ele não poderia ficar muito tempo longe das atividades revolucionárias guerrilheiras – ainda que fosse necessário e fizesse parte do plano deixá-lo em segurança até que estivessem prontos para nova empreitada.

Por conta das baixas que a VPR sofreu, Lamarca teve que conter seu ímpeto revolucionário dentro de um apartamento de poucos metros quadrados, enquanto a situação era razoavelmente resolvida pelos seus companheiros de luta armada. Todavia, apesar de aceitar o “recuo tático” programado no calor dos acontecimentos, ter ficado

fora de combate efetivo era uma das conjunturas que não o agradava. Como bem relatou: “não é justo com os meus companheiros de luta que eu esteja tanto tempo escondido em aparelho enquanto eles estão no embate contra a vigilância e as atrocidades cometidas pelas forças armadas.” (LAMARCA, 1969, p. 4).

Diante de tal cenário de enclausuramento, Lamarca e outros membros da VPR deliberaram a respeito de sua ida aos campos a fim de iniciarem os trabalhos com os camponeses e prepararem o desenvolvimento da guerrilha rural. Concretizaram a ação em janeiro de 1970, após o famoso “racha dos 7”, que seria a nova formatação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com Lamarca sendo o líder máximo em exercício.

Após uma convenção da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), na qual houve discussão a respeito da implantação da guerrilha rural no Brasil, Lamarca e mais sete membros resolveram refundar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Este ato de distensão deu origem a última fase da organização, que teria sua “autodissolução” – com a “ajuda” da repressão – ao longo do ano de 1972.

Suas principais diretrizes eram propostas por Carlos Lamarca (comandante-chefe da organização), por Yoshitane Fujimori, por José Lavechia e, posteriormente, por Raimundo José da Costa e consistiam em pregar cada vez mais a necessidade da guerrilha rural como base primordial para a revolução socialista que deveria derrubar a ditadura imposta pelos militares desde 1964.

Não eram raros os debates a respeito de como enfrentar as forças armadas da ditadura. Algumas organizações clandestinas tinham dado mais importância para a guerrilha urbana, tendo como foco as ações conjuntas com os operários e com as massas das cidades, a exemplo do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que, neste momento, os membros foram autores do sequestro do embaixador norte americano Charles Burke Elbrick. Porém, outras organizações enxergavam que o caminho a ser percorrido começava essencialmente pelo campo, sem descartar, evidentemente, as ações de expropriações feitas nos centros urbanos, a exemplo da própria VPR/VAR-Palmares.

Dentro da VAR-Palmares haviam duas correntes que, num determinado momento, apontaram perspectivas e rumos diferentes entre si. Um grupo pensava ser melhor esperar mais tempo e se consolidar mais nos grandes centros urbanos para, posteriormente, poderem prestar maior e melhor auxílio aos quadros que fosse insurgir no campo. O outro pensava já ter passado a hora de começar o recrutamento camponês a

fim de fazer eclodir a insurreição camponesa no Brasil – haja vista que as condições materiais já estavam postas pelo capitalismo imperialista dilacerante comandado, em terras tupiniquins, pelos militares autoritários e golpistas –, pois seria a partir da zona rural que eles formariam os cercos aos centros urbanos, sufocando-os, num segundo momento, até que a queda da ditadura fosse o penúltimo ato desta revolução.

Então, após a vitória triunfante e final sobre o capitalismo, a implantação do socialismo seria o último ato para consolidar uma sociedade mais justa, menos desigual, mais coletiva, sem exploração material e humana, onde as pessoas seriam livres em relação ao capital – como pensavam Lamarca e seus companheiros.

Um exemplo do pensamento de Lamarca em relação à “urgência” da guerrilha rural pode ser percebido em sua resposta a uma entrevista que foi publicada pelo periódico internacional chileno, Punto Final, em meados de 1970. Após ser questionado sobre “qual o significado do treinamento da guerrilha”, Lamarca (1970, p. 2) explanou:

Encaramos o fato de que os companheiros treinados no exterior não se dispunham a preparar a luta no campo, sempre permanecendo na cidade. Enfrentamos o problema do grande tempo necessário para treinamento no exterior, assim como as despesas.

Sobre isto podemos analisar que Lamarca enxergava que a guerrilha quando treinada no exterior (em Cuba, por exemplo) provocava uma demora que poderia ser prejudicial aos planos nacionais de guerrilha rural.

Ou seja, esperar o companheiro voltar do treinamento fora do país para trazer seu conhecimento apreendido lá e repassar aquilo que presenciou poderia fazer perder o “tempo de agir/ação”, pois as forças repressivas deveriam estar atentas às mudanças de atuação da esquerda em armas. Desta maneira, a repressão poderia se preparar para um combate. O elemento surpresa poderia não mais funcionar.

Além do fato de que era mais custoso enviar membros das organizações para o exterior, uma vez que teriam de subsidia-los enquanto estivessem em treinamento. Havendo uma “escola de guerrilha”, uma área de treinamento aqui no Brasil, a conjuntura seria menos penosa, menos dispendiosa e mais célere.

Havendo a possibilidade de formar uma área para treinos guerrilheiros específicos, a guerrilha poderia eclodir de maneira mais rápida, mais barata, mais ágil e mais eficiente – uma vez que a adaptação ao terreno, ao clima e à vegetação estaria dentro do aprendizado. Poucas nuances aconteceriam aqui se comparado com o treinamento em outras regiões no exterior.

Diante deste impasse, Lamarca “rachou” com o outro grupo que compunha a VAR-Palmares e ressuscitou a VPR. Agora a VPR teria uma direção mais clara a seguir, uma vez que estavam em um número reduzido e as divergências não deveriam se sobrepor aos métodos e modos para se concretizar o idealizado plano de guerrilha rural.

A saber, a VPR foi considerada uma das importantes organizações que tentaram promover a insurreição camponesa armada no país – ainda que, devido às circunstâncias armamentistas, não obtivesse sucesso em suas empreitadas. Lamarca, em determinado momento da sua trajetória, tinha noção disto e resolveu escrever uma carta para sua primeira mulher, Maria Pavan – que estava em Cuba para proteger os filhos e para se proteger dos ataques pessoais que a ditadura costumava fazer contra quem era opositor do regime –, como forma de desabafar algumas das angústias e deixa-la ciente da situação em que se encontrava. Na carta ele diz:

A concepção brasileira de luta é a seguinte: quem imprime a luta no campo são as cidades. O fundamental é a luta no campo, mas se ela iniciar e for derrotada no campo, a Organização bem estruturada nas grandes cidades, dentro de pouco tempo, pode reiniciar. A nossa organização é a única que está bem estruturada nas grandes cidades e já começamos a organizar o campo. Antes não havia nada e nenhuma organização sozinha poderia levar o processo a frente – agora vamos. Muitas dificuldades nós vencemos, muitas outras encontraremos ainda pela frente, mas o fervor revolucionário e, principalmente, o exemplo do povo cubano nos impulsionam à frente. (LAMARCA, 1969, p. 4).

No tocante ao pensamento de deflagração da luta no campo de Lamarca, algumas características são muito próximas da descrição que fez Daniel Aarão Reis Filho sobre a conjuntura do campo em relação às atividades do capital:

é o elo fraco da sociedade brasileira que determina a natureza específica do caminho estratégico e seus aspectos principal e secundário, dentro da presente correlação de forças. O elo fraco do capitalismo no Brasil se situa no campo. As contradições econômicas do modo de produção capitalista, na época do capitalismo monopolista, são, nas regiões rurais dos países dependentes, determinadas pela implantação do Estado Burguês. Ali se concentram as contradições mais aberrantes do sistema, e é onde a fraqueza político-militar das classes dominantes é mais evidente. [...] O aspecto principal da guerra de guerrilhas está, pois, no campo, não porque os camponeses sejam a classe dirigente da revolução, mas porque ali se localiza o elo mais fraco do estado Burguês; e é por que na atual etapa da guerra revolucionária os trabalhadores rurais se constituirão na principal base social,

no principal contingente da guerra de guerrilhas. (RIDENTI apud REIS FILHO; SÁ, 2010, p. 49).

Um pouco antes de iniciar a campanha do Vale do Ribeira, em janeiro de 1970, Lamarca teceu alguns comentários a respeito da execução da guerrilha rural e o porquê dela iniciar pelo campo

Não há a menor dúvida quanto a isto: no Brasil há absolutas condições para execução da guerrilha rural. [...] É no campo que a exploração capitalista é mais desumana e ali se encontra o elo mais fraco do sistema, onde a repressão tem sido feroz em todas as lutas travadas pelos trabalhadores rurais. Existe todo um passado de lutas e de organização do trabalhador rural que a classe dominante omite na nossa história. (LAMARCA, 1970, p. 6).

Tornou-se evidente que, sendo líder de uma ou de outra organização, Lamarca permaneceria com seu pensamento de levar a cabo a feitura da guerrilha rural, pois achava imprescindível que ela ocorresse para se obter, no futuro, o sucesso desejado pelos combatentes: sublevar aquela camada mais afetada pela opressão do sistema capitalista, dar força e união para aquela classe que era massacrada pelo modo de produção explorador. Ou seja, seria a partir do ponto mais fraco, seria do ponto mais explorado, que a guerrilha deveria começar e nela sustentar sua força e sua reivindicação, pois as contradições estariam postas ali. Ele também sabia da necessidade de ter um comando forte e coeso nas cidades, pois a base urbana fomentaria o renascimento caso o campo fosse esmagado precocemente.

Lamarca pensava que um dia os explorados seriam exaltados.

Este planejamento que não saía da sua cabeça ganhou “sobrevida”, traços de concretização, quando a VPR mandou alguns de seus membros para formatar uma área de treinamento guerrilheiro. Lá no Vale do Ribeira, nas cercanias de Jacupiranga, foi comprado um pedaço de terra para que Lamarca pudesse montar seu acampamento de tirocínio. Dali esperava sair com aptidão que só uma gama de exercícios e uma rotina bem programada e ajustada podia lhe dar. Esperava fazer brotar em seus companheiros a vivência de um revolucionário guerrilheiro (que não tinha glamour algum e estava muito distante de ser símbolo de heroísmo), transformar o potencial dos homens em ações bem organizadas e bem orquestradas. Dali esperava extrair o prelúdio da guerra de guerrilha em sua vertente rural.

Instalados na região desde o início de 1970, um grupo reduzido de combatentes da VPR, sob comando de Lamarca, passaram a viver como camponeses. Para não

levantar qualquer suspeita a respeito das atividades que praticavam ali, os militantes deveriam fazer exatamente aquilo que Lamarca pedia. A discricção era uma ordem primordial vinda dele.

Num primeiro momento José Lavechia, um dos líderes da VPR, subordinado de Lamarca, passou a morar com dona Tercina Dias mais seus três filhos. “Ali formavam uma família de fachada sendo camponeses pobres para se adaptar à região e à população” (JOSÉ E MIRANDA, 2004, p. 70). O disfarce também servia para enganar qualquer possível delator que vivesse naquela área. Se tornar parte daquela comunidade era orientação estrita de Lamarca. Ele queria ganhar a confiança do povo para estabelecer, posteriormente, as bases da escola de treinamento, bem como a guerra de guerrilha.

Nos primeiros dias na área destinada aos treinos, na região do Vale do Ribeira, a disciplina se imiscuía com a liberdade de poder ter contato com seus parceiros. Lamarca detinha a rotina de um militar e estava menos “apreensivo” por estar do lado de fora dos aparelhos de São Paulo. Ali poderia exercer o que mais sabia: prática de tiros, táticas de movimentação, discussões teóricas, cumprimento das metas estabelecidas, dentre outras. E fazia isto com bastante discricção. Levava a sério os horários, nunca deixava ficar desatento, estava sempre alerta e de prontidão. Passava isto para os companheiros de treino. Era rigoroso e metuculoso com o estrategema – característica que carregava desde a época do Exército.

De início foram montadas duas bases independentes. Cada uma tinha seu chefe de área, mas o complexo total (das duas bases) era comandado por Carlos Lamarca. Uma estava separada da outra por pouco menos de um quilômetro. Apenas Lamarca e os dois chefes sabiam onde estavam as bases. Nenhum dos membros poderia saber da localização, pois assim mantinham seguro o local da outra área caso alguém caíssem nas garras da repressão. A ida até lá era feita numa “caminhonete Rural Willys, com óculos escuros especiais para impedir o reconhecimento do trajeto” (Ibdem, p. 71).

Ali, os militantes, em menor número, porém coesos, mantinham uma rotina intensa de treinamentos militares e treinamentos específicos para a guerrilha. Nada era feito sem um propósito, sobre o qual Lamarca gostava de explicar o mais detalhadamente possível. As atividades eram cobradas com austeridade em decorrência do desgaste e do rigor que significava ser um guerrilheiro. Carlos Lamarca “não brincava em serviço. Comandava os homens como se estivesse na guerra. Tinha uma rotina muito rigorosa: muita fraternidade, mas pulso de ferro” (Ibdem, p. 70).

Segundo relatos do próprio Lamarca, que deixou escrito esta rica experiência no Vale do Ribeira, os guerrilheiros deveriam “aprender a dureza da luta”, por isso, ele cobrava que todos “tinham sempre de estar prontos ao combate”. O cotidiano do guerrilheiro comandado por Lamarca era diferente do revolucionário clandestino urbano. Lamarca achava que “comendo pela manhã, educando o estômago para isso, só se vai ter fome ao final da tarde. Assim, se tem mais espaço de tempo para atuar. E do ponto de vista militar, não fazemos fumaça durante o dia” (LAMARCA, 1970, p. 11).

Lamarca tinha algumas razões para sorrir naquele momento: a) seu plano de treinar uma guerrilha estava se consolidando a cada dia que passavam ali se entrosando com as famílias da região; b) a cada novo dia os guerrilheiros tinham sucesso na tentativa de serem os mais discretos possíveis para não chamar atenção desnecessária; c) o treinamento estava se aperfeiçoando a cada dia, o bom rendimento sobre a carga de treinos tinha aumentado e a convivência era agradável, na medida do possível; d) a cada novo dia ele se lembrava do tempo do “recuo tático”, no qual teve que permanecer isolado por alguns meses, e agora não precisava mais ficar enclausurado em aparelhos; e) Iara estava ao seu lado e ali viviam a vida de guerrilheiros revolucionários, com muito treinamento e bastante dedicação à causa, porém, por vezes, se permitiam o amor – a cobrança sobre Iara era a mesma em relação aos outros companheiros, não aliviava para ela, mas, em determinados instantes, alternavam carinho mútuo²⁰.

Contudo, seu estado de espírito foi repentinamente modificado após receber a notícia que Chizuo Ozawa, conhecido como Mario Japa, um integrante da VPR, sofrera um acidente de automóvel em São Paulo. Diante do sobressalto, Lamarca chegou rapidamente à conclusão que aquela área de treino não era mais segura.

Uma vez tendo caído nas mãos do delegado do DOPS paulista Sérgio Paranhos Fleury, Mario Japa sabia que seria barbaramente torturado até “abrir” o local onde seus companheiros de organização estavam – haja vista que ele portava alguns documentos e algumas armas e munições.

Em suas mãos, o mesmo Fleury iria fazê-lo falar tudo o que sabia sobre a atividade subversiva que seu “grupo terrorista” estava promovendo.

²⁰ Segundo relatos de companheiros que estavam naquele momento no Vale do Ribeira, Lamarca teve que mandar Iara de volta para São Paulo por causa de um problema de saúde. Estando em condições que não eram favoráveis para o tratamento de Iara, Lamarca e os chefes dos grupos decidiram enviá-la para o centro urbano a fim de proporcionar a ela uma boa recuperação. Apesar de Iara Iavelberg ser da classe média paulistana, ela se integrou muito bem à organização comandada por Carlos Lamarca, dando aulas sobre as principais teorias de esquerda, executando bem as tarefas cotidianas que lhes eram designadas e sendo uma ótima combatente. Com Lamarca, ela promoveu o amor e a sutileza em sua vida.

Em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN) foi quem tomou conta do caso do acidente de Mario Japa. De início, o acidentado foi levado ao Pronto Socorro do Ipiranga, logo às sete horas da manhã. Seu acidente ocorreu, aproximadamente, às seis horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de fevereiro do corrente ano (27/02/1970). Sob os métodos de investigação do delegado Fleury (que eram perversos e desumanos), Lamarca sabia que cedo ou tarde a repressão iria descobrir sua localidade e ela iria com bastante força sobre ele.

Foi pensando em escapar de um conflito armado naquele momento – e também pensando em libertar o companheiro de organização que tinha caído realizando sua atividade de guerrilheiro – que Lamarca arquitetou o plano de sequestrar o cônsul japonês no Brasil, Nobuo Okushi. A execução, porém, não foi realizada por ele. Outras lideranças da VPR, como Eduardo Collen Leite, o Bacuri, e Ladislav Dowbor, o Jamil, tiveram a ajuda de Devanir José de Carvalho, do Movimento Revolucionário Tiradentes, o MRT, para promover a ação revolucionária de captura do símbolo do poder nipônico como meio de demonstrar sua indignação e sua preocupação com a prisão de um companheiro, bem como meio de demonstrar que qualquer ação da repressão sofreria retaliação por parte dos guerrilheiros. Era um aviso duplo que a VPR estava mandando aos homens de maior influência no Brasil. Era a primeira captura de embaixador que a VPR produziria (e com sucesso).

Neste momento, uma situação desencadeava outra. Com o acidente de automóvel de Mario Japa veio a prisão dele pelos agentes do DOPS que, utilizando métodos atroz de investigação, queriam que ele entregasse os companheiros. Após a prisão, veio o sequestro do cônsul nipônico e também as ordens de soltura contra os presos políticos ligados a Lamarca. Após serem atendidas as exigências dos guerrilheiros, veio com maior ênfase a caçada aos “terroristas da VPR”. Era uma reação em cadeia que se estruturava no cotidiano das agências de repressão brasileira e no cotidiano dos revolucionários também. Onde houvesse poder, haveria resistência.

Todavia, a correlação de poder no processo dos acontecimentos históricos que deveria haver para se produzir uma resistência e um combate mais efetivo contra a ditadura militar estava fragmentada por conta do antagonismo que se caracterizou entre as organizações de luta armada. A união delas, como desejava Lamarca e outros poucos líderes, acarretava em discussões sobre o modelo a ser trilhado pela guerrilha e causava lentidão quando justamente precisavam otimizar o tempo, pois cada dia que a ditadura

ficava de pé seria um dia mais de sofrimento para eles e para o povo brasileiro – julgavam eles.

Destarte, a repressão exercida pelos órgãos de segurança levava vantagem em muitos casos, em particular, por que eles detinham a unidade do monopólio da violência desmedida contra as organizações da esquerda em armas, e por que eram patrocinadas por parte do capitalismo²¹, aspecto fundamental para entendermos algumas vitórias da repressão. Para tentar equiparar a correlação de forças, Lamarca formatou a “escola de guerrilha”, base para treinamento físico e tático.

Durante esse tempo, outras prisões foram ocorrendo em São Paulo. Dois integrantes da VPR que Lamarca desconfiava foram presos. Celso Lungaretti e Massafumi Yoshinaga foram barbaramente torturados para que soltassem a localização de Lamarca. Por muito tempo se acreditou que Celso Lungaretti tivesse dado as informações necessárias da área da qual fez parte no Vale do Ribeira. Ele tinha saído de lá por que deveria cumprir outra missão, esta na capital, e por inaptidão para guerrilha. Massafumi queria se desligar da guerrilha e do mundo subversivo para voltar a viver na legalidade. Evidentemente a repressão e a ditadura não os deixaram escaparem sem ao menos retirar-lhes algo valioso que pudesse ser usado no combate contra a organização de Lamarca.

No tocante a Celso Lungaretti, Lamarca escreveu uma nota sobre ele dizendo ter “mais raiva do Lungaretti, que tinha melhor formação teórica, do que de Massafumi, que era extremamente individualista e problemático” (LAMARCA, 1971, p. 4). Até pouco tempo atrás, a historiografia referente a este período e a este tema retratava Lungaretti como “*persona non grata*”, pois, supostamente teria delatado a área de treinamento guerrilheiro onde estava Lamarca.

Todavia, alguns autores se debruçaram sobre esta particularidade. Ao que consta, Jacob Gorender saiu em defesa da dúvida a respeito da delação de Lungaretti em um artigo seu que foi publicado por um jornal de grande circulação nacional. Outro escritor, desta vez o jornalista Celso Luiz Pinho, publicou em 2016 um livro que retrata a história da guerrilha no Vale do Ribeira de forma pormenorizada. Através de entrevistas com moradores da região, documentos secretos do II Exército e contato com militantes da VPR, ele fez um restauro das circunstâncias e da conjuntura em que ocorreu o embate entre Lamarca e os agentes da repressão. No seu livro *1970 – a guerra*

²¹ Como foi o caso da participação do empresário Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, que patrocinou a empreitada da polícia paulista na captura de comunistas.

no *Vale do Ribeira* (2016), ele concede espaço para a dúvida sobre a famigerada delação de Lungaretti, assim como fez Jacob Gorender, pois, avalia o autor em entrevista concedida ao site “congressoemfoco.uol.com.br”, que há ainda pontos muito obscuros sobre esta parte da história.

Entretanto, Lamarca morreu acreditando que foi Celso Lungaretti um dos ex-membros da VPR quem delatou a área de treinamento em Jacupiranga. Outros escritores também reproduziram a opinião do comandante, como: Elio Gaspari (*Ditadura Escancarada*, 2014, 2ª ed.), Marcelo Rubens Paiva (*Não és tu, Brasil*, 2007) e Emiliano José e Oldack de Miranda (*Lamarca, o capitão da guerrilha*, 2004).

Na coletânea de “relatórios policiais elaborados em procedimentos instaurados pelas delegacias especializadas de ordem política e social referentes a VPR”, consta uma longa explanação a respeito do que os militares e policiais entendiam ser a “guerra revolucionária dos terroristas subversivos”: “‘guerra revolucionária’ é a guerra interna de concepção marxista-leninista, apoiada por forças externas (a VPR diz ser nacionalista), com objetivo de dominar física e espiritualmente a população” (RELATÓRIO DOPS, SÃO PAULO, 1973, p. 63).

Ainda conforme este documento:

a guerra revolucionária tem cinco fases táticas: 1) alerta de opinião – quando aparecem organizações clandestinas, há arregimentação da opinião pública, aparecem os ativadores, surgem os slogans como ‘linha dura’ (isso para quebrar a unidade do governo). 2) fase de infiltração – num trabalho silencioso e clandestino, vão conquistando cargos na administração. 3) fase subversiva – compreende três subfases (desencadeamento de greves/subfase do terrorismo/aparecimento de grupos armados guerrilheiros). 4) fase liberal – governo revolucionário paralelo ao governo legalmente constituído. 5) marcha de libertação – exército de libertação nacional. (Ibidem, p. 64).

Diante do exposto no documento reproduzido aqui, podemos partir dele para realizar algumas análises sobre parte da mentalidade operacional do aparato repressivo brasileiro montado na ditadura militar. A começar por quem o produziu: foram militares que participavam da administração militar, logo, estavam de comum acordo com os princípios morais avaliados pelo autoritarismo vigente. Seria estranho se não tratassem os revolucionários como “agentes do caos”, cuja função seria “quebrar a unidade do governo”, uma vez que eles, os militares, estavam edificando um país melhor para a sociedade brasileira e que para concluir esta missão deveriam ter por completo a base governamental. Ou seja, espalhar para a sociedade que o governo estava rachado em

duas frentes (linha dura x linha branda/castelistas), contendo, no mínimo, dois grupos que estariam em rota de colisão em determinados assuntos (economia, censura, segurança, cultura, etc.) seria um ato impatriótico cuja motivação estaria ligada aos interesses externos do comunismo e a propaganda subversiva dos opositores (que teriam pretensões de inflamar o povo contra seu governo).

A fase de número dois tratada no documento oficial fala da infiltração dos subversivos na administração. Sobre isto, podemos analisar como exemplo a figura de Carlos Lamarca, objeto desta dissertação, cujo cargo era de oficial do Exército brasileiro até 1969. Ali ele cumpria as funções e responsabilidades da sua patente de capitão. Era bem querido e admirado por seus comparsas de farda, desde os subalternos até os de hierarquia superior. Como descreveu o documento, de maneira silenciosa os “agentes do caos” faziam reuniões e planejavam estratégias de ação. Faziam recrutamentos, pois era importante ter pessoas de dentro da administração que os ajudassem a lutar.

O caso de Lamarca se deu assim também: cumprindo um cargo dentro da instituição que tomara o poder político no país, Lamarca fazia parte da administração ditatorial. Porém, contrária a ela, ele resolveu se imiscuir com a organização clandestina mais militarizada (e militarista) da época para tentar dar cabo do governo autoritário.

Dentro do Exército ele construiu uma rede de ajudantes e auxiliares com o intuito de formar um bloco coeso que passasse a agir ao lado dos subversivos para minar o poder de atuação da ditadura. Dentro do IV batalhão de infantaria de Osasco, em Quitaúna, Lamarca participava de um grupo de leituras marxistas e este grupo estava ligado a Vanguarda Popular Revolucionária. Ou seja, Lamarca e seus comparsas de farda estariam em contato e prontos para fazer a mudança de lado na luta que se instalou contra a ditadura, saindo da legalidade e adentrando a clandestinidade.

Já a fase três, nos permite analisar que ela seria a fase de maior “potencialidade nefasta”. Esta fase foi subdividida em três partes. Uma delas seria o desencadeamento de greve (como a que houve em Contagem e em Osasco, na Cobrasma, ainda em 1968). As greves eram consideradas atos terroristas por conta da influência dos comunistas em relação aos trabalhadores. O operariado seria agente ativo na coadunação com as organizações clandestinas que estariam dispostas a recrutar o maior número de trabalhadores para formar um grupo coeso cuja atividade seria propor mudanças estruturais para o Brasil, modificando o sistema sob o qual viviam naquele momento. A visão oficial do governo temia que os sindicatos e as comissões de fábricas fossem tomados por comunistas, socialistas e simpatizantes da causa, pois eles poderiam

colocar em risco a estabilidade das fábricas caso os patrões não atendessem aos pedidos dos trabalhadores, e a partir daí formar um movimento ainda maior que extrapolasse os limites das fábricas e das reivindicações trabalhistas. Daí se explica a “necessidade” de intervenção feita pelo governo ditatorial nos sindicatos. Além disto, cada trabalhador em greve seria um inimigo em potencial, pois, supostamente, estariam ligados a organizações subversivas que patrocinavam as agitações e o caos em situações como estas, a fim de causar impacto na sociedade para que mais pessoas aderissem à militância contrária à estrutura ditatorial (e a de arrocho salarial).

Outra parte desta mesma fase era a de “subfase do terrorismo”, que seria a atuação de pessoas, como os grevistas, por exemplo, em atos contrários a governabilidade da ditadura. Em Osasco mesmo, ao subir ao palco, o governador do Estado de São Paulo Abreu Sodré, foi recebido com chuva de ovos e pedras por causa dos protestos do Primeiro de Maio (com suas reivindicações de melhorias para a classe trabalhadora) e dos pedidos de menos violência e mais democracia que não foram atendidos até então. Somou-se a isto o fato de que ele, representante da classe dominante, estaria em desalinho com a realidade dos operários dali. Naquele cenário ele seria a transfiguração do arrocho salarial que os governantes, juntamente com os patrões, tinham promovido à realidade do trabalhador. Logo, retirar o governador do Estado de cima do palanque e lhe tomar a palavra para inflamar a multidão grevista com um discurso contrário às práticas do capitalismo e contrário ao arbítrio do governo repressivo foi considerado um ato terrorista e de desobediência civil que não passou despercebido pelas autoridades.

Diga-se de passagem, o capitão Lamarca foi enviado pelo seu superior à Praça da Sé, local do discurso de Abreu Sodré, para fazer a segurança do líder paulista e do evento. Porém, o capitão Lamarca teria afirmado, posteriormente em carta aos amigos, que jamais colocaria seus comandados para enfrentar o povo. Ainda teria dado apenas uma orientação aos seus subordinados: “nós viemos nos defender, não atacar” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 42).

Ainda como exemplo, poderíamos usar as ações de expropriações de bancos e o roubo do “cofre de Adhemar”, que foi executada pela VPR como uma maneira de obter dinheiro que financiasse a organização em suas ações armadas e que cuidasse dos aspectos de necessidade básica que ela tinha.

Em São Paulo já se encontravam a manifestação estudantil, o movimento grevista e células das organizações clandestinas. O cenário estava se formando para uma

mudança de paradigma na questão da luta armada, sobretudo para a VPR, que recrutou quadros importantes das comissões de fábrica. Aqueles que se destacavam como dirigentes, os “linhas de frente”, os melhores elementos do trabalho de massas, migraram para a corrente que preconizava a guerra de guerrilhas no campo.

Já a última parte da terceira fase dizia respeito ao “aparecimento de grupos armados guerrilheiros”, o que não é improvável de se entender, pois num momento de ebulição social onde as pessoas viviam sob a “égide” do poder tirânico da administração militar, haveria de ter um contrapeso para tentar equilibrar as relações de poder. A correlação de forças não era igualitária, ambos os lados lutavam com os meios que dispunham, mas um lado dispunha de arsenal muito maior, bem como contingente maior para suas fileiras. Havia desvantagem para quem estivesse lutando contra a ordem estabelecida em abril de 1964. Como exemplo, poderíamos salientar as ações da VPR que se encaixavam dentro deste documento estereotipado proposto pelas autoridades da época (vide a campanha do Vale do Ribeira e a campanha do sertão baiano).

A quarta fase descrita no documento supracitado não chegou a ser implantada no Brasil. Os proponentes da luta armada não concretizaram o governo revolucionário paralelo ao governo legalmente constituído, como os oficiais da ditadura diziam na época. Tanto a VPR quanto outras organizações de luta armada não deram cabo de instituir esta etapa, pois qualquer caminho para a oposição foi duramente massacrado pelas forças repressivas e a ordem estabelecida pelo alto comando das forças armadas era de agir rigorosamente contra aquele que tentasse desfazer seu modelo de gestão. A luta armada seria uma desconstrução do tipo de país que a administração militar estaria implantando na nação. Os guerrilheiros pregavam o oposto daquilo que os militares estavam cultivando aqui no Brasil. A luta armada seria a reação aos abusos, desmandos e ao ideal econômico que a ditadura estaria produzindo – beneficiando-se das mazelas sociais e beneficiando o grande capital de sustentação.

Destarte, a quinta fase da “guerra revolucionária no Brasil” também não frutificou. O próprio documento oficial cita que ela, a quinta fase, só ocorreu em Cuba e na Iugoslávia, com Tito – que seria a “marcha de libertação”, a tomada do poder pelo “governo revolucionário”.

Todavia, convém questionar o “esquematismo” que se apresenta no documento. Por ter sido produzido por agentes do sistema de defesa interna, o documento traz ao público que tem contato com ele um esquema definido de atuação dos “grupos terroristas”, que supostamente estariam tramando um golpe comunista no Brasil. Logo,

saber como agiam estes “terroristas” era algo precioso, e que deveria ser deveras estudado para que os representantes da ordem no país saíssem vitoriosos na função de impedir que o “perigo vermelho” tomasse conta do território nacional.

No documento ainda podemos encontrar o “etapismo”, que seria a divisão em etapas das ações revolucionárias numa guerra. O *modus operandi* que se lê ali é bem “didático”: bastaria diagnosticar os acontecimentos que ocorriam na sociedade de acordo com o protocolo de etapas criados por eles mesmos e assim se conseguiria planejar um ataque para vencer os “terroristas”. Seria como se bastasse seguir aquelas fases que o documento apresenta para as forças repressivas acharem o caminho da vitória perante o inimigo interno da luta armada.

Guardadas as poucas exceções, como o caso da mudança do credo revolucionário comunista que teria sido adaptado pela VPR – cuja realidade lhe imporia que o estado de guerra insurrecional permanente seria o caminho a ser percorrido – a análise que fora produzida ali pelos oficiais faz da luta armada quase um bloco coeso, onde todas as organizações parecem ter o mesmo tipo de conduta no desenrolar do processo revolucionário – o que passa longe da verdade.

Feito em 1973, o relatório, que serve como fonte primária nesta dissertação, foi produzido em meio à guerra civil que marcou época na sociedade brasileira. Após causar muitas importantes baixas aos seus opositores e adversários políticos, a ditadura militar cada vez mais voava alto para buscar novas soluções na segurança que coibissem a formação de novos grupos de esquerda armada. Como não tinha o total controle sobre isto, a administração militar dispendeu muito dinheiro e bastante tempo para esta questão primordial que era barrar as influências de esquerda no Brasil²². Para tal, ela teve que se preparar, se programar, se planejar, se armar e até cometer ataques contra a dignidade humana para coibir o retorno da ascensão das correntes mais radicais da esquerda. Foi pensando nisto que, por exemplo, o DOPS de São Paulo produziu o referido relatório sobre a subversão.

A fim de não deixar as ideias destas organizações clandestinas se propalarem, o serviço de inteligência pediu um relatório a toda delegacia especializada em ordem política e social para que pudessem formar um documento principal cujo tema seria a subversão e o diagnóstico feito pelos agentes de combate. Serviria como um manual de

²² Sem o apoio do capital para montar a Operação Bandeirante, uma unidade centralizadora de repressão contrarrevolucionária, dificilmente ela sairia do papel, pois os delegados paulistas eram conhecidos por prender gente rica para extorquir dinheiro, conforme visto em: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.p. 263.

identificação da prática subversiva, bem como um manual de profilaxia contra ela. Este grande manual foi produzido posteriormente e foi guardado sob sigilo dos militares.

De volta à campanha do Vale do Ribeira, após o sequestro do cônsul japonês, a repressão conseguiu chegar até a área de treinos da VPR. Independente de quem tenha delatado o local, cedo ou tarde as agências de polícia chegariam até ele, haja vista que muitas prisões estavam ocorrendo em São Paulo e o emprego de grande contingente militar para desvendar os pontos de localização era bem significativo. Ou seja, foi destacado um número consideravelmente importante para fazer o rastreio nas cercanias onde os mapas que a polícia e o DOPS tinham em mãos apontavam. Fleury imagina que Lamarca estaria naquela região de Jacupiranga e Cajati.

No dia dezessete de abril de 1970, o resultado das prisões e do dinheiro empregado nas operações de investigação deram frutos para a repressão. As primeiras informações vieram do Centro de Informações do Exército (CIE), as quais denunciavam uma área de treinamento. A informação correu e homens do DOPS, juntamente com uma equipe do 2º Batalhão da Polícia do Exército, são designados a vasculhar todo o local com a finalidade de capturar Lamarca e seu grupo.

Ao chegarem em Registro, cidade melhor estruturada da região, as equipes seguiram as orientações dos mapas até que chegassem ao rancho de Guaricanga. Eles encontraram o tal rancho, porém totalmente vazio. Nenhum militante, nenhuma arma, nenhum provimento, nenhuma pista foi deixada para trás. Os guerrilheiros tinham seguido à risca as ordens de Lamarca e não deixaram vestígio para trás.

Desta maneira, as equipes da força-tarefa voltaram sem novas informações e concluíram que o grupo rebelde já tivera evacuado a área antes da chegada deles. Isto ocorreu num domingo, dia 19/04/1970.

Também neste dia, Lamarca juntou seus homens e bateu em recolhida. Foi preciso muita disposição e muito esforço para que não deixassem nenhuma pista que os incriminassem, pois qualquer vacilo ali poderia ser fatal. Em uma de suas cartas, Lamarca (1970, p. 17) afirmava que

no dia 19/04, tivemos conhecimento de que a área de treinamento havia sido delatada. Decidimos que um grupo de oito companheiros a abandonasse o mais brevemente possível. Um segundo grupo de quatro pessoas tentaria sair na primeira oportunidade. Os outros cinco ficavam com a missão de defender o patrimônio.

É provável que Lamarca tenha tido contato com alguns de seus comparsas de São Paulo, um daqueles que ainda não tinha sido preso. Apesar de algumas baixas na VPR, nem todos foram capturados a tempo pela força-tarefa que perseguia Lamarca. Um dos membros da VPR pode ter dado a informação: José Lavechia, que era um pai de família, lavrador e pobre da região, porém todas estas características eram falsas e faziam parte do disfarce programado por Lamarca, cuja finalidade era causar o menor impacto visual e social na região e chamar a menor atenção possível da vizinhança.

Como José Lavechia tinha acesso à cidade para ir comprar mantimentos, medicamentos e vestimentas, por exemplo, ele também tinha contato com telefone. Conseguiria fazer ligações interurbanas para São Paulo, periodicamente. Numa destas idas à cidade, José Lavechia teria entrado em contato com algum membro da VPR que lhe passou a informação de que alguns companheiros haviam caído nas garras da ditadura. Assim como Mario Japa, outros militantes da VPR portavam algum tipo de documentação referente a organização. Desta maneira, seria um equívoco estratégico permanecer ali.

Logo que soube das prisões de militantes da organização, José Lavechia retornou ao rancho para usar seu potente rádio transmissor, instrumento do qual fazia uso para se comunicar quase que diariamente com Lamarca, que estava embrenhado nas matas da região. Desta maneira, José Lavechia, supostamente, colocou Lamarca a par da situação.

Contudo, a versão que Lamarca conta em seus documentos, assim como foi reproduzida por autores que se debruçaram pelo tema, como os autores Emiliano José e Oldack de Miranda, foi que ele tinha ido participar de uma reunião do comando da VPR em São Paulo e lá teve conhecimento das prisões de membros da organização, bem como ficou sabendo da empreitada ofensiva que as agências de segurança planejavam fazer para atacá-lo.

Após ser informado do quadro nada positivo, Lamarca planejou a retirada de parte de seu contingente com a finalidade de evitar um confronto sujo (com derramamento de sangue) contra o pessoal que lhe perseguia. Calculava que ainda não era o momento de se lançar ao embate bélico, pois estavam em período de treinamento, apesar de se julgarem sempre prontos para qualquer ocasião de combate – como já foi visto anteriormente.

Todavia, não seria esse o caminho que a sorte lhe preparou. No dia seguinte a retirada do rancho, o II Exército conseguiu novas informações a respeito do paradeiro

de Lamarca. Utilizando a tortura como método de interrogação das prisões que se seguiram, novos relatos foram compilados até que se tivesse uma noção um pouco mais precisa do que aquilo que as duas primeiras equipes da força-tarefa informaram.

Então, no dia 20/04/1970, tropas do Exército, policiais militares de São Paulo, policiais militares do Paraná, e uma parte do Esquadrão da Morte de São Paulo desembarcaram com armas, munições, mantimentos e medicamentos em Registro. Começava ali a operação militar que caçaria Lamarca em São Paulo. Recebeu a alcunha de Registro por que este era o nome da cidade onde montaram base.

Ainda no dia anterior, Lamarca conseguiu providenciar a saída de parte dos companheiros que estavam no Vale com ele. Trajados com roupas civis, escondendo as armas por baixo das camisas e agindo de maneira normal e natural, sem levantar suspeita, oito guerrilheiros conseguiram adentrar ao ônibus que partiria da BR-116 com destino à capital paulista. Fizeram boa viagem. Não houve relato de intervenção policial no transporte até o destino final. Conseguiram passar por algumas “blitz” sem que houvesse o menor sinal de desconfiança, assim, puderam viajar seguros e calmos até se reestabelecerem nos aparelhos da VPR espalhados por São Paulo.

Por outro lado, quem permaneceu com Lamarca naquela região não teve vida fácil. É verdade que alguns combatentes guerrilheiros não queriam deixar o local para ir a São Paulo. Conforme JOSÉ e MIRANDA (2004, p. 72), a decisão de manda-los embora da área para não entrarem em combate provocou reações contrárias, pois todos estariam dispostos a enfrentar as forças do Exército.

Quem ficou presenciou a chegada de aviões e helicópteros carregados de material bélico pesado para enfrentar os subversivos. Fleury, apoiado desde o início pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), e o Exército estavam empenhados na busca e na captura de Lamarca, até então o “grande expoente” da luta armada no Brasil, uma vez que Marighella já estava morto – pelas balas do revólver de Fleury – e Joaquim Câmara Ferreira estava na França – logo menos retornaria para o Brasil, sendo monitorado por homens ligados ao famigerado delegado paulista.

Fleury estava envolvido ali como representante do DOPS paulista e como representante da Marinha também. Como analisou o historiador Jacob Gorender:

Fleury garantiu seu lugar na disputa do botim da repressão através da ligação com o CENIMAR, órgão de inteligência da Marinha. Colocado em plano subordinado pelo Exército após a criação da OBAN e dos DOI/CODI, interessava a Marinha dispor de um canal autônomo de luta

contrarrevolucionária e, por isso, deu cobertura ao chefe do Esquadrão da Morte implantado do DEOPS paulista. (GORENDER, 2014, p. 174).

Neste cenário de captura, Exército, Marinha e Aeronáutica se juntaram para fazer uma mega operação contra a subversão e contra os revolucionários guerrilheiros no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo. Tal operação militar foi considerada, à época, a maior operação realizada pelo II Exército, sediado em São Paulo. Seu comandante, general José Canavarro Pereira, um dos fundadores da OBAN, se alinhou com altos representantes da Aeronáutica e também da Marinha, com a finalidade de dar cabo da área de treinamento guerrilheiro que estava escondida nas matas pertencentes às regiões de Jacupiranga e Cajati. Para isto, não poupariam esforços. Até um pelotão de paraquedistas foi escalado para ajudar a repressão a capturar os guerrilheiros.

Num primeiro momento, Lamarca decidiu colocar um grupo que fizesse a vigilância da área. Com a chegada da força-tarefa da Operação, Lamarca destacou três companheiros para mapear os passos dados pela repressão. Já estavam em clima de observância para o combate, uma vez que os três destacados deveriam avisar o restante do grupo sobre o deslocamento das tropas oficiais.

No dia 21/04/1970, a Operação Registro, posteriormente denominada, começou. Lamarca, em documento produzido para uso interno da VPR, salienta que o início da Operação já se deu de modo equivocado. Percebeu isto por que já havia participado de treinamento militar para combater a guerrilha, ainda na fase de capitão do Exército. Tinha aprendido as táticas e sabia como usar a topografia a seu favor, tratando o relevo inóspito de forma harmônica até fazer parte do local.

Após observar a olhos nus, escreveu no documento interno da VPR: “iniciaram a operação as 14h45, contrariando a doutrina de emprego de tropa no combate à guerrilha. Em princípio procuram estabelecer contato ao alvorecer, para que tenham o dia todo de luz perseguir, estabelecendo contato à tarde” (LAMARCA, 1970, p. 8).

Esta observação fez com que os guerrilheiros aproveitassem o tempo que as tropas lhe davam para permanecer ali no local de uma das bases, cujo nome era Carlos Zanirato – companheiro de Lamarca desde o evento de expropriação das armas do IV Batalhão, em Osasco. Depois de recebidas as informações dos três companheiros que estavam em vigilância, Lamarca achou melhor permanecer ali para elaborar um plano de retirada. Eles ganharam tempo por conta do horário de entrada das tropas nas matas,

que foi diagnosticada como tardio, uma vez que o sol iria embora num curto espaço de tempo.

Porém, nem tudo deu certo como Lamarca gostaria. Ao retornarem para seu posto de vigilância, na manhã seguinte, dois dos três guerrilheiros foram capturados pelas tropas da repressão. A partir disto, os militantes da VPR decidiram abandonar a área. No dia 22/04/1970, eles partiram para a BR-116.

Para chegar até ela, eles precisariam de mantimentos e uma área protegida para descanso mínimo. Lamarca relata no mesmo documento que eles tiveram de percorrer as matas por quinze dias e descansaram por apenas dois. Nessa toada, tiveram de praticar a marcha tripla: que consistia em passar pelo local de abastecimento para carregar provisões, seguir a caminhada por quilômetros à frente; voltar para pegar mais comida e remédios e seguir caminhando por mais quilômetros, até passar o primeiro ponto. Como relatou LAMARCA (1970), “a existência de um depósito nos obrigou a fazer marcha tripla, causando muito desgaste de energia”.

Pela sua experiência militar, analisou que as tropas ainda não tinham feito um cerco tático. Estariam fazendo um cerco estratégico, apenas. Isto significava um bom presságio para eles, que queriam sair dali sem serem vistos e sem ter que apelar para o confronto.

Dentro das matas densas, longe do contato com as tropas, os guerrilheiros puderam ter noção da barbárie que a Operação estava produzindo na região. Caças de guerra e aviões da FAB sobrevoaram a região onde eles estavam, porém já haviam saído de lá dias antes. Do esconderijo preparado às pressas, Lamarca e seus comparsas ouviam os bombardeios feitos pela equipe área que os procuravam. Sem dó nem piedade, a ditadura atacou a população menos favorecida, aquela que era mais pobre e tinha necessidades básicas em seu penoso cotidiano. Mas isto pouco importava para aqueles militares. O que eles queriam, acima de tudo, a todo custo e todo pesar, era capturar Lamarca e seu grupo de “terroristas”.

Do ponto de vista do II Exército, sob comando do general Canavarro Pereira, que foi quem coordenou toda a Operação, o efetivo militar utilizado lá, bem como os aspectos operacionais, se evidenciaram um equívoco. Em suas palavras – que constaram no relatório da Operação Registro – ele exclamava da seguinte maneira:

Precipitadamente, diante das primeiras informações positivas sobre a existência do inimigo, transformou-se [a típica Operação de Informações] numa Operação Militar, visando aprisiona-lo ou destruí-lo, com o emprego,

inclusive, de cobertura área por helicópteros e aviões T-6, sem que se conhecesse exatamente o valor, onde e como se encontrava esse inimigo. (PEREIRA apud GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p. 247).

Bombas ao caírem no solo faziam tremer toda uma região e estraçalhava o que se tinha por perto. Casebres foram atingidos ou sofreram algum tipo de dano, plantações se perderam por causa do contágio com a sujeira que as bombas causavam, colheitas se perderam, pois, uma parte não resistiu à contaminação. Porém, nada disto parecia preocupar os soldados e nem mesmo os chefes. A ordem era prosseguir agindo daquela maneira até que fossem encontrados os guerrilheiros.

Após escaparem dos bombardeios com vida, Lamarca e seu bando chegaram à Barra do Areado fingindo serem caçadores perdidos. Ali se enturmaram e tomaram nota das notícias que corria a região. Ouviram dizer que, dias antes, passaram por ali tropas a cavalo seguidas por apoios aéreos de helicópteros. A população local estranhou aquele estratagema militar, pois, até então, aquela era uma região pacata. Ali mesmo, os guerrilheiros decidiram se livrar das parafernalias que carregavam. Enterraram as armas e munições, esconderam as mochilas, as redes, os facões, os chapéus, abandonaram os coturnos e o restante dos equipamentos. Vestiram-se como civis e partiram rumo à estrada. Tomaram um caminhão para prosseguir fugindo.

Enquanto o bando de Lamarca escapava pela tangente, o general Pereira, encarregado de gerir os quase dois mil homens deslocados para aquela região de mata fechada, percebia que eles estavam procedendo de maneira inexata, pois faziam barulho em demasia, não se comportavam como “farejadores”, não compreendiam objetivamente as ordens vindas dos seus superiores, eram desleixados em determinadas circunstâncias e isto fazia com que Lamarca e seu bando tivessem melhor desempenho nas suas empreitadas de escapular dali. General Pereira explicitou sua versão daqueles episódios, no relatório, com as seguintes palavras:

É certo que uma busca de informes, feita com mais profundidade e com menos precipitação, e o estudo detalhado da área conduziriam fatalmente ao emprego das tropas em melhores condições. É possível que a situação pudesse ser resolvida através de ação tipo policial, como tocaias, campanas, emboscadas e outros artifícios menos ruidosos capazes de conduzir a melhores resultados. Isto é particularmente vantajoso quando o inimigo é militarmente mais fraco, como no caso. (Ibdem, p. 247).

Se levarmos em consideração que esse diagnóstico feito pelo general aconteceu ao final da Operação, podemos observar que ele deve ter ficado descontente com as atitudes e ações equivocadas que as tropas adotaram para perseguir e capturar os guerrilheiros – sem obter sucesso. A respeito da inexperiência dos soldados e do método ineficiente utilizado pelos militares, o general afirmava que:

a tropa empregada na área, apesar de já ter tido instruções antiguerrilha, evidenciou que a instrução recebida tinha sido insuficiente ou mal ministrada. Isto foi verificado na maioria das unidades, particularmente no que se refere à execução de patrulhas, vasculhamento e serviço em campanha. (Ibdem).

A despeito da fuga de Lamarca e seu bando, que foi entendida como “vitória” dos guerrilheiros naquele momento, o general Pereira acreditou que da Operação militar em Registo poderia retirar boas lições às tropas, e que se elas fossem bem assimiladas poderiam trazer melhor desempenho e satisfatório resultado final ao Exército, pois, tendo em vista que aqueles erros seriam corrigidos e os soldados passariam a ter mais experiência naquele tipo de combate, o objetivo de caçar os “terroristas” deveria ser mantido até que eles fossem eliminados – situação que se desenrolou um ano e meio depois, em setembro de 1971, no sertão baiano, onde culminou com a morte de Lamarca e Zequinha.

A comprovação da acertada análise do general veio com o passar do tempo, pois, lá no sertão baiano foram aplicadas novas lições que desaguaram no êxito de episódios decisivos na luta contra a guerrilha, em especial aquele que matou Lamarca e outro que, posteriormente, desbaratou a guerrilha do Araguaia, no interior do Pará.

Apesar de conseguir escapar de determinados cercos, Lamarca não conseguiu se livrar do combate bélico – que ele não queria que ocorresse por se tratar de jovens soldados sendo usados como “massa de manobra” dos comandantes da ditadura.

Sem conseguir evitar o enfrentamento, no curso das operações de furo do cerco, os guerrilheiros travaram três embates bélicos com os militares. O primeiro dele se deu em Eldorado Paulista, no dia oito de maio. “O combate foi feroz, mas curto. Intenso tiroteio. Três minutos e dezesseis inimigos se renderam, um fugiu. O inimigo se rendeu por estar em inferioridade tática, apesar de maior efetivo” (LAMARCA, 1970, p. 14).

O saldo do embate foi a rendição da tropa, que ainda possuía suas armas. Enquanto os soldados pediam clemência, os guerrilheiros foram cuidar dos feridos. Nesta questão se destacam os elogios que Lamarca e seu grupo receberam de parte

daqueles soldados rendidos: “tratamos todos bem e, após curativos, explicamos nossa luta aos soldados, que se diziam surpresos com nosso humanismo” (Ibdem).

De fato, afora os documentos oficiais da época em que se queria capturar Lamarca, os vestígios encontrados por esta pesquisa retratam o líder guerrilheiro como homem educado, altivo, cortês, rígido, profissional, sociável, solícito, dentre outras características. Até mesmo um superior de Lamarca enxergou nele qualidades que puseram em dúvida a feitura de um ato indisciplinado, antes de desertar. Porém, a partir do momento em que desertou, em janeiro de 1969, Lamarca passou a ser excomungado pelo país. Mesmo não participando de algumas ações armadas, como alguns roubos a banco, ele tinha seu nome ventilado aos quatro cantos do país.

Conforme relata o historiador Jacob Gorender (2014, p. 213), em seu livro a respeito do período em questão

Ao contrário de Prestes, glorificado pela imprensa de oposição burguesa durante seis anos, o também capitão Lamarca começou a trajetória de revolucionário já malsinado pela unanimidade dos meios de comunicação social. Desenharam sua ajuda pública como a de um traidor, bandido inescrupuloso e assassino perverso. Até a fama de campeão de tiro reforçou imagem tão negativa.

Já que aquele agrupamento de soldados estava rendido, Lamarca e os guerrilheiros fizeram deles “escudo-humano”. Levaram-no consigo até que conseguissem chegar ao destino desejado sem interferência da polícia. O principal refém foi o tenente da polícia militar Alberto Mendes Junior.

Segundo uma versão de vertente oficial não documentada, no tocante ao tenente Mendes Junior, ressalta-se que ele se rendeu a Lamarca para salvar os seus comandados. Com uma superioridade numérica no confronto armado com os guerrilheiros, os jovens soldados não teriam aguentado a pressão psicológica da troca de tiros e com medo da morte, resolveram se render aos poucos. O tenente, que estava no meio do fogo cruzado, não percebendo que estavam com maior contingente em relação aos seus oponentes, resolveu se render também. Esta versão confronta com a de Lamarca, pois a do guerrilheiro diz que a rendição foi conquistada pelos guerrilheiros.

Seja qual for o motivo da rendição, o fato é que Lamarca, antes de utilizar o tenente como refém, propôs um acordo formal entre ambos. No acordo, as condições eram: a) não fuzilariam ninguém; b) atenderiam os feridos, providenciando remoção; c) trocariam algumas armas, expropriar nenhuma; d) recolheriam algumas munições; e) o

tenente levantaria o bloqueio em Sete Barras. O acordo foi aceito por parte do tenente, que lhe garantiu que iria cumpri-lo com dignidade, assumindo o compromisso na frente de seus subalternos.

Porém, ocorreu um descumprimento do acordo por parte do tenente. Lamarca, de fato, permitiu que os feridos fossem retirados dali para que seguissem caminho até o local tratamento adequado. Mas, o tenente não “levantou” o bloqueio militar para os guerrilheiros.

Já extenuados pelas andanças, desgastados pelas intempéries da região, com fome acumulada de dias, a esta altura já com quatro baixas guerrilheiras – Darcy, Edmauro, Lavechia e Nóbrega – o grupo de Lamarca já não atuava com a totalidade de sua capacidade física e cognitiva. Estavam cansados por vários motivos e sem paciência por que estavam perto de ser descobertos pelos bloqueios militares que Mendes Junior não despistara como combinado. A situação se agravou quando Lamarca e seus companheiros escutaram trocas de tiros de metralhadoras. Logo imaginaram o que ocorreria: os militares mataram os guerrilheiros que tinha se desgarrado do bando.

Para o grupo, aquilo foi a gota d’água. Não poderiam tolerar o acinte que o tenente Mendes Junior lhes forneceu. Não podiam tolerar ouvir as baixas de sua organização e nada fazerem. Isto seria um afrontamento, prejudicial à moral dos combatentes, uma vez que seus companheiros de luta morreram ali perto deles e eles não puderam ajudar – pois não deveriam chamar atenção até que escapassem da emboscada militar. Soma-se a isto o fato de terem consigo o tenente, que ainda não teria cumprido sua parte do acordo.

Diante de tal cenário, Lamarca e os outros guerrilheiros não poderiam deixar passar em vão a morte de um companheiro. Como ele costumava afirmar: “o erro significa a morte e a morte de um indivíduo não pode ser comparada com a causa, que não morre [...]. Perdemos o direito de morrer até que a morte seja um exemplo” (LAMARCA, 1969, p. 6).

Eis que chegara a hora da morte ter significado. Agora ela serviria como exemplo. Se, por um lado, podia haver baixas nas organizações guerrilheiras, logo, poderia haver baixas também para a repressão. Destarte, Mendes Junior foi peça deste tabuleiro. Morreu com coronhadas na cabeça para que se evitassem tiros, uma vez que a emboscada estava por perto e certamente ouviria os disparos. Entretanto, Lamarca escreve no documento interno da VPR que a morte daquele militar ocorreu de outra maneira:

após algumas fintas [na emboscada feita pela repressão], julgamos e justicamos o tenente Mendes Junior, que até então conservávamos prisioneiro, sendo fuzilado e seu corpo jogado no rio Ribeira, para não dar indícios sobre a direção que seguimos. (LAMARCA, 1970, p. 13).

Talvez, no momento da escrita de sua memória a respeito da aplicação da pena fatal, Lamarca tenha tentado passar a impressão de que tiros – fictícios – seriam menos cruéis do que as – verdadeiras – coronhadas desferidas ao crânio do tenente e com isso evitar dar indícios sobre o método utilizado para se desfazer do refém.

A morte do tenente Mendes Junior está repleta de simbologia. Há uma corrente interpretativa que alega que aquilo foi um assassinato cruel e perverso. Matar um refém a sangue frio, dando-lhe coronhadas, amassando vagorosamente o crânio, sem lhe ao menos um tiro fatal, seria semelhante às ditas torturas praticadas contra os militantes de esquerda.

Capitaneadas pelo general Leônidas Pires Gonçalves e também pelo ex-capitão Jair Messias Bolsonaro, que estava naquela região, essa corrente “oficial” da história acusa Lamarca de crueldade perante um tenente que estava cumprindo suas obrigações com a pátria, com a sua instituição que jurou ser fiel e com as diretrizes do governo federal de acabar com os guerrilheiros comunistas. Assim sendo, o que houve ali foi um brutal, sanguinário e desnecessário assassinato perpetrado pelo líder da célula subversiva guerrilheira comunista: Carlos Lamarca.

O general Leônidas fez tornar clara a sua ideia/visão a respeito de Lamarca numa das muitas entrevistas que concedeu antes de sua morte – e, evidentemente, após o fim da ditadura militar. Numa das mais emblemáticas entrevistas feitas pelo jornalista, também falecido, Geneton Moraes Neto, o general em questão expõe sua visão no tocante ao “desertor da pátria e traidor do seu comandante” e não refuga em dizer que Lamarca era, sim, um assassino frio, um criminoso nocivo à nação.

Ele afirma sua postura quando concede entrevista cuja finalidade seria a de contar sua vida e deixar mais um registro da sua história. Diante das câmeras, o general fala abertamente de vários assuntos, dentre eles, aquele que nos interessa aqui. Sobre Lamarca ele disse: “em qualquer país do mundo ele teria sido fuzilado com toda a pompa”. Ambas as entrevistas estão disponíveis no “youtube.com” e podem ser acessadas gratuitamente.

Outra corrente interpretativa alega que os guerrilheiros queriam se movimentar mais depressa, a fim de saírem do cerco tático da Operação. Carregar um refém

impediria o grupo de se locomover mais rapidamente pelas matas, assim poderiam ser alvos mais fáceis. Soma-se a isto o cansaço físico e o desgaste mental em ter que estar preparado para mais um confronto e, ao mesmo tempo, elaborar planejamento para uma evasão perfeita. Diante destas circunstâncias, adiciona-se ainda a importância da permanência do tenente, ou seja, para quem ele servia se seus companheiros já estavam mortos? Se a emboscada ainda estava lá querendo pega-los de supetão? Se eles estavam em guerra de lados opostos?

Dentro desse contexto, um dos companheiros de Lamarca que estava foragido na área do cerco imposto pela repressão, Edmauro Gopfert, afirmou em carta posteriormente trocada com um amigo, que aquela ação foi executada sem planejamento prévio, pois eles tinham dúvidas a respeito do envolvimento do tenente com a emboscada. No entanto, os guerrilheiros ouviram intensa troca de tiros e não sabiam quem estava atirando em quem. Supondo que os tiros faziam parte da emboscada militar para capturar seus companheiros, Lamarca e Fujimori, que faziam o tenente de refém, imaginaram que o restante do bando deles (que estava separado) fora encontrado pelas tropas militares e acabaram travando combate de fogo. Segundo consta na carta:

Nesse momento [momento da troca de tiros], chega com grande ruído um caminhão militar, vindo da direção de Eldorado, que para praticamente em cima de mim, escondido na parte baixa da margem esquerda da estrada. O caminhão foi crivado de balas. Uma potência de fogo imensa, que não podia ser nossa, atingia o caminhão militar. Depois de uns dois minutos de tiro, alguém grita da emboscada para que se rendam, que ali estava o Exército. Os do caminhão gritam que também são do Exército. (GOPFERT, 2014, p. 9).

E continua a explanação do seu ponto de vista da seguinte maneira:

quando os companheiros desbordaram a emboscada da ponte, ouviram o intenso tiroteio travado pelas duas tropas do Exército que se estranharam, justo onde eu me encontrava. Ao perderem a mim e ao Nóbrega, é fácil perceber que, para eles, aqueles tiros todos foram dirigidos para nós. (Ibdem).

Do pouco contingente da VPR ali, a maioria foi presa e torturada e poucos foram mortos. Em reparação a isso, Lamarca e Fujimori estabeleceram a punição fatal como forma menos custosa de sair daquele cenário de batalha, uma vez que eles tinham em mente que o tenente não tinha cumprido sua parte do acordo – decidiram, então, executar o refém. Conforme consta na mesma carta de Edmauro:

A partir daí [da intensa troca de tiros], o tenente Mendes passou a ser o principal suspeito de ter armado a tal emboscada ou, pelo menos sabido dela. A nossa perda, a provável traição ao acordo firmado com o companheiro Lamarca e a impossibilidade de continuar com ele terminaram com seu julgamento sumário, em tempos de guerra, e na sua condenação ao fuzilamento. Para não denunciar sua posição, foi determinado que a execução se desse com um golpe fatal na cabeça, sem provocar sofrimento e sem que ele o esperasse. (Ibdem, p. 11).

No clima de guerra, de momentos tensos e tenebrosos, as ações ficaram em condições limites e quando isso ocorre, na maioria das vezes, os indivíduos envolvidos beiram o “precipício da idiossincrasia” e encaram a insanidade como algo palpável a ser feito. Guerra não é esporte e nem fábrica de heróis. Situações extremas requerem medidas extremas.

Destarte, uns clamam que foi assassinato. Outros alegam que foi justicamento. A respeito desta temática, Jacob Gorender nos deixou uma análise que vai ao encontro dos anseios por respostas. Assim ele explanou: “por mais difícil que seja fixar limites e distinções na prática, a violência revolucionária não deve ir além do necessário à anulação da violência do inimigo. Por isto, é imoral torturar e assassinar prisioneiros” (GORENDER, 2014, p. 272).

No tocante a moral revolucionária, ele, que foi um revolucionário atuante e ativo, expressou que:

os revolucionários não praticam a violência não somente dentro de determinadas condições políticas, mas também conforme os princípios de um código de ética que visa preservá-los da contaminação pela corrupção moral das classes dominantes. (Ibdem, p. 273).

No desenrolar deste capítulo de seu livro, ele teceu comentário e, mais uma vez, expressou sua opinião a respeito da esquerda que analisava, neste caso específico tratava-se de Lamarca, da VPR e da morte de Mendes Junior:

a execução do tenente Alberto Mendes Junior, no Vale do Ribeira, decorreu de uma dessas decisões em situação-limite, que se equilibram no fio da navalha. Diversamente do exército regular, a guerrilha não tem condições para a guarda de prisioneiros. A norma costuma ser a de desarma-los e liberta-los. O pequeno grupo chefiado pelo capitão Lamarca agiu segundo a norma com todos os soldados aprisionados. Menos com o tenente da polícia militar, surpreendido por uma coronhada na cabeça, desferida pelas costas e que o deixou inconsciente, e morto pelas coronhadas seguintes. Não podia ser executado a tiros, pois seriam ouvidos por patrulhas muito próximas. Um

tribunal fictício deu à execução o caráter de julgamento. Na verdade, tratou-se de necessidade, duríssima necessidade. O grupo guerrilheiro se condenaria a si mesmo ao aniquilamento, se libertasse o tenente. Este depressa forneceria à tropa perseguidora informações decisivas sobre a posição do grupo, suas armas, munições, velocidade de marcha e provável rota de deslocamento. Repito: duríssima necessidade. Uma questão de quem devia sobreviver. (Ibdem, p. 274).

Jacob Gorender não é um insofismável, portanto, deve ser contextualizado também. Suas críticas à esquerda são duras e pertinentes, uma vez que ele fez parte do comitê central do maior partido comunista brasileiro na época do golpe civil-militar burguês e presenciou de perto a ineficiência de seus líderes, dentre eles o “cavaleiro da esperança” Luiz Carlos Prestes, segundo ele mesmo afirma.

Em seu livro, ele analisa diversos cenários e tenta esclarecer alguns pontos ainda obscuros para o leitor comum. Tendo participado da formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), após ser expulso do PCB em 1967 por conta da sua discordância com a direção do partido, que era da ala “prestista”, Gorender vivenciou de perto a luta armada. Ele tinha o aspecto intelectual mais desenvolvido do que o aspecto físico. Foi preso e torturado no presídio Tiradentes, onde passou a escrever a respeito da história do Brasil. Em seu livro *“Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada”* (2014), publicado originalmente em 1987, o “historiador” faz uma série de análises a partir de entrevistas, resgates de memórias, reportagens de jornais e documentos consideráveis que auxiliam o leitor a navegar pelos combates (de ideias e de forças) na época das trevas impostas pela ditadura militar. A obra se faz pertinente para quem estuda o período.

Entretanto, o livro é marcado também por suas opiniões fortes, onde ele não esconde e nem se exime ao examinar e a explanar a respeito de aspectos da história recente que presenciou. Sua marca fica evidente para quem lê. É necessário ter em mente o “lugar de fala” dele para compreendê-lo, concordando ou discordando.

De volta à campanha do Vale do Ribeira, após a morte do tenente da polícia militar, Lamarca decide, juntamente com seus comparsas, ficar dentro do cerco tático montado pela Operação militar. Quem analisa isto, pode imaginar que foi tomada uma decisão equivocada e, no mínimo, arriscada. Porém, ele explica por que fez isto:

os dados que a repressão tinha sobre a nossa velocidade era três vezes menor do que a nossa real possibilidade – como fizemos marcha tríplice, os dados

que possuíam eram errados [...]. Assim, resolvemos permanecer dentro do cerco tático, isto o inimigo não esperava. (LAMARCA, 1970, p. 14).

A tentativa de enganar o adversário funcionou. Os guerrilheiros passaram dez dias observando o comportamento das tropas para aprender com elas agiam e como se comportavam. É verdade que correram riscos ficando ali, mas adquiriram uma vantagem muito boa em relação ao seu oponente, uma vez que eles sabiam o que as tropas faziam. Já a repressão não imaginava que eles poderiam estar tão perto deles, um pouco mais de cinquenta metros de distância, como Lamarca relatou uma vez.

Ali, de tão perto, os guerrilheiros puderam notar que os soldados abusavam da população autóctone roubando-lhes comidas, frutas, humilhando-os em público e cometendo desrespeito com a dignidade humana. Quanto mais viam aquilo, mais tinham certeza de estar no caminho certo. Queriam mais do que nunca instalar a guerra de guerrilha para que este pessoal humilhado se tornasse exaltado. Queriam mais do que nunca derrubar a ditadura e proclamar a libertação do povo em relação aquele Estado carcomido pela corrupção e pelo grande capital, que maltratava e colocava a população mais necessitada sob os desmandos de uma pretensa autoridade, golpista e bonapartista, cujo interesse era perpetuar a exploração do homem pelo homem.

Escondidos em arbustos, árvores, valas, imiscuindo-se na vegetação, os guerrilheiros que viviam em estado de vigilância conviviam com bombas de napalm sendo arremessadas sobre suas cabeças. O terror de Estado empregado foi algo nunca antes visto por aquela gente que morava ali havia tempos. A população amedrontada passou a colaborar com a repressão. Os militantes que se desgarraram do grupo foram delatados por camponeses humildes, que, com medo da repressão, resolveram contar que foram procurados por “caçadores perdidos” que mais pareciam guerrilheiros esfomeados. A repressão os achava depois das delações. A tática da coerção sempre trouxe frutos para o sistema de defesa interna, independente das consequências físicas e psicológicas que ela causava nas pessoas sobre as quais era aplicada. Mais uma vez foi usada e colhia seus resultados.

Depois de passar alguns dias ali, Lamarca e seu grupo resolveram romper o cerco e sair daquela região que já estava infestada de militares. Por pouco não foram pegos por patrulhas que tinham adentrado às matas sob a liderança de um camponês guia recrutado ali mesmo na região. O guia chegou a ver Lamarca e se aproximar dele, mas, sem se dar conta de quem se tratava, não alertou o soldado que, em sobressalto, voltou correndo para buscar ajuda com o restante da patrulha. Neste momento, Lamarca

e os comparsas se embrenharam novamente nas matas e conseguiriam seguir em frente até chegar à estrada que une Sete Barras e São Miguel Arcanjo.

Após passarem dois dias andando, sem comer e sem novidades, os guerrilheiros chegaram onde queriam: ao fim do cerco estratégico. Ali montaram uma emboscada, capturaram um veículo militar e fizeram cinco prisioneiros. Vestindo-se com o uniforme dos militares e dirigindo o veículo oficial, passaram pelos bloqueios na estrada sem que corresse perigo. A ação ousada do grupo tinha dado certo. Romperam todos os cercos impostos pela Operação Registro. Puderam ver de perto a atuação da força-tarefa. Puderam analisa-la. Viram o seu inimigo e o venceram, ainda que momentaneamente.

Mais tarde, após o confronto no Vale do Ribeira, já em São Paulo, Lamarca redigiu o documento supracitado para uso interno da VPR e lá esboçou algumas conclusões. Eram pertinentes. Porém careciam de uma averiguação mais detalhada e mais racional. Não que isto faltasse a Lamarca, mas, logo após conseguir tamanho êxito contra a maior Operação militar montada até então pela ditadura, ele se encontrava em êxtase com o feito de sua organização. Mesmo fazendo algumas autocríticas, Lamarca supervalorizou a ação da VPR.

Suas críticas diziam respeito aos pontos que precisavam melhorar e nunca sobre os aspectos que erraram – é bem verdade que erraram pouco, haja vista que a maioria conseguiu sair de lá com vida e sem ser capturado. Contudo, houve baixas e quedas. Para que fosse a escapada perfeita, todos deveriam sair de lá incólumes. Não foi isto que aconteceu. Os que caíram, estavam no limite físico, mal alimentados, mal vestidos e com preocupação extrema no semblante.

Um ponto onde é possível perceber o erro de avaliação deles foi: no momento em que eles, cercados pelas patrulhas, foram se aproximar mais dos camponeses, estes, humildes e sem o engajamento na luta daquele jeito, não titubearam em delatar os guerrilheiros para os militares. Aconteceu quase uma dezena de delações feitas pelos autóctones. Porém, eles as fizeram não porque discordavam do modo de luta dos guerrilheiros e, sim, porque foram duramente ameaçados pela força militar.

Este tipo de relação merecia maior atenção pela organização da VPR, uma vez que eles achavam que o povo estaria firme com os princípios da sua luta, visando um bem maior, até mesmo sob qualquer situação. Lamarca até vislumbrava que a autopreservação causada pelo medo impelido pela repressão pudesse ocorrer um dia, mas só não esperava que fosse tão logo. A falta de uma avaliação mais apurada, decorrente de uma euforia inicial causada pela compreensão quase que instantânea dos

autóctones, custou caro aos guerrilheiros, que só foram aprender isto na prática. Ou seja, entre a vida deles e a causa (e a vida) dos guerrilheiros, eles não titubeariam em falar o que sabiam. Logo, poderiam ter isto mais claramente instituído na análise.

Os revolucionários esperavam mais intimidade com os camponeses, que até reagiram bem à presença dos guerrilheiros, já que a maioria deles estava escondida nas matas e quase não atrapalhava o cotidiano humilde deles. Aqueles guerrilheiros que formaram a família de fachada também pouco modificaram a rotina pacata da região.

O problema mesmo foi que, com o descobrimento da área onde estavam os guerrilheiros, vieram os militares. Estes já não se importavam de mudar a rotina daquele lugar e implantaram seu *modus operandi* sobre a população local. Com os militares sedentos pela captura de Lamarca, a vida das famílias camponesas foi colocada de cabeça para baixo, literalmente. As ameaças se tornaram constantes e depois ganharam forma: aqueles camponeses que colaborassem com os guerrilheiros, seja qual fosse a ajuda ou auxílio, sofreriam as consequências no lugar dos “terroristas”.

Relatado depois que escapou da Operação militar, Lamarca se lembrou de um exemplo no qual um casal de camponês se deu muito mal por ter dado guarida e comida a ele:

decidimos estabelecer contato com os camponeses e começamos a receber o apoio deles. Surpreendeu-nos a rapidez desse apoio. [...] Ficamos impressionados com a capacidade que demonstraram em nos compreender. Não queremos aqui dar alguns exemplos para não comprometer famílias inteiras de camponeses. Um jovem casal camponês foi assassinado pelo Exército. Ela estava grávida. O camponês deve ter sido torturado porque revelou o lugar em que deveríamos ter o encontro com ele. (LAMARCA, 1970, p 8).

Este exemplo retrata a postura honesta e reta dos homens do campo – tanto em ajudar os guerrilheiros, quanto em preservar sua vida com medo da retaliação da repressão. Infelizmente este casal, mesmo tendo delatado, não conseguiu preservar nada. Restou apenas a admiração de Lamarca pela ajuda que deles recebeu.

No que tange a parte conclusiva do documento escrito por Lamarca, ele esboça algumas autocríticas em relação aos acontecimentos do Vale do Ribeira. Nas iminências finais, ele dizia que:

a) “ainda não é possível confiar em ‘compromissos revolucionários’”/ b) “apegamo-nos material pelo preço que pagamos por ele – vida de revolucionário – mas cometemos o erro de arriscar nossas vidas para

preservar o patrimônio”/ c) “não preparamos devidamente a área para emergência, menosprezando a capacidade da repressão”/ d) “o inimigo cometeu erro estratégico de ter atuado na área como se fosse combater guerrilha e não para dismantelar área de treinamento”. (Ibdem).

Aqui convém salientar que as informações que chegaram para o II Exército, em São Paulo, foram de que havia a construção de foco guerrilheiro, logo, a força-tarefa foi pensada e montada para lutar e extinguir uma resistência guerrilheira. Se a repressão errou na avaliação, foi por que os militantes presos por Fleury conseguiram guardar as mais relevantes informações. Além do mais, a repressão só possuía os mapas e não entenderam corretamente o que significava aquilo, como ficou demonstrado pelas ações. Então, no final das contas, melhor para os guerrilheiros que conseguiram promover uma escapada histórica perante os militares.

Perante a análise dos resultados da experiência que vivenciou e experimentou no Vale do Ribeira, Lamarca concluiu o documento da VPR trazendo um alerta consigo no que tangenciava a feitura da guerrilha, como fica evidente nas suas palavras:

a guerrilha rural é tão viável quanto a urbana, [porém] necessita de maior eficiente em infraestrutura, logística, inteligência e maior embasamento social (com maior capacidade de durar, pois não pode ser modificada como se muda de aparelhos em cidades). A guerrilha rural em diversos pontos do país deflagrará o campo. (Ibdem).

A ideia de “escola de guerrilha” era treinar seus combatentes até que eles pudessem ser transformados em “professores”, cobrindo, assim, os quatro cantos do país. O principal mote do Vale do Ribeira era formar quadros de comandantes para que, num futuro próximo, eles se espalhassem pelo Brasil a fim de que pudessem organizar vários focos de guerrilha e assim, todos juntos, sublevar o campo em relação à cidade, sufocando-a até que ela caia por terra e o exército de libertação nacional triunfe sobre a velha estrutura política do Brasil, colocando em prática a soberania popular – algo que a VPR considerava de máxima importância e necessário.

Como percebemos, isso nunca aconteceu.

Depois de produzir uma fuga cinematográfica, furando o cerco tático e estratégico imposto pelas forças repressivas da ditadura militar, Lamarca fez um balanço da atuação da VPR nas condições que possuíam lá e fez uma análise sobre a questão da guerrilha no Brasil. Seu pensamento foi publicado em forma de entrevista no periódico Chileno, “Punto Final”, em julho de 1970, e também foi publicada no “Dossiê

sobre o Brasil”, janeiro de 1971, pelo *Centro d’Azione e Documentazione America Latina*.

Na visão de Lamarca, os principais pontos a serem expostos foram: a) a guerrilha é perfeitamente viável e deve acontecer assim que se consolide mais a sua preparação física. Ou seja, quando os quadros revolucionários tiveram a maturidade de se esforçar para viver no campo e lá, no âmago da questão, começar a produzir guerrilheiros rurais para sublevar as áreas mais afetadas pelo sistema capitalista; b) denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura e relaciona-la com o apoio financeiro de grandes grupos do capitalismo brasileiro e internacional, relaciona-la também aos desvios de caráter e ações antiéticas e degradadoras cuja formatação teve o apoio do governo norte-americano; c) solicitar mais união e apoio das organizações de esquerda, pois a luta seria de todos aqueles que acreditavam que poderiam vencer aquele regime ditatorial carcomido pelo dinheiro da corrupção que usurpava os direitos básicos dos brasileiros.

Bradava naquele momento a conclamação dos povos e das esquerdas em armas. Acreditava na práxis: era possível unir a teoria à ação. Queria proclamar a revolução brasileira. Entretanto, ainda não reunira condições para tal.

Depois daqueles episódios que duraram aproximadamente quarenta dias, o saldo foi revisto. Ocorreram três embates entre os revolucionários guerrilheiros e a força-tarefa da Operação Registro. Nos três, a VPR se saiu melhor, podendo dizer que o desempenho foi “satisfatório”. Logo de início o núcleo da VPR capturou dezoito soldados que participaram da intensa troca de tiros, mas depois os soltaram. Uma morte foi confirmada em decorrência direta da ação da VPR – que foi a do tenente Mendes Junior. Quatro prisões ocorreram em sua formação: Darcy, Edmauro, Nóbrega e Fujimori caíram perante a repressão. Então, o resultado final da experiência do Vale do Ribeira foi aprovado com restrições – positivo, porém, deveria e precisava se adequar melhor ao cenário.

Se se pode dizer que a VPR colheu alguns bons frutos, dentre as pouquíssimas possibilidades que tinham ali na zona rural, o mesmo não se pode dizer sobre a sua base no centro urbano, em São Paulo. Na capital, a VPR estava em frangalhos com pouco dinheiro, pouco armamento, poucos aparelhos a disposição dos membros do grupo, pouco canal de comunicação, pouco contingente, poucas condições de atuação e poucas redes de articulação.

À medida que o DOPS e o II Exército se esforçavam para exterminar a VPR, mais ela era afetada pelo poder da repressão. Lamarca, por exemplo, teve de ficar escondido no apartamento de Joaquim Alencar de Seixas, membro do MRT. Escondido ali, passou cinco meses fora de combate. Foi tempo suficiente para ele conceder suas reflexões ao periódico chileno. Foi tempo suficiente para ele refletir sobre a VPR e a guerra de guerrilhas.

No que tangia o seu pensamento (divulgado em entrevista), Lamarca ainda parecia supervalorizar parte da “mirabolante” ação que comandou no Vale do Ribeira com a VPR. Tanto na entrevista, quanto no documento interno que ele disseminou na organização, ele afirma que a Operação militar empregou mais de vinte mil homens. Não era verdade. O emprego de militares foi de, no máximo, dois mil homens. Constam nos documentos oficiais e no relatório secreto do II Exército que o contingente deslocado para aquela operação antiguerrilha não ultrapassou o contingente de duas centenas de soldados por guerrilheiro.

A respeito do número de militares na região, seja qual for o número verdadeiro, ele era bastante superior ao número de revolucionários que estavam lá. Seguindo a lógica das táticas de combate à guerrilha, havia um efetivo muito maior do que o necessário. Isto pode ter gerado facilidades aos membros da VPR, tendo êxito em escapar das incisivas buscas feitas pelas grandes patrulhas nas matas, conforme analisou Lamarca, posteriormente. Como já tinha participado de tal treinamento pelo Exército, conhecia o que analisava.

Segundo a análise feita pela reportagem do Coojornal sobre o relatório secreto do II Exército, referente à Operação Registro, que foi publicado em fevereiro de 1980, alguns erros básicos foram incorporados naquela Operação militar, tais como: a) o emprego de jovens soldados sem experiência em confronto com guerrilheiros, os quais tinha uma média baixa de idade; b) a utilização de material humano despreparado para combater a guerrilha, uma vez que poucos ali tiveram treinamento antiguerrilha; c) o emprego de grande contingente para caçar poucos guerrilheiros: o que era para ser uma vantagem numérica acabou sendo desvantajoso, pois permitiu que os inimigos escapassem mais rápido devido a lentidão das grandes patrulhas nas matas; d) fardamento e armamento obsoletos: a vida útil das armas empregadas nas matas durante condições climáticas variáveis da região, não atingiram utilidade eficiente maior do que três semanas, bem como as fardas que descosturaram em pouco tempo de uso, fato que abateu muito a moral dos soldados; e) o baixo nível de combatividade dos soldados.

Diante do cenário de maior atuação da repressão militar, (que aumentava o grau de sandice e barbárie à medida que a seleção brasileira ia vencendo os seus jogos na Copa do Mundo de 1970, no México), a VPR caminhava para o esgotamento tático do uso dos sequestros como arma política das organizações. Moviada pela euforia popular do tricampeonato da Copa do Mundo, a ditadura usava o futebol como medida para esconder os problemas da política nacional. Aproveitando o ensejo, o governo Médici lançava slogans nacionalistas de exaltação do bom momento que o país vivia. Enquanto o governo escrevia “Eu te amo, meu Brasil!”, “Ame-o ou deixe-o”, Lamarca e a VPR escreviam manifestos que eram lidos em rede nacional, porém estes não surtiram o efeito desejado no povo, que parecia estar anestesiado com a conquista do futebol.

Somente a VPR produziu três sequestros de embaixadores estrangeiros no Brasil, e isto no ano de 1970 apenas. O primeiro deles foi o do cônsul nipônico, em março, para libertar Mario Japa e outras quatro pessoas das torturas impelidas pela equipe de Fleury. O segundo foi feito contra o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrefried Von Holleben, em junho de 1970, comandado por Eduardo Leite, o Bacuri, cujo resultado libertou quarenta presos políticos. O terceiro foi feito contra o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970, comandado por Lamarca, que resultou na libertação de setenta presos políticos.

Todavia, o governo Médici decidiu mudar de postura e censurou alguns nomes da lista. Isto significava uma mudança de comportamento adquirida pelo regime ditatorial, onde aquele tipo de luta não teria mais tanto poder de barganha como teve nos primeiros casos. O regime se recrudescia mais.

O ano de 1971 foi quase derradeiro para a VPR. Após passar cinco meses enclausurados em aparelhos, Lamarca saiu para comandar a ação do sequestro do embaixador suíço. Mesmo havendo a morte do chefe da segurança do embaixador, a ação foi bem sucedida quanto à conclusão dos objetivos traçados: a ditadura libertou os presos e divulgou em rede nacional o comunicado revolucionário preparado pela VPR.

No início do ano, devido ao aumento da repressão que perseguia Lamarca, até então líder revolucionário guerrilheiro que ainda não tinha sido morto pelas tropas oficiais – a esta altura, Joaquim Câmara Ferreira já tinha sido capturado e veio a falecer após não aguentar as seguidas sessões de tortura – ele teve que adotar mais um “recuo tático” para escapar dos agentes.

Neste meio tempo, Lamarca entrou em contato com membros de outras organizações armadas, sobretudo com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro,

MR-8. Iniciando sua vida clandestina como guerrilheiro, Lamarca queria promover ações armadas para derrubar a ditadura. Tinha consciência que a sua maior chance de êxito seria na zona rural, deflagrando o campo. No seu início como clandestino subversivo ele tinha dificuldade em aceitar as teorias que preconizavam a união da massa trabalhadora com a dos revolucionários dos centros urbanos. Ele não era um exímio analista político tal qual era atirador. Ele não se importava muito com a teoria discutida por intelectuais em reuniões das organizações. Seu modo de lutar era discutindo menos e praticando mais. Sua tolerância era curta para assuntos como as vertentes dentro da esquerda. Sua atuação era requerida para ir à prática e não para frequentar reuniões onde pouco se produzia, pensava ele.

Sua origem humilde era base para seu compromisso com o povo, não era fiel a um tipo de linha filosófica cujo debate demandava muito tempo. Acredita ser fiel ao povo se estivesse perto dele em manifestações e vivenciando os combates em nome dele. Por isso, enquanto esteve guardado nos aparelhos, teve tempo suficiente para repensar algumas de suas posturas.

A principal delas foi ver o esgotamento das ações armadas pura e simplesmente. As críticas que recebeu no início de sua vida revolucionária agora pareciam lhe fazer mais sentido. Agora acreditava que deveria clamar pelo apoio indispensável do povo oprimido e das massas de trabalhadores. Via a necessidade de construir uma ponte entre as ações armadas e a política. Desenvolveu um pensamento crítico ao modelo de atuação da sua própria organização, a VPR, cujo “símbolo” era ele mesmo, uma vez que foi “escolhido” para liderá-la, tendo como expectativa um aumento significativo no poder de fogo contra as instituições repressivas.

A luta armada poderia ter sucesso, mas seria pelo caminho mais árduo, avaliava agora. Avaliava também que produzir ação armada não mudava a condição do modo de exploração capitalista, pois, depois de um sequestro de embaixador, por exemplo, o trabalhador ainda era mão de obra explorada pelo sistema econômico. A sua crítica deixou de ser mais conjuntural e passou a ser mais estrutural. Gostaria agora de unir o seu vasto conhecimento tático sobre guerrilha e ação armada com o conhecimento a ser adquirido através dos embates ao lado das massas exploradas. Gostaria de ajudar a promover a queda do sistema capitalista brasileiro, com a finalidade de mudar a estrutura de governabilidade do capital. Em sua visão, era hora de trabalhar junto ao povo, junto ao operariado, junto às massas, pois somente assim conseguiriam modificar a ordem estabelecida pelo capital em 1964.

A crítica que Lamarca produziu refletiu na organização da qual fazia parte. Se, por um lado, acabou o aproximando do MR-8, por outro acabou o afastando da VPR. Os próprios membros da organização sentiram que Lamarca estava mais propenso a revisão de seus atos do que para a proposição de novas ações armadas. Lamarca estava vendo o fim de seu ciclo na VPR e a organização, como um todo, estava chegando à mesma conclusão.

Capítulo III – MAIS UMA VOLTA A LAMARCA: PERSEGUIDO E PERSISTENTE

“sou um combatente provisório de uma causa quase eterna no homem, acredito ter como bandeira senão o sonho perfeito, a melhor utopia possível.” (Sobre Partidas, trecho da poesia de Alex Polari de Alvarenga, extraído de Inventário de Cicatrizes)

3. 1 – MR-8 e Sertão baiano

Também neste item pensamos em usar a documentação oficial a respeito de mais uma empreitada militar que visava caçar Carlos Lamarca. Todavia, aqui foi possível ter acesso ao relatório da Operação Pajussara – operação militar realizada em agosto/setembro de 1971, que tinha como objetivo eliminar Lamarca e seu bando. Uma cópia desse relatório está disponível nos arquivos do Instituto Zequinha, sediado em Osasco, sob a responsabilidade de Pedrina, diretora do Instituto.

A partir da análise feita do relatório, mostrou-se pertinente a utilização das cartas-diário de Lamarca, uma vez que ambos puderam conversar entre si. Apontamos os pontos de vista de ambos os lados, contudo, a narrativa foi construída através desse amálgama de possibilidades que suscitava o diálogo entre as fontes.

Para entendermos o que foi a Operação Pajussara, é preciso entender o que Lamarca estava fazendo lá nos rincões do sertão baiano. Assim sendo, através da metáfora do jogo de xadrez, um dependia do outro para se movimentar, um era a resposta à ação do outro. Por este motivo eles foram trabalhados como “complementares”.

Após passar algum tempo escondido em aparelhos, Lamarca observava a VPR cair ao seu redor devido à força da repressão. No Estado policialesco em que viviam, Lamarca sabia dos riscos que representavam as prisões de companheiros da organização e tinha a consciência de que, cedo ou tarde, chegaria a hora dele. Num desses momentos em que estava foragido e escondido em esconderijo, ele passou a refletir sobre o método de atuação de seu grupo, considerando que muitos militantes haviam sido capturados pelos agentes da lei. Ele sentia a necessidade de pensar em algo além daquele perfil de atuação.

Sabendo que a tortura era prática em sessões de interrogatório, Lamarca imaginava que seus companheiros presos poderiam falar a respeito do seu paradeiro, soma-se a isso o parco ganho estrutural que a VPR estava obtendo com aquelas ações de

sequestro. Então, ele concluiu que a proposta de atuação estava equivocada. Se continuassem executando as ações daquele mesmo jeito, o resultado seria igual: haveria o desmantelamento da VPR.

Por causa disso, Lamarca resolveu questionar sua própria participação como comandante da organização e refletiu também sobre o caráter das ações que a VPR praticava. Num determinado momento ele chegou à conclusão de que era necessário mais estudo sobre o cenário político e social do país. Decidiu, em comum acordo com outros integrantes, que tinha chegado ao fim suas contribuições para aquele grupo e que ele precisava de novos ares para arejar suas ideias, assim como precisava de mais segurança também, uma vez que a VPR estava bastante fragmentada.

Foi então que ele entrou em contato com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). O MR-8 era formado por jovens da classe média carioca, os quais pertenciam, em grande maioria, ao movimento estudantil. Ali eles discutiam sobre a ineficiência da luta armada em longo prazo, pois os resultados estavam sendo negativos para os militantes em armas no curto prazo. O tiro estava saindo pela culatra. As ações armadas faziam barulho, mas não promoviam a mudança desejada na estrutura política. Esse tipo de crítica foi recebido com certo ineditismo por Lamarca, apesar de ele saber que o poder de eficiência das ações armadas estava realmente menos eficaz.

Dentro do MR-8 Lamarca não se constituía em líder ou comandante, ele pediu para não assumir cargo de chefia, pediu para ser colocado em algum quadro como outro militante qualquer – ele estava preocupado com a imagem que a esquerda em armas tinha feito dele e naquele momento ele queria desfazer quaisquer que fossem as considerações a seu respeito, queria simplesmente ajudar.

Todavia, querendo ou não, Lamarca já tinha pavimentado um caminho sobre o qual sua fama trilhava. Lamarca sendo Lamarca, o capitão da guerrilha, não poderia ficar apenas estudando enquanto estava trancado em aparelhos no Rio de Janeiro. Ele deveria ser aproveitado para alguma função. Além do mais, dar guarida para um homem como ele – procurado por todo território nacional, inimigo número um da ditadura – era perigoso demais, pois a vigilância em seu redor tinha que ser dobrada para manter a sua segurança – o “entra-e-sai” de pessoas num determinado local poderia chamar a atenção dos agentes e policiais (na visão da repressão também foi dobrado o contingente para captura-lo).

Destarte, ficar escondido no Rio de Janeiro era arriscado. No entanto, entre uma reunião e outra, as lideranças do MR-8 decidiram que Lamarca seria melhor aproveitado

se estivesse mais perto da massa camponesa – situação da qual ele concordou. Assim sendo, o MR-8 entrou em contato com seus quadros na Bahia e encaminhou a transferência dele para o sertão baiano.

Chegando em terras baianas, Lamarca reconheceu um antigo agitador grevista de Osasco que, naquele momento, era o elo de ligação com os líderes da organização carioca. José Campos Barreto, conhecido por todos como Zequinha, era agricultor autóctone que passou anos morando fora daquela região, mas que recentemente tinha voltado para a fazenda do pai a fim de ajuda-lo na lavoura.

Zequinha e Lamarca firmaram ali uma amizade que nem a repressão pôde separar. Morreram juntos em baixo de uma árvore enquanto descansavam da fuga que tinham dado nas tropas do exército – que mais uma vez organizou uma operação militar para caça-lo.

No final de 1970, Lamarca começa a se reaproximar das reuniões que, quando não faltava, frequentava a contragosto. Ele era um homem da ação, da luta. Por ser assim, sempre ao final de suas ordens, cartas, documentos, panfletos e manifestações, cunhava a expressão “ousar lutar, ousar vencer”. Toda vez que aparecia esta expressão se podia saber que eram palavras e ideias de Lamarca. Muitos documentos foram assinados por codinomes adotados por ele (Cid, Claudio, Cirilo, Carlos, Roberto, dentre outros), mas toda vez que a expressão “ousar lutar, ousar vencer” aparecia em qualquer documento da esquerda, era ele mesmo quem participara da escrita.

Percebendo cada vez mais a ascendência da barbárie perpetrada pelo governo Médici, Lamarca ia se questionando sobre o método de luta e de oposição. Algumas vezes concluía que não adiantava permanecer dentro do círculo vicioso que tinha se tornado aquela rotina praticada pela VPR: planeja-se a ação; executa-se o planejamento; colhem-se os frutos da ação; escondem-se em aparelhos; os militares confiscam os frutos da ação; prendem os revolucionários; que voltam a planejar outra ação para libertar o companheiro preso; executam a libertação do preso político; planeja-se outra ação para tampar o prejuízo da ação que foi descoberta pela repressão; caem outros revolucionários; planeja-se mais uma ação; conseguem o resultado imediato, porém não modificam a estrutura do problema.

Era sobre este tipo de situação que Lamarca refletia. O objetivo maior estava sendo deixado de lado por conta das baixas que ocorreram com a organização. Como já foi dito, por um lado a VPR estava com o moral alto, cheia de si porque conseguiu escapar do cerco no Vale do Ribeira, porém seus cofres estavam vazios, seus aparelhos

– aqueles que restaram – também estavam vazios, em contrapartida, as selas do DOPS paulista e os famigerados porões da ditadura estavam cada vez mais abarrotados de companheiros de luta de Lamarca.

Atingiu-se o nível em que a VPR tinha mais militantes fora do país, presos exilados ou banidos, do que militantes compondo os quadros de luta dentro do Brasil. Em determinado momento a VPR registrou apenas trinta revolucionários. Destarte, sem dinheiro e sem contingente, alguma coisa estava errada. A partir disto, Lamarca se debruçou sobre o estudo das causas dos problemas da VPR e como a organização mais “militarizada” da luta armada poderia estar com tantas baixas. A partir destas reflexões, Lamarca produziu seu conteúdo.

Transferido para uma cidade do interior do Rio de Janeiro, ele seguiu questionando a respeito do profundo isolamento da esquerda armada. Ainda acreditava na guerra de guerrilha, porém percebia que as ações armadas não estimulavam o povo à luta, como pensavam dentro da VPR. A luta armada não tinha atingido seu objetivo primário, que era servir como exemplo à população, uma vez que, depois dos sucessos da ação revolucionária, ela serviria como receptor de novos militantes e seria refletor de um possível caminho para a mudança no cenário político.

Entre uma reunião e outra, Lamarca começava a perceber que os outros grupos estavam mais preocupados com a parte política do que propriamente com as ações armadas. De longe ele observava o pessoal do MR-8. De início questionava, internamente, a formação daquela organização, que era composta por estudantes de classe média do Rio de Janeiro. Eles, anteriormente, juntaram-se com a Dissidência Interna da Guanabara (DI-GB).

Ali, numa das reuniões, Lamarca analisa que o MR-8 estava aprofundando muito mais a estratégia e a tática do que outras organizações e procurava ir além da perspectiva da luta de libertação nacional, que para eles era “reformista” e se parecia em alguns aspectos com as teses do PCB, sobretudo pela importância dada ao componente da burguesia.

O estratagema do MR-8 consistia no trabalho com as massas urbanas, no envolvimento delas com a política e a partir disto o envolvimento delas com as querelas revolucionárias, que podia partir do campo. O MR-8 não subestimava o potencial revolucionário dos operários, se bem guiados, não repudiava a ideia de fazer brotar a união entre os trabalhadores e o movimento estudantil, somando a eles o poder dos camponeses.

Para Lamarca, aquele discurso soava interessante, instigante e gostaria de fazer parte daquela organização, uma vez que, no passado recente, ele não corroborou com este tipo de colocação. Agora ele estaria mais aberto para se adaptar aos “novos” conceitos.

Antes de deixar a VPR para adentrar o MR-8, integrantes do primeiro grupo o convocaram para uma reunião onde se discutiu a retirada dele do país. Com o intuito de preservar a liderança que ele era, gostariam de poder manda-lo para fora do Brasil, juntamente com Iara – que precisava cuidar da saúde –, cuja finalidade era mantê-lo vivo por mais tempo, haja vista que ele era o líder revolucionário mais procurado do momento, no Brasil. As forças repressivas estavam alvoroçadas com a perspectiva de captura-lo, ainda mais que o governo Médici parecia ter dado carta-branca à violência estatal.

A ideia de colocar Lamarca fora do país para preservar sua segurança não deu certo. Ele mesmo bradou dizendo: “meu lugar é aqui”. Parecia se lembrar das primeiras cartas mandadas para Maria Pavan, onde dizia que “falam no meu nome com uma extraordinária esperança. O nosso povo já foi traído por seus falsos líderes e, embora eu não tenha tal pretensão, sou uma esperança para o povo” (LAMARCA, 1969, p. 2).

Depois de impor sua vontade de permanecer no país, ele percebia que precisava de novas orientações a seguir, precisava encontrar novos rumos a percorrer, precisava de ideias arejadas para se sentir produtivo novamente e, assim, ajudar no combate eficaz contra a ditadura.

Com base sediada no Rio de Janeiro, o MR-8 tinha um quadro relativamente grande de militantes, mais do que a VPR tinha naquele período. Lamarca decidiu deixar a VPR por causa de divergências cotidianas, além de divergências políticas. Todos ali eram companheiros de luta, tinham passado bastante tempo juntos em aparelhos, mas tinha chegado a hora de aprender novas teorias. Então, ele parte de São Paulo e vai escoltado para o Rio de Janeiro.

Porém, antes de sair, no início de 1971, Lamarca escreveu um documento “Aos companheiros da VPR no Chile” – país que tinha recebido os setenta presos políticos que foram exilados através do sequestro do embaixador suíço. Ali já esboça que a luta de classes permanecia inalterada no Brasil, mesmo que ele fizesse esforço para tentar acabar com ela via armas. Seguiu dizendo que era contrário ao sectarismo da esquerda, pois acreditava que as frentes revolucionárias deveriam estar juntas e se ajudarem conforme as especificidades de cada uma delas. Porém, salientava que não era isto que

ele percebia. Concluiu o documento dizendo que “se para a esquerda o justicamento estava se justificando, para as massas não o estava” (LAMARCA, 1971, p. 2).

Neste cenário, o MR-8 ganhou o revolucionário combatente mais experiente da época. Seu nível de atuação agora era outro, podiam planejar ações mais ousadas, uma vez que Lamarca estaria ali para ajuda-los a concretiza-las. Por sua vez, Lamarca estava disposto a aprender com aqueles revolucionários oriundos da classe média carioca. Juntaram-se a filosofia apurada e o exímio guerrilheiro.

Mas um problema tornava a aparecer e a atormentar a vida de Lamarca. Pouco tempo depois de se integrar ao MR-8, algumas prisões aconteceram. A baixa mais significativa delas foi a de Stuart Angel Jones, homem de extrema confiança dentro da organização carioca.

Após essa baixa, outras se seguiram, quase como reação em cadeia. A repressão acreditava que estaria perto da tão desejada captura de Lamarca. E estariam perto mesmo porque, após sessões brutais de tortura contra Stuart, vulgo Paulo, agentes da defesa interna fecharam o cerco no Rio de Janeiro, dificultando, assim, a circulação de militantes e, com eles, a circulação de informações e diretrizes. A teia de comunicação do MR-8 ficou de resguardo por um tempo, já que havia agentes opressores por toda parte da cidade.

Sem grandes condições para uma deliberação maior a respeito do que fazer com Lamarca, o MR-8 ativou seu núcleo na Bahia, cuja finalidade era recebê-lo por lá e garantir sua sobrevivência. Ainda se achavam em estágio inicial para formatar uma área de guerrilha lá no sertão nordestino, julgavam-se inexperientes para montar acampamento e fixar uma base revolucionária para dar início ao processo de sublevação do campo. O MR-8 não teria meio suficiente para assegurar uma campanha de tamanha envergadura que desabrocharia a guerrilha camponesa. Ou seja, eles tinham Lamarca, mas não dispunham de meios seguros para utiliza-lo eficientemente.

Todavia, com a queda de quadros importantes da organização, o MR-8, em sobressalto, concede licença para que Lamarca viajasse com Iara após a contumácia do casal. Desde sua saída de São Paulo, Iara combinara com Lamarca que não iriam se separar mais. A contragosto dos militantes da nova organização, eles foram removidos para o sertão da Bahia. Talvez longe do centro do Rio de Janeiro, o casal pudesse ter um pouco de liberdade para criar situações revolucionárias.

O trajeto até a Bahia foi bem programado, guardadas todas as dificuldades para sair da cidade do Rio de Janeiro. Estando lá no Nordeste, eles deveriam procurar por

José Campos Barreto, o Zequinha. Zequinha era conhecido de Lamarca, ao menos pelo nome Lamarca já tinha escutado falar do militante que lhe aguardava no interior da Bahia.

Zequinha participou ativamente da greve da Cobrasma, em 1968, e também participou das pedradas ao governador Abreu Sodré, no palanque erguido em referência ao Primeiro de Maio. Pela incitação da greve e agitação política, Zequinha foi preso e assim permaneceu durante 98 dias. Depois de solto, voltou para sua região natal, uma vez que não conseguia mais emprego nas fábricas de São Paulo e região. Ele também fez parte do comando da VPR, porém antes de Lamarca ter se tornado o seu principal líder. À medida que foram caindo os antigos fundadores, como Onofre Pinto, por exemplo, Zequinha foi subindo no escalão interno da organização. De lá, ele foi ser militante pela VAR-Palmares. Depois se conectou com o pessoal do MR-8, que queria expandir suas influências em outros centros do território nacional.

A organização reconheceu em Zequinha algumas vantagens que seriam interessantes de ser usadas: tinha trato com a massa, pois era de origem operária, era experiente na guerrilha urbana, era comunicativo, tinha sido seminarista e falava mais de um idioma, era agitador conhecido em Osasco, conhecia as mazelas sociais porque vivenciou muitas delas, conhecia bem a região rural onde nasceu e estava disposto a ajudar.

Diante de tal cenário, Zequinha passou a fazer parte do quadro de militantes do MR-8. Não era difícil de imaginar que ele e Lamarca se dariam bem trabalhando juntos. Tinham assunto a conversar: viveram a época de ebulição política e social de Osasco, cada um à sua maneira. Naqueles dias de 1968, Zequinha era metalúrgico e agitador social, protagonizou um dos arremessos desferidos ao governador de São Paulo quando o mesmo tentava fazer um discurso nas comemorações do Dia do Trabalho. Lamarca também esteve ali, porém como capitão do Exército, cuja sede era o IV Batalhão de Infantaria Leve, em Quitaúna. Cumprindo ordens superiores, Lamarca foi designado para conter qualquer problema que ocorresse naquela comemoração, todavia, repassou a ordem dizendo que não queria nenhum tipo de problema e que os soldados jamais deveriam atacar os cidadãos, pois estariam ali somente para se defender de um eventual ataque surpresa. Felizmente Lamarca voltou inteiro para sua residência. Zequinha também. Este só seria preso quase setenta dias depois, por conta da eclosão da greve da Cobrasma.

Um dos dirigentes do MR-8, César Benjamin, encarregado de fazer a ligação entre Lamarca e Zequinha, relatou que eles não possuíam base teórica para fazer a guerrilha acontecer: “Não tínhamos ideia clara amarrada, mas a guerrilha seria fruto de um processo de trabalho político de massas de anos” (BENJAMIN apud RIDENTI, 2010, p. 224). Ao perceber as circunstâncias, Lamarca exclamou que o trabalho requeria dois anos, no mínimo, para ser concretizado.

No dia vinte e seis de junho de 1971, Lamarca e Iara chegaram à Bahia. A viagem ocorreu sempre dentro dos conformes, não houve blitz policial que pudesse capturar o casal. Entretanto, por questão de saúde e por questão estratégica da organização, o casal teve que se separar mais uma vez. Nenhum deles queria, mas foi necessário. Unidos pelo amor (mútuo e à causa), eles foram separados pelo “bem da revolução”. Aquilo que a revolução juntou, só ela poderia separar. E assim foi feito. Como medida de segurança, Iara teve que seguir rumo para Salvador, cuja finalidade era de elaborar o trabalho teórico com o povo e Lamarca teve que seguir até o destino final para encontrar seu companheiro de luta, aquele que viveria ao seu lado até os últimos dias de sua vida – Zequinha.

Já instalado na região natal de Zequinha, Lamarca passaria dias isolado nas matas enquanto o outro deveria fazer o trabalho guerrilheiro se tornar parte da rotina do cotidiano. As mesmas instruções que Lamarca passou para seus comandados no Vale do Ribeira valeriam para Zequinha: ele devia se imiscuir com a população local, fortalecer os laços com os camponeses para que confiassem nele, aumentar a rede de contatos, plantar a ideia da guerrilha rural nas cabeças dos autóctones mais confiáveis e mais próximos a ele, manter total discrição para que não levantasse suspeita do seu envolvimento com a proposta de deflagração camponesa.

No cotidiano do sertão baiano, Lamarca recolheu informações com o militante responsável pela averiguação da situação camponesa naquela região. Luiz Antonio Santa Bárbara, conhecido na militância rural como Roberto ou professor, lhe passou o conhecimento e dados que tinha e a partir deles Lamarca participou da montagem da primeira atividade revolucionária do MR-8 no sertão baiano. Ali, eles deveriam formar um “teatrinho” cuja temática seria interpretar uma revolta popular contra os altos índices de taxas cobradas pelo governo. Através do caráter pedagógico da encenação, os revolucionários iriam incutindo na mente da população local a ideia da formatação de uma sublevação rural que lutaria em prol dos interesses do povo. Desta maneira, implicitamente e por osmose, os militantes iriam agregando a população em torno das

ideias da organização. Os atores da peça seriam as crianças e os próprios adultos da cidade.

O “teatrinho”, como foi chamada a atividade revolucionária, tinha como professores Zequinha e Santa Bárbara. Lamarca ficaria um pouco mais afastado do povo, pois, certamente era a figura de maior destaque ali, bem como a mais conhecida e a mais procurada pela repressão.

Aquele contato com o povo camponês e daquela forma foi algo inédito para Lamarca, que estava entusiasmado com a real possibilidade daquelas ações se tornarem algo maior ainda. O que ele vivenciou no Vale do Ribeira não se comparava àquilo que experimentava ali. No Vale, ele não teve tempo de preparar a população para assumir parte da luta contra a repressão e nem teve tempo para incutir nos camponeses a discussão sobre a luta de classes proeminente no Brasil. Na verdade, no Vale, Lamarca não estava propondo uma guerrilha e sim uma área de treinamento específico para fomentar a formação de guerrilheiros que pudessem ser espalhados pelo território brasileiro a fim de sublevar algumas áreas concomitantemente.

Já ali no sertão baiano, em Brotas de Macaúbas, a experiência era a de viver como um camponês, porém, não mais de fachada, e sim, como parte integrante daquela realidade. Mesmo percebendo que o MR-8 tinha poucos recursos para a atuação de uma fase da guerrilha rural, Lamarca via possibilidades de sucesso ali.

O MR-8 colocou à disposição um militante que seria o diretor do setor rural na Bahia. Ele era João Lopes Salgado, o Fio. Fio tinha a missão de levar e trazer informações para Lamarca a respeito de Iara, das questões desenvolvidas em Salvador, das questões e diretrizes vindas do Rio de Janeiro e das questões que Lamarca e seu grupo produziam no sertão. A propósito, Lamarca pediu a Fio para que não fosse tratado como líder desta vez, queria experimentar a convivência ali como um combatente normal, seguindo ordens e diretrizes que vinha de alguém que não era ele. Seu pedido foi atendido com certa relutância, uma vez que sua liderança era imprescindível para aumento da potencialidade da ação. Mas ele não enxergava desta forma.

Situado ao fundo do sítio do pai de Zequinha, seu José Barreto, Lamarca armou sua barraca. Passou alguns dias ali, mas logo teve de mudar porque a região era composta de garimpeiros e havia muita movimentação deles por ali, situação que poderia levantar a curiosidade dos transeuntes caso vissem uma barranca de camping no fundo do sítio de um lavrador. Por motivo de segurança, Lamarca foi orientado a subir

um pouco mais para a encosta do morro, onde, na nova locação, transitavam menos pessoas devido ao solo de pedregulhos.

Situando-se mais para cima do morro, entra as matas, Lamarca começa a escrita de um diário relatando como eram seus dias naquele lugar sob aquelas circunstâncias. Ele escreveu entre os dias trinta de junho e dezesseis de agosto de 1971. Escrever era o que mais fazia naquele período. Produziu o diário que também eram cartas para Iara – isto evidencia os variados aspectos da totalidade de um homem: o revolucionário e o amante, por exemplo.

Suas cartas-diário seguiam uma estrutura básica que era repetida – não necessariamente na mesma ordem. Lamarca primeiro marcava a data em que escrevia (dia, mês e dia da semana), depois começava a carta a partir das notícias que tinha escutado pelo rádio. Normalmente comentava a notícia a respeito da política nacional, depois comentava sobre as notícias internacionais. Logo após, descrevia os avanços que poderia realizar se obtivesse sucesso na empreitada guerrilheira e também anotava o progresso que a organização estava fazendo naquelas circunstâncias. Escrevia um pouco sobre economia quando o assunto era relevante, daí partia para a descrição de como teria sido seu dia ali na mata. Após isso, escrevia algumas linhas para evidenciar o amor que sentia por sua Iara. Quando a saudade apertava mais o peito, ele começava as cartas-diário a partir das juras de amor para sua paixão.

É notável a postura de Lamarca em suas cartas no que dizia respeito aos principais temas que estão presentes ali. Entretanto, podemos perceber também que ele não menciona a família que enviou para Cuba, em janeiro de 1969, assim que desertou do exército – exceção feita aos seus filhos, quando ele vislumbrava um futuro próspero e coletivo para o país, onde as crianças poderiam brincar, correr e viver soltas na companhia de outras crianças, filhos dele com Iara.

Aos leitores desavisados ou não familiarizados com sua história, a percepção que podem ter é que ele não teve família antes de conhecer Iara – mas existiu o casamento com Maria Pavan. Uma das impressões que pudemos observar foi que o sentimento nutrido por Iara se tornou tão grandioso a ponto dele querer construir nova vida ao seu lado, sem sequer mencionar o que faria com sua primeira esposa quando esta retornasse para o Brasil.

Afora a omissão textual de Lamarca no que tangenciou sua vida afetiva pregressa, ele começou seu diário no dia 30 de junho. Ali ele já iniciou a escrita dos seus pensamentos cotidianos, bem como suas análises sobre a conjuntura:

Hoje à tarde discutirei com uns companheiros os documentos sobre o campo, receberei relatório dessa área, e também sobre o plano de educação que desenvolvem com os camponeses. Esta discussão dever demorar uns dias. Após a chegada do Fio, faremos uma discussão sobre o que fazer aqui e o desenvolvimento de outros lugares. Depois disto é que ficará decidido para onde iremos e, então, será planejada a sua locação próxima de mim. (LAMARCA, 30/06/1971, p. 5).

No tocante a esta carta-diário, deve ser ressaltada a ideia de que o MR-8 encaminhou às pressas Lamarca para uma região que, posteriormente, quando foram avaliar de perto a real conjuntura do local, não era a melhor para iniciar uma guerrilha rural. E o motivo para esta conclusão foi que a área de Brotas de Macaúbas e Buriti Cristalino não tinha importância econômica para a ditadura militar, ou seja, seria quase que ineficiente sublevar aquela região porque ela não era destaque econômico e nem tinha prestígio político perante a Bahia, quanto mais perante o Brasil. Seria quase que inútil fazer uma guerrilha ali, pois aquele sertão era pouco populoso, possuindo agricultura de subsistência e garimpo em decadência. Seria um erro estratégico e um erro operacional promover uma guerrilha naquela localidade, além do esforço e do desgaste que teriam de fazer para mobilizá-la sem que o resultado fosse o desejado.

Todavia, a organização deveria prestar atenção nisto. Acabou não realizando esta lição básica devida às prisões que ocorreram no Rio de Janeiro, o que reduziu significativamente seu potencial operacional e, portanto, reduziram-se as atividades de inteligência e de logística.

O próprio documento aponta que o grupo, limitando-se a um núcleo diretor menor que uma dezena de pessoas, discutiria a sua retirada daquela região, mas, antes deveria trabalhar ao máximo para extrair algo de bom dali. Eles deveriam, ao menos, cumprir a tarefa de educar a população local e conscientizá-los a fim de que participassem da luta contra a ditadura militar. Deveria ocorrer um recrutamento dentre aqueles que quisessem fazer parte do “exército guerrilheiro camponês”, pois, avaliavam que seria mais fácil implantar outros núcleos com camponeses do que deslocar gente da cidade para formatar tal coisa – além de que os oriundos da cidade levantavam certa curiosidade alheia.

No dia seguinte, produzindo mais uma carta-diário, escreveu pouco, mas fez uma honrosa referência à sua amada Iara. Naquele contexto de saudade e de solidão que se encontrava, querendo mostrar-se preocupado com a situação da relação afetiva de ambos, ele fez menção ao conhecimento que ganhou através do contato que tiveram.

Dessa maneira ele pretendia exaltar a figura de Iara, como se fosse mais um observador que confirmasse sua inteligência e perspicácia nos afazeres revolucionários:

Aqui, os companheiros te consideram muito como a companheira que me deu condições políticas para deslanchar – e acho que esta é a visão nacional e internacional sobre você. Também no Chile e em Cuba o seu nome foi lançado. Acho que – como representante da mulher brasileira – escolheram bem. (LAMARCA, 01/07/1971, p. 7).

Concordando com ele, Jacob Gorender (2014), seu contemporâneo na luta armada (e posteriormente estudioso do período) notou que:

Lamarca era um homem modesto, generoso, comunicativo, até extrovertido. Sem pretensões de liderança carismática ou de alguma superioridade especial. Sua cultura, como se constata nos escritos e entrevistas, era elementar, primária e simplória. Lia sofregamente, na ânsia de superar esta deficiência, que o inferiorizava diante de intelectuais de formação universitária. Contudo, não lhe faltavam inteligência e senso comum da sua origem popular, que lhe permitiam acertar quando os intelectuais erravam. Uniu-se pelo amor a Iara Iavelberg, professora da USP e ex-militante da POLOP. Em meio à correria da luta clandestina, Iara ajudou a iniciação do companheiro na literatura marxista. (GORENDER, 2014, p. 213).

Ou seja, era nítido que Lamarca sofrera a influencia positiva de Iara, pois quanto mais tempo passava perto dela mais aprendia e mais se dedicava para ser melhor nas suas potencialidades. Iara parecia ser parte do motor propulsor de Lamarca. Era, sem dúvida, parte essencial de sua vida – tanto na questão amorosa, quanto na questão da fortaleza do guerrilheiro. O casal nutria um amor avassalador que era correspondido igualmente. Desde que se conheceram, nunca mais desejaram se separar, apesar de terem feito isto mais de uma vez – por imposição da luta revolucionária. Onde poderiam permanecer juntos, permaneciam envolvidos.

Na sequência dos dias, Lamarca produzia conteúdo diário, tentando amenizar a saudade que sentia de Iara. Como basicamente só poderia escrever, pois suas funções estavam restritas, fazia isto como maneira de desenvolver o seu lado teórico de guerrilheiro revolucionário. Acreditava que aquela dedicação às páginas valeria para alguma coisa num futuro próximo – como forma de registro da situação de um guerrilheiro em condições desfavoráveis –. Além disso, as cartas deveriam chegar até Iara (que estava em plena atividade revolucionária na capital baiana) para que houvesse comunicação entre eles, sendo respondidas assim que possível (seria um instrumento de ligação entre eles).

Dentre os temas descritos por Lamarca, alguns mereciam maior atenção. Ele mesmo observava que deveria colaborar com a educação do povo da região e, para cumprir tal tarefa, mesmo não estando em contato direto com eles, escrevia sobre assuntos diretamente intrínsecos a eles, como: 1) a influência nefasta do imperialismo (descrevendo o que era e como agiam em determinadas sociedades); 2) o aspecto negativo da inflação (como ela funcionava e como a população era afetada por ela); 3) a utilização da religião como meio de aproximação (a cidade era predominantemente católica e isto se justificava porque, na falta de bons políticos que se importassem com a realidade do povo, estes deveriam apelar para ajuda divina dos santos, logo, tornaram-se bastante devotos); 4) as atrocidades e brutalidades do governo ditatorial militar.

De mais a mais, o trabalho de Lamarca se intensificava com os camponeses que se interessavam pelos assuntos lançados nas rodas de conversa por Olderico e Otoniel, irmãos de Zequinha, que faziam parte do setor rural local do MR-8. Incumbido de arregimentar, disfarçadamente, os camponeses para fazerem parte da causa revolucionária, Olderico ficou responsável por criar situações de trabalho coletivo cuja finalidade maior seria introduzir os assuntos políticos para os autóctones rurais. Desta maneira, ele articulou a construção de um cemitério na cidade, pois esta não o tinha.

Quando a sua ideia foi aceita pelos moradores da região, logo colocaram a mão na massa. Dentre as horas de trabalho, Olderico, Otoniel e Zequinha conversavam com a população na tentativa de lhes mostrar que, além da prefeitura não fazer algo em benefício do povo, o governador também não fazia, bem como o presidente do país. Tentavam explicar que o errado era o sistema político e econômico vigente e não somente os agentes fiscais que visitavam a cidade de tempos em tempos para cobrar os impostos – algo que os incomodava bastante.

Para aqueles que se interessavam mais nestes assuntos, os irmãos marcavam uma reunião noturna. Após a reunião, aqueles que restavam e queriam saber mais sobre o que foi discutido, para continuar a dirimir as querelas, eram encaminhados outro dia para dentro das matas onde estava Lamarca. Ali, Lamarca poderia realizar sua missão revolucionária diretamente com o povo e conhecer cada um deles. A triagem era cuidadosamente bem feita. E demandava tempo. Lamarca, neste período, produzia panfletos para facilitar o entendimento da população referente às questões que estavam tratando ali nas reuniões.

Para a organização local, este trabalho estava sendo bem feito e bem construído. Todavia, precisavam de mais tempo, coisa que o militante Fio não concordava. Fio, que

era responsável regional pelo setor rural do MR-8, desaconselhava estas reuniões com Lamarca, pois achava deveras perigoso, seria um risco assumir tal compromisso. Seria exposição demais perante a população local, uma vez que não tinha muitos meses que Lamarca se fixara ali como um geólogo amigo de Zequinha, cujo codinome a ser divulgado era Cirilo. Fio acredita que Lamarca deveria conter mais seu ímpeto de querer participar do trabalho com a população. Ele acreditava que qualquer aparição de Lamarca poderia chamar atenção de quem não devia. Se até o momento não havia ocorrido problema, talvez, algum dia depois, pudesse haver. E havendo um problema, as soluções não seriam nada fáceis – devido aos poucos recursos que possuíam naquele período.

Lamarca, por sua vez, gostava do que fazia e considerava que Fio estava demasiadamente preocupado. Cogitando a possibilidade de Fio querer boicotar sua participação e suas ideias, Lamarca insistiu na questão. Porém, lembrou-se que, ali, Fio era o comandante e que iria respeitá-lo. De qualquer maneira, a impertinência de Lamarca venceu o olhar crítico de Fio.

Entre idas e vindas das correspondências de Lamarca e Iara, alguns aspectos peculiares chamam a atenção. Na carta-diário do dia seis, uma angústia de Iara ganha contornos na letra de Lamarca: ela supostamente temia ser abandonada por ele devido ao tempo que estavam separados. Era perceptível que ambos não quiseram se separar, mas, pelo bem da revolução e segurança dos mesmos, seria de bom tom aceitar a condição de separação física estipulada pela organização. Então, dessa maneira se sucedeu. Não obstante, Lamarca tentava alimentar esperança ao coração de Iara e assim respondeu para sua amada: “não te preocupes que não existirá nunca uma cabrita (nossa gíria). Te respeito muito e sou feliz por ser o teu amor, sinto saudades de tudo e me alimento das lembranças, [...], nunca pensei em amar tanto” (LAMARCA, 06/07/1971, p. 13).

O que mais fazia Lamarca sofrer era a demora em se comunicar com Iara, através de cartas, e também a segurança dela em Salvador. Estes eram fatos que angustiavam tanto o guerrilheiro quanto o homem.

No dia sete, Lamarca relatou uma crítica à notícia que ouviu na rádio. Ele ponderou que a ditadura estava planejando fomentar o desenvolvimento do campo no nordeste, porém criticou que o repasse de verbas só seria usado para promover a melhoria das terras dos latifundiários, que eram os parceiros do governo no que dizia respeito aos processos agrícolas nacionais de outrora.

Com o passar dos dias, sozinho nas matas, tendo contato com os outros revolucionários por apenas quatro horas diárias, Lamarca ia lendo livros que encomendava. A solidão era sobreposta pela escrita das cartas, nas quais fazia algum tipo de reflexão sobre o noticiário que escutava. Nesta época costumava ler muito sobre Mao, sobre Lênin, sobre a revolução cultural na China. Sonhava em poder fazer algo similar aqui no Brasil. Dali também saiu críticas brandas à URSS, dizendo que “era inegável a existência de desnível entre os povos daquele bloco, existindo e persistindo a exploração” (LAMARCA, 10/07/1971, p. 18).

Quase vinte dias se passaram desde que Lamarca começou a escrever as cartas-diário quando assinalou que:

Aqui alguns erros acumulados e falta de planejamento afetando a segurança e o encaminhamento dos trabalhos – superamos algumas coisas, aguardamos Fio para uma recheagem geral – e ainda criticam o Ribeira. Isto aqui não é área estratégica, e a organização nem avaliação aproximada dela – estavam perdidos aqui sem saber o que fazer. Vou exigir uma análise crítica que chegue à direção. [...] Agora minha posição é que você não deve vir para a grande região – não há condições – acho que a grande região de uma área estratégica dever ser outra. (LAMARCA, 19/07/1971, p. 26).

Neste dia, já aparecia uma preocupação com a segurança da região. Entre idas e vindas, Fio colocava a questão para os companheiros, mas demandava tempo procurar e arrumar outra área. O MR-8 até tinha outras opções, tais como Alagoinhas e São Francisco. Mas, aparentemente, elas também pareciam estar inapropriadas para a formatação da guerrilha rural camponesa. Seria preciso formular outro planejamento, mas, enquanto isto, eles deveriam permanecer ali sempre atentos aos movimentos nas matas.

Uma semana depois, Lamarca relatou algumas dificuldades de encontrar com Fio. Supunha que Fio pudesse ter encontrado adversidades para chegar até Brotas de Macaúbas e isto era sinal de que o cerco poderia estar se fechando. Um mensageiro foi encarregado de lhe entregar um bilhete anexo a alguns documentos. Analisou-os, mas ainda aguardava a chegada de Fio. Aumentava a desconfiança a respeito da possibilidade do MR-8 executar a proposta de revolução socialista e de insurreição da guerrilha rural.

No dia vinte e sete, Lamarca escreveu que um companheiro, aquele que trazia a documentação, tinha criticado ferozmente o Kid, nome de guerra de César Queiroz Benjamin, militante do MR-8 no Rio de Janeiro. O mensageiro se referia a Kid como

“um irresponsável numa tarefa muito importante”. Já Lamarca tentava não colocar lenha naquela fogueira e o defendeu de algumas acusações alegando que: “houve amadorismo [sim], improvisação, mas o menos responsável é o Kid, que estava imprensado” (LAMARCA, 27/07/1971, p. 33).

Diante daquele cenário, a situação deveria passar por nova adaptação. Fio deveria ficar mais uns dias sem aparecer na região, pois o espaçamento entre os dias era necessário para que fossem resolvidos alguns problemas externos a Lamarca. Porém, esse espaçamento evidenciava que nem tudo estava correndo como o planejado, algum imprevisto deveria ter ocorrido com Fio. E se já havia preocupação com a segurança, era melhor redobrar a atenção.

No tempo em que passava sozinho, Lamarca produziu dois documentos para a população local e estava escrevendo o terceiro. Na sua carta-diário, anotou que os camponeses tinham adorado os documentos que escrevera e que eles tiveram boa disseminação entre os leitores. “*O comportamento revolucionário*” e “*Crítica e autocrítica*” foram os títulos desses documentos.

Eis que chegara o dia do mensageiro levar aquelas cartas-diários para Iara, em Salvador. Lamarca estava contente com a possibilidade de receber cartas e comunicados da sua amada. Não via a hora de poder lê-los e respondê-los. Isto era imprescindível para seu bem-estar ali, solitário nas matas.

Passados quarenta e dois dias de reclusão e isolamento na mata, Lamarca averiguava estar chegando a hora de preparar os camponeses para a formatação final do “teatrinho”. Entretanto, Lamarca gostaria que todos os envolvidos entendessem a real necessidade de transformar o “teatrinho” (ficcional) em assunto sério a ser resolvido durante o cotidiano deles e pretendia ajuda-los a conquistar algumas mudanças que fizessem sentido na condição de existência de suas vidas. Ele gostaria de ajuda-los e de auxiliá-los na luta por melhorias, mas os autóctones teriam de aderir.

Já no dia dez de agosto, Fio reaparece no local onde estava Lamarca. Desesperado para saber o que Iara tinha escrito como resposta para ele, o mesmo ficaria decepcionado ao perceber que Fio não portava nada de novo, nada vindo de Iara. E pior: suas cartas-diários também não chegaram ao destino final que eram as mãos de sua amada, de quem ele sentia muita falta. Isolado ali, sua única companhia contínua era a esperança de reencontrar Iara um dia. Sabia que poderia demorar, mas estava convicto da ideia. Este sentimento o mantinha mais vivo do que nunca. Todavia, esperava receber algo da parte dela. Isto nunca chegou a acontecer.

Todavia, Fio lhe trazia notícias preocupantes, não poderia deixar de prestar atenção nas informações, mesmo que só quisesse pensar em Iara. Fio relatara que Kid escapara por pouco de um cerco da repressão no Rio de Janeiro. Quase que o material de Lamarca foi apreendido. Devido a este contratempo, as informações demorariam mais entre um ponto a outro até chegar ao destino final.

Fio marcou um encontro com Zequinha para armar uma reunião onde pudessem decidir a respeito do futuro de Lamarca e da organização. Após a queda do motorista que levou Lamarca do Rio de Janeiro até a Bahia, a segurança ficou muito comprometida. A área estaria em vulnerabilidade, pois Zé Carlos, o motorista da viagem, saberia indicar aproximadamente para onde Lamarca teria ido com Zequinha e o medo de Fio era ele não aguentar as torturas e acabar cedendo as informações para a repressão.

A reunião foi marcada e Fio começou expondo que a organização deveria sair da região o quanto antes para evitar serem capturados, pois a organização já não podia garantir a segurança de todos que estavam naquela região. A proposta de Fio foi bem clara: os revolucionários deveriam deixar a área o mais breve possível. A recomendação foi ouvida atentamente. Mas todos foram contrários a ele quando puderam opinar.

Partir em retirada implicaria perder tudo aquilo que já tinham conquistado. Seria perder todo o trabalho feito com a população local. Seria abandonar uma ideia que já estava tomando forma e virar as costas para o povo que abraçou fraternamente a organização. Alegavam ainda que o “aparelho rural” era diferente do aparelho urbano, uma vez que não dava para carregar tudo que se tinha em tão pouco tempo e com tanta pressa – como queria Fio. Ademais, a área do campo não se desmobiliza facilmente, antes disto, deveria fixar víveres pelas trilhas e só isto requeria muito tempo.

Fio foi voto vencido. O resultado final da reunião foi a decisão de que todos deveriam ficar ali mesmo. Entretanto, ele retornou ao Rio de Janeiro com a missão pessoal de convencer o Comando Nacional do MR-8 a emitir uma ordem expressa para os militantes saírem de lá enquanto havia tempo. Queria voltar à região rural de Brotas de Macaúbas para levar o documento do Comando Nacional, pois sabia que somente assim conseguiria fazer com que todos saíssem dali.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Fio se reuniu com o MR-8. Entregou as cartas-diários de Lamarca para Kid (Cesar Queiroz Benjamin). Este estaria com a incumbência de ir até Salvador para entrega-las à destinatária final. No meio da reunião Kid é designado a sair e fazer alguma coisa na rua. Perto dali, já dentro do carro, ele se

deparou com um cerco do DOI/CODI e, para evitar ser capturado, fuge a pé deixando os documentos de Lamarca no banco de trás do automóvel.

O Rio de Janeiro era cidade sitiada naquele momento. Poucos militantes escaparam das garras da repressão. Estava complicado agir perante tamanha militarização da cidade. Kid, que tinha conseguido escapar duas vezes dos agentes opressores na capital carioca, cairia perante eles na capital baiana, onde deveria comparecer ao ponto de encontro estabelecido – provavelmente para levar informações até Iara. Ele conseguiu chegar até lá, porém sem a documentação da organização. Foi capturado mais um membro do MR-8.

No dia onze de agosto, Lamarca escreveu a continuação de seu diário. Mesmo sabendo, via Fio, que aquele primeiro documento não tinha chegado até Iara, ele resolveu continuar escrevendo aquilo que vivia e refletia ali nas matas de Brotas de Macaúbas. Com um tom muito mais apreensivo e menos confiante na possibilidade do resultado final de seu trabalho ser positivo, ele observou que “a queda do Kid pode alertar a repressão e, se abrir o que sabe, acaba o que existe no campo. Achamos que ele não abre, mas passa a existir a insegurança” (LAMARCA, 11/07/1971, p. 17).

Ainda no mesmo dia, escreve no mesmo documento um recado para sua amada, também num tom mais apreensivo – mais até, possuía um tom melancólico, quase de despedida. Ele parecia saber que, diante dos riscos pelos quais estavam passando, o tão sonhado e desejado reencontro deveria esperar mais dois anos, sendo otimista

Não sei o que seria do nosso relacionamento e repito – você é minha mulher, o que de mais lindo existe em minha vida, adoro você, a minha cuca é sua. No entanto, a sua situação é terrível e sua necessidade afetiva é muito grande, e se não houver possibilidade de nos encontrarmos mais, tenho de abrir mão do nosso relacionamento no que se refere a você – dar a você liberdade de se relacionar com outro companheiro. No nível que atingiu meu amor por você, não posso permitir a possibilidade de me relacionar com outra pessoa, nunca mais, mas minha estrutura é diferente da sua, posso viver só com você na cuca – sem você na cuca não posso medir as transformações que ocorreram em mim, não sei como seria o novo mundo, como sublimaria. Sem você tudo teria desabado, e não sei como me reencontraria perante mim mesmo. (LAMARCA, 11/07/1971, p. 17).

No trecho da carta, que mais parece uma despedida, Lamarca aparece amargurado com a situação que se impôs perante eles. O amor que tanto desejava parecia cada vez mais longe da realidade, estava se tornando quase uma utopia

continuar acreditando que um dia pudessem viver juntos. Mas, como homem, jamais deixaria de sonhar. Como revolucionário, jamais deixaria de lutar pelo que era seu.

A repressão tinha conseguido capturar os escritos do capitão. Estavam no encalço dele. Faltava pouco para capturarem sua alma e seu corpo. O que não era tarefa fácil ainda.

Num longo momento de reflexão, Lamarca parece ter chegado à conclusão oposta daquilo que escreveu no dia anterior. Como de costume, escrevendo o seu diário, ele passa a rever aquilo que deixou registrado. Porém, não apaga porque gostaria que Lara penetrasse no seu pensamento, sentindo o que ele sentiu, enquanto ela folheasse suas anotações (um dia).

O dia quatorze de agosto ficou marcado pela primeira encenação do “teatrinho”.

A partir de prisões de militantes como Kid – que sabia da localização de Lamarca –, a repressão tinha ganhado importantes informações que só foram ditas sob muita tortura. O MR-8 estava quase condenado a desaparecer; a repressão conseguiu desmobilizar grande parte do seu quadro de militantes. Uma vez acontecendo uma prisão, outras mais viriam a acontecer também. Tinha sido assim contra a VPR, estava sendo assim contra o MR-8.

3. 2 – A Operação Pajussara

No período de vinte e um a vinte e cinco de agosto, Emanuel Cerqueira Campos, agente da Polícia Federal da Bahia, foi escalado pelo coronel Luiz Arthur para percorrer a área delatada por Zé Carlos, o motorista que teria transportado Lamarca para a Bahia. A sua missão consistia em investigar nas cidades de Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Ipujiara a localização da área mais provável que Lamarca pudesse estar. Estes seriam os primeiros passos da Operação militar que daria cabo do guerrilheiro mais procurado do país.

Durante a primeira noite que chegou ao entroncamento que liga Brotas de Macaúbas à rodovia BR-242, Emanuel Cerqueira conseguiu valiosas informações. Em seu relatório de viagem, que fez parte, posteriormente, do relatório da Operação Pajussara, elaborada pela 6ª Região Militar, em Salvador, o agente descreveu o contato que teve com o dono de uma pensão onde três homens passaram pernoitados ali, a pouco tempo atrás. Depois de receber as características físicas dos três homens, o policial Emanuel Campos recebeu também a informação de que os três partiram dali dentro de uma Kombi creme com placa do Pará – pouco comum naquela região, anotou Campos.

Ao continuar colhendo depoimentos na região, o designado policial tomou nota de que a tal Kombi tinha enguiçado no meio do caminho, pois apresentava problemas de manutenção. Como os três homens deveriam ter solucionado o problema ali por perto, o policial Campos foi atrás de mecânicos que tinham estabelecimento ali nas redondezas e soube que um daqueles três buscou auxílio para arrumar o automóvel e que esse sujeito era o que mais parecia conhecer a localidade. Soube-se depois que este homem era Zequinha, pois, como vivia ali, conhecia bem a região e teria ido atrás de um mecânico que ficava por perto.

Para buscar o mecânico (que lhe cobrou dez cruzeiros para fazer o serviço na Kombi), Zequinha teve que gastar setenta cruzeiros para alugar o Jeep de outro hóspede da pensão na qual ficaram hospedados. Todas essas informações foram repassadas pelos donos dos estabelecimentos por onde transitou o policial que averiguava o caso.

Portando em mãos essas informações, Emanuel Campos voltou à capital para relatar tudo o que conseguiu anotar para o seu superior imediato. Depois de repassar detalhadamente aquilo que ouviu e constatou, recebeu de seu superior uma gama de documentos oriundos de Lamarca que foram apreendidos pela repressão. Eram as cartas-diários para Iara. Como Lamarca escrevia bastante, no momento de solidão, para

fazer passar o tempo mais rápido, ele detalhou algumas características da região onde estava. A partir disto, o policial Emanuel Campos juntou as peças e retornou para a segunda fase de sua missão.

Do período de vinte e cinco de agosto a primeiro de setembro de 1971, Emanuel recebe nova missão de localizar Lamarca e seus companheiros. Ao retornar à pensão, ele descobre que o dono do estabelecimento era casado com a prima do homem que foi buscar o mecânico, que era justamente Zequinha.

Emanuel, usando seu faro de policial e investigador, descobre que Zequinha tinha voltado há pouco tempo para região e estava morando no Buriti Cristalino, região que só poderia ser acessada por cavalo ou a pé.

Ainda contando com a ajuda espontânea do dono da pensão, o policial Campos conseguiu informações a respeito de Luiz Antônio Santa Bárbara, o Professor, que estaria andando sempre em companhia de Zequinha.

A saber, o dono da pensão era quem fornecia as informações ao policial, pois ele era casado com uma prima de Zequinha. Assim, toda vez que ele tomava conhecimento de alguma notícia relacionada a Zequinha, ele logo repassa para a polícia. Ao policial o dono da pensão pediu para não ser identificado, pois isso poderia lhe render represálias posteriormente. Pela cordialidade e pela ajuda inestimada, Emanuel Campos preservou o nome de sua fonte.

Na segunda parte de seu relatório, o agente federal discorre sobre os possíveis caminhos que se pode utilizar para chegar ao Buriti Cristalino, local onde supostamente estaria Zequinha – e Lamarca.

Tendo poucos dias que tinha retornado àquelas terras, Emanuel Campos relatou que: “desloquei-me até a cidade de Ibotirama, onde às 17 horas, do dia 27 de Agosto, dei conhecimento a V. Sa., do resultado da investigação realizada, tudo através da estação de rádio do DERBA, de Ibotirama” (CAMPOS, Relatório de viagem, 1971, p. 4).

Ainda no mesmo relatório de viagem, ele escreve que recebeu ordens para aguardar a chegada do Major Nilton Cerqueira, Chefe da 2ª Seção da 6ª Região Militar. Estava começando oficialmente a Operação Pajussara – que recebeu este nome em homenagem à praia localizada em Maceió, cidade natal de Nilton Cerqueira, a qual ele fazia muito gosto – outra hipótese especulada a respeito da nomenclatura foi o de Operação Calabar, em referência ao traidor do século XVII.

Aquilo que era uma missão de um agente da Policial Federal acabou se transformando numa das maiores operações militares da história da ditadura militar. A grandiosidade não estava tão relacionada ao número de soldados empregados, que foram 215 homens, bem menor do que aquele deslocado para capturar o mesmo Lamarca do Vale do Ribeira – tendo em vista que eles aprenderam com alguns erros do passado, sobretudo, o número excessivo de soldados para se formar uma patrulha que iria se embrenhar nas matas -, mas, sim, pela união das forças repressivas.

Estavam ali: equipe do Centro de Informação da Aeronáutica (CISA); equipe do DOPS-SP, cujo perverso Fleury figurava entre eles, chefiando; outra equipe do Centro de Informações do Exército (CIE); uma equipe de agentes do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR); policiais militares; policiais federais; somado a tudo isto, algumas equipes de militares da 6ª Região Militar, sob o comando do Major Nilton Cerqueira e observadores do IV Exército.

Toda esta força-tarefa estava sob comando do Major Cerqueira, mas seria difícil conseguir controlar o ímpeto diabólico de Fleury, por exemplo. Muitos egos queriam ser o dono do disparo que matasse Lamarca. Atingi-lo fatalmente seria uma glória para a carreira de qualquer um que estivesse ali, caçando-o.

O “quartel general”, sede do Comando Geral da Operação, foi montado na cidade de Oliveira dos Brejinhos. De início, o prefeito da cidade colaborou rápida e facilmente: “Ele fez o que pôde: o gerador de energia elétrica, geralmente desligado às nove da noite, passou a funcionar 24 horas por dia” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 151).

Em Brotas de Macaúbas, as tropas e as equipes pareciam fazer um desfile militar, andando de um lado para o outro com suas armas em evidência, das quais pareciam se gabar como se fossem símbolos fálicos. Dirigiam caminhões em alta velocidade, mas também em baixa velocidade para poderem amedrontar a população que nunca lhes encarava nos olhos. Parecia ser o pandemônio, haja vista que os helicópteros davam vôos rasantes pertos dos casebres.

A parafernália militar estava toda a amostra, exposta para quem quisesse ver. Às vezes, era vista também por quem não queria. O terror perpetrado pelos agentes oficiais apavorou os moradores da região, que jamais tinham visto a cidade tão cheia daquela maneira. O impacto foi tremendo.

Diante de tal cenário, a equipe do Maj. Cerqueira convocou dois guardas da polícia militar para fazer a função de guias nas matas, uma vez que eles conheciam bem a localidade. Eles seriam os “farejadores” de Zequinha e Lamarca.

A conclusão material do relatório foi feita após a equipe do Major Nilton Cerqueira ter eliminado o “terrorista” Carlos Lamarca.

O relatório da Operação Pajussara conta com mais de noventa páginas, contendo em sua estrutura os seguintes assuntos: 1) Finalidade da Operação; 2) Antecedentes; 3) Descrição geral da Região (clima, vegetação e relevo); 4) Aspectos econômicos e sociais; 5) Primeira fase da Operação Pajussara; 6) Segunda fase da Operação Pajussara; 7) Epílogo; 8) Conclusões parciais; 9) Conclusões finais; e 10) Anexos.

3.2.1 – O atrevido tubarão: morte e fim no sertão

Como Lamarca já estava algum tempo ali no sertão baiano, podemos entender, através do que nos deixou escrito, que aquelas terras estavam adquirindo um espaço especial em suas ponderações. Apesar da dureza do cotidiano em que se encontrava, ele estava se adaptando ao máximo àquela região inóspita. Seus aliados o ajudavam diariamente nesta tarefa e sempre se mostravam preocupados com sua saúde. Os poucos camponeses que o conheceram naquela conjuntura se referiam a ele como Cirilo, o geógrafo amigo de Zequinha. Os integrantes do MR-8 que estavam dispostos naquela região criaram cenário propício para sua chegada em Brotas de Macaúbas: como o terreno era bem acidentado e de difícil acesso, poucos camponeses passariam por onde ele estaria instalado, o alibi de geógrafo pesquisador se encaixava bem naquele cenário rústico. Ali ele teria tempo, espaço e relativa segurança para começar a propor sua teoria de sublevação do campo.

Com o desenrolar do tempo e da teoria, a recepção de suas ideias ia causando efeito e ganhando adeptos dentre os moradores da cidadela. Muitos já tinham sido convencidos pela teoria que Cirilo escrevera para eles. Seus textos foram lidos em grupos, cuja finalidade era esclarecer os principais pontos de uma ação educadora libertária. Seus aliados arregimentavam os camponeses e também lhes ensinavam a respeito dos seus direitos, a respeito da política regional (que beneficiava principalmente os latifundiários), a respeito da política nacional (que concentrava renda e não pregava o fim das desigualdades) e a respeito da soberania popular (onde penetravam algumas características das ideias socialistas).

Mesmo adotando um tom de apreço para com a localidade onde se fixara, do ponto de vista operacional ele sabia que a região não proporcionaria uma insurreição rural de grande impacto nacional, ou até de significância regional/estadual, mesmo tendo consciência de que alguns camponeses estavam dispostos a colocar em prática suas teorias. Concomitantemente a isso, Lamarca planejava encontrar outro lugar onde pudesse passar o resto de sua vida ao lado de Iara. Mostrava-se, através das cartas, um guerrilheiro romântico.

Podemos observar essa postura em diversos trechos das suas cartas-diário. Ali, isolado do contínuo convívio em sociedade, ele deixava transcorrer para as mãos o que sentia o coração:

Neginha, a força da coletivização é espantosa, fico a imaginar uma fazenda coletiva – e babo só de pensar! Você está presente nesse pensamento – não

que você esteja ausente em outros. Particularmente você é para mim, antes de tudo uma necessidade: revolucionária, educadora, existencial, total. (LAMARCA, 17/07/1971, p. 23).

Adiante na datação das cartas-diário, já no dia vinte e oito de agosto (28/08/1971), a repressão chegava a Brotas de Macaúbas com a determinação de voltar de lá com informações sobre Lamarca. Era mais provável que eles fossem voltar de lá com o cadáver do guerrilheiro. Todavia, no relatório da Operação, constava que aquela incursão deveria se basear na extração de informes, onde também pudessem criar vínculos com a população. Ficou ressaltado que “não haveria, pelo menos de início, emprego de força regular nos moldes convencionais” (RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 7).

Tendo em vista que só se prendiam os “peixes pequenos”, o tratamento dado aos líderes das organizações, aos comandantes da guerrilha, aos “peixes grandes” era diferenciado e normalmente mais nocivo. Não se prendiam estes, apenas matavam. Foi assim com Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Através de caminhos diferentes (emboscadas e ações de extrema violência), a repressão ditatorial chegava ao mesmo fim: a morte dos líderes revolucionários. Com a permissão da metáfora, a esta altura Lamarca tinha ultrapassado o conceito de “peixe grande”, sendo considerado já um “tubarão”, que, de tão atrevido e pernicioso, seria imprescindível captura-lo ou exterminá-lo o quanto antes.

Depois de ter escapado do Vale do Ribeira, Lamarca passou a ser visto com grau de periculosidade ainda maior. Aumentaram os números de propagandas contra ele, sempre difamando seu nome. Ele era a “bola da vez”, era a carne que faltava no banquete de cadáveres banhados a sangue da repressão.

Diante desse cenário de busca de informações para capturar ou exterminar os guerrilheiros, a repressão tomou conhecimento primeiro dos irmãos de Zequinha: Olderico e Otoniel. Antes mesmo de atingirem o objetivo da missão – capturar/eliminar o terrorista mais procurado do país –, as equipes de soldados e policiais estavam imbuídas em ultrapassar quaisquer adversidades que se colocassem entre eles e a sua missão, estariam dispostos a passar por cima de algo/alguém que se apresentasse como obstáculo para o tal fim. Os irmãos de Zequinha se encaixaram nesse caso.

Olderico e Otoniel estavam em casa logo cedo pela manhã quando notaram movimentação estranha ao redor da residência e ouviram barulho de pessoas querendo

entrar ali. Sem pestanejar, Olderico abriu fogo contra os invasores de maneira a expulsá-los dali. Reconhecendo ou não a polícia, ele atirou como foi possível.

Sob o ponto de vista do policial Emanuel Campos, que relatou o ocorrido em seu relatório de viagem: “a equipe toda foi recebida à bala por três elementos que ali se encontravam, o que motivou toda a ação da equipe e resultou na morte de Luiz Antônio Santa Bárbara” (CAMPOS, Relatório de viagem, 1971, p. 4).

Ainda partindo do prisma oficial da Operação militar, a respeito desse mesmo episódio, temos que

nesta jornada, após o estouro do aparelho, os helicópteros foram acionados face à quebra do sigilo pelo tiroteio na Fazenda Buriti, que redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Olderico Campos Barreto. No aparelho foram apreendidos três revólveres. (RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 9).

Sem descrever como o tiroteio aconteceu, o relatório apenas faz a observação citada acima.

Todavia, o outro lado da história foi contado por Olderico, o irmão de Zequinha que conseguiu sair vivo do confronto com as tropas militares – porém muito machucado. No seu depoimento na Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal, com sede em Salvador, no dia vinte e sete de outubro, Olderico Barreto declarou perante a Justiça que “se lembra de ter desfechado dois tiros na direção das pessoas que cercavam sua residência. Alegou que estava tendo a impressão de que sua residência estava sendo assaltada por ciganos” (BARRETO, Auto de qualificação, 1971, p. 5).

Mesmo jurando falar a verdade, somente a verdade, perante a Justiça brasileira, Olderico Campos Barreto mentiu – o que foi pertinente de sua parte, apesar das torturas. Uma vez que o declarante passou por sessões de sevícias, o delegado e os agentes esperavam que ele confirmasse que tinha feito os disparos na polícia de forma intencional, mas ele negou a versão oficial sobre o assunto transcorrido para não corroborar com a tese levantada pelos investigadores. Não daria o “braço a torcer”, não cederia. Ele não falaria a verdade nem após os castigos físicos. E realmente não falou. Segurou a sua veracidade com sua coragem.

A propósito, na noite anterior ao tiroteio, ele, Zequinha, Santa Bárbara, Otoniel e Lamarca fizeram uma reunião na mata. Ali ficou decidido que todos deveriam voltar

para suas respectivas casas, com exceção de Zequinha – este deveria continuar dormindo ao lado de Lamarca, como proteção ao mesmo.

Sabendo que a repressão se aproximava depressa, mas sem saber com exatidão quando ela chegaria a Brotas de Macaúbas, Lamarca ordenou aos três (Olderico, Otoniel e Santa Bárbara) que não reagissem e nem entrassem em confronto com as tropas militares. Ele argumentava que os companheiros não tinham antecedentes criminais e/ou registros na polícia – exceção feita a Santa Bárbara, que já possuía documentos falsos – e por esse motivo acreditava que os agentes da lei poderiam prendê-los e até tortura-los, mas que, provavelmente, não os matariam, uma vez que não eram procurados da polícia e nem seriam “perigosos” como ele e Zequinha.

A partir dessas instruções, os três retornaram até suas casas e pernoitaram. Logo cedo, às 06 horas e 20 minutos, do sábado, 28 de agosto, ocorreu a primeira troca de tiros.

Como já é sabido, perante a Justiça Olderico alegou a impressão de estar atirando em ciganos – muito comuns na região, cuja fama de suas riquezas era oriunda de práticas ilegais – e não sabia que eram agentes oficiais. Balela, pois ele confirmou posteriormente que só fez os disparos porque viu as armas dos soldados e pensou que estivessem ali atrás de Zequinha (e de “Cirilo” – Lamarca). Uma vez que pretendia defender seu irmão, que estava há alguns metros de distância nas matas com Lamarca, decidiu disparar sua arma como forma de alertar aos dois que a repressão já tinha chegado ali. Pensou rápido e achou que aquela seria a melhor – e única – saída que teria para tentar avisá-los da presença do cerco militar.

Depois daquele confronto, ocorreram as mortes de seu irmão Otoniel e do seu amigo e companheiro de luta Santa Bárbara. Olderico ficou gravemente ferido, tendo levado tiros no rosto e na mão.

A morte de Otoniel se deu depois do confronto armado que seu irmão Olderico iniciou e participou contra os agentes da repressão. Depois de ter terminado o tiroteio, os dois foram presos em frente à casa, perto da praça. Após ser revistado, Olderico se virou para ver o irmão Otoniel, que portava uma arma escondida na calça. Este, por sua vez, estava bastante angustiado e preocupado devido aos gritos que seu velho pai emitia ao ser torturado pelos militares dentro da casa. Presenciando esse momento de crueldade com seu progenitor, Otoniel resolveu gastar todas as munições que tinha à disposição contra os policiais que ali estavam.

Sem conseguir acertar um tiro sequer, Otoniel decidiu tentar escapar daquela cena correndo para dentro das matas. Esta ação seria a maneira encontrada por ele de fazer a tropa parar de torturar seu pai – mesmo que momentaneamente –, pois obrigaria os soldados a correrem atrás dele. Seria uma alternativa de distração para aqueles que maltratavam seu pai, ele lhes dava motivo para receber a atenção que estava concentrada no castigo físico do idoso.

Como já era do seu costume, o Esquadrão da Morte chefiado por Fleury não deixava inimigo vivo, ainda mais aquele que lhe tinha recebido aos tiros. Otoniel, quando correu, assinou seu atestado de óbito; soube que não teria chance êxito. No dia 28 de agosto, perto das 07 horas da manhã, ele morreu fuzilado pelas costas após fugir da guarda do policial militar Reuel Pereira da Silva.

Os soldados que o executaram na mata voltaram para frente da casa arrastando o corpo pelo chão e exibindo seus gracejos, sem que ficassem constrangidos diante da falta de escrúpulos. Conforme depoimento de Olderico, que presenciou toda a cena *in loco*: “eles voltaram sorrindo, na brincadeira, disputando a autoria dos disparos. ‘Fui eu’, dizia um. ‘Não, fui eu’, dizia outro” (BARRETO, Auto de qualificação, 1971, p. 5).

A morte de Santa Bárbara se deu após perceber a morte de Otoniel. Segundo o discurso oficial, ao tentar sair do quarto onde estava para observar o que tinha ocorrido perto dali, ele se deparou com agentes da polícia e do exército, situação que o fez retornar ao seu quarto e, encurralado, atirar na sua própria orelha.

Todavia, a versão que é propagada por quem viveu aqueles momentos e sobreviveu para contar a história, como os moradores da cidadela, dentre eles o próprio Olderico e seu outro irmão Olival, faz saber que Santa Bárbara realmente encontrou com agentes da polícia e soldados do exército no momento em que ia averiguar o que se passava com seus companheiros. Porém, quando o mesmo retornou para o cômodo onde estava, já se percebia sangue escorrendo pelo seu rosto. Barulhos de tiros foram ouvidos por pessoas que estavam perto do local. Dessa forma, uns dizem que a polícia o acertou e depois ele deu o tiro derradeiro, enquanto outros afirmam que ele foi alvejado duas vezes pelas armas das tropas da Operação.

Acossado e com medo, talvez ele tenha tirado sua própria vida, uma vez que os seus contemporâneos ainda afirmam que ele estaria meio depressivo, triste, cabisbaixo e mais preocupado que de costume. Os mais próximos relatam que ele estava ansioso e “contava os minutos” para voltar à sua família. Sua morte ainda carece de mais

esclarecimentos e mais explicações. Nova averiguação e/ou perícia médica poderão ajudar a evidenciar essa fatalidade.

Diante de tal cenário cadavérico, Olderico, que ainda permanecia vivo, foi transportado de helicóptero para Salvador a fim de tratarem seus ferimentos, mas antes de ser colocado na maca, apanhou bastante dos policiais.

No contexto dos disparos de Olderico e Otoniel, Lamarca e Zequinha conseguiram escutar e se moveram mais para dentro das matas. A estratégia de produzir barulho para alertar seu irmão e o companheiro funcionou.

Os dois andaram muito a pé pelas trilhas da mata até chegarem perto das margens da rodovia que liga Bahia-Brasília. Durante vinte dias, percorreram mais de trezentos quilômetros de trilha sinuosa e relevo acidentado. Estiveram perto de furar o cerco estratégico, mas desta vez, diferentemente do Vale do Ribeira, Lamarca decidiu ficar e voltar para Brotas de Macaúbas. Ambos os revolucionários estavam fracos, esfomeados, desidratados, cansados e doentes. Quase não tinham força mais para andar. Precisavam de cuidados médicos, por esta razão decidiram fazer o caminho de volta até uma região onde pudessem encontrar camponeses que estivessem dispostos a ajuda-los.

Neste ínterim, eles foram delatados algumas vezes, uma delas por um primo de Zequinha, a outra pelo médico que foi procurado por eles para ajuda-los no combate contra os sintomas da fraqueza e do esgotamento físico. Devido as circunstâncias, a repressão tinha oferecido uma quantia de dez mil cruzeiros para quem delatasse os “terroristas”. Esta era uma das seis diretrizes da primeira fase da Operação Pajussara que perdurou também para a segunda fase:

obter informação e realizar busca de informes, utilizando, ao máximo, os elementos locais.”/ “O apoio foi organizado à semelhança de Operações especiais, à base de meios fortuitos, portanto sem prévio planejamento. Exploração ao máximo de recursos locais, mediante indenização das despesas, inclusive em dinheiro vivo. (RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 7 e p. 15).

Os agentes destacados para formar o efetivo dessa Operação cumpriram essa diretriz de maneira eficaz, fosse oferecendo dinheiro aos sertanejos, fosse imprimindo sua força sempre que julgavam necessário. O próprio relatório da Operação tomou nota das invasões forçadas nas casas dos autóctones, pois se suspeitavam de alguma ligação com os “terroristas procurados”.

Ao longo da caminhada de mais de trezentos quilômetros que os dois guerrilheiros percorreram, eles contaram com a sorte algumas vezes. Mesmo tendo recebido ajuda dos camponeses que encontravam dentro da caatinga, eles sabiam que os mesmos solícitos camponeses estariam dispostos a ajudar também a repressão (por medo ou por que queriam o dinheiro oferecido).

Dessa maneira a repressão julgava estar no encalço deles, porém os informes nem sempre resultavam no encontro dos dois guerrilheiros, pois devido a demora de locomoção e ao fato de desconhecerem as trilhas, as equipes da Operação sempre chegavam após a saída deles daquelas localidades.

Entre idas e vindas, como se fizessem “ziguezague” nas matas, Lamarca e Zequinha conseguiram retornar à região localizada perto de Brotas de Macaúbas, nas matas da zona rural. Ali receberam as notícias sobre a circulação das tropas e foram informados que a repressão tinha matado Otoniel e Santa Bárbara, em plena luz do dia. A cidade parecia viver em “Estado de Sítio” desde então.

Como não podiam adentrar nenhuma cidade da redondeza, eles tiveram que continuar andando mais pelas suas trilhas. Andaram tanto que chegaram ao total esgotamento físico. Lamarca, muito doente, resolveu descansar na sombra de uma baraúna. Esse descanso seria fatal. Foi o seu último.

Diante daquela árvore, o major Nilton Cerqueira observava, de longe, Lamarca e Zequinha cochilando. Ambos estavam vulneráveis naquela situação. Eis que, então, os militares “foram progredindo pela caatinga completamente seca, chão coberto de folhas esturricadas, galhos ressecados. O sargento medroso [da aeronáutica], no seu descontrole, pisou sem cuidado e um galho estalou” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 163).

O estalo foi suficiente para despertar Zequinha que, ao abrir os olhos, se deparou com as armas apontadas para eles. Em sobressalto, Zequinha teria bradado: “Capitão, os homens estão aí!” (Ibidem). Neste instante houve o (re)encontro entre Lamarca e a instituição da qual fizera parte um dia. Depois de Janeiro de 1969, nenhum contato entre eles seria pacífico ou geraria algo amigável. O inevitável ocorreu: ali, na caatinga do sertão, o “tubarão” finalmente fora capturado a tiros.

Porém, dias antes do desfecho fatal, ocorreram alguns procedimentos administrativos e operacionais que merecem destaque.

O general Argus Lima já tinha dado a ordem de evacuação gradual a quase todos os militares quando recebeu a ligação do juiz da região de Brotas de Macaúbas, Antonio

Barbosa, pedindo a ele que deixasse uma parte da tropa ali na cidade, pois temia que Lamarca e Zequinha pudessem voltar trazendo consigo o desejo de retaliação contra as autoridades locais.

Inserido nesse contexto, a saber, segundo consta no relatório da Operação Pajussara, no dia primeiro de setembro, a ordem de evacuação foi tomada por que se tinha em mente não aumentar o custo da Operação. Destarte, para ilustrar como pensava o general responsável pela Operação, transcrevo aqui as duas linhas de ação que foram apresentadas, discutidas e repassadas para que ele decidisse a respeito do futuro da mesma. As linhas de ação seriam: 1) permanência da Operação; 2) suspensão provisória das operações. Essas linhas de ação tinham como função produzir considerações a respeito do aproveitamento da Operação, apontado se ela deveria continuar da mesma forma ou deveria sofrer alterações significativas.

Conforme o relatório, a linha de ação 1 (LA-1) possuía as seguintes considerações:

(i) substituição do pessoal de informações, particularmente CIE e CENIMAR, podendo permanecer um pequeno núcleo, com emprego da Companhia Antiguerrilha do 19º BC, em trajes civis, nos pontos de isolamento, bem como dos helicópteros, com missão principal de apoio logístico; (ii) os recursos locais estavam praticamente esgotados, (iii) com a substituição, o custo da Operação seria muito ampliado. (RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, pp. 12-13).

Já a linha de ação 2 (LA-2) dizia que a suspensão provisória das operações militares deveria começar através da

(i) evacuação paulatina do pessoal, devendo permanecer na área apenas alguns agentes do CODI/6, na busca de informes, pois foi considerada a inexistência de novos indícios da presença de Lamarca e Jesse na área; (ii) não haveria emprego de novos elementos, evitando onerar o custo da Operação; (iii) o estabelecimento e desenvolvimento de uma rede de informantes locais, já perfeitamente instruídos, constituiria num fator ponderável a considerar; (iv) permitira a liberação dos elementos não pertencentes ao CODI/6, bem como do material de comunicação [que poderia cobrir outra região importante do país]. (Ibidem, p. 13).

Diante das opções o general Argus Lima decidiu comunicar o líder da Operação lá no sertão, o major Nilton Cerqueira, alertando o mesmo para permanecer na região com apenas a sua equipe. Ou seja, para conter gastos excessivos, uma vez que não

obtiveram êxito na captura de novas informações, o general decidiu pela adoção de linha de ação 2.

Dessa maneira, a evacuação gradual estava marcada para ocorrer dia quatro de setembro. E assim se sucedeu. Todavia, após dois dias, o major Cerqueira recebeu a primeira e valiosa informação a respeito de Jesse (Zequinha) e Lamarca, situação que fez inaugurar a segunda fase da Operação. Agindo do mesmo modo e tendo o mesmo objetivo, que era reunir o maior número de informações precisas, o major Cerqueira reorganizou os soldados em novas equipes cuja finalidade era colher veracidade a respeito do paradeiro dos “terroristas”.

Após identificar que estava caindo na mesma redoma que caíram na primeira fase, uma nova informação viria como alento aos militares. Ela dava conta de que os dois ainda estavam na região de Brotas de Macaúbas, pois eles foram pedir socorro a um médico conhecido de Zequinha. Entretanto, esse médico negou ajuda ao tomar conhecimento de quem ele deveria tratar – era Lamarca quem estava muito debilitado.

No entanto, esta última notícia veio carregada com um simbolismo importante: Lamarca já não reunia mais condições físicas perfeitas para continuar sua rota escapatória perante aquilo que restou da Operação. Após tomar nota da delação do médico, o major Cerqueira entendeu que Lamarca não aguentaria chegar tão longe em suas caminhadas pelas matas e ordenou que as equipes de patrulhamento ficassem posicionadas nas principais fazendas da região. Posicionadas ali, o major acreditava que, cedo ou tarde, Zequinha e Lamarca voltariam a aparecer nas redondezas em busca de alimentos e medicamentos básicos. E quando aparecessem seriam surpreendidos pelas tropas oficiais.

Agindo conforme esse pensamento, o major Cerqueira ativou sua equipe e redistribuiu seus soldados com a finalidade de adquirir mais informações a respeito do paradeiro dos dois. A equipe do major ficou nesta função de captação e avaliação de informes durante dias:

Foram desenvolvidas intensas atividades de busca e vasculhamento, apresentando-se os moradores bastante amedrontados diante da ação. Face a esse estado de espírito da população e a possibilidade de perder o seu apoio, após cerca de trinta minutos de iniciadas as revistas, o comandante determinou a sua suspensão. Passou-se, apenas, a preparar todos os moradores como informantes. (RELATÓRIO OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 28).

Dessa maneira alguns dias se sucederam, até que um autóctone reconheceu os dois homens que dormiam embaixo de uma baraúna.

Passando por ali, o cidadão conseguiu identificar Zequinha e Lamarca. Com muita pressa, ele foi contar o que tinha visto para um informante da região que estaria trabalhando para os militares. Este homem correu até a viatura mais próxima e contou a história para o motorista da equipe de Nilton Cerqueira. O motorista, após averiguar a veracidade da história, chamou o major pelo rádio transmissor. Em pouco tempo, toda a Equipe Leão (nome dado aos oito integrantes da força-tarefa chefiada por Nilton Cerqueira) estava presente perto de onde o transeunte tinha observado os dois homens dormindo.

Sem ser necessária a emissão de uma ordem, aquela pequena equipe, a exemplo do seu chefe, engatilhou suas armas e procurou aproximar-se dos dois homens deitados. Ao chegar cada vez mais perto, em silêncio absoluto, cerca de dez metros dos homens, um sargento da aeronáutica que compunha a equipe do major Cerqueira pisou desatentadamente num galho, que se despedaçou fazendo barulho agudo. O estalo foi suficiente para acordar Zequinha. Ele ainda tentou correr para buscar sua arma e fugir, mas os tiros da Equipe Leão chegaram ao seu corpo antes que ele pudesse alcançá-la. Ainda vivo, porém ferido, Zequinha disparou uma rajada de tiros e gritou “abaixo a ditadura”, caindo morto ao chão depois.

Já Lamarca não conseguiu correr. Ao tentar fazer isso ele foi executado a sangue frio. Caía, assim, o “terrorista” mais procurado do país. Fora executado o “capitão da guerrilha”.

Após todo o desfecho do tiroteio e da execução de Lamarca e Zequinha, o major Cerqueira exibiu orgulhoso a sua conquista. Gritava a plenos pulmões para quem quisesse e para quem não quisesse ouvir, que tinha sido ele quem conseguiu matar Carlos Lamarca: “eu matei, eu matei; alagoano é foda, alagoano é foda” (JOSÉ e MIRANDA, 2004, p. 163).

Assim, a repressão tinha conseguido eliminar o ex-capitão do exército. Já estavam no encalço dele fazia tempo. Faltavam encaixar algumas peças no tabuleiro para capturarem ele. Enquanto isso ele usava sua sagacidade e sua inteligência para planejar as ações escapatórias. Teve bons resultados, apesar do aspecto negativo do último descanso.

Porém, ao matarem Iara Iavelberg, em Salvador, no dia vinte de agosto, a repressão conseguiu capturar a sua alma. Quase um mês depois, em dezessete de

setembro, a repressão finalmente capturou seu corpo. Lamarca morreu com sete tiros no corpo, a maioria na parte de trás. O último foi no coração.

Desta maneira, o Exército tinha feito a sua vingança. A opressão venceu essa batalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos Lamarca foi um militar, capitão do Exército, que em 1969 desertou das fileiras das Forças Armadas para adentrar o grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária, proponente da luta armada. Assumiu a liderança do grupo por causa do seu espírito ousado e por deter conhecimentos técnicos que poderiam ser utilizados pelos militantes guerrilheiros. E assim o fizeram. Convocaram Lamarca para a luta armada e fizeram dele um de seus líderes, cujo objetivo era promover a derrubada da ditadura militar e a superação do capitalismo.

Esse trabalho não se propõe a responder todas as questões levantadas por Lamarca, mas busca trazer suas indagações a respeito da conjuntura que ele vivia naqueles anos de luta e de conflito contra a repressão instituída pelos governantes militares. O que se observa neste trabalho, é o resgate da memória de um ator político-social importante nos desencadeamentos do determinado tempo histórico – que abrange até 1971, ano de sua morte.

Os processos históricos referentes à ditadura militar no Brasil foram tratados através de abordagens diversas por variados estudiosos. Algumas interpretações históricas a respeito do tema já colaboraram com a construção da memória histórica que aborda a personagem. Assim sendo, temos um grande arcabouço representativo que discorre sobre a figura de Carlos Lamarca. Todavia, a proposta do trabalho foi a de estudar as suas lembranças e as suas ações enquanto líder guerrilheiro que desejava promover uma mudança estrutural na sociedade brasileira da época. Mas por que isso é importante?

Acreditamos que a memória é um “campo de disputas” para a construção da história, e é deveras importante. Destarte, acreditamos que a memória de Lamarca é debatida, até os dias atuais, à ferro e fogo por quem adota uma postura de oposição à ele. Ao passo que quem adota uma posição a seu favor, lhe tem enorme admiração. Entre esses estigmas que encontramos no decorrer das análises documentais, nós nos situamos referente ao “confronto de versões” a respeito de sua rememoração.

Tentando manter a equidistância necessária e fundamental para o trabalho de pesquisa, trouxemos esta dissertação para compor parte desse debate, evidenciando que há estes dois lados da análise feita sobre a mesma personagem.

Temos como justificativa para adentrar as conclusões finais, que nosso trabalho possui mais uma nova abordagem sobre a memória histórica da personagem em

questão, pois acreditamos que estudar o passado faz parte da construção da história nacional. Assim sendo, este trabalho colabora com esta premissa.

Seu objetivo é trazer mais elementos para que se tenha conhecimento desse determinado processo histórico que é a memória de Carlos Lamarca. O recorte feito se deve ao interesse e a curiosidade de saber mais a respeito de alguém que pensou diferentemente da ideologia dominante, saber mais a respeito de alguém que lutou frontalmente contra a repressão imposta pelos militares golpistas e saber mais sobre alguém que ousou sonhar com uma sociedade modificada com base nos próprios anseios populares.

Todavia, constatamos que a conciliação entre uma versão/visão com a outra se mostrou muito complexa e complicada, pois há sempre uma corrente querendo/tentando desmentir os adjetivos e opiniões da outra, referente à personagem histórica.

Havendo o “choque de visões” que tentamos mostrar na dissertação, pudemos perceber – e concluir – que a memória é uma seara que se situa no tempo presente e pode ser usada para modificar entendimentos e abordagens a respeito de qualquer tema. Ou seja, a memória está presente no tempo presente e se serve do tempo passado para corroborar aspectos e visões que possam moldar a sociedade de hoje, na medida em que for usada por grupos políticos que tenham interesses em criar novas adaptações e versões sobre uma conjuntura. Assim, utilizam-se da memória para fomentar uma visão classista da sociedade atual.

Mais claramente, a corrente militar (tratada aqui como “oficial”), aquela que tem Lamarca como traidor da pátria, bandido, terrorista, perigoso, nocivo, utilizou os “crimes” que ele cometeu para justificar sua imagem negativa perante a história. E assim pôde defender que o governo dos militares foi positivo, porque conseguiu se livrar do maior “inimigo público do país”, em setembro de 1971. Baseando-se em documentações oficiais provenientes da repressão, a memória de Lamarca foi trabalhada de modo pejorativo por aqueles que o caçaram em todo território nacional. Propagandas e mais propagandas foram disseminadas pelo país já formatando o viés negativo de sua memória.

Por outro lado, a memória dele também foi trabalhada por companheiros que viveram ao seu lado na luta armada, o que nos proporcionou o outro lado da moeda. Deste lado, pudemos observar que alguns guerrilheiros revolucionários puseram a memória de Lamarca num degrau de ícone incontestado, cuja finalidade seria lembrar suas ações como algo que não merecia indagação.

O presente trabalho buscou trazer essas interpretações da memória de Lamarca produzidas ali no calor do momento enquanto ocorriam outros acontecimentos históricos, assim como buscou trazer suas próprias memórias e seus próprios pensamentos a respeito do período crítico da ditadura militar – o qual ele ousou desafiar.

Retomando aquela questão já levantada aqui sobre não responder as indagações de Lamarca, mas, sim, torna-las evidente, temos o atual trabalho como parte da demonstração do espaço que a sua memória recebeu, ou seja, pudemos trabalhar aqui com documentações oficiais e também com as documentações escritas pela própria personagem, promovendo, assim, o debate a respeito da sua memória histórica.

FONTES DOCUMENTAIS

Cartas. **Carta de Carlos Lamarca para Maria Pavan.** 1969.

Cartas. **Carta de Edmauro Gopfert para amigo policial.** 2014.

Cartas-diário. **Cartas-Diário de Carlos Lamarca para Iara Iavelberg.** 1971.

Departamento de Polícia Federal/ Delegacia Regional da Bahia. **Auto de Qualificação: Oldérico Campos Barreto.** 1971.

Departamento de Polícia Federal/ Delegacia Regional da Bahia. **Relatório de Viagem: Emanuel Cerqueira Campos.** 1971.

Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ Serviço de Informações. **Dez anos de Subversão.** 1973.

Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. **Coletânea de relatórios policiais elaborados em procedimentos instaurados pelas delegacias especializadas de ordem política e social: referente ao VPR.** 1973.

Documento/ Comunicado oficial da Vanguarda Popular Revolucionária. **Aos companheiros da VPR no Chile.** 1971.

Documento oficial da Vanguarda Popular Revolucionária. **A experiência do Vale do Ribeira.** 1970.

Documento oficial da Vanguarda Popular Revolucionária. **Normas de desligamento.** 1970.

Documento oficial da Vanguarda Popular Revolucionária. **Propaganda Subversiva.** 1969.

Documento oficial do Comando da Vanguarda Popular Revolucionária. **Comunicado interno número 4: Caso Lungaretti e Yoshinaga.** 1970.

Ministério do Exército/ IV Exército/ Sexta Região Militar. **Operação Pajussara.** 1971.

Texto datilografado. **Entrevista de Carlos Lamarca a Rádio Havana.** 1970.

Texto datilografado. **Entrevista de Carlos Lamarca ao Periódico Chileno Punto Final.** 1970.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- BARROS, Marcos D'assunção. **Teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.
- CORDEIRO, Janaína Martins. “Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia**. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. **Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.
- HOBBSBAWN, Eric. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack de. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global. 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed., Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.
- PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. São Paulo: Expressão Cultural, 1997.

- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ªed., São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia**. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SCARTEZINI, A. C. **Segredos de Médici**. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TREVISAN, Leonardo. **Instituição militar e Estado brasileiro**. São Paulo: Global, 1987.
- VILLA, Marco Antonio. **A história das Constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: a democracia golpeada à esquerda e à direita (1964-1985)**. São Paulo: Leya, 2014.